

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

LUCAS MIRANDA PINHEIRO

**“*EL INGENIOSO CABALLERO*” DARCY RIBEIRO: A
TRAJETÓRIA DE UM “*INTELECTUAL ANDANTE*” NA CULTURA
POLÍTICA UTÓPICA DO BRASIL E DA AMÉRICA LATINA**

FRANCA/ARACAJU

2008-2012

LUCAS MIRANDA PINHEIRO

***“EL INGENIOSO CABALLERO” DARCY RIBEIRO: A
TRAJETÓRIA DE UM “INTELECTUAL ANDANTE” NA CULTURA
POLÍTICA UTÓPICA DO BRASIL E DA AMÉRICA LATINA***

Tese de Doutorado entregue ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” (UNESP), da cidade de Franca-SP, para a obtenção do título de Doutor, na Linha de Pesquisa em História e Cultura, com Área de concentração em História e Cultura Política.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Aggio

FRANCA/ARACAJU

2008-2012

LUCAS MIRANDA PINHEIRO

**“EL INGENIOSO CABALLERO” DARCY RIBEIRO: A
TRAJETÓRIA DE UM “INTELECTUAL ANDANTE” NA CULTURA
POLÍTICA UTÓPICA DO BRASIL E DA AMÉRICA LATINA**

Tese de Doutorado entregue ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” (UNESP), da cidade de Franca-SP, para a obtenção do título de Doutor, na Linha de Pesquisa em História e Cultura, com Área de concentração em História e Cultura Política.

BANCA EXAMINADORA

Titulares:

Prof. Dr. Alberto Aggio – UNESP/FCHS-Franca (Orientador – Presidente)

1º Examinador: Prof. Dr. Clayton Cardoso Romano (UFTM)

2º Examinador: Prof. Dr. Wagner da Silva Teixeira (UFTM)

3º Examinador: Prof. Dr. Marcos Alves de Souza (Unesp/Franca)

4º Examinador: Prof. Dr. Marcos Sorrilha Pinheiro (Unesp/Franca)

Suplentes:

1º Examinador: Profa. Dra. Claudia Wasserman (UFRS)

2º Examinador: Profa. Dra. Fabiana de Souza Fredrigo (UFG)

3º Examinador: Profa. Dra. Ana Raquel Portugal (Unesp/Franca).

Franca, 27 de Novembro, de 2012.

À minha querida, amada, companheira e guerreira esposa, Érica Cristina Alexandre Winand - por me motivar a caminhar sempre numa mesma direção, mesmo que nem sempre lado a lado, mas continuamos nos estimulando... e continuamos caminhando; assim continuaremos.

À renovação dos meus sonhos e nova inspiração para minha luta, a pequena que um dia há de entender a loucura e o turbilhão do momento em que foi concebida, Luísa Winand Pinheiro - foi só olhando para você que de fato reuni forças para, enfim, terminar esse trabalho. Obrigado, minha filha!

Àqueles que, não posso reclamar, de uma maneira ou de outra sempre estiveram comigo, são um dos principais objetivos dessa titulação, e com ela luto para tê-los e mantê-los, os alunos que tive, tenho e terei - espero que continuem sempre me ajudando mais do que eu a vocês.

El mundo (de algunos intelectuales latino-americanos) es un mundo de rebeldes y de soñadores que con frecuencia pagan con sus anhelos, aunque nunca renuncian a ellos. La vida es, efectivamente, no tanto buscar un punto de llegada sino explorar una serie infinita de caminos, cruzados de decisiones y dilemas. Para estos personajes no hay un punto de llegada, solo un camino por el que quieren continuar. (...) La vida se sostiene por su propio discurrir, su propio movimiento. Lo importante no es llegar (...). Lo importante es los descubrimientos, experiencias, aventuras del trayecto. (...) Lo que nos enriquece, lo que nos refuerza, lo que nos hace verdaderamente libres es continuar el viaje.

Alonso Cueto, en el Prólogo de LLOSA, Mario Vargas. *Sueño y realidad de América Latina*. Lima: Fondo Editorial Pontificia Universidad Católica del Perú, 2010, pp.XXVIII-IX.

AGRADECIMENTOS

Nas palavras aproximadas de dois amigos: um o meu orientador, Prof. Dr. Alberto Aggio: “*Houve momentos em que a Tese de Doutorado representou a celebração da carreira; hoje, enquanto ela não se apresenta, a carreira acadêmica mal se inicia*”; e outro o Prof. Dr. Cláudio Silveira: “*A tese é seu último trabalho escolar*”, permito-me considerar este trabalho como o resultado, e até o momento o meu mais avançado estágio de toda uma trajetória de formação, para me permitir me alongar em agradecimentos institucionais e pessoais.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais-FCHS, da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – UNESP, Campus de Franca, por me acolher em seu curso Doutorado em História, com área de Concentração em História e Cultura e na linha de pesquisa História e Cultura Política, representado por seus coordenadores, Profa. Dra. Tânia da Costa Garcia e Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho, conselheiros, professores, alunos, e funcionários (especialmente a Secretária do Programa: Maísa Helena de Araújo).

Sem dúvida alguma os maiores agradecimentos se dirigem ao meu Orientador, o Prof. Dr. Alberto Aggio. Não somente pelo apoio e respaldo institucional/acadêmico, mas principalmente pelo apoio e respaldo pessoal e humano; sem a sua inigualável compreensão, dedicação e confiança, esse trabalho não teria sido encaminhado à banca de defesa. Sempre aproveitei para renovar os agradecimentos a ele e à sua esposa Hercídia Mara Facuri Coelho, e novamente dizer que espero ainda poder retribuir tudo o que me proporcionaram, as apostas que em mim fizeram, a confiança que em mim depositaram, e o carinho que a mim dedicaram; não somente em minha trajetória acadêmica (como aluno e depois como professor), mas também por todo apoio nessa aposta que foi a minha mudança, junto de minha esposa e filha, para tão longe de onde nos criamos, crescemos e fizemos. Vocês são uma de nossas principais referências, tanto profissional, como familiar e humana. Novamente obrigado.

Gostaria ainda de pontuar alguns agradecimentos à Instituição em que fiz minha Graduação e meu Mestrado em História, e às pessoas a ela direta ou indiretamente ligadas, a mesma UNESP/Franca. Em respeito a essa trajetória, destaco: O Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi e todo o seu apoio junto ao Programa de Educação Tutorial em História (à minha época Programa Espacial de Treinamento), por ter sido também o meu orientador de Conclusão de Curso, amigo e companheiro em tantos outros momentos. Agradeço também a todos os meus colegas de trabalho neste grupo, em especial aos que naquele contexto ainda se fizeram meus amigos. Agradeço especialmente também: à Profa. Dra. Maria Celeste Fachin, à Profa. Dra. Silvia Maria Conrado Jacinto (a Didi – assim como por todo o seu companheirismo e carinho na trajetória em que tive a honra de lhe ser colega de trabalho em outra instituição e principalmente por todo o carinho e atenção nos momentos imediatamente anteriores à nossa mudança para Aracaju), ao Prof. Dr. Ivan Aparecido Manoel, à Profa. Dra. Vânia de Fátima Martino, ao Prof. Dr. Genaro de Alvarenga Fonseca, e à Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho. Gostaria ainda de agradecer ao Prof. Dr. Moacir Gigante, pela oportunidade que me ofereceu de ser o seu substituto quando de sua licença-prêmio e pude ministrar a sua disciplina optativa Abordagens do Processo Ensino Aprendizagem, para os cursos de História e Relações Internacionais em 2004, minha primeira experiência como professor de nível superior, e na Universidade Pública; ao Prof. Dr. José Evaldo de Melo Doin, que me indicou e auxiliou como seu substituto na disciplina História Contemporânea II, em 2008, também para os cursos de História e Relações Internacionais; e o Prof. Dr. Ivan Aparecido Manuel, em 2010, que fez o mesmo com a disciplina História do Brasil VI, para os mesmos cursos. Agradeço ainda à oportunidade de ser selecionado como Professor Substituto, em 2010, para os Cursos de História e Relações Internacionais, para as Disciplinas História e Relações Internacionais, História Contemporânea IV e História do Brasil VI, pela Profa. Dra. Ana Raquel M. da C. M. Portugal, pela Profa. Dra. Márcia Pereira da Silva e pela Profa. Dra. Suzani Silveira

Lemos França, e destaco aqui todo o apoio que as duas primeiras generosamente me deram no desenvolvimento das atividades. Fica um agradecimento especial também à Secretária do Departamento de História da UNESP/Franca, Jacimar F. Ferreira Rezende; aos Funcionários da Seção Técnica de Administração e Recursos Humanos, em especial à supervisora Marlene Colombino de Sá; da Seção Técnica de Finanças: em especial Éder Braz Alves Siqueira; da Seção Técnica de Comunicações, em especial Carlos Augusto de Carvalho e Jose Carlos Rezende; Do Serviço Técnico de Informática, em especial André Luiz Almeida Campos, Regina Célia Marques Freitas Silva e Luciano Gourlard de Brito; da Graduação: em especial ao Sebastião Granzoti; e outros funcionários amigos tais como: Fátima Garcia, Cláudio Riguetti, Laice André da Silva, Fátima Guiraldelli, Carlos Alberto de Souza, Marcinho, Valdinho e Marcão; entre estes últimos destaco o nome de Márcio Augusto Garcia que, de todos os funcionários da UNESP/Franca foi um dos que mais me apoiou e ajudou em diversos momentos; assim como Laura Odette Dorta Jardim; ambos na biblioteca de que, com a sua anuência, tanto abusei.

Junto à UNESP/Franca, ainda, agradeço ao livreiro e antes de tudo amigo, José Aurélio Guimarães – também por todo o companheirismo nos momentos em Franca imediatamente anteriores à minha mudança para o Nordeste, além da amizade de tantos anos. Agradeço da mesma forma todos os amigos e colegas da UNESP/Franca que, para evitar o ainda maior excesso de palavras, aqui não nominalmente citarei.

Com relação à continuidade de minha trajetória Profissional durante esse doutorado, e citando apenas a que ocorreu em Instituições de Ensino Superior, destaco primeiramente a Universidade de Franca – UNIFRAN, em especial à Magnífica Reitora, a Profa. Dra. Hercídia Mara Facuri Coelho, posteriormente dando lugar à Rosalinda Chedian Pimental; aos Pró-Reitores, em especial aos de: Ensino, Prof. Arnaldo Nicolella Filho; de Pesquisa e Extensão, Profa. Elisabete Ferro de Sousa Touse; e de Assuntos Comunitários, Prof. Andre Luis de Andrade Melo. Agradeço também a todos os meus Diretores nos cursos nos quais trabalhei: Prof. Julius Cezar Pimenta (Design em Moda e Estilismo), posteriormente substituído pelo Prof. Orlando Aparecido Cabrera; Profa. Zulmira Guasti Lima (Pedagogia); Profa. Adriana Mantese Gáspari (Turismo); Prof. Marcos Alves de Souza (História e Geografia); Prof. Fábio Pacheco (Jornalismo e Publicidade e Propaganda). Assim como a meus diretores nos cursos de Graduação à Distância: Prof. Milton Andreza dos Reis (História e Geografia) e Pedro Paulo Cardoso Balieiro (Filosofia). Assim como a todos os Professores e Funcionários, em especial: Fabrício Coelho Malta, Márcia Pereira Cabral, Emanuel Martins dos Reis, Rosana Aparecida Cintra, Nadia Rodrigues Alves Marcondes Luz Lima, Ariclenes Pólo Souza (*in memoriam*) e Simone Vioto Monteiro, Silvia Maria Conrado Jacinto, Jonas Marangoni, Cássio Tomain, Cléber Sberni, Laura Teika, Mateus Saturi, Liliana Guimarães, Fábio Swartele, Antônio Fernando Traina e com grande ênfase, Douglas Biaggio Puglia. Agradeço também a todos os funcionários das salas de professores (em especial ao Luigi e à Juliana), dos Recursos Áudio-Visuais, do setor de Recursos Humanos, da Pós-Graduação e da papelaria Krepon (em especial ao Daniel e ao Miguel) (e por extensão a todos os componentes do Time Renovados da Vila São Sebastião de Franca).

Já na Universidade Federal de Sergipe–UFS, junto ao Núcleo de Relações Internacionais- NURI, de onde tenho sido Prof. Temporário, agradeço ao meu Coordenador no Curso de Relações Internacionais, Prof. Dr. Edison Rodrigues Barreto Junior, nosso Vice-Coordenador, Prof. Dr. Israel Roberto Barnabé; à minha esposa e aqui colega de trabalho a Profa. Dra. Érica Cristina Alexandre Winand, todos os nossos outros colegas de trabalho, em especial aos também amigos Prof. Msc. Corival Alves do Carmo Sobrinho, Prof. Esp. Tiago Luedy Silva (bem como à nossa também amiga Raísa Santos), Profa. Msc. Rafaela Oliveira Ludolf da Silva e o Prof. Msc. André Luiz Cardoso Coelho. Agradeço cordialmente à Profa. Dra. Tereza C. N. França. Agradeço também aos nossos secretários no NURI: Monique, Tony e Daniel.

Junto ao curso de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal, do qual fui Coordenador de Tutoria, de setembro de 2011 a abril de 2012, agradeço especialmente ao Coordenador do Curso, o Prof. Edison Rodrigues Barreto Junior, à Coordenadora do Núcleo de Formação Continuada -

CESAD/UFS, Profa. Msc. Rosemeire Marcedo Costa; à nossa mais comprometida e séria tutora, Profa. Michelle Marry; à nossa secretária, Juliana Lessa e, por fim, a todos os nossos alunos e professores, em especial à Profa. Dra. Jussara Jacintho.

Agradeço ao grupo de pesquisa sob minha coordenação, o Grupo de Estudos Africanos – GEA, sem dúvida alguma, junto de minhas disciplinas, o maior motivo de motivação junto à UFS; agradeço, assim, nominalmente a cada um dos membros: Andre Luis Silva dos Santos, Hyego Reis de Santana, Lucas Uriel de Oliveira Lima, Marcelo Ricardo Alves Moreira, Sabrina Samara Silva da Conceição, Vinicius Cruz Campos, e os mais novos, Joana Maria Barreto Andrade, Paula Wolf e nosso membro externo ao curso de Relações Internacionais e à própria UFS, mas tão membro quanto qualquer outro, o aluno de Administração de Empresas da Universidade Tiradentes, Romário Souza.

Agradeço também ao Grupo de Extensão que coordeno ao lado da Profa. Dra. Érica Cristina Alexandre Winand, e do Prof. Dr. Edison Rodrigues Barreto Junior, que é o Observatório de Participação Social nas Organizações Internacionais-OPSI, projeto desafiador mas que já tem como algumas de suas principais vitórias a elaboração e divulgação da Newsletter de nosso Observatório de Participação Social Internacional e a aceitação por parte do Comissariado da Organização das Nações Unidas-ONU para a participação de alguns de nossos membros como observadores das reuniões do Rio+20, em junho de 2012. Agradeço assim, também nominalmente, a cada um de seus membros, bolsistas e voluntários: Flora Carvalho de Oliveira e Freitas Fonseca, Jose Antonio dos Santos Junior, Maria Graciarina de Santana Carvalho, Matheus Figueiredo Fernandes Santana, Roque Ferreira da Silva Junior, Sandra Cristine Silva Soares, Winnie Cristina Souza do Espirito Santo e Lylian Clara Soares de Moraes.

Agradeço a todos os meus orientandos-bolsistas do Programa Especial de Inclusão em Iniciação Científica-PIIC, ainda não incluídos em um dos dois projetos acima: Cristiano Armando Diniz Guerra Silvestre, Felipe Feitosa Castro, Roberto Teles Lima Barros e Ronaldo de Oliveira Santos Jhuniór. Agradeço especialmente aos Professores do NURI que assinaram os contratos para que eu pudesse orientá-los e que também me ajudam a fazê-lo: o Prof. Dr. Edison Rodrigues Barreto Junior, a Profa. Dra. Érica Cristina Alexandre Winand, e Prof. Dr. Israel Roberto Barnabé. Agradeço também ao meu aluno voluntário (PIIC-Vol), José Victhor Bezerra De Araujo Alvares Silva, por sua seriedade, constância e dedicação a seu trabalho de pesquisa, e também por confiá-lo à minha orientação. Agradeço também a meus outros orientandos: dos de iniciação científica, Lylian Clara Soares de Moraes, João Mario Ferreira Pinto e Bruna Fraga dos Santos, aos de Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, Miguel Bruno Soares Silva e Ana Carolina Fontes Martins.

Por fim, e ainda institucionalmente, agradeço profundamente e novamente dedico esse trabalho, aos alunos aqui anteriormente citados ou somente agora citados, de cada uma das disciplinas que ministrei no curso de Relações Internacionais da UFS: Política Internacional, História das Relações Internacionais I e II, História da Política Exterior do Brasil I e II, Processos de Integração nas Américas, Teoria e Processos de Integração Regional, Blocos Econômicos nas Relações Internacionais, Relações Internacionais da América Latina, Política Externa Brasileira I Métodos e Técnicas de Estudo e Pesquisa e, por fim, Americanização e Americanidades. Assim como os alunos que tive em qualquer dos cursos e instituições em que já dei aula. Pois apesar de me pretender acadêmico, até hoje não consegui me consolidar como pesquisador, mas apenas como professor “aulista”. Tanto porque a necessidade assim me impôs, como também porque dar aula sem dúvida alguma constitui uma das tarefas de que mais gosto e em que mais me realizo. Espero poder continuar atuando como professor até quando minhas energias e condição física assim permitirem; e até quando eu pensar que tenho algo a dizer e que valha a pena para alguém ouvir. Caros alunos, muito obrigado por terem me ajudado a chegar pelo menos até aqui. A vocês, também, dedico esse trabalho.

Gostaria ainda de agradecer a algumas pessoas queridas e especiais: o companheirismo, paciência e dedicação de Flora Carvalho de Oliveira e Freitas Fonseca; o carinho e a atenção de Helna Almeida de Araujo Góes e Rafael da Cunha Oliveira; assim como de Rafael Ribeiro Almico Fraga, João Ricardo Carvalho Barreto e também Jose Francisco Dos Santos Junior, Raiane Maciel Pinto e Sarah Bini Cruz Monteiro.

Gostaria de agradecer aos também Professores e amigos, pelo carinho e pela atenção, mas principalmente por serem para mim também uma referência: Héctor Luís Saint-Pierre, Suzeley Kalil Mathias, Claudio Silveira, Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann, Eduardo Mei e Samuel Alves Soares. Assim como aos também amigos Victor Augusto Ramos Missiato, Suélen Nobre Maioli, Maria Cecília de Oliveira Adão e Leonardo Ulian Dall Evedove.

Obrigado ao Prof. Dr. Bernardo Sorj que me concedeu parte de seu tempo em uma entrevista sobre Darcy Ribeiro, realizada no Centro Edelstein, no Rio de Janeiro, e que muito e significativamente me ajudou. Agradeço ao Prof. Cláudio Silveira pelo contato e por ter conseguido agendar para mim essa entrevista e por todo o cuidado ao me receber no Rio de Janeiro sempre que necessário e para ele possível. Assim como a generosidade pelos estímulos e apontamentos dados pelo Prof. Dr. José Flávio Sombra Saraiva, em cada uma de suas passagens por Franca, e no qual tenho buscado me referenciar para meus trabalhos nas disciplinas de História das Relações Internacionais que ministro na UFS. Agradeço também à Fundação Darcy Ribeiro-FUNDAR, e a cada um de seus funcionários, especialmente à memória de Tatiana Memória, fundamental para meus trabalhos sobre Darcy Ribeiro realizados na graduação e no Mestrado. Agradeço aos Professores que, presididos por meu Orientador, Prof. Dr. Alberto Aggio, participaram como avaliadores de minha banca de Qualificação de Tese, e muito contribuíram para o encaminhamento desse trabalho: Prof. Dr. Marcos Sorrilha Pinheiro; Prof. Dr. Aguinaldo de Souza Barbosa e como Suplente o Prof. Marcos Alves de Souza.

Agradeço ao apoio e incentivo dos queridos amigos Flávio Henrique Dias Saldanha e Letícia Ribeiro Macedo Moura, Alexandre Budaibes, Douglas Biaggio Puglia e Vilma Puglia, Andreza Cavallini e toda a sua generosa e acolhedora família. Agradeço também aos amigos que tornam a nossa adaptação e vivência em Aracaju mais fácil e prazerosa: Edison Barreto, Israel Barnabé, Luciano Fava, Fernanda Kolming e André Souza (bem como seus filhos e familiares), e Dona Ana.

Agradeço à indispensável e crucial ajuda, em casa, da Márcia e, em nosso condomínio, do Valmir.

Agradeço a todos os meus familiares, especialmente meus tios Tânia, Libânio, Kátia, João e Eliana; meus primos: Rodrigo, Joís, Tony, Gustavo, Caroline, Marita, Tatiana, Patrícia e Roberta (bem como todos os maridos, esposas e filhos dessa virtuosa e bela família que temos); agradeço especialmente à minha irmã, Beatriz. À memória de meu pai, Gualberto e minha mãe, Izilda; meu avô, José; e as memórias de minhas avós Dinah e Celeste. Obrigado também aos meus sogros Edilson e Maria Conceição, à minha cunhada Milena, como minha esposa costuma dizer, obrigado por ser tão especial; agradeço aos meus sobrinhos Joaquim e Julia. Agradeço aos meus dois primeiros filhos, Bento Winand Pinheiro e Capitu Winand Pinheiro (esses são mais a cara do pai), e à minha filha Luísa Winand Pinheiro (e que por sorte essa é mais a cara da mãe). Agradeço, por fim, à minha esposa, companheira, amiga, enfim, minha vida, Érica. Um dia nossa luta vai pesar menos e valer mais à pena. Tenho muito orgulho de você, de mim (por te ter a meu lado), e de nós, por tudo o que já enfrentamos, e apesar do pouco que construímos, mantermos um ao outro como nosso maior patrimônio e razão de existir. Obrigado por tudo o que você significa para mim, para nossos filhos e para nossa(s) família(s). À minha filha e à minha esposa, dedico também esse trabalho.

PINHEIRO, Lucas Miranda. “EL INGENIOSO CABALLERO” DARCY RIBEIRO: A TRAJETÓRIA DE UM “INTELECTUAL ANDANTE” NA CULTURA POLÍTICA UTÓPICA DO BRASIL E DA AMÉRICA LATINA. TESE DE DOUTORADO. 249p.

RESUMO

Este trabalho se propõe a compreender as principais ideias de Darcy Ribeiro, em suas diferentes áreas de atuação, com enfoque especial para a América Latina e o Brasil, com atenção para o que este intelectual estudou, elaborou teoricamente, projetou e colocou ou tentou colocar em prática, objetivando vincular diagnóstico, elaboração de projeto e realização de causas reiteradamente guiadas por motivações utópicas e colocadas à prova da implacável concorrência para determinação de realidade do universo da política. Trata-se de um trabalho com recorte limitado à História do Presente ou recente, que se propõe a dialogar com a História do Pensamento Político, no âmbito da História das Ideias, restrito à perspectiva da História Intelectual. Como referências fundamentais nos utilizamos de cinco das obras principais de Darcy Ribeiro: *O Processo Civilizatório*, *As Américas e a Civilização*, *O Dilema da América Latina*, *América Latina: a Pátria Grande* e *O Povo Brasileiro: formação e sentido do Brasil*. E como secundárias, toda a literatura direta ou indiretamente ligada a este intelectual. Para envolver o autor em seus contextos, o relacionaremos aos fatos históricos em que é chamado a participar, ou dos quais recebe influências, que de alguma maneira deduzimos contribuir para a elaboração de seu pensamento em relação à América Latina e o Brasil; bem como procuraremos traçar as correntes de pensamento e principais referências com as quais Darcy Ribeiro mais claramente dialoga nos diferentes períodos.

PALAVRAS CHAVE:

Darcy Ribeiro; Intelectuais; História das Ideias; Cultura Política Utópica Brasil; América Latina;

PINHEIRO, Lucas Miranda. “EL INGENIOSO CABALLERO” DARCY RIBEIRO: LA TRAYECTORIA DE UN “INTELECTUAL ANDANTE” EN LA CULTURA POLITICA UTÓPICA DE BRASIL E DE AMÉRICA LATINA. TESIS DE DOCTORADO. 249p.

RESUMEN

Este trabajo se propone a comprender las principales ideas de Darcy Ribeiro, en sus diferentes campos de actuación, con énfasis en América Latina y Brasil, con atención para lo que este intelectual estudió, elaboró teóricamente, proyectó y puso o intentó poner en práctica, con el objetivo de vincular diagnóstico, elaboración de proyecto y realización de causas reiteradamente dirigidas por motivaciones utópicas y puestas a prueba de la implacable concurrencia para determinación de realidad por el universo de la política. Este es un trabajo con recorte limitado de la Historia del Presente o Reciente, que se propone a dialogar con la Historia del Pensamiento Político, en el ámbito de la Historia de las Ideas, restringido a la perspectiva de la Historia Intelectual. Como referencias nos utilizamos de cinco de las principales obras de Darcy Ribeiro: *El Proceso Civilizador, Las Américas y la Civilización, El Dilema de América Latina, América Latina: la Patria Grande y El Pueblo Brasileño: la formación y el sentido de Brasil*. Y referencias secundarias, toda la literatura directa o indirectamente ligada a este intelectual. Para activar el autor en sus contextos, lo relacionaremos a los eventos históricos que lo requieren participar, o de los cuales recibe influencia, que de alguna manera deducimos contribuir para la elaboración de su pensamiento con respecto a América Latina y Brasil; así como procuraremos delinear las corrientes de pensamiento y principales referencias con las cuales Darcy Ribeiro más claramente dialoga en los diferentes periodos.

PALAVRAS LLAVE:

Darcy Ribeiro; Intelectuales; História de las Ideas; Cultura Política Utópica; Brasil; América Latina;

PINHEIRO, Lucas Miranda. “THE INGENIOUS KNIGHT” DARCY RIBEIRO: THE TRAJECTORY OF AN “ERRANT INTELLECTUAL” IN THE UTOPIAN POLITICAL CULTURE OF BRAZIL AND LATIN AMERICA. DOCTORAL THESIS. 249p.

ABSTRACT

This work intends to comprehend the Darcy Ribeiro's principal ideas, in his different fields of action, with a focus in Latin America and Brazil, with attention to what this intellectual studied, intellectually elaborated, projected and putted or intended to put in practice, pursuing to bound initial diagnosis, projects elaborations and the realization of causes repeatedly guided by utopic motivations checked out by the implacable competition to the reality determination of the politics universe. That is a study carried out by the History of the Present or Nowadays-History, that proposes to dialogue with the History of Political Thought, in the ambit of the History of Ideas, restricted to the perspective of Intellectual History. Like primary references we exploit five of the Darcy Ribeiro's main works: *The Civilization Process*, *The Americas and Civilization*, *The Dilemma of Latin America*, *América Latina: a Pátria Grande (Latin American Nation*, our translation) and *The Brazilian People: The Formation and Meaning of Brazil*. And like secondary references or sources we exploit all of the direct and indirect literature we know from and about this intellectual. To involve Darcy Ribeiro into the different contexts he lives, he will be linked to the historical facts we deduce he receives influences, in order to compound his thinking about Latin America and Brazil; in the same way we will seek, in the different periods, the intellectual streams and references more representatives of the Political Ideas more exploited by our character.

KEY-WORDS:

Darcy Ribeiro; Intellectuals; History of Ideas; Utopic Political Culture; Brazil; Latin America;

LISTA DE TABELAS E QUADROS

- QUADRO 1: Etapas Evolutivas em Diversos Esquemas Conceituados. Cap.5 p.097
- QUADRO 2: Seqüências Básicas da Evolução Sociocultural em Termos de Revoluções Tecnológicas, de Processos Civilizatórios e de Formações Socioculturais Cap.5 p.102
- QUADRO 3: Modos de Integração da Civilização, Revoluções tecnológicas, e Formações socioculturais..... Cap.5 p.103

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO:

Diferentes caminhos para a Cultura Política Utópica na realidade do Brasil e da América Latina 015

CAPÍTULO 1:

Darcy Ribeiro, “Processos de Socialização” e traços na formação de um pensamento e na definição de um comportamento utópicos 025

CAPÍTULO 2:

Darcy Ribeiro entre a Etnologia e a Antropologia: do “denuncismo salvacionista” à reconstrução do patrimônio socio-histórico brasileiro 039

CAPÍTULO 3:

Darcy Ribeiro entre a utopia e a realidade da política do Brasil e da América Latina: idas e vindas entre o voluntarismo da “Revolução Autoritária” e a participação no Trabalhismo Democrático-Reformista 049

CAPÍTULO 4:

Darcy Ribeiro e a Reforma da Educação no Brasil e na América Latina como caminho fundamental para o desenvolvimento 072

CAPÍTULO 5:

A ousadia de Darcy Ribeiro: a participação de um “Brasileiro”, “Latino-Americano” e “Subdesenvolvido” na revisão das Teorias da Evolução Sociocultural 088

CAPÍTULO 6:

Darcy Ribeiro e a América Latina: Produção Acadêmica, Ensaísmo e Literatura na Cultura Política Utópica de “*Nuestra América*” 113

CAPÍTULO 7:

O Brasil como objeto de Darcy Ribeiro: da Teoria do processo de formação e identidade do “*Povo Brasileiro*” ao clamor pela “*Revolução Necessária*” 192

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Da validade da Utopia sobre a Realidade no trabalho do intelectual: importância de uma Cultura Política Utópica no Brasil e na América Latina ... 230

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

..... 241

APRESENTAÇÃO:

Diferentes caminhos para a Cultura Política Utópica na realidade do Brasil e da América Latina

De acordo com Antônio Cândido, Darcy Ribeiro (1922-1997) “teve a capacidade de viver muitas vidas em uma só” (RIBEIRO, 1995,p.2). Em qualquer leitura de apresentação de Darcy Ribeiro o lugar comum é encontrar a identificação de seus diferentes campos de atuação: foi etnólogo, antropólogo, educador, político, exilado, ensaísta, romancista, legislador, político e crítico social, do Brasil, da América Latina, e do Mundo¹. Além disso, nos diferentes contextos em que atuou Darcy Ribeiro via de regra ganhou grande repercussão, sem contar que em alguns deles ainda realizou grandes projetos, desde que ingressou na vida pública na década de 1940, até a sua morte, no final da década de 1990. Isso nos direciona a uma importante característica de Darcy Ribeiro: a de dialogar intensamente com as principais referências de cada contexto e momento.

Darcy Ribeiro via a sua obra como o fruto de um esforço de conjugação de conhecimentos de diferentes áreas de atuação, meditado pela postura do cientista social sobre sua experiência política e, como político, reavaliando suas responsabilidades de estudioso (RIBEIRO, 1991, p.10). Com base nesses elementos, Helena Bomeny o caracterizou como um intelectual “militante engajado” (2001, p.25), dado o fato de, não só conectar estreitamente causas “ideológicas” a reiterados projetos de intervenção, como também ao fato de que, em cada atividade que exercia, respaldava-se de maneira marcante em convicções político-ideológicas sempre polêmicas, e, por vezes, ferrenhamente combativas e combatidas, e que exigiam, portanto, exemplar militância.

Isso, obviamente, conflui para o fato de que, para participar de diferentes contextos e sob tantas perspectivas político-ideológicas em confronto, assumiu diferentes posturas. O que não deveria ser um problema, se aos olhos de seus críticos não fosse possível

¹ Entre os livros de antropologia acadêmica, projetos de reforma universitária, romances, ensaios sobre o Brasil e a América Latina, e revisões sobre as teorias da evolução humana, Darcy Ribeiro, até o ano de 2000, contava com aproximadamente trinta diferentes publicações, com cerca de 200 edições somadas, em diversos países do mundo – entre eles: Uruguai, Argentina, Chile, Peru, Venezuela, Cuba, México, Estados Unidos, Portugal, Espanha, França, Itália, Alemanha, Inglaterra, Polônia, Hungria, Tchecoslováquia, Israel e Argélia – entre outros.

identificar, para cada um desses contextos, posições não somente diferentes, não lineares, descontínuas, mas principalmente profundamente contraditórias. Com relação a isso dizia o próprio Darcy Ribeiro que se orgulhava de mudar de convicções de acordo com o que acreditava serem as exigências de cada momento (2001, p.39). A primeira dificuldade, na definição nos itinerários intelectuais de Darcy Ribeiro, consiste, portanto, em aclarar essas mudanças de filiações político-ideológicas e torná-las compreensíveis, não para justificá-las, longe disso, mas apenas para contextualizá-las, de acordo, também, com as concepções do próprio autor.

O que de fato importava, na visão de Darcy Ribeiro, era conseguir defender suas “causas”. Ele se auto-designou, antes de tudo, como *“homem de fé e de partido”*, que *“fazia tanto política como ciência, movido por razões éticas, definindo causas as mais variadas com vistas a, antes de tudo, ser participante”* (1995a, p.17). *“Ser participante”*, aspirar *“influir sobre as pessoas”*, *“ajudar o Brasil a encontrar a si mesmo”*, *“libertar a América Latina da exploração”*, entre tantas outras. Pelas suas supostas pretensões desmedidas, Darcy Ribeiro foi considerado por muitos, como extremamente vaidoso e mesmo presunçoso, e, talvez, ele mesmo tenha desejado construir tal imagem. E de tão vaidoso e presunçoso: fátuo, vão, ingênuo e inconsequente. O que para Darcy Ribeiro poderia se parecer com “convicções”, aos olhos de terceiros poderiam parecer “auto enganações”. Um diálogo entre racionalidade e passionalidade também acompanha Darcy Ribeiro: “causas racionais” transformadas em “passionais”, ou grandes paixões a serem perseguidas de maneira “racionalizada”, no sentido de se tornarem realidade. Esses processos de “racionalização de paixões” não teriam chegado a enganar, por diversas vezes, o próprio Darcy Ribeiro? Ou o teriam levado a se apaixonar demasiadamente por suas “racionalizações”?

Darcy Ribeiro sempre possuía, assim, grandes convicções e temas a serem perseguidos, que de tão abrangentes e difíceis – para o autor ou qualquer intelectual atuante –, correntemente transformavam-se em causas impossíveis. Impossíveis até que o próprio Darcy Ribeiro se cansasse delas, para depois as transformar em empreendimentos utópicos. E como o intelectual em questão pressupunha serem as utopias projetos perfeitos a serem realizados em seu devido momento, tomava suas utopias, antes inadiáveis e realizáveis, como “fracassos” vitoriosos contra seus opositores de má vontade.

Ao longo de uma carreira de projetos realizados e não realizados, Darcy Ribeiro acreditava ter deixado como exemplo e solução para os problemas do Brasil, da América Latina e do Mundo, a capacidade de se indignar. E a partir da indignação reivindicar, e se possível muito mais do que isso, realizar pequenas e grandes revoluções. Revoluções de qualquer tipo, desde que Revoluções: “*Darcy Ribeiro sonhou, por muitos anos, com uma revolução para o Brasil, mesmo quando já era ministro de Estado e exilado político. Seus livros sobre a América Latina e o Brasil exibiam esse ideal e buscavam estratégias para sua implantação*” (GOMES, 2000, p.52). Para Darcy Ribeiro, pensar a América Latina ou o Brasil, corresponderia a traçar planos de ação política para resolução de seus problemas, realizando um processo de mudança social, proveniente de uma “*compulsão social*” necessária, para a superação do atraso e da dependência e compor, o que chamava de “*Pequena Utopia Latino-Americana*”.

As questões que acima se apresentam ganham maior relevância quando respaldadas nas bases metodológicas da chamada História Intelectual, a qual, segundo Helenice Rodrigues da Silva:

...parece visar dois pólos de análise: de um lado, o conjunto de funcionamento de uma sociedade intelectual (o ‘campo’, na versão de Pierre Bourdieu), isto é, suas práticas, seu modo de ser, suas regras de legitimação, suas estratégias seu *habitus*; e de outro lado, as características de um momento histórico e conjuntural que impõe formas de percepção e de apreciação, ou seja, modalidades específicas de pensar e de agir de uma sociedade intelectual (LOPES, 2006, p.16).

Quaisquer inferências a elas relacionadas, portanto, só começam a se delinear após ter sido compreendido o pensamento político de Darcy Ribeiro. É na teia reflexiva tecida pela relação entre o intelectual estudado e as ideias por ele elaboradas, que poderemos aproximar suas ideias com as dos grupos de atuação política aos quais ele tenha pertencido. Considerando que a obra intelectual de Darcy Ribeiro estimulou e colocou em prática, à sua maneira, uma forma de militância política, faz-se imprescindível inseri-la em seu contexto específico, a fim de que ganhe sentido. Isto advém da concordância de que:

Uma grande parte da nossa prática como historiadores consiste em aprender a ler e reconhecer os diversos idiomas do discurso político da forma pela qual se encontravam disponíveis na cultura e na época em que o historiador está estudando identificá-los à medida que aparecem na textura lingüística de um determinado texto e saber o que eles comumente teriam tornado possível ao autor do texto

propor ou dizer. (...). O historiador persegue sua primeira meta, lendo extensivamente a literatura da época e aguçando sua própria sensibilidade e intuição para detectar a presença dos diversos idiomas (POCOCK, 2003, p.32-3).

Assim, o trabalho ora apresentado considera também o legado da História das Ideias Políticas, sem a qual seria difícil, “[...] *dar sentido a discursos emaranhados ou incoerentes, descobrir as linhas de força sob uma aparente confusão, identificar melhor o que muda e o que permanece nas ideias em curso*” (WINOCK, 1996, p.287).

De forma mais definida, buscamos relacionar os itinerários políticos em que Darcy Ribeiro se encontra envolvido para poder localizá-lo frente às diferentes ‘*culturas políticas*’ em que estão imersas todas as ideias políticas em diálogo em seus respectivos momentos. Levando-se em conta, obviamente que, de acordo com Berstein, “*a cultura política é mais uma resultante do que uma mensagem unívoca (vetor unidirecional)*”; em outras palavras, não há uma única cultura política, mas diferentes culturas políticas em um mesmo ponto de análise (BERSTEIN in RIOUX, 1998, p.356) – e, portanto, teríamos de conhecer de modo pertinente as diferentes maneiras com que uma suposta cultura política utópica do Brasil e da América Latina se manifestaria em diferentes momentos e qual a sua relação com as ideias de Darcy Ribeiro, nos respectivos contextos.

Em se tratando especificamente de Darcy Ribeiro e de suas principais vivências em cada um de seus campos de atuação, não foram encontradas dificuldades, já que, praticamente toda a literatura sobre Darcy Ribeiro, no Brasil, priorizando um ou outro de seus campos de atuação, dedica-se particularmente a estes objetivos. Destacam-se os textos de: Guilherme Azevedo (2002), Mércio Pereira Gomes (2000), Vera Brant (2002) e Eric Nepomuceno (2001). Ainda no sentido de reconstituição da trajetória intelectual de Darcy Ribeiro, pode-se contar também com a autobiografia do autor (RIBEIRO, 1997a), desde que tomados os devidos cuidados metodológicos. Conta-se ainda com dois livros de entrevistas: um realizado no Rio de Janeiro com o próprio Darcy Ribeiro, pouco antes de sua morte (1997b) e o outro organizado por Haydée Ribeiro Coelho (2003), com intelectuais uruguaios que trabalharam junto de Darcy Ribeiro, quando o mesmo se encontrava no exílio, na década de 1960.

Na literatura relacionada ao Darcy Ribeiro, existem abordagens tangenciais ao tema proposto neste trabalho; tais como a dissertação de mestrado na área de Filosofia de Lourenço Zancanaro (1990); na área de antropologia, como o trabalho de Danilo Lazzarotto (2000); e na área de educação, a dissertação de mestrado de Paulo de Tarso

Gomes (1989); e que justamente por tangenciar o tema central deste trabalho, contribuem secundariamente.

Em se tratando do tema “Educação”, em Darcy Ribeiro, há de se destacar duas referências de Helena Bomeny (2001a e 2001b), enfatizando novamente que suas contribuições não incidem diretamente sobre o objeto desta pesquisa. A não ser pela noção, forjada pela autora supracitada, segundo a qual, Darcy Ribeiro seria um “intelectual militante” ou “intelectual engajado”, o que constitui uma referência fundamental para o entendimento do personagem Darcy Ribeiro, que não concebe a atividade científica sem uma veia política marcadamente “militante” e “engajada”. Análise que ao longo da tese buscamos corroborar.

Assim, buscamos compreender Darcy Ribeiro a partir de sua trajetória intelectual, como já dito, em diferentes áreas de atuação, para, desta forma, tentar compreender aspectos constantes da contribuição de Darcy Ribeiro enquanto intelectual engajado, não somente latino-americano, mas acima de tudo brasileiro. Afinal de contas, a verdadeira preocupação e projeto de Darcy Ribeiro sempre fora “*entender o Brasil do passado e do presente*” (RIBEIRO, 1991, p.09). Essa proposta de entender o Brasil e de transformá-lo segundo sua linha de orientação ideológica tornou-se quase uma obsessão intelectual. É o norte da construção de quase toda a sua obra, concretizada no trabalho que o próprio autor considerava sua obra-prima: *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* (RIBEIRO, 1995b, p.11). Aqui, atribuímos destaque à filiação ideológica a causas utópicas que se tornou uma característica constante de todas as atuações de Darcy Ribeiro nos diferentes campos em que participou, assim como o desejo de renovação.

Quando do recebimento do título de Doutor Honoris Causa da Pontifícia Universidad Católica del Perú, em dezembro de 2008, Mario Vargas Llosa escreveu o discurso intitulado “*Sueño y realidad de América Latina*” (VARGAS LLOSA, 2010), em que se dedica exatamente a contrapor essas duas dimensões do imaginário e da realidade da América Latina. Llosa descreve uma região historicamente marcada pela violência, pela arbitrariedade e pelos abusos de poder; principalmente nos contextos em que militares, com causas as mais variadas, em cada país em que atuam, se outorgam do direito de estabelecerem regimes de exceção para o encaminhamento de algum projeto defensivo da população, ou transformação de sistemas políticos ou ainda das formas de ordenação social. Llosa identifica, assim, para a América Latina, para além da

permanência histórica desse elemento militar, a sobrevivência de outros “Grandes Poderes”: uma oficialidade burocrático-administrativa (respaldada no direito e na legalidade); a igreja (da catequese à atuação nos sistemas de ensino público e privado de educação); o já mencionado exército (das lutas por ocupação e fixação no território, demarcação e proteção do mesmo contra invasões, repressão a movimentos autonomistas ou separatistas, manutenção da unidade e das dinâmicas de gestão e governo, via tributação e garantia de recursos naturais fundamentais e estratégicos); um empresariado, enquanto uma elite letrada constituída por proprietários de terras, liberais reformistas modernizadores, industriais vinculados ao capital multinacional, os representantes dos interesses do capital internacional e das próprias empresas multinacionais. Em síntese, Llosa apresenta a realidade latino-americana como marcada pela predominância de interesses de elites ante todas as respectivas comunidades sobre atuam.

Como contrapartida, haveria também em todo o contexto latino-americano movimentos de oposição aos processos de exploração estabelecidos por essas elites, manifestos por atos de rebeldia e sublevação. Na visão de Roberto Fernández Retamar (2006), esses movimentos lutariam pela construção de outra realidade, com um novo sentido comum, com nova escala de valores. E se num primeiro momento Retamar acredita que a resistência maior se dá mesmo contra o etnocídio, essa mesma resistência transigiria depois contra todas as formas de extermínio das culturas tradicionais e a silenciosa aniquilação dos pobres e humilhados.

Desse conflito, para Llosa, resultaria a “identidade latino-americana”, ainda não definida, mas já há muito tendo sido vivida. Não um “porto definitivo”, apenas um movimento conflitivo pela busca de superação das situações adversas.

A estes dois grupos se agregariam ainda intelectuais, que fundariam uma América que bem poderia ser perfeita, pois oporia à perversa realidade uma América utópica com potencial para ser perfeita. Mas novamente o principal problema dessas elaborações utópicas seria a realidade em si, que se oporia frequentemente à afirmação desses “sonhos”, nutridos pela paixão, em sua luta contra as injustiças e desigualdades.

O substrato dessa intelectualidade constituiria o seu compromisso ético de não esmorecer frente a seus princípios, defendidos em processo contínuo de criação e recriação, em busca de rebelião e subversão; para Llosa, algo que só existe no, e ao mesmo tempo é típico do, “mundo dos intelectuais”. Tratar-se-iam de transgressões? Sem

dúvida, mas de transgressões poéticas. Ou, seja, de transgressões que intrinsecamente carregam a sua própria “licença poética” para existirem. Na visão de Retamar, isto constituiria uma intensa “batalha de ideias” em que intelectuais se utilizam de críticas como armas e, assim, teria se edificado a melhor parte da riqueza do pensamento social latino-americano, como forma de resistência.

Ainda que para Llosa a realidade nutrisse reiteradamente a lógica inócua que a nega, persistiria o espírito da rebelião, apesar da evidência de que não poderiam sobreviver a seus próprios sonhos. Manter-se-ia o afã pela revolta, a transgressão, a rebelião contra a verdade, como a própria razão de ser e existir.

Após três séculos de submissão colonial, seguidos por mais dois séculos de neocolonialismo, a Revolução Cubana reavivaria tudo isso; pois a partir da mesma, a utopia latino-americana se faria, sim, possível. Nesse contexto, os heróis poeticamente se fazem daqueles que fenecem em luta, sobrepondo-se ao medo e à dor, para realizar um ato de rebeldia que os define, cujo mérito consiste em simplesmente não aceitar os ditames da realidade, rechaçando os abusos de poder, buscando fazer algo que os permita encontrarem-se e identificarem-se na utopia. Construção intelectual cativante, corroborada por uma legião de rebeldes, tantos quantos se colocassem ingenuamente frente a tais ideias, por desespero ou cumplicidade. Nesse universo estão muito próximas a capacidade de sonhar e a capacidade de se rebelar.

Para Retamar haveria desde a origem da utopia, no final do século XV, como uma ideia espelhada no Novo Mundo, até o contexto de reinvenção utópica da mesma via revolução, toda uma tradição acadêmica, ensaística e literária, devotadas à utopia.

Para Vargas Llosa isso não passaria de um mundo de sonhadores, idealismos, delírios apaixonados. Pois acima das utopias revolucionárias haveria ainda as utopias conformadoras, de caráter conservador; apenas alguns exemplos: a religiosidade catequética de onde originaria todo um conjunto de princípios éticos e morais e, de certa forma, estaria na base da proposta de pensamento comunitário judaico-cristão; as teorias civilizatórias, em suas vertentes modernizadoras, desenvolvimentistas, globalizadoras ou sustentabilizadoras; as teorias de conformação e manutenção do Estado, até os recentes debates de liberdade, democracia e direitos humanos. Enfim, a América Latina, e como parte dela o Brasil, não teria apenas diferentes culturas políticas, mas também diferentes culturas políticas utópicas, revolucionárias ou conservadoras.

Quando Retamar apresenta o seu curso sobre o “*Pensamento de Nuestra América*”, ele justifica sua abordagem não em torno de assuntos, mas de ideias sobre os assuntos: “*Pues lo que se aborda en este curso es el pensamiento, antes que las realidades sobre las que se piensa*” (RETAMR, 2006, p.22). Reivindicamos para este trabalho também este recorte. Partimos assim, para o que propomos nesse trabalho: compreender o pensamento e a atuação do intelectual Darcy Ribeiro, em diferentes áreas (etnologia, política, educação, teoria acadêmica e ensaísmo militante), e com diferentes referenciais de diálogo intelectual (acadêmico, ensaístico, literário) e o modo como, para além de todas essas variáveis, apresenta-se uma constante de origem e fim nas leituras e propostas do autor: uma incrível capacidade crítica de construção de diagnósticos sobre as realidades com as quais se põe em contato e, por outro lado, uma profunda vocação utópica para encaminhamento das soluções dos problemas que o mesmo identifica, e sobre os quais se propõe a atuar. Portanto, vinculamos Darcy Ribeiro a esta mesma Cultura Política utópica da América Latina e, como sua parte, o Brasil. Para encaminhar o que sugerimos, organizamos o trabalho da maneira como se descreve.

No primeiro capítulo, “*Darcy Ribeiro, ‘Processos de Socialização’ e traços na formação de um pensamento e na definição de um comportamento utópicos*” buscaremos compreender o seu processo de formação e construção social e intelectual e heranças de caráter familiar, religioso, político e sua tendência à intelectualização e às atividades imaginativas. Trabalhamos neste capítulo o processo de construção e consolidação intelectual de Darcy Ribeiro, o que seria a base para todos os projetos de utopização que realizaria ao longo de toda a sua vida.

No segundo capítulo, “*Darcy Ribeiro entre a Etnologia e a Antropologia: do ‘denuncismo salvacionista’ à reconstrução do patrimônio socio-histórico brasileiro*” trabalhamos a inserção profissional de Darcy Ribeiro a partir de sua área de especialização, a etnologia, e o modo como dentro da mesma, o autor elege os problemas relativos às comunidades indígenas brasileiras, pautados a partir de largo estudo histórico, etnológico e antropológico e, como, a partir dos diagnósticos a que chega, Darcy Ribeiro se propõe a atuar e intervir na utopia que ele chamará de “salvamento” dos indígenas brasileiros.

O terceiro Capítulo, “*Darcy Ribeiro entre a utopia e a realidade da política do Brasil e da América Latina: idas e vindas entre o voluntarismo da ‘Revolução*

Autoritária' e a participação no Trabalhismo Democrático-Reformista” é dedicado à transição da militância comunista e suas utopias de transformação revolucionária da realidade, nas décadas de 1940 e 1950, para um sem número de utopias reformistas, entremeadas de lapsos de propostas revolucionárias, que acompanhariam o autor em suas atuações no universo da política do Brasil e da América Latina, da década de 1960 até o momento de sua morte, na década de 1990.

No quarto capítulo, *“Darcy Ribeiro e a Reforma da Educação no Brasil e na América Latina como caminho fundamental para o desenvolvimento”* trabalhamos um outro universo que passaria a ser uma constante na trajetória intelectual de Darcy Ribeiro, que é o seu envolvimento com a temática da Educação e como, de propostas de compreensão e reforma da educação, do ponto de vista estrutural ou até mesmo em relação aos seus parâmetro legislativos, do ensino básico a projetos complexos de reforma universitária, são definidas utopias para a educação do Brasil e da América Latina, no sentido de oferecer a seus povos a formação necessária para a transição da condição de atraso e dependência para a de desenvolvimento e autonomia.

No quinto capítulo, *“A ousadia de Darcy Ribeiro: a participação de um ‘Brasileiro’, ‘Latino-Americano’ e ‘Subdesenvolvido’ na revisão das Teorias da Evolução Sociocultural”* buscamos entender a ousadia de Darcy Ribeiro em romper com as leituras lineares de evolução e desenvolvimento de comunidades humanas de acordo com o que já tinha sido feito até a década de 1960 e a proposição de uma rediscussão a partir da perspectiva que não representasse apenas e tão somente a história da evolução e do desenvolvimento das comunidades europeia-ocidentais, e o exercício de aproximação e distanciamento de qualquer outra comunidade em relação às primeiras. Pelo contrário, usando os conceitos que são trabalhados pelo autor, considerando suas diferenças de “processos civilizatórios”, “revoluções tecnológicas” e “formações socioculturais”, e permitir com que qualquer sociedade humana fosse compreendida de acordo com suas especificidades e com o direito à elaboração ou não de projetos de transição a outros “padrões civilizatórios”, corroborar ou não com inovações ou incorporações tecnológicas, aproximar ou não suas formações socioculturais ao modelo dos europeus-ocidentais, conservar suas próprias característica ou até mesmo estabelecer recomposições culturais umas com as outras, como o que ocorreria, na visão de Darcy Ribeiro e como exemplo, entre os diferentes latino-americanos. Para tanto Darcy Ribeiro desenvolverá não somente

revisões, e novas proposições teóricas, como também inovará, em relação a todo o aparato conceitual relativo aos processos de evolução sociocultural.

No sexto capítulo, “*Darcy Ribeiro e a América Latina: Produção Acadêmica, Ensaísmo e Literatura na Cultura Política Utópica de ‘Nuestra América’*” buscaremos analisar os diferentes diálogos intelectuais nos quais se envolve Darcy Ribeiro para estudar os processos de formação, as causas do desenvolvimento desigual e as possibilidades de autonomização oferecidas aos Latino-americanos. Assim como em relação às teorias da evolução sociocultural, Darcy Ribeiro proporá inovações teórico-metodológicas, realizará diagnósticos para cada uma das regiões latino-americanas, de acordo com suas especificidades, mas também para todo o conjunto, no sentido de realizar diferentes utopias para a América Latina coerentes com as propostas do que identificaremos como a “Cultura Política Utópica” de “*Nuestra América*”.

Por fim, no sétimo e último capítulo, “*O Brasil como objeto de Darcy Ribeiro: da Teoria do processo de formação e identidade do ‘Povo Brasileiro’ ao clamor pela ‘Revolução Necessária’*”, acompanharemos Darcy Ribeiro em seu último esforço, apesar de um projeto de toda a sua vida, de exercício intelectual que parte de exaustivos diagnósticos operados sobre fragmentos de realidade, mas com o objetivo de se estruturar retoricamente utopias de transformação e melhoria de acordo com desejos individuais do autor, e em alguma medida também de toda uma tradição utópica brasileira.

Enfim, pretendemos conseguir analisar os diferentes momentos da trajetória intelectual de Darcy Ribeiro, analisando seus estudos e ideias em cada uma das áreas em que se propõe a atuar e, ao mesmo tempo, identificar em que medida ele se aproxima de tradições utópicas de pensamento presentes tanto na realidade do Brasil quanto da América Latina.

Não objetivamos legitimar ou referendar, nem o autor, nem suas interpretações e tampouco as suas propostas, mas apenas apreender em que medida o exercício intelectual de compreensão, apropriação e proposta de transformação da realidade vincula atividades de racionalização e projeção, em âmbito concreto ou somente imaginário e, ao mesmo tempo, qual poderia ser a validade da Utopia sobre a realidade para a intelectualidade do Brasil e da América Latina.

Enfim, para chegar ao que propomos submetemos a sequência de capítulos do presente trabalho.

CAPÍTULO 1:

Darcy Ribeiro, “Processos de Socialização” e traços na formação de um pensamento e na definição de um comportamento utópicos

O objetivo desse capítulo é mostrar o processo de formação intelectual de Darcy Ribeiro, com base em suas condições familiares e pessoais, o processo de construção de seu repertório intelectual, suas principais influências e referências, dentro de um contexto muito mais amplo que é o de formação das Ciências Sociais no Brasil, entre as décadas de 1940 e 1950. Assim, tentaremos mostrar o processo de formação e autonomização intelectual e política de Darcy Ribeiro e, ao mesmo tempo, definir as bases de elementos que permanecerão presentes em sua leitura de mundo e postura de atuação até as últimas manifestações com relação a estes aspectos por parte de Darcy Ribeiro, quando já perto de sua morte, no final da década de 1990.

Darcy Ribeiro nasceu no dia 26 de outubro de 1922, na cidade de Montes Claros, tendo sido concebido no seio de uma típica família tradicional do norte de Minas Gerais. Seu pai, Reginaldo Ribeiro, era gerente de uma pequena fábrica de tecidos, a Fábrica do Cedro, e sua mãe, Josefina Augusta da Silveira Ribeiro, professora de escola primária. Foi o filho mais velho e teve apenas um irmão, Mário Ribeiro.

Quando se refere à família de seu pai, Darcy Ribeiro revela que era uma família de posses, atuante no ramo do garimpo, no contrabando de diamantes, e por vezes, de pessoas que ocupavam cargos políticos importantes, como no caso de seu avô, que chegou a presidente da câmara e acumulou o cargo de prefeito de Montes Claros (RIBEIRO, 1997a, p.28).

Em determinado momento, com a morte prematura do pai quando Darcy Ribeiro estava ainda com apenas três anos de idade, ele e seu irmão passariam a ser criados apenas pela mãe; o que teria diminuído consideravelmente os recursos da família, que passou a viver basicamente com os proventos que a mãe conseguia levantar:

Minha mãe, desempregada, se desdobrava fazendo doces e bolos para todo tipo de festas. (...) Nesse quadro de crise veio um mês em que não pagou a conta de luz.

Pois não é que o empregado de Vidinha¹, vexadíssimo, cortou o fusível, nos deixando às escuras. (...). Só voltamos a ter luz elétrica quando restabeleceram o emprego de professora de mamãe. (...) O salário de professora de mamãe dava para manter a família com independência e nunca passamos necessidade. Exceto ocasionais, como essa (RIBEIRO, 1997a, p.31, *passim*).

Um segundo episódio de dificuldade, também marcante na vida de Darcy Ribeiro, foi quando ele, seu irmão e sua mãe, por pressão de seus tios maternos, tiveram de abandonar a casa em que viviam para se instalar na casa de seu avô materno:

Minha mãe, aos 23 anos, desvairada, largou sua casa enorme, a melhor talvez de Montes Claros, com o mobiliário todo, até as panelas da cozinha. De tudo se apropriou meu tio Plínio, que chegara médico recém-casado, precisando de casa bem equipada. Para meus tios, tudo pertencia a vovó e, portanto, a eles. Mamãe se acolheu à casa de seu pai, levando a mim e ao Mário. Lá nos criou, trabalhando sempre (RIBEIRO, 1997a, p.34).

Talvez por isso a figura familiar, para além de sua mãe, que mais marcou a vida de Darcy Ribeiro, tenha sido seu tio materno, Filomeno:

Meu tio e padrinho Filomeno foi o último Coronelão de Montes Claros. Enricou gerindo bens da minha avó, mãe dele. Era homem no seu estilo sábio e sagaz. Dirigiu a política por décadas como o coronel mais poderoso da região. (...) Tio Filomeno cuidava dos bens meus e de Mário, que éramos menores, herdados de Vovó Deolinda. Recebia e vendia os direitos às ações do banco, prometendo comprar gado para nós. Nunca comprou (RIBEIRO, 1997a, p.31-2, *passim*).

Ao complementar a descrição da família de sua mãe, Darcy Ribeiro diz que se tratava de uma família católica, de mulheres “*devotas de confissão e comunhão freqüente, parecendo virtuosas*”, “*os homens também*”, vinculados ao “*mais pleno domínio da cultura arcaica mineira*” (RIBEIRO, 1997a, p.35-7, *passim*). Esta afirmação pode ser confirmada com base nos próprios relatos do autor sobre sua infância e sua origem, no livro autobiográfico *Confissões*, em que Darcy Ribeiro relata as palavras de um amigo que em determinado momento decidiu fazer um retrato do autor:

Darcy descende de fazendeiros da pesada e costuma dizer que seu belo romance, *O Mulo*, é o romance da brutalidade da sua gente, do seu pai, dos seus tios, do seu

¹ A empresa elétrica da cidade era do irmão mais velho, e falecido, do pai de Darcy Ribeiro, cuja viúva, “Vidinha”, ordenara o corte no abastecimento de luz em sua casa: “Figura marcante mesmo foi meu tio Chico Ribeiro, irmão mais velho de meu pai. Quando morreu tinha duas importantes fábricas de tecido, a empresa elétrica que iluminava a cidade, fazendas e muito dinheiro com que ajudou a fundar o Banco do Comércio de Minas Gerais como um dos principais acionistas”. Cf. RIBEIRO, 1997a, p.30.

avô. A classe dominante brasileira é intrinsecamente bruta. O livro seria um mergulho nessa brutalidade, na mineiridade, na goianidade, do Brasil rural, duro, rústico e, ao mesmo tempo, sensível (RIBEIRO, 1997a, p.104).

O que mais chama a atenção é que, descendendo de duas famílias que compunham, cada qual a sua maneira, a elite política e econômica da região de Montes Claros, no Norte de Minas Gerais, com a morte de seu pai, Darcy Ribeiro, ao lado de sua mãe e de seu irmão, sem deixar de fazer parte deste modo de vivência, praticamente perdeu perspectivas de vir a se reproduzir dentro deste “*habitus*” de elite, perdendo inclusive o acesso a quase tudo o que, de acordo com relatos do próprio Darcy Ribeiro, lhes deveria ter sido legado por direitos de sucessão.

Vivendo na casa do avô, em contato com familiares de poder e prestígio na cidade e na região de Montes Claros, Darcy Ribeiro, desde menino foi se construindo como pessoa: “*Sempre vivi enrolado em assuntos de igreja porque o povo dos Silveira não fazia outra coisa. Os moleques da cidade se dividiam nas mesmas linhas dos partidos políticos e brigavam com igual entusiasmo. Eu liderava o bando do lado de cima*” (RIBEIRO, 1997a, p.35).

Com base na composição familiar acima descrita, Darcy Ribeiro parece assim corresponder ao perfil estabelecido por Sérgio Miceli, em seu livro *Intelectuais à Brasileira* (2001), quando este elege um número significativo de “*vidas exemplares*” e por “*celebrações biográficas*”, constrói o perfil da formação das elites letradas que derivam da “República Velha”, ou “Oligárquica” para conformar o que posteriormente viria a ser uma elite já atuante no movimento modernista da década de 1920 (MICELI, 2001, p.20-1). Nas palavras do autor:

... os letrados em questão são originários de famílias oligárquicas cuja situação material está em declínio e cujo único vínculo com as frações dirigentes é de parentesco ou de compadrio (...) o ingresso nas carreiras intelectuais associa-se, de um lado, à posse de trunfos que resultam da posição de fratria ou linhagem (como por exemplo, o fato de filho único, de ser primogênito, de ser o único filho homem etc.) e, de outro, aos efeitos que provocam *handicaps* sociais (tais como a morte do pai, a falência material da família etc.), biológicos (como no caso da tuberculose), ou, então, estigmas corporais (como por exemplo a surdez, a gagueira etc.) Essas diferentes formas de mutilação social parecem substituíveis do ponto de vista dos efeitos que provocam sobre a trajetória social na medida em que todas elas tendem a bloquear o acesso às carreiras que orientam o preenchimento das oposições dominantes no âmbito das frações dirigentes e, por essa razão, determinam, ainda que de maneira negativa, uma inclinação para a carreira de intelectual. A mudança de sentido da trajetória familiar desses “parentes pobres” da oligarquia ocorre na maioria dos casos durante a primeira infância ou então, em, alguns poucos casos,

durante a adolescência dos futuros escritores. Em, outros termos, o acesso à posição de escritor aparece, nessa conjuntura, como o produto de uma estratégia de reconversão que se impõe por força do desaparecimento do capital de que a família dispunha outrora, ou ainda pela impossibilidade de herdar esse capital em toda a sua extensão. Assim o êxito maior ou menor desse gênero de estratégia depende da capacidade de utilizar a única espécie de capital disponível, a saber, o capital de relações sociais e de honorabilidade que, em certos casos e sob certas condições, os “parentes pobres” da oligarquia poderão acionar a seu favor. (MICELI, 2001, p.22-3)

Essa estratégia de sobrevivência no seio das elites, mesmo como intelectual, começaria a se estruturar em Darcy Ribeiro, ainda quando de sua adolescência. Pelo contato com livros legados pelo pai, ou com a biblioteca do “tio Plínio” que abrigava a sua família, Darcy Ribeiro, de acordo com suas próprias palavras, fez-se um adolescente devoto à intelectualização:

... ali pelos catorze anos, deu-se a virada, fiquei besta. Dei de ler. Li todos os romances que rodavam pela cidade de mão em mão, inclusive alguns com a assinatura de meu pai. Depois, li quase toda a biblioteca de tio Plínio. Eram centenas de livros, (...). Larguei a meninada, só queria saber de leitura, falar com adultos, de ver jogar xadrez (...). Na época em que a garotada namorava e dançava, caí nesse intelectualismo. (...). Eu me fiz rapaz mesmo foi lendo tudo o que me caía às mãos (RIBEIRO, 1997a, p.37-9, *passim*).

Darcy Ribeiro fala de sua construção intelectual, conformando as “janelas” pelas quais passou a ver o mundo, dando profundo destaque à literatura – “*Li todos os livros que andavam de mão em mão em Montes Claros. Romances de muitos volumes ou de muitíssimas páginas*” – e pelo cinema – “*que me ofertou todos os prodígios que o mundo oferecia. Nele vi com meus olhos como a vida pode variar, as mil formas de ser do amor, da desgraça, do drama, do gozo e da dor*”. E procede a uma legitimação do universo da intelectualidade: “*A vida mesma que observava ali, ao meu redor, espiando, bisbilhotando, era muito menos expressiva que a literatura me dando, revivida em palavras, destinos muito mais impressionantes*” (RIBEIRO, 1997a, p.52-3, *passim*).

Darcy Ribeiro acreditava tanto que sua composição enquanto intelectual se devia à possibilidade de construir e imaginar novos mundos, que essas construções e imaginações passaram a ser a sua marca e profissão de fé:

Sem a livraiada do tio Plínio eu não seria quem sou. Livros são os tijolos de que são feitos os intelectuais. (...) Esse meu culto aos livros é velha adoração. Vivi mais horas de minha vida lendo, escrevendo, do que vivendo. Gastei mais com livro do

que com qualquer outra coisa. Assim foi que enchi tantas estantes. (...) Essa realidade irreal, reflexa, postiça, artificial, simbólica, conceitual, é minha realidade mais real. Meu mundo é o da escritura, das idéias, da representação. Nisso é que verdadeiramente vivo, apenas saindo em fugas para atender a urgências fisiológicas ou mercar palavras com outras pessoas. (...) Na verdade, as ações concretas a que me dei por anos e anos na convivência (...) e no ativismo político foram comandos de minhas idéias, imperativos éticos que me impus, convicções a que me dei e a que me dou apaixonado (RIBEIRO, 1997a, p.53-5, *passim*).

Com esse espírito, quase aos dezoito anos, tutelado por seu tio Filomeno, no ano de 1939, mudou-se para Belo Horizonte para ingressar na Faculdade de Medicina. Na visão de Guilherme Azevedo, “*a influência do tio Plínio, médico rico, considerado o homem mais culto de Montes Claros, pesou em sua decisão*” (AZEVEDO, 2002, p.675). Nas palavras do próprio Darcy Ribeiro:

Saí feito, inteiro de MOC (Montes Claros), para estudar em Belo Horizonte, Belô, em 1939. Ia incompleto e muito mal-acabado, sobretudo ingênuo, sem ter a menor noção disso. Era realmente um moção tolo de dezessete anos. Cheguei a Belô recheado de propaganda do DIP enaltecendor de Getúlio. Horrorizado com os comunistas que tinham o mau gosto de estuprar freiras, segundo a revista pia que mamãe assinava, *Ave Maria*. (...) Vale a pena dizer: era um meninão boboca de pequena cidade do interior, precisando ser desfeito para ser refeito (RIBEIRO, 1997a, p.69).

No entanto não foram as aulas de Medicina que cativaram o jovem Darcy Ribeiro, que passava mais tempo assistindo às aulas de outros cursos, quase sempre da área de Ciências Humanas e Sociais, ou então na boemia. Novamente com Guilherme Azevedo:

Mas o pendor natural de Darcy Ribeiro por outras faculdades mudou o caminho. Ele praticamente não freqüentava as aulas de medicina, assistia às aulas em outros cursos – filosofia, direito e gastava boa parte do tempo na boemia, em discussões acaloradas com amigos, a dar seus primeiros passos escrevendo literatura. E assim Darcy foi reprovado por três anos consecutivos, no curso de medicina, o que motivou, por fim, sua desistência (AZEVEDO, 2002, p.675).

A boemia, a literatura e as conversas com os amigos entre os “*debates que começavam a esquentar o ambiente de universitários de todo o Brasil, sobretudo o que girava em torno do dilema de ser comunista ou integralista*” (GOMES, 2000, p.10), teriam constituído a motivação que levara Darcy Ribeiro a assumir a causa comunista, e a assumir o que em sua visão seria o papel, o destino e o patrimônio dos comunistas, e o que até o final de sua vida exaltou e estimou, como se pôde ver em seguida:

Três anos em Belo Horizonte me haviam transfigurado. Vivia no planeta Terra sabendo detalhadamente o que acontecia mundo afora. Não só sabendo, mas tomando partido. Isso aprendi com os comunistas, a ser responsável pelo destino humano. Tudo o que ocorra a um povo de qualquer parte me interessa supremamente, obriga-me a apoiar ou opor-me impávido. Essa postura ética que presidiu toda a minha vida, conduzindo-me na ação política, em todas as instâncias dela, é um de meus bens mais preciosos (RIBEIRO, 1997a, p.82).

Nos anos em que permaneceu em Belo Horizonte, abandonando a faculdade de Medicina, envolvido com os comunistas, militou também no movimento estudantil do Diretório Central de Minas e na criação da UNE do Rio de Janeiro. Nessa conjuntura teve a oportunidade de entrar em contato com algumas personalidades, que se dirigiam a Belo Horizonte para dar conferências aos universitários; entre eles o sociólogo norte-americano Donald Pierson, que ofereceu uma bolsa de estudos para que Darcy Ribeiro abandonasse a Medicina e Belo Horizonte, para estudar na Escola de Sociologia Política de São Paulo. Nas palavras de Darcy Ribeiro: “*Voltei a Moc (Montes Claros) com esses desencantos e essas ofertas na cabeça*” (RIBEIRO, 1997a, p.93). Esse momento seria um divisor de águas na vida de Darcy Ribeiro, em que ele abriu mão de toda e qualquer perspectiva de vir a se integrar na vida da elite fazendeira do norte de Minas Gerais, para se tornar um estudante de sociologia, militante comunista, em São Paulo:

Decidi então aceitar o convite do professor Pierson e mandar-me para São Paulo. Fui procurar meu tio e tutor, o coronel Filomeno, para comunicar minha decisão e pedir seu apoio. Lembro-me bem de nosso encontro. Meu tio lá estava, na fazenda dele, sentado numa cadeira preguiçosa que mantinha parada, vestido num terno cáqui, fumando um cigarro de palha que ele mesmo fazia. Era o homem mais rico e poderoso da região. Enriquecera gerindo os bens de minha avó, que em parte seriam meus e de meu irmão, além do que nos coube por herança, isso porque Filomeno consentira nas espoliações que nos fizemos, depois da morte de meu pai. Eu seria, supostamente, herdeiro dele, assunto que ganhava atualidade, uma vez que eu fizera 21 anos e entrara na gestão dos bens que herdara de minha avó Deolinda. Meu padrinho Filó ouviu calado meu longo discurso apaixonado. Se sou falante e eloquente hoje, imagine o que era aos vinte anos. Discorri longamente sobre a porcaria que era a medicina, que não era a ciência da saúde e da vida, mas da morte e da prática de tratar com doentes que são feios e fedem. Disse a ele, peremptório, que ciências boas eram a sociologia e a antropologia, que tratam de gente viva, atuante, por isso é que serviam para mim. Meu tio me ouviu sem piar. Quando parei a discursaria, ele tirou o pito da boca, me olhou e só disse: “Se eu pegasse a sua idade, ia é tocar o Santo André”. Com essa fala, ele me herdava e deserdava, o que minha mãe logo percebeu, muito zangada. Punha nas minhas mãos uma das maiores fazendas de Minas, que fora a sesmaria da família Sá, Santo André do Brejo das almas, com sua sede majestosa, suas senzalas, os pastos armados, as morrarias cobertas de mata. (...) Evidentemente a oferta era atrativa, ser dono do Santo André daria alto prestígio a qualquer um, seria boa base até para

o sucessor de Benedito no governo de Minas. Para mim a decisão era terrível, me cabia optar pôr um chapéu de couro e tocar a gadaria do Santo André ou insistir contra meu padrinho, de ir estudar ciências sociais em São Paulo. Aquele intelectualzinho atônito tremeu nas bases e optou. Foi ser cientista em São Paulo (RIBEIRO, 1997a, p.96-7).

Portanto, cansado da Faculdade de Medicina, no ano de 1942, a abandonou e se mudou para São Paulo, para começar a cursar Ciências Sociais na Escola de Sociologia e Política, vivendo da bolsa de estudos que recebia, do pouco dinheiro que a família ainda lhe mandava e de seu trabalho como consultor da Justiça do Trabalho em perícias técnicas. Assim, em São Paulo, Darcy Ribeiro se dividiu entre três atividades principais: o trabalho com perícias técnicas, a Escola de Sociologia e Política e a militância pelo Partido Comunista; das quais destacamos duas, sendo a primeira a que desempenhou junto à Escola de Sociologia e Política:

A Escola de Sociologia Política me contentou. Tinha professores excelentes, em tudo diferentes, até opostos, aos de Minas. Enquanto lá a tendência era para a erudição vadia, enfermidade principal da inteligência mineira, que tudo quer ler, de tudo quer saber, por pura fruição, em Sampa a coisa era séria. Ninguém buscava erudição. Lia-se o que fosse preciso, funcionalmente, como sustento do tema que se procurava dominar. A ciência não era um discurso fútil, especulativo, imaginoso, mas um exercício sério da inteligência verrumando a superfície do real. Os professores, quase todos me empolgaram (RIBEIRO, 1997a, p.124).

Darcy Ribeiro destacou que no período em que cursara ciências sociais na Escola de Sociologia e Política de São Paulo essa cidade era “*provavelmente uma das melhores cidades do mundo para se estudar ciências sociais*” (RIBEIRO, 1997a, p.126); e reforça essa opinião:

Lá estavam ou tinham estado, fugindo da guerra, gente boa como Lévi-Strauss, desencantado dos paulistas, só interessado nos índios. Roger Bastide, sábio francês que foi por anos o encanto de nós todos. Também vivia em Sampa o mais eminente antropólogo inglês, Radcliffe Brown, que teve pouca influência, mas marcou presença. Tantos sábios norte-americanos, alemães, franceses, ingleses, italianos criaram um ambiente muito especial na cidade e na universidade. Foi o que nos catapultou para a mata virgem. A Escola de Sociologia e Política de São Paulo, era, durante a guerra, um dos melhores centros de estudo de ciências sociais que se podiam encontrar fora dos Estados Unidos. Obviamente, tudo era muito mais avançado do que no ambiente tacanho de Minas, de onde viera. Eu, pobre estudante mineiro, querendo ser aplicado, mergulhei naquilo que, para mim, era a própria sabedoria. Na verdade, mais tarde percebi, tratava-se de uma técnica moderna com respeito à erudição arcaica de que eu saía, mas igualmente alienadora.

Nessa época, o risco que corri foi o de ficar tão embasbacado pela doutrina nova, em moda, que não pudesse nunca mais me libertar dela. Livrei-me graças ao Partidão (RIBEIRO, 1997a, p.126-7).

Darcy Ribeiro cita entre seus principais professores Donald Pierson, Sérgio Buarque de Holanda, Emílio Willems e Herbert Baldus, entre outros, que “*encaminhavam toda uma geração de estudantes a fazer pesquisa sociológica e antropológica para melhor analisar e interpretar os problemas brasileiros*” (RIBEIRO, 1997a, p.120). E continua:

Pertenço à primeira geração de cientistas sociais brasileiros profissionalizados e com formação universitária específica. Meus mestres foram alguns dos pais fundadores das ciências sociais modernas no Brasil. No caso da antropologia, essa fundação se dá principalmente em São Paulo, que é onde a moderna antropologia brasileira nasce de muitas mudanças. (...) Foram contemporâneos meus os mais brilhantes antropólogos brasileiros do passado, mas só me influenciaram pela leitura de suas obras (RIBEIRO, 1997a, p.120).

Darcy Ribeiro disse também que o principal incentivo de seus professores foi com o comprometimento de que entrasse em contato com tudo o que já tivesse sido escrito sobre determinado tema para, a partir disso, construir algo novo sobre o mesmo: “*O prosseguimento no esforço coletivo de ir construindo, geração após geração, cada qual como pode, o edifício do autoconhecimento nacional. Ninguém pode contribuir para ele, é óbvio, se não conhece a bibliografia antecedente*” (RIBEIRO, 1997a, p.122). E assim, entre os principais autores que lhe serviram de referência Darcy Ribeiro destaca: Roquete Pinto, Curt Niemandaju, Artur Ramos, Manuel Bonfim, Capistrano de Abreu e Josué de Castro; e entre estes destaca ainda Gilberto Freyre:

Gilberto não só se manteve independente, sem se fazer seguidor de nenhum estrangeiro, mas se fez herdeiro de todos os brasileiros que se esforçaram por nos compreender. Ao contrário do que ocorreu com as ciências sociais *escolásticas* introduzidas no Brasil por franceses e norte-americanos – que floresceram como transplantes, ignorando solenemente, como um matinho à toa, tudo o que floresceu antes delas –, Gilberto Freyre é herdeiro e conhecedor profundo de Joaquim Nabuco, de Sílvio Romero, de Euclides da Cunha, de Nina Rodrigues, cujas obras leu todas, apreciou o que nelas permanece válido, utilizou amplissimamente e levou adiante (RIBEIRO, 1997a, p.121).

Estes intelectuais, em sua opinião, juntos de outros obviamente, “inventaram” neste período a sociologia brasileira, já que, anteriormente, nas palavras de Darcy Ribeiro:

A maioria dos cientistas sociais brasileiros, desgraçadamente, só produziu uma bibliografia infecunda. Inútil porque, na verdade, suas contribuições são palpites dados a discursos alheios, compostos no estrangeiro para lá serem lidos e admirados. Por isso mesmo, para nós também, quase sempre as suas obras são inúteis ou fúteis, no máximo irrelevantes (RIBEIRO, 1997a, p.121).

A proposta de realização de leituras para composição de repertório intelectual foi a Darcy Ribeiro uma exigência adicional de sua condição de bolsista, que por isto, tinha de cumprir com obrigações de trabalho com a Escola de Sociologia e Política pela realização de fichamentos de obras acadêmicas e literárias para seus professores:

Li não apenas o ciclo de romances regionalistas e coisas do gênero, como também Silvio Romero, Capistrano de Abreu, Oliveira Vianna e outros. Isso foi muito importante, pois tomei contato com o pensamento brasileiro que no meu curso jamais seria objeto de interesse. (...) Obrigado pela bolsa tive de me familiarizar com os estudos brasileiros. Não somente no campo da ficção, mas também na ensaística, inteirando-me assim, de algum modo – ainda que precariamente – dos esforços dos brasileiros para compreenderem a si mesmos (RIBEIRO, 1997a, p.142).

No entanto, como já é de conhecimento, Darcy Ribeiro era tomado por outras atividades, o que lhe condicionou, por outra doutrina, no modo como passaria a ler a realidade, principalmente por sua atuação militante no “Partidão”:

Me entreguei a um marxismo larvar, mas na realidade o importante é que eu militava como ativista. Apesar de todo o dogmatismo stalinista que imperava então, os comunistas atizaram meu fervor utópico, fazendo ver a realidade brasileira como a base de um projeto de criação de uma sociedade solidária (RIBEIRO, 1997a, p.127).

O que retoma à segunda de suas atividades na cidade de São Paulo para as quais damos destaque, e que se trata exatamente de sua militância comunista. Foi quando de sua mudança para São Paulo, especificamente entre os anos 1942 e 1945, que Darcy Ribeiro é apresentado a alguns quadros do Partido e inicia uma militância mais frequente e participativa, em alguns momentos organizando células de operários ou planejando a liderança de movimentos camponeses, em outros momentos chegando a ser chefe de campanha de alguns de seus principais líderes, como no caso da candidatura de Caio Prado Júnior como deputado do Estado de São Paulo (RIBEIRO, 1997b, p.127-8). Essa participação no Partido Comunista encaminharia Darcy Ribeiro a uma visão de mundo

que ele mesmo reconhecera posteriormente como definidora em sua formação política: “...os comunistas atiçaram meu fervor utópico, fazendo ver a realidade brasileira como a base de um projeto de criação de uma sociedade solidária”. (RIBEIRO, 1997b, p.127). Nas palavras do Próprio Darcy Ribeiro ele passaria a se sentir um “*revolucionário profissional*” com desejo de e presença constante na “Revolução Brasileira” (RIBEIRO, 1997a, p.128).

Por conta desse envolvimento com a política e atuação militante junto ao Partido Comunista, iniciaram-se certas animosidades à sua pessoa na Escola de Sociologia e Política; inclusive por parte de alguns professores, que eram implacáveis com a distinção entre o “cientista” e o “político”. Nas palavras de Darcy Ribeiro:

Por ela (Escola de Sociologia e Política) faria o bacharelado até 1945, depois faria o mestrado de 1946 a 1947, tudo na Escola de Sociologia. Queria seguir para a Universidade de Chicago, onde, de 1948 a 1949, completaria meu doutorado. A outra perspectiva era abraçar totalmente a militância, deixando isso de sociologia para trás, a fim de realmente militar pela revolução. Via, é claro, a incompatibilidade dessas duas carreiras, mas não avaliava nenhuma posição antagônica. Acreditava realmente que tinham oferecidos a mim, igualmente, os dois caminhos (RIBEIRO, 1997a, p.128).

O fato é que Darcy Ribeiro tentou conciliar os dois projetos, o de sociólogo, etnólogo e que posteriormente resultaria em vir a ser o do antropólogo, e por outro lado o projeto de militante do Partido Comunista. Ele próprio se lançou a editor do jornal *Hoje*, ou articulador de movimentos por reforma agrária em São Paulo, ambos em nome do Partido Comunista. Mas nenhuma das opções parecia agradar a alguns dos quadros dirigentes do Partido:

... quando chegou Câmara Ferreira para falar comigo e me disse: “- Olha, Darcy, a direção nacional se reuniu e decidiu o seguinte: nós agora temos o Caio Prado, o Portinari, o Jorge Amado e Oscar Niemeyer. Se nós não deixarmos alguns livres para fazerem cultura, não teremos quadros culturais amanhã, assim você está livre para fazer cultura” (RIBEIRO, 1997b, p.130-2).

Não tendo reagido bem ao que considerou ser um ato de rejeição pelo Partido Comunista, Darcy Ribeiro o abandona, assim como a sua auto-imagem de “*revolucionário profissional*” e passa a se dedicar a fundo nas pesquisas de etnologia e antropologia indígenas por quase 10 anos, entre 1947 e 1956. Posteriormente, Darcy Ribeiro faria sua esposa uma judia de origem romena e que vivia em situação clandestina no Brasil por

conta de seu envolvimento com o comunismo. Seu nome era Berta Gleiser, e desde que a conheceu no Partido Comunista de São Paulo ela o acompanharia na maior parte do tempo, entre os índios, ficando conhecida como Senhora Berta Ribeiro. Foram vários os momentos em que a habitação do casal serviu de “aparelho”, onde se escondiam comunistas perseguidos.

Após a sua frustração com o Partido Comunista pelo sentimento de recusa e rejeição, e após o longo período em que Darcy Ribeiro desenvolveu pesquisa entre os índios, é que ele voltaria a se dedicar à militância política. Mas neste momento sob uma nova vertente: não mais o profissionalismo revolucionário do Partido Comunista, mas agora como um agente burocrata do reformismo trabalhista que ganharia força durante o período de “experiência democrática”, entre 1945 e 1964, e que a partir de 1957 contaria novamente com a atuação militante de Darcy Ribeiro. Num primeiro momento, cooptado por Anísio Teixeira para desenvolvimento de diagnósticos e elaboração de projetos de educação básica e superior para, depois, tornar-se reitor da Universidade de Brasília, recém-criada, em seguida servir como ministro da Educação e posteriormente como ministro Chefe da Casa-Civil do governo de João Goulart, como se verá adiante.

O objetivo da trajetória da vida de Darcy Ribeiro até aqui estabelecida não é a de prosseguir com um exaustivo estudo biográfico do intelectual que nos propomos a compreender e analisar. Mas o de elencar algumas das eventualidades de sua biografia que em nossa visão contribuem para a formação e consolidação deste indivíduo como intelectual utopista. Assim como também não propomos aqui o desenvolvimento do debate teórico-conceitual que envolve os processos de socialização primária, socializações secundárias, *imprintings* culturais, pois apenas buscamos identificar elementos e experiências que teriam contribuído para a construção dessa visão utópica de Darcy Ribeiro.

E assim vemos como o primeiro e o definidor elemento, a sua origem sócio-cultural e seu contexto familiar. Ou seja, o fato de Darcy Ribeiro ter descendido de uma típica elite da sociedade do Norte de Minas Gerais, com padrões de riqueza vinculados à terra e à ocupação de cargos políticos de relevância, em um contexto em que o uso da violência era prática corrente e, na visão deste grupo social, legítima. Ao mesmo tempo em que, por ocasião da morte do pai e as dificuldades impostas à sua mãe e seu núcleo familiar pelo restante da família, Darcy Ribeiro se sente cada vez mais distanciado dessa

realidade. Darcy Ribeiro cita em diferentes momentos de sua autobiografia, o seu estranhamento com o que ele chama de “brutalidade da elite mineira”. Apenas alguns trechos a título de exemplo:

Sucedeu lá em casa um acontecimento histórico sensacional. De fato, a 6 de fevereiro, começou lá a Revolução de 1930. Eu nem me dei conta. Só me lembro de muita gente dentro de casa falando alto a noite toda. Sei que Melo Viana, vice-presidente da República, Carvalho de Brito, figurão do estado, e os mais importantes de sua enorme comitiva se acoitaram lá. Feridos, pedindo socorro. (...) Essa história se explica porque uma comitiva presidencial de centenas de pessoas viera à cidade fazer propaganda do candidato Julio Prestes. Foram recebidos a bala quando passaram defronte da casa de Tiburtina, mulher do manso doutor João Alves, chefe político que apoiava a candidatura de Getúlio Vargas. Mataram sete pessoas (...), feriram muitíssimo mais. (...) Nos meses seguintes, o governo central moveu a maior perseguição aos matadores e ao povo monte-clarense, que nada tinha com o fato. Minha família, como todas as outras, caiu no mato, acoitando-se em fazendas de amigos ou acampando na beira do rio. (...) Meses depois a coisa virou. Sobrevindo a revolução de Outubro, Getúlio Vargas assumia a Presidência da República e Tiburtina o comando mais arbitrário da cidade. Seus jagunços assaltavam as casas dos adversários, arrancando-os para levá-los ao cemitério, onde lhes davam surras exemplares e os humilhavam de todas as formas. Velhos senhores, prestigiosos na cidade, foram apanhados lá por suas famílias em redes para socorrê-los, tão quebrados estavam da pancadaria. Uma tarde, Sinhazinha, filha de Tiburtina, desceu do carro à frente da farmácia de tio Plínio, e o chamou para dar um recado da mãe. Pedia que ele influenciasse seu irmão, o Coronel Filomeno, que estava protegendo e até acolhendo, em sua casa, os adversários dela. Plínio contestou: “Está dado o recado, Sinhazinha. Diga à sua mãe que com aquele seu último filho, de quem fiz o parto a poucos meses também acabaremos se ela tocar um dedo do meu irmão” (RIBEIRO, 1997a, p.41-2, passim).

O próprio Darcy Ribeiro reconhece o significado dessas características herdadas de seu contexto social-familiar em sua personalidade posterior:

Sei bem que não nasci em branco. Sei também que não nasci com destino certo, prescrito. Nasci livre. Quero dizer, meio livre, porque trazia geneticamente inscrito todo um capital detalhadíssimo (...). Duas redes de genes, a dos Silveira e a dos Ribeiro, me descreviam em borrões imprecisos, mas reconhecíveis na fisionomia, nos gostos e nos pendores (...). Muito antes de nascer, demasiadas coisas aconteceram com poder de comando sobre nós. Surgimos dentro de uma civilização, falando certa língua, rezando uma fé herdada, prontos para desempenhar certos papéis, ter certos costumes, pendores e ojerizas. (...) Influências culturais comuns, velhos ritos e hábitos, sobretudo empurrões conformadores. Os primeiros me vieram de nascer em Montes Claros e viver minha infância ali (...). (RIBEIRO, 1997a, p.51-2, passim)

Em vários outros momentos Darcy Ribeiro se referirá a essa sua origem e às estratégias de distanciamento que ele busca, na religião, e posteriormente até mesmo em

relação a esta, ou na intelectualidade, como já vimos anteriormente neste mesmo capítulo. Com relação à religiosidade, destacamos algumas palavras do próprio Darcy Ribeiro:

Orgulho dos Silveira era o presepe do meu avô Olegário. Grande, rico, fantástico, de maravilhosas figurinhas de porcelana. Era montado com panos impregnados de pó de pedra que figuravam uma gruta, ocupando metade da sala. Bem no centro, na frente, sobre a areia branquíssima, ficava a manjedoura com Jesus menino. Ao redor, Nossa Senhora, ajoelhadinha, são José afastado, hirtos; e, pelos lados, o que se observava era, segundo os dominicanos, a Companhia de Jesus: um boi, um burro, bodes e cabras. Encimava tudo isso, inscrito em letras de ouro sobre porcelana branquíssima: “Glória a Deus nas alturas e paz na Terra aos homens de boa vontade”. Por todos os lados havia laguinhos de espelho com os respectivos patos e muitas aves mais. O presepe era montado quinze dias antes do Natal e durava quinze dias mais depois, porque toda a gente de MOC (Montes Claros) queria vê-lo e rezar ajoelhada a seus pés. Nesse período, os três reis magos iam progredindo a partir de três lados montados em seus cavalos ou camelos no rumo da manjedoura, cada um com sua oferenda: ouro, mirra, incenso. (...) Esse culto se fixou tanto para mim que nunca deixei de simular um presepe onde quer que eu estivesse, por minha vida inteira. Mesmo quando era um ateu professo, antes de ser como agora, tão somente à-toa, queria imagens para armar meu natal. Carreguei comigo um Jesus Cristinho nascente, por onde andei neste mundo. (...) Essa religiosidade festiva que aprendi. A das festas, das folias, dos santos milagreiros. Um para cada especialidade: casar gente, achar chave perdida, curar doentes, qualquer coisa (RIBEIRO, 1997a, p.56-7, passim).

Com relação à intelectualidade, já citamos alguns trechos em que Darcy Ribeiro destaca a importância da literatura e do cinema para “*abrir-lhe janelas ao mundo*”. O mais importante é destacarmos que se por um lado a introspecção do intelectual o vincula a formas mais claras de compreensão da realidade que o cerca, por outro lado o enclausura em projeções cada vez menos concretas e mais abstratas e complexas. Daí a importância que o próprio autor reconhece ter a irrealidade, a imaginação, a representação, o simbólico, o exercício de reflexão como fuga dessa mesma realidade sobre a qual se coloca o intelectual altivamente como crítico, e o que lhe oferece a falsa ideia de poder vir a transformá-la em algo melhor pela “luz” de seu “esclarecimento”, e pelo ímpeto “corretamente direcionado” de acordo com a sua própria vontade e, muitas vezes, não levando em consideração nem mesmo o desejo de outros quaisquer. O fato é que entre exercício intelectual e ativismo político, Darcy Ribeiro se propõe a dar saltos, conectando as duas dimensões de leitura da e intervenção na realidade.

Essa trajetória se observa desde seus primeiros momentos na universidade, entre discussões acaloradas com amigos, entre o integralismo e o comunismo, por vezes na boemia, e com o ganho de maturidade ao dar os seus novos passos de leitura e até mesmo

de escrita no universo da literatura. E uma vez comunista assumido, passava também a assumir o compromisso de compreender e intervir, como novo “*responsável pelo destino humano*”. O próprio Ribeiro reforça esta ideia, comentando sobre essa “*postura ética*” que o teria conduzido por toda a sua vida, “*na ação política em todas as instâncias dela*”, no sentido de lutar pela construção de uma “*sociedade solidária*”. Destacamos novamente o fato de Darcy Ribeiro ter sido feito por essas influências um “*revolucionário profissional*” com desejo de e presença constante na “*Revolução Brasileira*”, o que quer que isso queira dizer.

Até mesmo para além da maturação intelectual universitária, em que é mais comum o indivíduo se sentir ao alcance da transformação dos destinos da humanidade, e já entre debates intelectuais mais profundos, na pós-graduação e em congressos acadêmicos, e não mais tão próximo do comunismo, essa postura de Darcy Ribeiro irá se manter. Darcy Ribeiro julgava participar do processo de formação das ciências sociais no Brasil, e dizia prosseguir com “*o esforço coletivo de ir construindo, geração após geração, cada qual como pode, o edifício do autoconhecimento nacional*”. A ideia era dominar toda a bibliografia antecedente, produzida pelos mais variados e importantes cientistas sociais brasileiros, e com o domínio desse patrimônio, dar-lhes direcionamento à transformação da realidade. A ideia fundamental seria a de evitar ao máximo leituras condicionadas por “*estrangeirismos alheios à realidade brasileira*” e, como já dito, dar-lhes funcionalidade dentro de nosso contexto específico. Destaca-se aqui o fato de Darcy Ribeiro ter lido tanto com obras acadêmicas como também, e principalmente, com provenientes da literatura e ensaística.

Em síntese, em sua Origem familiar, sua religiosidade, suas influências provenientes da literatura, seu projeto de intelectualidade, sua construção como intelectual e militante do comunismo, teriam lançado as bases para toda uma vida de leituras, pensamentos e atuações utópicas. Entre o real e o imaginário, Darcy Ribeiro se compôs enquanto intelectual acreditando na possibilidade de imaginar e construir novos mundos. É o que tentaremos mostrar com o transcorrer de cada um dos capítulos que seguem.

CAPÍTULO 2:

Darcy Ribeiro entre a Etnologia e a Antropologia: do “denuncismo salvacionista” à reconstrução do patrimônio socio-histórico brasileiro

Frustrado com o que ele mesmo julgou rechaço por parte dos dirigentes do Partido Comunista com relação às suas propostas de maior envolvimento com os objetivos do Partido, Darcy Ribeiro, no ano de 1946, ao completar seu curso superior de Sociologia, já com especialização em Antropologia, passa, a partir de 1947, com uma carta de recomendação do professor Herbert Baldus para realizar atividades de pesquisa de observação direta, a ocupar o cargo de etnólogo de campo do Serviço de Proteção aos Índios: “*O SPI já contava com uma sessão de estudos que vinha realizando importante documentação fotográfica e cinematográfica da vida indígena. Não tinha porém um etnólogo. Fui o primeiro*” (RIBEIRO, 1997a, p.145).

O Serviço de Proteção aos Índios, SPI, foi um órgão governamental criado em 1910, com o objetivo de ser o órgão do Governo Federal encarregado de executar uma política indigenista, com a finalidade de proteger os índios e, ao mesmo tempo, assegurar a implementação de uma estratégia de ocupação territorial do País, que não se confrontasse tanto com os interesses das comunidades indígenas. A motivação para a criação do SPI provinha de uma denúncia realizada em 1908, durante o XVI Congresso de Americanistas, que aconteceu em Viena, Áustria, segundo a qual, no Brasil havia um projeto velado de massacre aos índios, como parte de uma política nacional de extermínio destas populações para diminuição de conflitos e resolução de problemas de integração dessas comunidades à comunidade nacional, em igualdade de condições e direitos em relação aos outros cidadãos. A repercussão dessa denúncia fez com que o governo federal articulasse uma ação de assistência e proteção do Estado às populações indígenas. O SPI (Serviço de Proteção aos Índios) foi colocado sob a direção do então Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, com quem, a partir de 1947, nas palavras de Azevedo: “*Darcy Ribeiro inicia uma amizade profunda, misto de devoção*” (AZEVEDO, 2002, p.676). Darcy Ribeiro ocupará o cargo de Etnólogo do SPI até o ano de 1956.

Em análise à trajetória intelectual etnográfica e antropológica de Darcy Ribeiro, Mércio Pereira Gomes destaca que o primeiro grande tema da obra intelectual de Darcy Ribeiro foi o universo cultural, social e político dos índios brasileiros: “*O etnólogo fez pesquisas de campo e diretamente com mais de uma dezena de povos indígenas*”, e cita, entre eles os kaiowá-guarani, terena, ofayé-xavante, xokleng, kaingang, bororo, tembé, guajajara, krêjê e urubu-ka’apor, e destaca que Darcy Ribeiro teria ainda estudado as práticas culturais de tantos outros. As principais temáticas de sua obra etnológica abrangeriam temas como parentesco, política, economia, adaptação ecológica, arte, mitologia, saber, além dos temas de política indigenista e da extinção e sobrevivência dos índios (GOMES, 2000, p.61, *passim*). O próprio Darcy Ribeiro comentou esse período de vivência como antropólogo profissional:

...viver dez anos estudando índios e sertanejos das regiões mais ermas, me proporcionaram uma imagem particular do Brasil em que se destaca antes a pobreza das fronteiras da civilização ao longo das quais os brasileiros avançam sobre o deserto interior para ocupar o território nacional, do que a riqueza das grandes cidades. É ela, provavelmente, que me faz identificar os brasileiros com as multidões marginalizadas e não com as minorias que vivem na abundância (RIBEIRO, 1991, p.9).

Sobre o desafio de estudar os povos indígenas, Darcy Ribeiro dizia que:

Eu, que estava armado para ver os índios como objeto de estudos antropológicos, cuja mitologia, religião e arte tentaria compreender e reconstruir criteriosamente, no mesmo esforço observava e registrava etnograficamente seus costumes, seus artesanatos, todo o seu modo de ser, de encarar o mundo e de viver. Como ao contato com a civilização suas culturas se deterioravam inapelavelmente, se impunham duas tarefas: documentar suas culturas originais antes que desaparecessem; e entender o processo de aculturação a que eram submetidos. Um dos objetivos da minha vida foi entender e integrar essa última temática e a sensibilidade correspondente ao campo de interesses teóricos da antropologia. (...) Eu reclamava que a antropologia brasileira deixasse de ser uma primatologia ou uma barbarologia, que só olha os índios como fósseis vivos do gênero humano, que só importam como objeto de estudo (RIBEIRO, 1997a, p.152-3).

Nos meus tantos e tão gratos anos de trabalho como etnólogo, fui mudando de atitude com respeito aos índios. Originalmente, por força da visão acadêmica em que tinha sido formado, me servi deles (...) para estudar uma das matrizes formadoras da sociedade brasileira, mas eram sempre o objeto externo que se olhava de fora, como uma coisa. Aos poucos, com a acumulação das experiências e vivências, os índios foram me desasnando, fazendo-me ver que eles eram gente. Gente capaz de dor, de tristeza, de amor, de gozo, de desengano, de vergonha. Gente que sofria a dor suprema de ser índio num mundo hostil, mas ainda assim guardava no peito um louco orgulho de si mesmos como índios. Gente muito mais capaz que nós de compor existências livres e solidárias (RIBEIRO, 1997a, p.155).

Seu primeiro grande trabalho, ou o que deu a Darcy Ribeiro maior visibilidade ante à comunidade etnológica e antropológica, não somente no Brasil, foi a pesquisa que versou sobre a *Religião e a Mitologia Kadiwéu*, transformando-se em uma monografia que foi publicada no ano de 1950, e ganhou o Prêmio Fábio Prado de Ensaio, que nas palavras de Darcy Ribeiro “*era então o mais importante do Brasil*” (RIBEIRO, 1997a, p.178); o autor complementa:

O efeito foi enorme e inesperado. Deu lugar a entrevistas e reportagens, principalmente entrevistas, uma delas no *Estado de Minas*, que era o jornal mais prestigioso, (...), em Minas Gerais, que todo mundo em Montes Claros viu. Desde então deixei de figurar como um boêmio, um filósofo, um poeta, que é como eles me viam, no melhor dos casos, para ser tido como um cientista respeitado, premiado, laureado. Isso foi muito bom, sobretudo para minha mãe, que até bem pouco tempo antes imaginava que eu tinha um emprego terrível, o de “amansador de índios”, que era como ela compreendia as minhas andanças, por meses e meses, com índios ao largo do Brasil (RIBEIRO, 1997a, p.178-9).

Com a repercussão causada pelo trabalho, e pela exaltação do mesmo com o prêmio, Darcy Ribeiro ganhou reconhecimento nacional e, também, internacional. No ano de 1952, a UNESCO queria compreender a “*democracia racial brasileira*”, “*fundada na mestiçagem de índios, negros e brancos*” (RIBEIRO, 1997a, p.190), e assim, propôs a alguns dos principais sociólogos e antropólogos do Brasil uma pesquisa sobre este tema em cada uma de suas regiões. Neste contexto, coube a Darcy Ribeiro coordenar o estudo da assimilação dos índios na sociedade brasileira. Ao término da pesquisa, os relatórios que apresentavam as conclusões dos diferentes grupos de pesquisadores, em todas as regiões, foram unânimes: “*não havia nenhuma democracia racial nas respectivas áreas*” (RIBEIRO, 1997a, p.190). E sobre a sua pesquisa, Darcy Ribeiro deu o seguinte parecer:

Também aqui o resultado foi decepcionante. Em todos os casos que pude observar nenhum grupo indígena se converteu numa vila brasileira. É certo que, como os historiadores indicavam, diversos locais de antiga ocupação indígena deram lugar a comunidades brasileiras. Não houve, porém, nenhuma assimilação que transformasse índios em brasileiros. Os índios foram simplesmente exterminados através de várias formas de coação biótica, ecológica, econômica, cultural. Seu antigo *habitat* foi ocupado por outra gente, com a qual eles nunca se identificaram e que cresceu com base em outras formas de adaptação ecológica, tornando-se rapidamente independente de qualquer contribuição da comunidade indígena (RIBEIRO, 1997a, p.190-1).

Até aquele momento, o aparato conceitual de que dispunham os antropólogos brasileiros para a interpretação do processo de integração dos indígenas a qualquer sociedade moderna, de acordo com Mércio Pereira Gomes, era o que girava em torno do conceito de *aculturação*, baseado na explicação de processos de “*descaracterização e absorção das etnias indígenas aos Estados Nacionais dos quais dependiam*”:

Primeiramente esboçada na década de 30 e largamente difundida e discutida durante toda a década de 50, a teoria da aculturação esquematizava os efeitos do contato entre duas ou mais etnias e os possíveis caminhos de assimilação ou incorporação da mais fraca etnia pela mais forte. Enfim, tentava explicar como uma etnia era absorvida por outra, ou, de outro modo, como uma etnia era extinta (GOMES, 2000, p.27).

Aculturação, portanto, podia ser traduzida pelo termo *extinção*:

Desde o fim do século XIX, a Antropologia vinha buscando documentar os costumes dos índios americanos que estavam sendo esquecidos ou abandonados. Havia uma urgência para se mapear as culturas que ainda restavam do processo de dizimação que estava ocorrendo na frente de todos. Com efeito, todo etnólogo que ia estudar um povo indígena estava imbuído de um sentimento trágico, de que ele, provavelmente, seria o último a fazê-lo (GOMES, 2000, p.27).

Darcy Ribeiro questiona essa visão apresentando dados que, por um lado demonstravam que muitas etnias já tinham sido extintas entre 1900 e 1957, no entanto, por outro lado, os dados diziam que com uma aproximação ao número geral de indígenas em todo o Brasil, apresentava-se um quadro de aumento demográfico significativo, que analisado pormenorizadamente permitia a conclusão de que algumas etnias indígenas dadas como extintas estavam de alguma forma submersas e se revitalizaram a partir dos anos 1960 (GOMES, 2000, p.72). O que antes se conformava em uma visão pessimista sobre o destino dos índios para a posteridade, foi relido por Darcy Ribeiro como o que é considerado a sua principal contribuição ao conhecimento das populações indígenas no Brasil, ou seja, a ideia de que os índios não se extinguíam, se transfiguravam:

inesperadamente, surge o conceito de *Transfiguração Étnica*, pelo qual os povos que são influenciados por culturas mais potentes podem se adaptar e se transmutar, sem perder suas identidades básicas. Assim, teoricamente Darcy consegue ver a possibilidade de sobrevivência dos povos indígenas, um feito surpreendente para quem, na prática, só via sinais de cataclismos (GOMES, 2000, p.72).

Por isso, para Darcy Ribeiro, o conceito de *aculturação* era visivelmente “*incapaz de explicar o que acontecia com as culturas postas em confronto, particularmente com as culturas de nível tribal, alcançadas pela fronteira da civilização*” (RIBEIRO, 1997a, p.191); principalmente porque desconsiderava que, em alguns casos, as etnias mais fracas, ao contrário de se extinguirem, se conservavam de alguma maneira, porque se transformavam.

De acordo com Mércio Pereira Gomes, tal conceito, o de “*Transfiguração Étnica*”, em princípio, “*poderia permitir a criação de bases para que se compreendesse o processo de sobrevivência dos povos indígenas brasileiros, tornado evidente a partir da década de 1970*” (GOMES, 2000, p.29-30). Porém, o conceito não teve a devida repercussão na Antropologia Brasileira, talvez porque o autor se encontrasse no “exílio”, representado pelo afastamento de São Paulo e do Rio de Janeiro, e o embrenhamento nas florestas entre os indígenas, e assim Darcy Ribeiro não teria “*influência sobre os caminhos que a antropologia brasileira estava trilhando*”, de acordo com a explicação de Mércio Pereira Gomes (GOMES, 2000, p.29-30).

Depois de alguns anos, já em 1968, quando estava exilado no sentido próprio do termo, por imposição do regime de exceção instaurado no Brasil quando do movimento militar de 1964, Darcy Ribeiro, no Uruguai, elaborou melhor sua teoria no livro *Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno* (RIBEIRO, 1970); em que demonstra:

que a integração dos índios às frentes econômicas que avançam sobre eles constitui uma integração inevitável, no sentido de forçá-los a produzir mercadorias ou a se vender como força de trabalho para obter bens que se tornam indispensáveis, como as ferramentas, os remédios e alguns outros. Mas essa integração não significa assimilação. Mesmo quando perdem a língua e ainda quando se completa o que se poderia chamar de *aculturação*, ou seja, mesmo quando eles se tornam quase indistinguíveis do seu contexto civilizado, ainda assim mantêm sua auto-identificação como indígenas de um grupo específico, que é seu povo (RIBEIRO, 1997a, p.191).

E afirmava categoricamente:

Demonstrei ainda que havia certa tendência para que alguns grupos indígenas sobrevivessem às várias pressões exercidas sobre eles. Hoje, trinta anos depois, posso afirmar que os índios estão até aumentando de número, porque saltaram de menos de 100 mil para mais de 300 mil. Isso significa que no futuro vai haver mais índios do que hoje (RIBEIRO, 1997a, p.192).

Na opinião de Darcy Ribeiro os índios continuariam crescendo, e continuariam não sendo integrados, mas assimilados em processos de transfiguração, em outras palavras: “*como culturas imperativamente transformadas no confronto umas com as outras*”, mas “*resistindo a toda sorte de violência*”, em que “*os pais podem criar os filhos dentro de sua tradição*” e assim “*a comunidade indígena sobrevive*”; o que poderia ocorrer mesmo “*nas condições mais extremas de compressão*” (RIBEIRO, 1997a, p.192, passim). Em resumo: “*A transfiguração étnica consiste precisamente nos modos de transformação de toda a vida e cultura de um grupo para tornar viável sua existência no contexto hostil, mantendo sua identificação*” (RIBEIRO, 1997a, p.193). Além disso,

As relações da sociedade nacional com as tribos indígenas se processam como um enfrentamento entre entidades étnicas mutuamente exclusivas. Dada a desproporção demográfica e a de nível evolutivo que existe entre elas, a interação representa uma ameaça permanente de desintegração das etnias tribais. A reação destas consiste, essencialmente, num esforço para manter ou recuperar sua autonomia e para preservar sua identidade, seja através do retorno real ou compensatório a formas tradicionais de existência, sempre quando isso ainda é possível; seja mediante alterações sucessivas nas instituições tribais que tornem menos deletéria a interação com a sociedade nacional. Esta reação não é, obviamente, um propósito lucidamente perseguido, mas antes uma consequência necessária de uma natureza de entidade étnica (RIBEIRO, 1970, p.442-3).

O conceito de *Transfiguração Étnica*, no final da década de 1940 e na década de 1950, deu a Ribeiro ainda maior repercussão fora do Brasil, e teria lhe proporcionado suas primeiras viagens internacionais, levando-o a apresentar-se como etnólogo e indigenista no Peru, na Bolívia, na Guatemala, no México, onde reforçou o conceito, pelo encontro com, e a observação das, populações indígenas de diferentes lugares da América, o que lhe ajudou a melhor sustentar o conceito frente às suas apresentações posteriores na Suíça, Alemanha, França, Itália e Espanha. Após *Os Índios e a Civilização*, de 1968 em diante, para os intelectuais estrangeiros, Darcy Ribeiro passou a ser uma referência quase obrigatória no tema indigenista brasileiro, em oposição à falta de reconhecimento reinante em seu próprio país. Como naquele momento Ribeiro se encontrava exilado pela ditadura militar – no sentido próprio do termo – seus textos não surtiram o mesmo efeito no Brasil, pelo menos se consideramos o período que vai do final da década de 1960 ao início da década de 1970. Apenas na década de 1980 é que se passou a tomá-los como referência na temática indigenista.

Mas por discordar das mudanças que foram operadas pelo Ministério da Agricultura do governo Juscelino Kubitschek, ao qual o Serviço de Proteção aos Índios era ligado, em 1956, Darcy Ribeiro se exonerou e ingressou como professor da cadeira de Etnologia e Língua Tupi na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil (GOMES, 2000, p.12). As críticas se dirigiam principalmente à “*espoliação a que os índios passaram a ser submetidos e a corrupção que se instalara entre os novos funcionários do SPI*” (AZEVEDO, 2002, p.678):

Depois de dez anos de trabalho, metade dos quais vividos nas aldeias indígenas, algum nervo ético se rompeu em mim. Não podiam suportar mais lá ficar, testemunhando calado a espoliação dos índios por uma nova geração de funcionários que só queriam ir aos postos indígenas com o fim de ganhar dinheiro. O paternalismo dos velhos burocratas do SPI, se fazendo tratar de papais pelos índios, deu lugar a gente muito pior. Porque além de ignorantes eram corruptos. A origem dessa transformação desafortunada foi a entrega, pelo governo de JK, do controle do Ministério da Agricultura, e por extensão do Serviço de Proteção aos índios, ao PTB gaúcho, que fez uma administração desastrosa (RIBEIRO, 1997a, p.197).

Darcy Ribeiro, assim, mudou-se para o Rio de Janeiro, e por pressão de sua própria família, fez de Berta Gleiser, que conheceu no Partido Comunista de São Paulo e o acompanhou na maior parte do tempo entre os índios, a Senhora Berta Ribeiro: “*que não queria se casar porque não ligava para papalórios e até os temia*”; achava tudo aquilo uma bobagem e uma temeridade, pois não queria ser oficialmente identificada, por conta da sua já mencionada atuação comunista e suas raízes judaicas.

Tentando novamente entender como Darcy Ribeiro buscava aliar entendimento teórico com atuação prática, destacamos ainda no período de passagem da década de 1940 para a de 1950, o seu trabalho no Serviço de Proteção ao Índio - SPI, durante o qual o autor em análise fundou, em 1953, o Museu do Índio, no Rio de Janeiro, e nele criou o primeiro curso de Pós-Graduação de formação de Antropólogos que se realizou no Brasil, concretizado com a ajuda da CAPES, depois transferido para o Museu Nacional. Darcy Ribeiro colaborou ainda com a criação do Parque Nacional do Xingu, em 1961. Refletindo sobre esses “feitos” no livro *Confissões*, Darcy Ribeiro dizia:

Mas eu me pergunto agora (...): por que me meti no mato, com os índios? Por que lá permaneci, atrelado à natureza e por tanto tempo? (...) Só décadas depois, escrevendo *Maíra e Utopia Selvagem*, consegui expressar de alguma maneira o sentimento do mundo que hauri naqueles anos. Na verdade, aquela opção improvável a mim e aos mais parece, agora, natural e até necessária. Mas não foi

assim naqueles anos. Ninguém de minha geração, de minha classe, do meu tipo de formação fazia nada parecido. Não havia nem mesmo nome para designar minha função. O mais próximo seria “naturalista”, aplicado a botânicos, zoólogos que se metiam mato adentro à frente de expedições científicas (RIBEIRO, 1997a, p.145-6).

A vida profissional de Darcy Ribeiro, no Rio de Janeiro, se dividia entre suas atividades no Museu do Índio, e depois do expediente no mesmo, as aulas na Faculdade de Filosofia, com um curso de Etnografia Brasileira de Língua Tupi.

Mas abandonar as pesquisas de campo com os indígenas ainda não foi suficiente. Darcy Ribeiro parecia querer mudar de campo de atuação. E nesse sentido houve dois fatores que foram bastante significativos: o abandono da causa comunista pela trabalhista; e a oportunidade de trabalho que lhe foi oferecida por Anísio Teixeira, como se verá no capítulo que segue.

O mais importante para o presente trabalho é então buscar identificar as “causas” e “projeções” sugeridas por Darcy Ribeiro a partir de toda a sua experiência de estudo, pesquisa e construção de leituras, diagnósticos e propostas no que toca à questão indígena, em um primeiro momento, no Brasil, e posteriormente, onde quer que os indígenas ainda ocorressem. Desde o engajamento na proposta “salvacionista”, retórica ou não, do governo federal de “evitar o extermínio dos povos indígenas”, “pacificando-os” em relação à sociedade nacional, e vice-versa, até mesmo com a proposta de melhorar a imagem do nacional e internacional do Brasil em relação ao tratamento desses problemas, principalmente no que toca à sua ocupação territorial - desvelando a *“pobreza das fronteiras da civilização ao longo das quais os brasileiros avançam sobre o deserto interior para ocupar o território nacional”* - e, com isso, a construção de uma “comunidade nacional” com respeito a todos os indivíduos, agora transformados em cidadãos envolvidos.

Assim, de levantamentos fotográficos e cinematográficos da vida indígena, Darcy Ribeiro, perpassando a compreensão do o universo cultural, social e político dos índios brasileiros, aprofundando a compreensão sobre temas como parentesco, política, economia, adaptação ecológica, arte, mitologia e saber indígenas, observando e registrando etnograficamente seus costumes, seus artesanatos, todo o seu modo de ser, de encarar o mundo e de viver, gerava impacto direto nas políticas indigenistas, e pretendia,

por consequência, gerar o mesmo impacto nas dinâmicas de ocupação e integração geográfica, social e política, nacionais.

A grande temática teórica de Darcy Ribeiro com relação aos indígenas foi, sem dúvida alguma, a extinção ou a sobrevivência dos índios na sociedade brasileira, bem como seus diferentes graus e maneiras. A preocupação inicial era a de levantamento e conservação de patrimônio identitário: documentando as culturas originais antes que desaparecessem. E ao compor esse patrimônio, mostrando ao Brasil que a Antropologia Brasileira poderia deixar de ser uma “primatologia” ou uma “barbarologia”, como coloca o próprio autor em uma das referências citadas nesse capítulo, que deixasse de olhar os indígenas como “fósseis vivos do gênero humano”, para como ele próprio, passasse a operar a transição entre a percepção dos indígenas apenas como curiosidade e/ou objeto de estudo, para entendê-los como parte viva e necessária de consideração nas matrizes formadoras e conformadoras da sociedade brasileira. Enfim, que os indígenas pudessem ser vistos como “gente”, e não como mais um elemento complicador da fauna brasileira agredida pelo avanço irrefreável da “civilização”.

Assim, de utopias em utopias, Darcy Ribeiro projetava a superação do elemento indígena como elemento hostil à “brasilidade”, e a construção de um patrimônio identitário que reivindicasse orgulhosamente suas melhores virtudes, saberes e práticas; pois novamente nas palavras de Darcy Ribeiro, os indígenas eram tanto “*Gente capaz de dor, de tristeza, de amor, de gozo, de desengano, de vergonha*” mas principalmente “*Gente muito mais capaz que nós de compor existências livres e solidárias*” (RIBEIRO, 1997a, p.155, *passim*).

Após os primeiros trabalhos, os laureamentos, o reconhecimento nacional e internacional, e portanto cumprindo um dos principais desafios do intelectual que é conseguir eco, reverberação, repercussão, e após ainda ter sido convidado a integrar projetos ainda mais amplos de estudo, pesquisa e diagnóstico da “democracia racial brasileira”, e a constatação das dificuldades de assimilação do elemento indígena na sociedade brasileira, Darcy Ribeiro consegue superar a ideia de aculturação, como extinção, e comprovar as maneiras de adaptação e permanência da cultura indígena na sociedade brasileira pelo processo de “transfiguração étnica”; e estende os resultados dessas pesquisas às comunidades indígenas de outros países latino-americanos; o que na prática ainda significa outra importante contribuição. Ao ponto de, como já dito nesse

mesmo capítulo, Darcy Ribeiro ter se transformado em referência de pesquisa indigenista no Brasil e na América Latina como um todo. O que interessava profundamente também a todos que estudavam os impactos recíprocos entre esses “arremedos” de “Culturas Tribais” com as diferentes formas de “Civilização”. O que nos dava novos horizontes para construção de uma identidade cultural autônoma, devota a projetos autônomos, não necessariamente vinculados aos tradicionais e históricos processos de adaptação, via civilização, modernização, desenvolvimento, e até mesmo, globalização, como apenas um engajamento em processos históricos de modo indireto. A utopia de Darcy Ribeiro transpassava a mera percepção da resistência e inclusão do elemento indígena como parte da identidade e da realidade do Brasil, mas permitiria, a partir disso, a reivindicação de rumos próprios à sua sucessão histórica no que toca às leituras de suas formas de ser e existir e, principalmente, de vir a ser e existir, como o próprio autor gostava de dizer, um “gênero completamente novo e peculiar do humano”; conferindo aos brasileiros e latino-americanos a possibilidade de um futuro histórico também único, mesmo que tocado e relacionado a quaisquer outras comunidades humanas, de qualquer parte do planeta.

Darcy Ribeiro sabia que para isso seria necessário ganhar institucionalização, oficialidade, credibilidade, enfim, legitimidade. Daí todo seu trabalho com o Serviço de Proteção aos Índios, submetido posteriormente à Fundação Nacional do Índio – FUNAI –, o curso de Etnologia e Língua Tupi na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, o Museu do Índio, no Rio de Janeiro, o primeiro curso de Pós-Graduação de formação de Antropólogos que se realizou no Brasil, envolvendo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – a CAPES – e o Museu Nacional, sua contribuição para a formação do Parque Nacional do Xingu ou ainda todo o seu legado acadêmico e/ou literário sobre as questões indígenas.

Reafirmamos que a proposta desse trabalho não é a de analisar a efetividade das propostas de um “intelectual utópico”, mas seu esforço para tornar suas utopias realidade e, mesmo em muitos casos não conseguindo plenamente, manter sua postura de “Caballero Andante” que luta com muita cumplicidade contra seus significativos moinhos de vento. E o mais importante, refletir sobre o significado e a validade de posturas como essa para a construção de uma sociedade nacional e internacional, verdadeiramente livre e democrática.

CAPÍTULO 3:

Darcy Ribeiro entre a utopia e a realidade da política do Brasil e da América Latina: idas e vindas entre o Voluntarismo da “Revolução Autoritária” e a participação no Trabalhismo Democrático-Reformista

Dois fatores foram muito importantes na transição de Darcy Ribeiro da militância comunista da década de 1940 à primeira metade da década de 1950, para a atuação entre os quadros burocrático-administrativos do trabalhismo reformista, da segunda metade da década de 1950 à primeira da de 1960. O primeiro se refere ao abalo de sua motivação para a militância junto do Partido Comunista, principalmente pelo sentimento de recusa por parte do partido, como já abordado no primeiro capítulo, e que o fez abandonar tal militância para viver quase dez anos de isolamento, entre 1947 e 1956, em meio aos indígenas em regiões por vezes bastante inóspitas, e, portanto, de modo a manter Darcy Ribeiro distante da política partidária no cenário nacional, como já abordado no segundo capítulo. O outro fator foi o evento que veio à tona enquanto Darcy Ribeiro participava, no ano de 1954, do Congresso Internacional de Americanistas – que diga-se de passagem mantinha Darcy Ribeiro totalmente imerso dentro do universo de pesquisas acadêmicas – e que inesperadamente gera um arrebatador impacto no pensamento político do mesmo, que foi o “suicídio” de Getúlio Vargas. Como ele mesmo descreve: *“A notícia do suicídio caiu sobre mim como uma bomba. Sobretudo a Carta-testamento, o mais alto documento jamais produzido no Brasil. O mais comovedor, o mais significativo. Desde que o li, ele é para mim a carta política pela qual me guio”* (RIBEIRO, 1997a, p.275). E complementa:

A virada da história brasileira se deu naquele momento. Naquele momento eu percebi: como é que eu podia estar contra o Getúlio, como é que eu não via que era um complô tremendo da imprensa, um mar de lama, e que para aquele homem a única forma de sair, de vencer, era se suicidar? (...). Então, isso virou minha cabeça. Ali eu deixei de ser comunista no sentido de membro do Partido, de militante do Partido, membro de célula (RIBEIRO, 1997b, p.63).

O efeito sobre mim foi a compreensão da besteira que fazia com minha postura de comunista utópico, à base de um falso marxismo. Não tinha havia muitos anos nenhuma militância, mesmo porque vivia no meio dos índios, enquanto o Brasil

estava em problemas. Seguiu-se para mim uma mudança ideológica radical. Em lugar de alimentar-me de diretivas partidárias parcas, abri os olhos para a realidade. Compreendi que me cabia tentar fazer o máximo possível, aqui e agora, para enfrentar os problemas do povo e do país. Aqui e agora. Isso é o que estava fazendo Getúlio Vargas não o Partido Comunista. Desde então afastei-me dos comunistas e acerquei-me dos trabalhistas. Primeiro querendo compreender essa corrente histórica contínua, que desde 1930 vitalizava a política brasileira, dando voz aos trabalhadores. Depois, predispondo-me a colaborador (RIBEIRO, 1997a, p.276).

Darcy Ribeiro chega a criticar toda a perspectiva revolucionária dos comunistas, taxando-a de uma *“revolução cerebrina”* (RIBEIRO, 1997a, p.276), distante das necessidades da maior parte da população, e por isso mesmo sem receber apoio dela acaba ficando ao cargo de um grupo de intelectuais que tomam suas convicções políticas a *“ferro e fogo”* sem de fato se aproximarem da realidade. Nas palavras de Mércio Pereira Gomes: *“A aclamação popular genuína que Getúlio recebia em vida e recebeu na sua morte, mudou a visão política de Darcy, que, embora sem renegar seu ideal de revolução, passou a lutar no aqui e agora pelo que era possível de se realizar através do jogo político”*(GOMES, 2000, p.53).

Por isso Darcy Ribeiro passou a se alinhar ao Trabalhismo:

Desde de 1954 eu me alinhei com os que retomam essa tradição para levá-la adiante, lutando a partir de duas posturas. O trabalhismo sectariamente pró-assalariado, tanto quanto as correntes opostas são sectariamente pró-patronais. E o nacionalismo, que é o compromisso de lutar por um Brasil autônomo e próspero, reordenado para que sirva, prioritariamente, a seu próprio povo (RIBEIRO, 1997a, p.279).

Mas Darcy Ribeiro ainda percorreria um longo caminho de aprendizado com a política trabalhista até passar, de certa forma, a protagonizá-la. E essa trajetória receberia intervenção de outra figura que também o influencia de modo marcante no que concerne a seu pensamento e suas ações até o final de sua vida, que foi a figura de Anísio Teixeira. No capítulo específico sobre educação, desenvolveremos melhor a atuação de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira no campo da educação, mas por hora vale destacar a relação construída por ambos quando do trabalho conjunto no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP, em que realizaram pesquisas e diagnósticos em cada uma das regiões do Brasil, com o intuito de elaborar políticas públicas, principalmente na área de educação, mas que ajudariam consideravelmente Darcy Ribeiro a compreender melhor o Brasil. Vale destacar que a partir dessas mesmas pesquisas Darcy Ribeiro contribuiria

para a elaboração de políticas públicas atinentes a processos de “*urbanização caótica*” e “*industrialização intensiva*” de grandes cidades brasileiras (RIBEIRO, 1997a, p.226). Mas o foco principal de Darcy Ribeiro foi um programa de pesquisas sobre o rural e o semi-urbano: “*para melhor entender as condições sociais e culturais das diversas regiões do país, sobre as quais se pudessem implantar programas educacionais que alavancassem o Brasil para dar um salto de quantidade com qualidade na educação do povo*” (GOMES, 2000, p.37).

Essas pesquisas eram realizadas pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais - CBPE, órgão subordinado ao INEP. Para fortalecer a equipe que contribuiria nesse conjunto de pesquisas, Darcy Ribeiro transferiu o programa de formação de pesquisadores que antes mantinha no Museu do Índio, para o CBPE, do qual passou a ser o diretor, e no qual abriu um novo Programa de Pós Graduação: “*organizei a equipe interna de pesquisadores e um corpo externo de colaboradores*” (RIBEIRO, 1997a, p.226). Sobre essas bases, levou a cabo um triplo programa de pesquisas que tinha o Brasil como objeto de estudo: o primeiro para identificar as comunidades típicas das principais regiões brasileiras¹; o segundo como um estudo síntese de base bibliográfica, destinados a compendiar o conhecimento já alcançado sobre os aspectos básicos dos processos de urbanização e industrialização; e o terceiro na forma de um grupo de pesquisas sociológicas sobre os processos de urbanização e industrialização e suas conseqüências com o problema educacional brasileiro. A partir dessas pesquisas, nas palavras de Mércio Pereira Gomes: “*Darcy estabeleceu uma visão própria dos principais problemas sociais brasileiros, do racismo ao classismo, das diferenças regionais e dos seus processos de colonização, bem como do potencial que havia na sociedade brasileira para superar seus impasses*” (GOMES, 2000, p.37).

Dentro desse trabalho de pesquisas, de acordo com dados de Gomes, mais de trinta teses foram desenvolvidas, até o ano de 1964, quando o regime militar interferiu no instituto, perseguindo muitos de seus principais nomes (GOMES, 2000, p.12). Com base nesses anos de pesquisa e estudos, Darcy escreveu, já no exílio, a primeira versão de seu livro, *O Povo Brasileiro*, cuja versão final só ficaria pronta em 1995, como se verá no

¹ Muito provavelmente o que acabou por influenciar o autor na construção de sua tipologia sobre as especificidades das diferentes regiões do Brasil no capítulo “Os Brasis na História”, dividido nas seções: “O Brasil Crioulo”, “O Brasil Caboclo”, “O Brasil Sertanejo”, “O Brasil Caipira” e “Os Brasis Sulinos” In: RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995b, p.269-444.

capítulo específico sobre o modo como Darcy Ribeiro realizou leituras e projeções para o Brasil, em uma obra que tomou do intelectual em discussão, entre planejamento e a conclusão, mais de cinquenta anos.

Trabalhando com Anísio Teixeira no CBPE e no INEP, Darcy Ribeiro se envolveu em outros debates que envolviam temas educacionais, como por exemplo, no contexto de discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, que somente veio a ser promulgada no ano de 1961. Responsável por encaminhar os debates acerca da LDB, assim como elaborando e redigindo a parte que tratava de educação no discurso presidencial de Juscelino Kubitschek, em pouco tempo, Darcy Ribeiro começou a ser requisitado para participar, e para encabeçar novos debates: *“Importantíssimo para mim foi a eleição de JK para a presidência e seu projeto de edificar a nova capital, Brasília. (...) Eu tinha já contato com ele através da política de Minas e da minha família. (...) O certo é que aderi logo a seu governo”* (RIBEIRO, 1997a, p.235). Em 1959, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro foram comissionados pelo mesmo presidente para elaborar o projeto de uma universidade a ser instalada na nova capital do país, a Universidade de Brasília (UnB).

Após aproximadamente dois anos de trabalho sobre o planejamento da Universidade de Brasília, passado o governo de Juscelino Kubitschek e já iniciado o governo de Jânio Quadros, finalmente o projeto de lei para abertura da Universidade foi aprovado, em 25 de agosto de 1961, dia da renúncia de Jânio Quadros. Também no mesmo dia ocorreu a inauguração da crise da legalidade sucessória à presidência da República entre o presidencialismo e o parlamentarismo. Darcy Ribeiro, nesse contexto, se fez reitor da Universidade de Brasília. Jânio Quadros chegou a pedir que Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira elaborassem um projeto nacional de reforma educacional, que seria lançado como prioridade do governo em determinado momento (RIBEIRO, 1997a, p.239). Mas, com a renúncia do presidente em questão, esses projetos não saíram do papel. Dentro do governo parlamentarista de João Goulart, Hermes Lima foi nomeado primeiro-ministro pelo presidente, e nas palavras de Darcy Ribeiro:

Meu amigo Hermes Lima foi feito primeiro-ministro. Um de seus primeiros atos foi convidar-me para o cargo de ministro da Educação. Disse a Hermes que a posição cabia era a Anísio, velho amigo dele também. Claro que ele quisera dar o posto a Anísio, mas a animosidade contra o mestre era tão pesada que nem no governo progressista de Jango se admitia fazê-lo ministro. Assim é que fui ministro

no lugar de Anísio, carregando para o ministério suas ideias (RIBEIRO, 1997a, p.234).

Darcy Ribeiro deixou o cargo de reitor da Universidade de Brasília, passou o cargo a Anísio Teixeira, e assumiu o Ministério da Educação do Governo de João Goulart. A participação mais importante, na visão de Darcy Ribeiro, junto do Ministério da Educação, foi a campanha para o plebiscito que propunha o retorno ao presidencialismo, ainda no Governo João Goulart. De acordo com Guilherme Azevedo, Darcy Ribeiro teria sido um de seus principais articuladores (AZEVEDO, 2002, p.679). Em 1963 o plebiscito a favor do retorno ao presidencialismo saiu vitorioso por 9 milhões de votos a favor contra 1 milhão de votos que a ele se opunham. Nesse momento Darcy Ribeiro deixou o Ministério da Educação e retornou à Universidade de Brasília, mas lá ficou pouco tempo, porque foi chamado para o cargo de chefe da Casa Civil do governo João Goulart. Nesse momento Darcy Ribeiro passa a se identificar, de fato, como um político trabalhista. Nas palavras de Mércio Pereira Gomes: “*Darcy entrou de corpo e alma no governo Goulart*” (GOMES, 2000, p.13).

Como Ministro Chefe da Casa Civil, Darcy Ribeiro foi responsável pela coordenação dos dois projetos que, de acordo com o relato de Mércio Pereira Gomes, o próprio Darcy Ribeiro considerava como os mais importantes daquele governo, e que no seu entender foram as causas fundamentais da sua derrubada pelo golpe militar de abril de 1964 (GOMES, 2000, p.13). Um desses projetos era o das Reformas de Base, cujos pontos principais eram a reforma agrária, com a desapropriação dos latifúndios improdutivos, a continuidade da reforma educacional, uma reforma tributária e outras mais. O outro projeto era a regulamentação da lei que impunha controles sobre o capital estrangeiro no Brasil; em outras palavras, restringia a remessa de lucros de empresas estrangeiras. De acordo com Guilherme Azevedo, a função de Darcy Ribeiro seria a de: “*liderar as negociações políticas para a implementação das chamadas reformas de base*”. E o objetivo dessas medidas seria “*livrar o país de entraves para o seu crescimento socioeconômico, localizados na concentração da posse da terra e na dependência externa*” (AZEVEDO, 2002, p.680). Azevedo continua:

Jango anunciava diante de uma multidão, uma série de mudanças de caráter popular: a desapropriação por decreto de extensas propriedades ao longo de estradas e das refinarias de petróleo privadas, além de uma reforma urbana, com o

tabelamento dos aluguéis dos imóveis vazios. Jango dava mostras de que confiava no apoio popular, contra os adversários das reformas (AZEVEDO, 2002, p.680).

Na visão de Darcy Ribeiro: com a intensificação das tensões entre políticos reformistas e as elites político-econômicas do país, articuladas com grandes grupos de fazendeiros, empresários nacionais e estrangeiros com atividades no Brasil, principalmente estadunidenses; todos estes contando ainda com o apoio de extratos do corpo militar que se opunham ao perigo comunista que para eles representavam os trabalhistas; com a fragilidade do governo que não conseguia negociar o apoio das esquerda não reformistas, e portanto mais radicalmente revolucionárias; com a decisão do governo, no momento de maior tensão desses conflitos, de radicalizar o processo de reformas, expresso no comício do dia 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro - o chamado “*Comício das Reformas*” – surgiu a legitimação e o estopim final para a intervenção militar, ou na visão de outros, o golpe, que se levaria a cabo dias depois:

Darcy Ribeiro, ministro chefe do Gabinete Civil, tentou comandar, a partir de Brasília, uma reação ao golpe. Acreditava que o dispositivo militar ainda fiel ao governo pudesse fazer frente, também pelas armas, ao foco golpista liderado por Mourão Filho. Darcy apostava também no apoio das massas que o governo tinha a intenção de lutar parou nas mãos de Jango. O presidente decidiu não oferecer resistência armada, para evitar uma luta fratricida (AZEVEDO, 2002, p.681).

Darcy Ribeiro resistiu por algum tempo em Brasília, e foi o último ministro a tomar o caminho do exílio (GOMES, 2000, p.51). Com o golpe militar de 31 de março de 1964, e com seus direitos políticos cassados pelas forças de repressão, após a promulgação do AI-1, Darcy Ribeiro parte para o Uruguai ao lado de outros integrantes do governo de João Goulart, se asilando na capital, Montevideú, onde trabalhou como professor e atuou, sob a experiência que já havia adquirido no Brasil, em reformas na Universidade Uruguiaia. E como Darcy Ribeiro tinha autorização para entrar e sair do Uruguai quando quisesse foi algumas vezes para a Europa, uma delas para dialogar com Juscelino Kubitscheck visando traçar estratégias que forçassem a ditadura a convocar eleições diretas para a presidência do Brasil. Viajou também para a União Soviética e, depois para Cuba, ter duas conversas muito importantes sobre um contragolpe no Brasil: a primeira delas com Che Guevara, e a outra com Fidel Castro:

A conversa com Che, cordialíssima, na cobertura do edifício onde ficava seu ministério, cheia de livros e de objetos pessoais, foi também duríssima. Ele não se

arredava da ideia de que só a guerrilha levaria à revolução. Tratava-se de ter peito para as primeiras semanas. Depois a coisa fluiria, como se fosse um canal, da serra ao poder. Eu insistia na ideia contrária, de que havia, ao menos para países como o Brasil, outros caminhos mais eficazes. (...) A segunda conversação importante que tive foi com Fidel, numa praia próxima de Havana. (...) E ali começamos a conversar. Repetiu-se o mesmo diálogo que tive com Che Guevara. Cordial e mais firme ainda. Fidel expõe suas convicções e ponderando que um certo componente político era indispensável, mesmo para viabilizar a guerrilha. (...) Vi então que não podia convencê-lo nem ele me convencer-me (RIBEIRO, 1997a, p.368-9).

Por causa destas viagens, a ditadura brasileira pressionou o governo uruguaio, que, por sua vez, limitou as viagens de Darcy Ribeiro: “*Não pude ir nem mesmo a Buenos Aires, a vinte minutos de distância. Nem aos outros centros urbanos argentinos*” (RIBEIRO, 1997a, p.370); assim como fizera com quase todos os outros exilados, dentre eles Brizola: “*...ia à casa de Brizola participar do circuito paranóico do exílio. Uns dez homens coexistiam ali, tensos, falando de um contragolpe que se tornava cada vez mais verossímil*” (RIBEIRO, 1997a, p.371). Como já citado em outro capítulo, este foi um momento de intensa produção intelectual por parte de Darcy Ribeiro, também sobre o Brasil:

Sua intenção inicial era motivada por preocupações tanto intelectuais quanto políticas. Ele queria escrever um grande livro sobre o Brasil, que explicasse a formação cultural e o desenvolvimento social do país para os próprios brasileiros, que expusesse as razões pelas quais o país não se consolidava em um desenvolvimento político-econômico permanente, que deixasse claro quais teriam sido as razões do recente golpe de Estado em abril de 1964, e que esse contra do atraso a que o Brasil ficara relegado em comparação com Estados Unidos e Canadá, países também de origem colonial (GOMES, 2000, p.34).

Mas, logo após algum tempo, Darcy Ribeiro já começaria a articular sua volta para o Brasil, o que intempestivamente o faz no segundo semestre de 1968. De acordo com o relato do próprio:

Ao fim de quatro anos de confinamento em Montevidéu, eu não agüentava mais. Queria fugir de qualquer jeito. Cheguei até a negociar minha ida para a China por dois anos (...). Ia receber um *laisser-passer* e voar quando mudei de ideia. Lendo as notícias dos jornais brasileiros sobre a Marcha dos Cem Mil, no Rio de Janeiro, eu me perguntava o que é que eu estava fazendo no Uruguai, se os meninos estavam oferecendo os corações às balas. Contra a opinião de todos, especialmente de Jango e Brizola, que achavam aquilo uma temeridade, voltei. Chamei meu advogado, Wilson Mirza, e só pedi que avisasse a ditadura que eu iria desembarcar no avião tal, à hora tal, no aeroporto do Galeão. Não queria ser preso pelo oficial de dia, e

sim pela ditadura, se essa fosse sua resolução. (...) No Rio, passei pelo aeroporto só com a advertência de que deveria procurar, no dia seguinte, a Ordem Política e Social. Fomos lá e eu respondi a um questionário tolo, com sins e não. Instalei-me com Berta num apartamento emprestado, porque o nosso estava alugado, e vivi quase três meses feliz (RIBEIRO, 1997a, p.373).

Contente por poder retornar ao Brasil, participando de muitas recepções e festas, Darcy Ribeiro disse ter se esbaldado, inclusive em dar entrevistas a jornais e revistas falando bem do governo deposto e falando mal da ditadura: *“Começou então a fazer ataques públicos ao novo regime, através da imprensa. Uma provocação”* (AZEVEDO, 2002, p.682). A reação militar, que fora tranquila a seu retorno, foi áspera contra essas manifestações: *“Certa manhã, o general comandante do Primeiro Exército mandou um oficial com tropa armada me prender no apartamento em que me instalei, na rua Toneleiros”* (RIBEIRO, 1997a, p.374). Neste mesmo momento acabava de sobrevir o ato Institucional Número 5 (AI-5): *“Mirza e outros amigos se assanharam, me aconselhando, peremptórios, a sair do país urgentemente. Eu não admitia voltar com minhas pernas para o exílio. Fui preso no dia seguinte à edição do ato”* (RIBEIRO, 1997a, p.375).

No período em que ficou preso, no Rio de Janeiro, *“A situação foi ficando ruim”*: *“Eu preso, Berta sem poder trabalhar. As reservas foram ficando esgotadas. Raspamos o fundo do tacho umas ações de banco que me restavam”*. Enquanto isso Darcy Ribeiro, dentro da cadeia, como maneira de fazer passar o tempo, decidiu registrar os fatos, condensando-os em uma espécie de “Diário de Prisão”. Em um dos trechos Darcy Ribeiro diz:

Que fazer? Que perspectivas tenho? Não sei nada e não posso influir na decisão que eles irão tomar. Nesta posição passiva, só posso planejar minhas atividades dentro de limites exíguos. Vejamos. Primeiro: Ficarei no Brasil, volto a afirmar: não posso ajudar mais aceitando o convite para ir para a América, ou para qualquer outro lugar. O que cumpre, entretanto, é lhes impor minha presença. Esse é o preço maior que lhes posso cobrar: a duvidosa censura da opinião pública à prisão de um intelectual. Segundo: Devo enfrentar o inquérito mantendo-me no que sou, sem nada que pareça bravata. Mas dando de mim a imagem que eu próprio tenho de mim: um brasileiro deliberado a lutar contra tudo o que se oponha ao desenvolvimento autônomo e sustentado do Brasil. Um brasileiro convicto de que pesa um veto sobre o nosso desenvolvimento: 1) os interesses do patronato mais retrógrado, sobretudo os 32 mil grandes fazendeiros; 2) a incapacidade e a venalidade do patriciado político nativo que dirigiu o país até agora e, tendo sido incapaz de conquistar o desenvolvimento, se tornou também incapaz de renovar sua própria ideologia liberal; 3) a tacanhez dos políticos militares, que são manobrados por interesses que desconhecem, servindo como custódios de uma ordem que eles próprios desaprovam, mas se comprometendo e afundando-se cada

vez mais no papel de mão repressora; 4) os interesses estrangeiros, sobretudo os norte-americanos, que têm, hoje, no Brasil, seu alterno, porque a condição essencial à preservação de seu âmbito mínimo admissível de hegemonia é manter-se como potência continental – é manter o Brasil subjugado à sua órbita de poder e aberto às suas empresas. (...) Não vale a pena estar escrevendo mais sobre esses assuntos que tantas vezes analisei. De prático, só fica a disposição de enfrentar o inquérito, assumindo as responsabilidades que me cabem pelo que eles chamam de caráter subversivo do governo passado, no que tange às reformas. No correr do inquérito, responderei a perguntas das autoridades que me julgarão e ficarei sabendo se o coronel pode encerrar o inquérito me libertando no período de julgamento ou, o que é mais provável, se o encerrará me mandando a outra prisão. A hipótese mais provável é um longo tempo de prisão. Se for assim, tratarei de aproveitar. A única forma possível é produzir mais livros, que se publicarão ou não (RIBEIRO, 1997a, p.384-5).

Negociando sua prisão, ou sua liberdade, Darcy Ribeiro utilizava o argumento de que o melhor mesmo era os militares consentirem com sua liberdade, já que sua prisão custava mais ao governo do que deixá-lo sair. Mas na visão dos militares, Darcy Ribeiro queria sair para continuar conspirando, como fazia no Uruguai. Darcy Ribeiro respondeu que era isso mesmo, e complementa:

Mas minha conspiração era de intelectual que atua através de seus livros e estes eles não podiam impedir. Nem mesmo me mantendo preso, porque a própria prisão daria maior repercussão a meus livros, que já se encontravam nas mãos de editoras dos Estados Unidos, da França, da Argentina, da Itália e da Espanha. O procurador quis dessa vez envolver-me em frases globais que me definiam como marxista e comunista. Disse que eu era um herdeiro de Marx, que procurava sê-lo enquanto cientista social, porque Marx fora fundador das ciências sociais, mas assim como os físicos não são einsteinistas pelo fato de serem herdeiros de Einstein, eu também não era marxista. Evidentemente o argumento excedeu a capacidade de compreensão de ambos. (...) Caí então no papel de esclarecer que, sendo minha função a de ideólogo, e exigindo de mim mesmo uma conduta de patriota, não deixarei jamais de atuar, enquanto puder, sobre a juventude, sobre o clero e sobre os próprios militares, no sentido de ajudá-los a compreender a situação em que atuavam e exercer um papel patriótico de luta pelo desenvolvimento autônomo do Brasil (RIBEIRO, 1997a, p.390).

Na prática, para além de seu discurso retórico de enfrentamento à ditadura, depois de alguns dias no Rio de Janeiro, foi levado para a Fortaleza de Santa Cruz e ainda depois para a Ilha das Cobras – o quartel general dos fuzileiros navais –, onde ficou preso até que por orientação do advogado, que lhe pediu que escrevesse uma carta ao “ditador do dia”, correspondeu dirigindo um pedido a Costa e Silva no sentido de que este autorizasse a emissão de um novo passaporte e lhe permitisse se exilar novamente, e poder trabalhar como professor para sustentar sua família: *“Precisava de um passaporte, cuja emissão só*

ele, presidente, poderia autorizar. Concluí a carta com a velha saudação positivista: “Saudações republicanas!” (RIBEIRO, 1997a, p.401).

Darcy Ribeiro vai a julgamento em um tribunal da Marinha, é absolvido, recebe o passaporte assinado por Costa e Silva e, após ter passado a noite escondido no apartamento do advogado, no dia seguinte à libertação, procura a embaixada dos Estados Unidos, para obter um visto de entrada, já que tinha um convite para trabalhar na Universidade de Colúmbia, como professor visitante. Retornando à casa do advogado, busca alternativas para sair do Brasil. O Regime militar já havia determinado, novamente, a sua prisão quando soube da presença, no Rio de Janeiro, de um antigo amigo, o sociólogo venezuelano, José Augustin Silva Michelena, a quem chamou para uma conversa e na mesma noite Darcy Ribeiro e sua esposa, Berta Ribeiro, voaram para Caracas, rumo ao que Darcy Ribeiro chamou de seu segundo exílio. Mas após um período de atuação junto a um processo de reforma universitária venezuelana, logo Darcy Ribeiro em 1970, com, a notícia da vitória de Salvador Allende nas eleições presidenciais do Chile, busca por todas as vias, se mudar para a capital chilena, Santiago: *“Nada me seguraria mais em Caracas”* (RIBEIRO, 1997a, p.412). Por já conhecer Salvador Allende, quando de uma visita do ainda senador socialista chileno a João Goulart em Montevidéu, Darcy Ribeiro diria:

Convivi com ele uma semana em Montevidéu, encantado com sua simpatia, seu pensamento claro, seu socialismo libertário, seu sentimento de latino-americanidade. Nessas conversas, Allende me deu sua visão da nossa queda e da importância dela. Vi em, suas palavras mais do que alcançara antes, a compreensão da extraordinária importância do governo de João Goulart. Estávamos travando uma batalha mundial. Só nós, pequenos Davis, contra o Golias. Allende me disse, textualmente: *“A queda de Goulart foi para nós como uma montanha que mergulhasse no mar. Nele teríamos o aliado para a libertação da América Latina. Sem ele, tudo seria muito mais difícil”* (RIBEIRO, 1997a, p.413).

E quando de sua chegada no Chile, Darcy Ribeiro se coloca logo a serviço do governo Allende, tomando a posição de assessor do mesmo, ao lado de um outro assessor, o espanhol Juan Garcez. Nas palavras de Darcy Ribeiro: *“Tínhamos acesso a todas as reuniões ministeriais e redigíamos documentos. Era um alegre trabalho que fazíamos ao lado de Allende, aprendendo”*. (RIBEIRO, 1997a, p.413). Darcy Ribeiro passa então a nutrir intensa admiração por Allende:

Eu estava no Chile e era assessor de Salvador Allende. Trabalhava com o presidente para uma coisa lindíssima, que era o projeto de socialismo em liberdade. (...) O fato é que eu estava como ajudante do Salvador Allende, fazia discurso para ele. Posso dizer, porque ele era tão grande sujeito que, depois de fazer discurso de posse, no estádio, ele chegou com três edecanes – os presidentes do Chile andam com três generais, do mais alto padrão – e disse aos edecanes: - Vocês gostaram do meu discurso? E eles disseram: - Ah! Presidente, foi um discurso sábio, bonito, etc. E o Allende: - Pois é, quem escreveu foi esse brasileiro aqui. É claro que eu escrevi o pensamento dele e ele era um homem suficientemente competente para dizer que eu escrevia o discurso para ele. Eu escrevi para muita gente mais, que nunca admitiria que eu dissesse isso (RIBEIRO, 1997b, p.65-6).

O tema principal do discurso do Estádio Nacional, discutido previamente entre o orador, Allende, e o relator do discurso, Darcy Ribeiro, tratava da “*responsabilidade que pesava sobre o Chile de inaugurar a via do socialismo em liberdade*” (RIBEIRO, 1997a, p.413-4); e fala mais:

Salvador Allende era um pensamento muito claro, cinco vezes foi candidato, aceitando derrota. Depois, assumiu a Presidência. Era muito claro para ele que estava tendo que fazer o socialismo em liberdade, coisa que não existia. E se viu muito mal, porque ele tinha o apoio de Cuba, que ele nem queria mais, porque era ruim. O apoio que podia ter da União Soviética era muito pequeno, só serviria se fosse muito indiretamente, ele não podia entregar aos soviéticos. Numa conjuntura mundial, se sabia que aqui, no Brasil, havia uma conspiração de quatro mundos para derrubá-lo e, lá, havia a desorganização da economia (RIBEIRO, 1997b, p.73).

Darcy Ribeiro complementa:

Eu tinha várias outras ideias que havia discutido com ele, naqueles dias, sobre as bases do socialismo legal; a estrutura agrária; a reforma agrária; sobre jogar gente no campo; e uma quantidade de coisas. Ocorre que, três anos depois, já no fim do período dele – ele foi um caso um pouco raro, porque a votação dele aumentou extraordinariamente no poder, apesar da crise econômica, que era muito séria, faltava tudo no país, por causa da sabotagem (RIBEIRO, 1997b, p.74).

Sobre alguns temas que Darcy Ribeiro considerava de maior importância para a transição do Socialismo em Liberdade no Chile, como por exemplo, o projeto de Nacionalização do Cobre, Darcy Ribeiro foi contrariado na visão de que Allende deveria reorganizar a economia sem tocar nas minas de cobre:

Nas conversas com Allende, propunha que não se pedisse ao Congresso a Nacionalização das minas de cobre, que era a aspiração maior dos chilenos. Propunha que, antes disso, se criasse uma legalidade democrática da transição ao socialismo. Seus assessores chilenos foram contrários a essa ideia. O resultado não foi bom. A direita votou com a esquerda pela nacionalização, fortalecendo-se (RIBEIRO, 1997a, p.414).

A partir da nacionalização imediata das minas de cobre chilenas, na visão de Darcy Ribeiro, a classe dominante fortalecida, e seus corpos políticos, apoiados pela ditadura brasileira e pelo governo norte-americano, não só conspiravam, mas atuavam concretamente, criando situações críticas. Apesar disso, Allende continuou tendo forte apoio popular por três anos. Mas a subversão ia ganhando força (RIBEIRO, 1997a, p.415). Principalmente porque as esquerdas se puseram também a conspirar contra o governo: “*As esquerdas radicais entraram a conspirar, querendo elas próprias dar o golpe para cubanizar o processo chileno*” (RIBEIRO, 1997a, p.415). O clima era de caos e como assessor de Allende Darcy Ribeiro acreditava que se fazia ouvir muito pouco: “*Nesse quadro eu fui procurado em Santiago por um dos mais altos intelectuais políticos da América Latina, o peruano Carlos Delgado. Ele me trazia um convite de presidente Velasco Alvarado para ‘ajudar a pensar a revolução peruana’*” (RIBEIRO, 1997a, p.415).

Ao saber do convite feito a Darcy Ribeiro pelo governo peruano, e ainda por saber que Darcy Ribeiro já tinha se decidido a ir para o Peru, Allende o mandou chamar:

O Allende me disse: - “Se puder juntar o pessoal, vou juntar para a gente dar uma prosa”. O pessoal eram os cabeças que trabalhavam com ele. Eu fui para lá. Ele fez a tal reunião e ocorreu uma coisa estranha, porque ele me disse: “- Oh, Darcy, não é hora de você dizer aqui, ao pessoal, que você tinha razão, que o projeto bom era aquele? Porque o Pedro dizia que temos uma institucionalidade socialista tão grande que podemos ir adiante sem mudar a lei, e você dizia que era preciso mudar a lei, que era preciso fazer mudanças”. Eu tive que dizer alguma coisa engraçada, e disse: “- Olhe, Presidente, nós sabemos quais são os efeitos na história da opção do Pedro, não sabemos quais teriam sido os efeitos da nossa opção. A situação está muito difícil, mas ela tem que continuar é por esse caminho, porque qualquer coisa quando é posta na história é diferente”. Então, você veja a grandeza do Allende de ter o seu projeto político como alguma coisa que era um projeto intelectual. Ele não era um homem apaixonado, um louco, não era chefe de bando, era um pensador profundo, sabendo que enfrentava a extrema dificuldade de fazer o que nunca se fez, o socialismo em liberdade, garantindo uma unidade democrática e mudando o regime social (RIBEIRO, 1997b, p.75).

Para Darcy Ribeiro, pelo carinho e admiração que dizia nutrir por Allende, sair do Chile lhe “dava pena”:

Allende me pedia que ficasse, mas concordava comigo em que não se abria ao Brasil nenhuma perspectiva de alcançar o socialismo por via eleitoral. Era pensável, entretanto, um nasserismo, em que os militares deixassem de ser o braço armado de classes dominantes retrógradas para passar ao papel de renovadores de sua sociedade (RIBEIRO, 1997a, p.416).

Darcy Ribeiro não poderia supor que o jantar acima descrito estaria acontecendo apenas três meses antes do golpe militar que, a 11 de setembro de 1973, derrubaria a experiência socialista comandada por Allende e o levaria à morte: “*Nessa conversa última, Allende reiterou para mim sua afirmação de que a ele não derrubariam no berro, como fizeram com Jango, e concluiu: ‘Só sairei de La Moneda coberto de balas’. Assim foi*” (RIBEIRO, 1997a, p.416-7).

Mas antes ainda de tudo isso acontecer, Darcy Ribeiro se sentia tentado pela revolução peruana: “*Os peruanos estavam fazendo uma revolução profunda, a reforma agrária mais profunda das Américas, não deixaram nenhuma propriedade com mais de cem hectares. Isso convulsionou o país também*” (RIBEIRO, 1997b, p.66). E complementa:

Nada podia ser mais tentador para mim que observar e conviver com militares que haviam trocado de pele e realizavam uma profunda revolução social no Peru. Tinham feito a reforma agrária mais profunda de que se tem notícia, garantindo a posse das terras, depois de séculos de esbulho às populações incaicas da montanha peruana. Haviam tomado e reorganizado a imprensa, destinando cada jornal, rádio e televisão a uma corrente corporativa, como os camponeses, os operários fabris etc. Estavam reordenando a propriedade para garantir a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, enquanto acionistas delas e muita coisa mais (RIBEIRO, 1997a, p.415).

A tarefa principal de Darcy Ribeiro era, sob a tutela da Organização Internacional do Trabalho, órgão das Nações Unidas, criar um instituto de estudos sobre as formas de participação social na propriedade e nas empresas peruanas.

Fui para o Peru via Genebra, porque tive que visitar antes a sede da Organização Internacional do Trabalho, para detalhar o centro de estudos da Participação Popular – CENTRO, que íamos implantar em Lima. (...) O plano básico era pôr todo o povo peruano dentro de um computador, com base nos dados estatísticos com que se contava e nas avaliações qualitativas que fizéssemos. Lá estaria a população inteira, com sua distribuição por sexo, idade, níveis educacionais, de consumo, de saúde, bem como sua distribuição espacial e temporal. Quer dizer, como a população evoluiria nos próximos vinte anos. Teríamos assim um Peru conceitual, virtual, que nos permitiria fazer quaisquer projeções sobre a imagem futura de sua população e principalmente, um exercício que nunca se fizera antes (...) Uma vez construído o símile, passaríamos a projetar as linhas de ação que no prazo intermédio permitissem à sociedade peruana chegar lá. Seria o “socialismo cibernético”, de desejabilidade incontestável. Não se fundava em nenhuma ideologia, mas num jogo de números dentro do computador (RIBEIRO, 1997a, p.418).

Trabalho que consumiu três anos da vida de Darcy Ribeiro, de 1973 a 1976:

Fiz em três anos tudo o que alcancei para atingir nossa meta. Ingênuo que sou, me perguntava todo o tempo por que os peruanos não me davam os dados censitários indispensáveis ao projeto nem acesso aos computadores do Ministério do Planejamento. Só muito depois descobri que, para eles, era demais aceitar de um estrangeiro uma fórmula para sua revolução (RIBEIRO, 1997a, p.418-9).

Durante esses três anos de trabalho, além de perceber certa animosidade e recusa à sua presença, ainda divergia fortemente dos rumos que eram dados à revolução peruana, no tocante ao tratamento do povos do Altiplano Andino, num processo de intensa europeização dos povos andinos, como bandeira revolucionária (AZEVEDO, 2002, p.682):

Percebi outra posição antagônica com o general Leônidas, autoridade superior do SINAMOS, órgão de condução ideológica da revolução peruana. Eu dizia a ele tão somente que o verdadeiro povo peruano era o povo incaico do altiplano, com sua língua e costumes próprios, que tinha sobrevivido a quinhentos anos de opressão e não seria erradicado nunca. Dizia ainda que Lima era uma praça de ocupação espanhola que continuava exercendo o triste papel de opressão europeizadora sobre os remanescentes da civilização incaica. Era demais para ele. Calou-se e levantou-se, interrompendo o diálogo. (...) Soube depois por seu auxiliar mais qualificado, meu grande amigo Carlos Delgado, juntamente com Pancho Guerra e Carlos Franco, que eu forçava portas trancadas. Efetivamente, para mim a revolução peruana se justificava principalmente como o primeiro gesto de restauração do incário, a grande civilização sul-americana, o que é pouco assimilável para a maioria da intelectualidade peruana. Os cientistas sociais acham que seu caminho é uma modernização que force os índios a deixar da mania de ser índios para compor, com os peruanos europeizados, uma espécie de Uruguai do altiplano (RIBEIRO, 1997a, p.419).

Nesse ambiente de disputas Darcy Ribeiro saiu de férias, viajou para dar conferências em Lisboa, Coimbra, e na cidade do Porto, onde durante a madrugada passou mal, e após exames no dia seguinte, foi brevemente diagnosticado com câncer pulmonar, com pedido de operação urgente e imediata. Darcy Ribeiro, que não queria ser operado na França ou nos Estados Unidos, como era a indicação dos médicos naquele momento, insistiu em querer ser operado no Brasil. Impetuosamente decidiu fazer as malas e retornou para Lima, tentando convencer os militares a o deixarem entrar no Brasil:

Expus o problema claramente ao embaixador do Brasil: não pedia autorização para retornar a meu país, comunicava que desembarcaria no dia tal, hora tal, no aeroporto do Galeão, onde uma ambulância me esperaria para levar-me ao hospital

em que seria esperado. Ele reagiu com uma frieza gélida. Seria tão fácil para um diplomata ser gentil, mas aquele cara encarnava era o inimigo. Queria a minha desgraça. Disse só que me comunicaria a instrução que recebesse do governo. Eu deveria esperar em Lima até que houvesse decisão governamental. Depois quis aconselhar o adiamento da viagem para que houvesse tempo para suas consultas a Brasília. Eu me neguei a adiar, argumentando que o tempo urgia para mim. Nisso, ele me disse da forma mais peremptória e boçal que me transmitia ordens do Golbery: “O senhor está proibido de entrar no Brasil”, gritou como uma ordem. (...) eu disse a ele que não podia me proibir de viajar para o Brasil quando tinha já passagem e lugar marcado para partir às duas da manhã daquele dia. O que o governo podia fazer era mandar me prender ao chegar. E esse risco eu corria por minha conta (RIBEIRO, 1997a, p.433).

Pela noite, por contato dos militares com a empresa aérea que o levaria para o Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro foi impedido de entrar no avião. O máximo que conseguiu posteriormente foi, por meio da embaixada norte-americana, uma reserva no hospital mais especializado em câncer: *“Eu saíra de um excelente hospital francês pelo desejo de ser operado em português e no Brasil. Via com horror aquela perspectiva de ir para Baltimor ou seja lá onde fosse”* (RIBEIRO, 1997a, p.434). Nesse ínterim foi dada a autorização de seu ingresso no Brasil para ser operado:

A condição era de que só recebesse parentes e não desse nenhum tipo de declaração. Viajei. No aeroporto, um automóvel do chefe da polícia política me esperava ao pé da escada, plantado no meio do campo. (...) Partimos para o Hospital da Beneficência Portuguesa, onde seria preparado para o internamento (RIBEIRO, 1997a, p.434).

No hospital, membros da polícia política permaneceram na porta do quarto de Darcy Ribeiro, impedindo ou controlando o acesso de parentes e poucos amigos: *“Vivo assim debaixo do sentimento de que estou sob prisão, como quando voltei ao Brasil nos idos de 1968-9”* (RIBEIRO, 1997a, p.437). Além da privação à liberdade de movimentar-se foi proibido de receber visitas, mas foi operado, retirando o pulmão. E ainda sem estar completamente recuperado, por decreto do governo militar, Darcy Ribeiro deveria novamente se retirar do Brasil. Darcy Ribeiro retorna ao Peru, para o que chamou de seu terceiro exílio:

Meu terceiro exílio foi o do retorno ao Peru, depois de operado e salvo do câncer pulmonar. Tudo estava mudado. O presidente Velasco Alvarado enfermo, irrecuperável de um aneurisma, já não governava. (...) O governo peruano havia dado instruções às organizações internacionais, especificamente à OIT, de que não pretendia manter funcionando o meu centro. Só me cabia facilitar a tarefa,

encerrando os contratos com o pessoal internacional e fechando a casa que criara sem que ela cumprisse minimamente seus fins. Uma tristeza. (...) Para mim representou o total desastre de um dos projetos mais ambiciosos que elaborei, minha revolução cibernética não ideológica (...). Eu, que já era um estrangeiro inventor de modas metido a ideólogo da revolução peruana, passei a ser *persona non grata* (RIBEIRO, 1997a, p.445-6).

E como já abordado no capítulo anterior, Darcy Ribeiro, tendo ainda um contrato de trabalho em Lima, passa a trabalhar mais fora do que dentro do Peru; mas em situação desconfortável por causa das idas e vindas a cada seis meses para tratamento médico no Brasil, entre 1976 e 1979. Em 1979, Darcy Ribeiro se estabelece definitivamente no Brasil.

Com a queda do sistema bipartidário, instalado no país em 1965, e com a reabertura política propiciada pela anistia política aos ex-exilados, dava-se ensejo ao surgimento de novas agremiações políticas. Com a amizade de Darcy Ribeiro e Brizola se estreitando, decidem-se por trabalhar para recuperar a velha legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Darcy Ribeiro escreve o novo estatuto do partido e inicia-se, assim, uma luta judicial no Tribunal Superior Eleitoral, uma vez que a sigla é também pretendida por Ivete Vargas, filha de Getúlio:

Reintegrados no quadro político graças à anistia, nosso primeiro objetivo foi reconquistar a legenda do Partido Trabalhista Brasileiro, legenda historicamente nossa, e que só nós podíamos conduzir com dignidade. Ainda no exílio, Brizola promoveu duas reuniões em Lisboa, a que compareceram tanto exilados como gente vinda do Brasil, com o objetivo de definir o programa do futuro PTB. Escrevi os estatutos do novo PTB e entramos em luta judicial em Brasília contra uma aventureira, Ivete Vargas, que, associada ao General Golbery, disputava a mesma legenda. Ela ganhou. Brizola sofreu tamanha decepção que o vi ficar hirto e chorar quando a notícia nos foi levada na sala em que, com uma centena de companheiros, esperávamos a resolução da Justiça. Pouco depois Doutel de Andrade me procurava para escrever um novo estatuto. Agora para o Partido Democrático Trabalhista, que seria nossa trincheira. Com a legenda voltamos à política. (RIBEIRO, 1997a, p.472).

Como alternativa ao PTB, no mesmo mês de agosto do ano de 1980, surge, portanto, com base na herança dos governos de Getúlio Vargas e João Goulart, o novo Partido Democrático Trabalhista (PDT); com estatutos também redigidos por Darcy Ribeiro e sob a liderança de Leonel Brizola: *“Fundamentavam a atuação do partido na participação popular e de minorias e tinham uma inabalável certeza de que esse partido*

iria retomar a história do Brasil, que fora interrompida pelo regime militar” (BRAGA, 1984, p.50). De acordo com Guilherme Azevedo:

O presidente Figueiredo seguia então o processo de reabertura política que se comprometera a fazer. Eleições diretas para os governos estaduais e para o Congresso Nacional, as primeiras desde o golpe de 1964, foram marcadas para novembro de 1982. Darcy Ribeiro se tornou vice na chapa encabeçada por Leonel Brizola para concorrer ao governo do Rio de Janeiro. Nas eleições de 15 de novembro a oposição ao regime militar teve forte avanço, elegendo dez governadores – inclusive nos principais estados: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais – (...). Nas eleições para o Legislativo, realizadas no mesmo dia, a oposição passou a ser maioria na Câmara dos Deputados; no Senado, a maioria governista persistiu (AZEVEDO, 2002, p.685).

Em 1982, como se verá no capítulo que se segue, após a sua vitória na eleição como vice-governador do Rio de Janeiro, na chapa de Leonel Brizola, e sua nomeação como Secretário Extraordinário de Ciência, Cultura e Educação, Darcy Ribeiro criou e construiu, junto de Oscar Niermeyer, o Sambódromo, a Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro, entre tantas outras obras, com destaque às 500 escolas de turno integral, os CIEPs, elegendo junto de Leonel Brizola “*o desenvolvimento da educação como prioridade máxima de seu governo*”, como também será visto adiante. Com base na repercussão dessa gestão, que foi bastante positiva, ao menos na visão da população mais carente, Darcy Ribeiro, no ano de 1986, se lançaria como o primeiro nome na chapa do PDT para o governo do Estado do Rio de Janeiro, tendo como principal tema de campanha a ampliação dos CIEPs. O insucesso nesse pleito seria explicado por Azevedo da seguinte maneira:

Em fevereiro, o presidente José Sarney, que assumira o cargo com a morte de Tancredo Neves, em abril de 1985, anuncia o Plano Cruzado, que lança uma nova moeda, congela os preços em todo o país e cria o “gatilho salarial”, um mecanismo para reajustar os salários sempre que a inflação atingisse certo patamar. O Brasil vive momentos de euforia, que repercute nas urnas. O PMDB do presidente sai vitorioso no pleito de novembro. No Rio de Janeiro – onde estão em atividade 51 CIEPs da rede municipal e 66 da estadual –, Darcy é derrotado pelo peemedebista Wellington Moreira Franco. O projeto do CIEP fica praticamente congelado nos quatro anos seguintes. Já que o novo governo não deseja executar uma obra identificada com Brizola (AZEVEDO, 2002, p.688).

Darcy Ribeiro considerava sua derrota no pleito de 1986 como seu maior desapontamento desde a ditadura militar. E dizia ainda mais, sobre os CIEPs:

Creio que o maior golpe que eu sofri na vida foi ver esse programam ser abandonado em plena realização, por puro sectarismo político do governo que nos

sucedeu. Tiraram do regime de tempo integral 360 mil crianças – quase todas de áreas pobres, porque foi nelas que concentramos a implantação dos CIEPs – para devolve-las às ruas, ao lixo e à delinquência (RIBEIRO, 1997a, p.447)

A convite do governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, do PMDB, em 1987, Darcy Ribeiro assume a Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento Social, com a missão de implantar cem CIEPs no Estado. A não implantação dos CIEPs, sob a justificativa de falta de verbas motiva Darcy Ribeiro a deixar o governo, com profunda indisposição com o governador e seu partido. No mesmo ano, até 1989, acolhe proposta do governador de São Paulo, Orestes Quécia, também do PMDB, para elaborar o projeto cultural e implantar o Memorial da América Latina, em São Paulo, com projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer. Sobre o Memorial, Darcy fala em entrevista:

É preciso que o Oscar confirme que não fomos nós que dissemos para fazer o Memorial, foi o Quécia. Então, de repente, em São Paulo, surge uma consciência da América Latina, (...). De repente, São Paulo se comporta como a capital da América Latina e faz um Memorial, que custou ao Estado mais de cem milhões de dólares (...). Então faz aquela coisa que o Oscar considera como a obra mais realizada dele. (...). O Parlamento Latino Americano, que se reunia de dois em dois anos, cada vez num país diferente da América Latina, aceita ter uma sede permanente (...). Vai fazer São Paulo a Capital da América Latina. Em São Paulo não sabem disso, mas vai sim, porque a consciência depende das coisas e São Paulo é tão poderosa, tão grande, tem tal pujança econômica que é capaz de fazer o Memorial e, dentro dele, fazer um centro político. Não é formidável? (RIBEIRO, 1997b, p.70 et. seq.)

Ainda sobre o Memorial da América Latina e a participação de Darcy Ribeiro na elaboração do projeto:

No encontro com o governador Quécia, Darcy articulou em linhas gerais, o que lhe parecia devesse ser o Memorial, no qual se organizaria a mais completa biblioteca sobre a América Latina, ao mesmo tempo valorizada pelas obras, as mais diversas, dos escritores latino-americanos. O argumento do Darcy era inquestionável: como continuarmos a bater às portas das Universidades da América do Norte, toda vez que se quiser estudar a América Latina? (...) Darcy foi desenvolvendo o Memorial onde se criaria, completando a grande síntese que a biblioteca encarnaria, o Pavilhão de Arte Popular, rico em cores e de formas, com artesanatos mexicanos, incaicos, bolivianos; e, como se não bastasse, distribuindo de dois em dois anos, o Prêmio Literatura para a melhor obra de autor latino americano. (...). Darcy ainda encontrou vaga para propor um Teatro Latino Americano, onde se encenassem peças de nossos dramaturgos, danças folclóricas, orquestras sinfônicas, um teatro aberto ao povo para que, pela cultura, a integração latino americana, deixasse de ser um mero enunciado (BRANT, 2002, p.90 et. seq.).

Em 1989, Leonel Brizola disputou a presidência, tendo Darcy Ribeiro como candidato à Vice-presidência. Mas também não obtiveram sucesso, sendo apenas os terceiros candidatos mais votados. O segundo turno foi disputado pelos presidenciais Fernando Collor de Mello, vitorioso ao final do pleito eleitoral, e Luís Inácio Lula da Silva. Em 1990 Darcy Ribeiro ocupa dois cargos políticos de relevo simultaneamente, o de senador pelo Rio de Janeiro e, pela segunda vez, o cargo de Secretário de Educação e Projetos Especiais do Rio de Janeiro. Buscou incansável concluir as obras de implantação dos CIEPs, que, até o final do governo de Brizola, em 1994, seriam mais 406 em todo o estado (junto com os Ginásios Públicos), e fez o projeto de uma nova Universidade para o Estado do Rio de Janeiro, que se chamaria Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Abarcando projetos educacionais que iria dos primeiros anos do ensino-básico e fundamental à pós-graduação na Universidade.

Darcy Ribeiro e Leonel Brizola amargam uma acachapante derrota nas eleições para a Presidência da República de 1994, fazendo-o retomar suas atividades no Senado, ao mesmo tempo em que novos problemas de saúde se iniciam para ele: o câncer volta a se manifestar. No entanto resiste, e depois de sair de um coma de muitos dias, foge da UTI, sem autorização dos médicos, o que nas palavras de Vera Brant repercutiu nos jornais como “*um verdadeiro escândalo*” (BRANT, 2002, p.105). A justificativa pelo próprio Darcy Ribeiro seria:

Fugido da UTI, me fixei na casa de praia de Maricá. (...) Ali vivi a maior obsessão intelectual da minha vida – escrever *O Povo Brasileiro*, coroando meus estudos de antropologia da civilização. Não queria morrer sem completar esse sexto volume, em que trabalhei durante trinta anos. Consegui fazê-lo usando as últimas versões que tinha escrito e entregado ao editor como o que eu queria que fosse: um espelho para os brasileiros se verem a si mesmos. Aventurosa e desventurada aventura dos quinhentos anos de nosso fazimento. Com plena consciência do que custou milhões de negros e índios, e também de brancos, a construção de um povo novo, tropical e mestiço. Com plena consciência e orgulho da nossa grandeza e com o coração cheio de esperanças do que havemos de ser como uma nova civilização, feliz, generosa e lúcida (RIBEIRO, 1997a, p.538).

Mas logo depois de ter finalizado *O Povo Brasileiro*, retorna às suas atividades no Senado. E assim que chega faz um discurso em agradecimento às pessoas que a ele demonstraram solidariedade (BRANT, 2002, p.105). Teve tempo de liderar a campanha pelo projeto da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, da qual foi relator e cuja aprovação se deu apenas dois meses antes de Darcy Ribeiro terminar, por ocasião de

sua morte, todas as trajetórias nesta tese elencadas, entre elas a de político trabalhista reformador.

Em síntese, Darcy Ribeiro passa de revolucionário comunista a reformador trabalhista e nacionalista, a partir de diferentes fases, cada qual com as suas diferentes causas a serem defendidas.

A primeira é a de pesquisador e elaborador de propostas de políticas públicas junto de Anísio Teixeira no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP, mais especificamente junto ao Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais - CBPE, visando solucionar problemas educacionais, de “*urbanização caótica*” e “*industrialização intensiva*” de grandes cidades brasileiras, e ainda avaliando os processos de integração entre o rural e o semi-urbano, visando “*alavancar o Brasil para dar um salto de quantidade com qualidade*” tanto na educação quanto na qualidade de vida do “povo brasileiro” em seu processo de desenvolvimento sócio-urbano.

Ainda junto de Anísio Teixeira no mesmo INEP, Darcy Ribeiro se define como um importante debatedor de projetos e leis educacionais nos governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart; tanto na elaboração e implantação de um novo modelo de universidade quanto em relação a debates de legislação educacional e implementação de recursos.

Passa a assumir cargos políticos importantes, como o de Reitor da Universidade de Brasília, e depois ainda Ministro da Educação do governo parlamentarista de João Goulart, e depois se tornando o Ministro Chefe da Casa Civil do mesmo governo, agora presidencialista. Articula assim tanto a transição de formas de governo, entre o Parlamentarismo e o Presidencialismo, quanto o que depois seriam as políticas de “Reforma de Base” e “Regulamentação de remessas de lucros de empresas estrangeiras”, o que era visto tanto como uma oportunidade de colocar em prática um projeto de reforma agrária, com a desapropriação dos latifúndios improdutivos, a continuidade da reforma educacional, uma reforma tributária e outras mais, e ao mesmo tempo reduzir a dependência da economia brasileira da atuação de empresas multinacionais com sede no exterior livrando “*o país de entraves para o seu crescimento socioeconômico, localizados na concentração da posse da terra e na dependência externa*”. Entre outros temas levantados estavam: a desapropriação por decreto de extensas propriedades ao longo de

estradas e das refinarias de petróleo privadas, além de uma reforma urbana, com o tabelamento dos aluguéis dos imóveis vazios.

Como já visto, a conjunção de forças contra o governo reformista promove a sua deposição e sua colocação na ilegalidade. Darcy Ribeiro resiste até não ter outra opção senão a do exílio, onde continua a participar de encontros para articular um “contra-golpe” – que nunca ocorreu – e continua tentando interferir nos debates políticos tanto dentro do Brasil como, agora principalmente, em um contexto mais amplo da América Latina. Entre reformas universitárias e visitas a personalidades “revolucionárias” latino-americanas e países de orientação comunista, aprofunda ainda mais a sua antipatia por parte da elite política hegemônica em seu próprio país e, também, em relação à elite política responsável por uma política hemisférica de segurança anti-comunista e anti-revolucionária. Darcy Ribeiro reivindicava o direito ao desenvolvimento autônomo e sustentado do Brasil e dos demais latino-americanos, contendo os interesses de suas elites políticas tradicionais, na visão do autor, escusos aos da maior parte de suas respectivas populações, assim como os interesses estrangeiros, sobretudo os norte-americanos.

Darcy Ribeiro se engajaria, ainda, com o projeto de construção do “Socialismo em Liberdade” de Salvador Allende, no Chile, colocando-se à disposição do presidente chileno como seu assessor, e depois como técnico do que considerava um outro tipo de revolução, ou a “Revolução Cibernética”, no Peru do presidente Velasco Alvarado. Continuavam em voga temas como a Reforma da Educação, a Reforma Agrária, a contenção aos interesses de empresas de países estrangeiros, a nacionalização de empresas e exclusivismo por parte dos Estados latino-americanos, no direito de exploração de recursos naturais estratégicos, a democratização dos meios de comunicação, a ampliação na regulamentação dos direitos trabalhistas, principalmente no sentido de participação dos lucros das empresas, a inclusão social, principalmente de comunidades originárias à própria América Latina, que de uma maneira ou de outra não teria procedido até os dias de hoje, enfim, em linhas gerais, definir um programa de participação de trabalhadores, camponeses ou operários, e comunidades marginais, tanto nas diferentes formas de propriedade quanto sobre as atividades econômicas realizadas em seus respectivos territórios.

E após o difícil tratamento de um câncer pulmonar que ameaçava lhe tirar a vida e as difíceis condições de tratamento entre o Brasil e o exílio, e a obrigatoriedade de ter de se manter exilado, Darcy Ribeiro faria ele próprio a seguinte análise:

O velho e amplo leque dos possíveis modos de mim, que se vinha estreitando desde o princípio, agora quase fechou. Sou o que os anos fizeram de mim, em mim e nos olhos dos outros. Dessa fantasia não posso mais me libertar. No passado me desfiz e me refiz muitas vezes, tomando novos caminhos e vivendo novas sinas. Assim o quê? De revolucionário militante – que foi meu primeiro ofício como jovem comunista – saltei á carreira de antropólogo e vivi quase dez anos nas aldeias indígenas, dormindo nas redes e me exercendo como instrumento de pesquisa. Depois, me fiz sociólogo da educação, educador, planejador de universidades. O fiz com tal ímpeto e jeito que cheguei a reitor, a ministro e a administrador do governo. Mais tarde, compelido ao exílio, me fiz antropólogo teórico e ideólogo, buscando fundir em mim minhas consciências díspares de cientista de tempos passados com a do político fracassado dos anos mais recentes. Hoje já não me é dado repetir nenhum desses saltos. O tempo que resta é o de exercer-me ao que me reduzi: aquele que volta, apenas consentido e sob a ameaça de ser mandado para fora outra vez, da pátria e da vida (RIBEIRO, 1997a, p.421-2).

Entre intensos e profundos envolvimento com alguns dos temas mais pungentes da realidade brasileira e latino-americana entre as décadas de 1950 e 1970, e o que o autor consideraria como repetidos e sucessivos fracassos políticos, ele mesmo teria de resgatar fôlego para voltar a atuar na realidade política brasileira “redemocratizada”: primeiro lutando pela legenda do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, e depois participando da fundação do Partido Democrático Trabalhista – PDT, com a intenção de retomar as lutas interrompidas pela ditadura e pelo exílio, mas que não encontrariam a mesma realidade e possibilidades.

Ainda assim, junto de Leonel Brizola, entre 1982 e 1997, faz-se, duas vezes, Vice-Governador do Rio de Janeiro, Secretário Extraordinário de Ciência, Cultura e Educação, no mesmo estado e nas mesmas gestões em que foi vice-governador, promovendo a criação e construção, junto de Oscar Niermeyer, do Sambódromo, da Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro, entre tantas outras obras, com destaque às 500 escolas de turno integral, os CIEPs. Atua, nos intervalos entre essas gestões no Rio de Janeiro, em projetos de construção de escolas de tempo integral em Minas Gerais, e em São Paulo, participa da concepção e construção do Memorial da América Latina. Aqui, além de todas as “causas” educacionais, Darcy Ribeiro ainda buscava confirmar “uma consciência da América Latina”, por meio da criação de um Parlamento Latino-Americano com uma

série de outros nobres projetos contíguos, cada qual com os eu conjunto de outras “causas” a serem defendidas, retoricamente, e no corpo a corpo político.

CAPÍTULO 4:

Darcy Ribeiro e a Reforma da Educação no Brasil e na América Latina como caminho fundamental para o desenvolvimento

No capítulo anterior, ao passo em que traçamos a trajetória de Darcy Ribeiro, mostramos como o intelectual engajado transitou da militância comunista para o reformismo trabalhista, mas apenas mencionamos outro processo de transição que, na verdade, merece ser tratado com atenção e que diz respeito ao abandono das pesquisas exclusivamente etnográficas e antropológicas entre os indígenas para seguir uma vertente que, a partir daquele momento, passaria a ser uma constante na trajetória de Darcy Ribeiro até os seus últimos momentos: o trabalho no setor da educação. Citamos também no capítulo anterior o momento fundamental dessa segunda transição, ou o convite de Anísio Teixeira para que Darcy Ribeiro compusesse os quadros de pesquisadores do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP, a fim de que juntos pensassem o projeto de reelaboração das diretrizes da educação no Brasil para o governo de Juscelino Kubitschek. Sobre Anísio Teixeira, escreve Darcy Ribeiro:

Anísio Spinola Teixeira representou para mim o que fora Rondon em outro tempo e dimensão. Baixinho, irrequieto, falador, mais cheio de dúvidas que de certezas, de perguntas que de respostas. Anísio me ensinou a duvidar e a pensar. Ele dizia de si mesmo que não tinha compromisso com suas ideias, o que me escandalizava, tão cheio eu estava de certezas. Cusei a compreender que a lealdade que devemos é à busca da verdade, sem nos apegarmos a nenhuma delas. De mim dizia que tinha a coragem dos inscientes, referindo-se à minha ignorância e à ousadia de investir sobre os problemas educacionais, optando rapidamente entre alternativas. Anísio exerceu uma influência muito grande sobre mim. Tanto que costumo dizer que tenho dois *alter egos*. Um, meu santo-herói, Rondon, com quem convivi e trabalhei por tanto tempo, aprendendo a ser gente. Outro, meu santo-sábio, Anísio. Por que santos os dois? Sei lá... Missionários, cruzados, sim, sei que eram. Cada qual de sua causa, que foram ambas causas minhas. Foram e são: a proteção dos índios e a educação do povo. Fui para a educação pelas mãos de Anísio, de quem passei a ser discípulo e colaborador (RIBEIRO, 1997a, p.223).

A Darcy Ribeiro, no INEP, caberia a coordenação de um programa de pesquisas que, analisando os problemas das regiões do Brasil, ajudasse a definir políticas

educacionais específicas para cada uma delas, capazes de contribuir para a superação dos problemas diagnosticados. Nas palavras de Darcy Ribeiro:

Cooperei com Anísio, (...) no campo de minha especialidade. Principalmente na organização e direção, para o Ministério da Educação, do mais amplo programa de pesquisas sociológicas e antropológicas realizado no Brasil. Seu propósito era proporcionar aos condutores da política educacional brasileira toda a base informativa indispensável sobre a sociedade e a cultura brasileira, bem como sobre o processo de urbanização caótico e de industrialização intensiva a que ela vinha sendo submetida (RIBEIRO, 1997a, p.226).

A tarefa principal de Darcy foi dirigir um programa de pesquisas sobre o rural e o semi-urbano, para melhor entender as condições sociais e culturais das diversas regiões do país, sobre as quais “*se pudessem implantar programas educacionais que alavancassem o Brasil para dar um salto de quantidade com qualidade na educação do povo*” (GOMES, 2000, p.37). No geral essas pesquisas já foram mencionadas no capítulo anterior.

Trabalhando com Anísio Teixeira no CBPE e no INEP, Darcy Ribeiro se envolveu em outros debates relacionados a temas educacionais, como por exemplo, no contexto de discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, que somente veio a ser promulgada no ano de 1961, em que Darcy Ribeiro participou da discussão sobre a distribuição dos recursos federais entre escolas públicas ou privadas, que na visão de Darcy Ribeiro acontecia de acordo com os seguintes princípios:

uma luta memorável, em que o melhor da intelectualidade lúcida e progressista se opunha à reação, comprometida com o privatismo, que condena o povo à ignorância. Nos dois campos os líderes mais atuantes eram Anísio e seus colaboradores, eu inclusive, de um lado, e Carlos Lacerda e Dom Hélder Câmara, no campo oposto (RIBEIRO, 1997a, p.225).

O que se debatia, em essência, era, por um lado, o caráter da educação popular que se devia dar e, por outro lado, como destinar ao ensino popular os escassos recursos públicos disponíveis para a educação. Não nos opusemos jamais à liberdade de ensino no sentido do direito, de quem quer que seja, a criar qualquer tipo de escola a suas expensas, para dar educação do colorido ideológico que deseja. Nos opúnhamos, isso sim, em nome dessa liberdade, a que o privatismo se apropriasse, como se apropriou, dos recursos públicos para subsidiar escolas confessionais ou meramente lucrativas (RIBEIRO, 1997a, p.226).

O envolvimento de Darcy Ribeiro na política educacional brasileira foi descrita pelo próprio autor da seguinte maneira:

Quando saí do SPI para trabalhar com Anísio no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, imaginava estar deixando um ambiente de tensão insuportável para um posto tranquilo de antropólogo, estudioso da sociedade e da cultura brasileira. Pouco depois percebi meu engano. Tinha entrado no meio da tempestade, na voragem da maior guerra ideológica que o Brasil viveu. Era o enfrentamento da elite intelectual católica contra um homenzinho só, que metia medo neles. Medo tanto apavorado porque viam sua luta pela escola pública e gratuita como a comunicação das crianças brasileiras. A Igreja, dona delas, que as vinha conformando ao longo dos séculos, sentia-se ameaçada de perdê-las para esse homem que vinha com um projeto totalmente diferente. Dizia ele que o projeto era norte-americano, mas a Igreja desconfiava que fosse russo (RIBEIRO, 1997a, p.230).

Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira escreveram a quatro mãos um manifesto que foi publicado em diversos jornais do Brasil:

Ditei um artigo, único que alguém fez para Anísio – (...)– , expondo brevemente o conflito que se abria e desdobrando-se numa exposição daquilo que Anísio apoiava e daquilo que ele combatia:

Sou contra:

- A educação elitista e antipopular;
- O analfabetismo da maioria dos brasileiros;
- A evasão e a repetência na escola;
- A falta de consciência dessa calamidade;
- O caráter enciclopédico e ostentatório do nosso ensino;
- O funil que só deixa cinco mil dos alunos chegarem à universidade;
- O esvaziamento do ensino superior;
- A multiplicação das escolas privadas e ruins;

Sou a favor:

- De uma escola primária popular séria;
- De educação média formadora do povo brasileiro;
- Do uso dos recursos públicos nas escolas públicas;
- Da educação para o desenvolvimento econômico e social;
- Da educação fundada na consciência lúcida (RIBEIRO, 1997a, p.233).

Sem realizar qualquer juízo de valor sobre as observações de Darcy Ribeiro e de Anísio Teixeira acerca do conflito público-privado da educação brasileira da década de 1950, o fato é que, de qualquer maneira, a participação de Darcy Ribeiro nesses debates políticos o municiaram para que ele não somente se envolvesse cada vez mais

profundamente, como passasse também a participar de forma progressivamente mais incisiva neste cenário:

Ao fim da crise fui feito vice-diretor do INEP, me transformei em educador. (...) Continuei dirigindo o Departamento de Pesquisas do CBPE, onde tinha em execução os mais ambiciosos programas de pesquisas socioculturais no Brasil. Tudo marchou bem e com o maior entusiasmo. Foi o tempo quente de reuniões de intelectuais no CBPE para discutir não só a LDB, mas a Universidade de Brasília (RIBEIRO, 1997a, p.234).

Responsável por encaminhar os debates acerca da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, assim como elaborando e redigindo a parte que tratava de educação no discurso presidencial de Juscelino Kubitschek, que visava edificar a nova capital do Brasil, Darcy Ribeiro, junto de Anísio Teixeira, como já mencionado no capítulo anterior, também foi comissionado pelo presidente para elaborar o projeto de uma universidade a ser instalada na nova capital do país, a Universidade de Brasília (UnB):

O projeto da UnB empolgou a intelectualidade brasileira, a comunidade científica principalmente. Os principais cientistas aceitaram postos de coordenadores dos departamentos básicos da universidade. Eu argumentava sem descanso que Brasília, para funcionar bem como capital do país, necessitava ter uma assessoria autônoma, independente, cobrindo todos os campos do saber, que só uma universidade pública poderia dar. Essa universidade deveria, simultaneamente, dar ao Brasil o domínio, em nível doutoral, de todas as ciências e das principais tecnologias. Esses eram os propósitos fundamentais da UnB, cuja tarefa seria diagnosticar criteriosamente os problemas brasileiros e procurar dar soluções concretas para eles (RIBEIRO, 1997a, p.238).

Projeto que somente foi aprovado aproximadamente dois anos depois, em 1961, no meio da crise política derivada da renúncia de Jânio Quadros e da dificuldade quanto a sucessão por João Goulart. Darcy Ribeiro, nesse contexto, apenas cobrava dos dirigentes políticos, quaisquer que fossem, que colocassem a execução da Lei de abertura da UnB em execução:

Eu tinha então um outro problema, que era conversar no Rio com Anísio. Outra vez se apresentava a situação em que eu tomava a frente de Anísio, o que me constrangia. Eu o chamei à minha casa e disse a ele francamente: “Anísio, o cargo de reitor é seu, mas você tem que ir para Brasília. Essa universidade não pode ser criada por interposta. Em Brasília todos são ressentidos porque estão lá. Não vão atender ninguém que não esteja lá também. Então, é evidente que cabe a você ir

para Brasília. Eu, que sou vice-presidente do INEP, ficarei cuidando dele, e darei todo o apoio a você como vice-reitor. Mas não é possível eu ser o vice-reitor lá, fazendo a universidade, e você criar a universidade daqui. Isso não vai pegar” (RIBEIRO, 1997a, p.245-6).

Tentando convencer Anísio Teixeira a se mudar do Rio de Janeiro para Brasília, Darcy Ribeiro foi surpreendido por Anísio Teixeira:

Experimentei outra vez a grandeza de Anísio. Ele me disse que eu estava trocando as bolas. Ele seria o vice-reitor e eu seria o reitor da Universidade de Brasília. Tratei com Hermes Lima e com Jango e fui feito reitor da UnB, função que passei a ocupar todos os meus dias e meses seguintes (RIBEIRO, 1997a, p.246).

Essa experiência na construção da Universidade de Brasília conferiria a Darcy Ribeiro renome internacional pelas características que ele e Anísio Teixeira nela imprimiram, em função de ser uma universidade com preocupação de corresponder às necessidades dos países subdesenvolvidos e atrasados: “*Seria um novo modelo de Universidade, que, segundo Darcy, deveria simultaneamente dar ao Brasil o domínio, em nível doutoral, de todas as ciências e das principais tecnologias*” (AZEVEDO, 2002, p.679). Sobre o assunto, nos remetemos às Palavras de Darcy Ribeiro:

Foi também, no CBPE que armei todo o processo de planejamento e criação da Universidade de Brasília. Lá realizei várias reuniões com a cúpula da Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência – SBPC – e com os principais intelectuais brasileiros, para examinarmos as linhas que se abriam para a criação de uma universidade que não repetisse o modelo existente, mas que inovasse o ensino superior brasileiro. Eu dizia que até então só se tinham feito universidades-fruto, inspiradas nos velhos modelos. Cumpri, dali em diante, uma universidade-semente. Daquelas reuniões e daqueles debates foi emergindo um projeto novo que eu compendiei e divulguei. Primeiro, na forma da crítica mais severa que se fez no Brasil das universidades existentes, o que provocou reuniões dos reitores das universidades de todo o Brasil para discutir as suas deficiências. Compus, depois, a proposição de uma universidade de tipo novo, articulada de forma diferente, como deveria ser a universidade da capital da República (RIBEIRO, 1997a, p.236).

Da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961 a setembro de 1962, Darcy Ribeiro se ocupou com as já mencionadas experiências de reforma universitária, quando, nesse momento, dentro do governo parlamentarista de João Goulart, em um clima extremamente tumultuoso e tenso, Hermes Lima foi nomeado primeiro-ministro pelo

presidente e faz de Darcy Ribeiro o novo Ministro da Educação, deixando, portanto o cargo de Reitor da UnB, cargo que passou a Anísio Teixeira.

No Ministério da Educação do Governo de João Goulart, e assim, cada vez mais, não somente se inteirou da política educacional brasileira, como passou a ser a sua principal referência. Nas palavras de Darcy Ribeiro: “*Apesar de exercitar-me por poucos meses como ministro da Educação, pude fazer, nessa área, muitas coisas de que me orgulho*” (RIBEIRO, 1997a, p.265-6). A primeira delas seria a execução da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1961:

A execução da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional se deu quando eu era ministro da Educação. Melhorei um pouco a lei através de vetos, mas no fundamental continuou conservadora e ruim. Pudemos, entretanto, dar passos à frente, criando o Conselho Nacional de Educação, instituindo os fundos de investimento – um para o ensino primário, outro para o médio e o terceiro para o superior – e aprovando o primeiro Programa de Educação (RIBEIRO, 1997a, p.234).

Darcy Ribeiro exaltava muitíssimo esse Programa de Educação, como seu plano de emergência para adequar a educação brasileira à LDB recém-promulgada. Junto do Conselho Nacional de Educação, composto, dentre outras personalidades, por Anísio Teixeira e dom Hélder Câmara, exalta-se também por “ter feito gastar”, no governo João Goulart, com o Plano Nacional de Educação a cargo de seu Ministério, 12,4% do Orçamento federal em Educação; e comenta: “*Implantada a ditadura, esse percentual caiu para 4% a 5%, tornando impossível fazer qualquer coisa séria*” (RIBEIRO, 1997a, p.266).

Quando do plebiscito de escolha pela manutenção do parlamentarismo, ou retorno ao presidencialismo, que, diga-se de passagem fora organizado pelo Ministério da Educação gerido por Darcy Ribeiro, o mesmo passa a Ministro-Chefe da Casa Civil do governo João Goulart. E como passa a articular as famosas “Reformas de Base” do referido governo, interrompe momentaneamente sua dedicação à área educacional, o que somente voltaria a fazer no exílio, imediatamente após o golpe militar de 1964, quando Darcy Ribeiro tem seus direitos políticos cassados pelas forças de repressão após a promulgação do AI-1, e quando ele se exila junto de tantos outros do governo Goulart, na capital, do Uruguai, Montevideú.

Logo que chegou no Uruguai, quase sem ter tempo para pensar no exílio, Darcy Ribeiro foi procurado pelo Reitor da Universidade da República, na época única do Uruguai, que de pronto lhe propôs uma entrevista para contratá-lo como professor de Antropologia da Faculdade de Humanidades e Ciências, em regime de dedicação exclusiva. O que de fato acabou acontecendo, com o adicional de Darcy Ribeiro ter sido nomeado presidente do seminário de reformas da universidade:

O seminário foi a tarefa mais gratificante que tive. (...) Eu o organizei com base na estrutura da Universidade de Brasília, dividindo os 45 professores e estudantes avançados que dele participaram em três grupos: ciências básicas e humanidades, faculdade de tecnologia aplicada, órgãos complementares. Abri o seminário com umas cinco conferências sobre a estrutura das universidades, comparando-as e as opondo ao projeto da UnB. (...) Minhas conferências introdutórias foram publicadas num texto resumido, muitas vezes editado em vários países da América Latina. Acabaram sendo publicados na íntegra no meu livro *La universidad latinoamericana*, editado na Venezuela, no Chile no México, cujas edições Brasileiras têm o título *A Universidade Necessária*. Nele estão as minhas ideias, geradas na invenção de Brasília, aprofundadas pelas meditações do exílio e pela experiência de reforma das universidades do Uruguai, da Venezuela e do Peru (RIBEIRO, 1997a, p.361-2).

No Uruguai, Darcy Ribeiro ainda ajudaria um grupo de intelectuais uruguaios a planejar e produzir uma Enciclopédia da cultura uruguaia, o que na visão de Darcy Ribeiro teria contribuído bastante para que rapidamente se adaptasse à intelectualidade uruguaia (RIBEIRO, 1997a, p.363). Além do mais, Darcy Ribeiro tinha bastante liberdade para viajar para onde quisesse, com um passaporte uruguaio que recebera, com exceção apenas do Brasil. Até que por pressão do governo brasileiro, Darcy Ribeiro foi totalmente proibido de sair de Montevideú, sob pena de não poder retornar, o que faz com que Darcy Ribeiro se entregue aos estudos e à produção intelectual. O mais importante deste período passado no Uruguai é que, se antes, com a participação de Darcy Ribeiro nos campos educacional e político no Brasil, “*faltava-lhe tempo para desenvolver qualquer trabalho de fôlego maior*” (GOMES, 2000, p.33), o fato de não poder mais sair do Uruguai levou Darcy Ribeiro a retornar às suas reflexões acadêmicas, o que será analisado em capítulo posterior.

Darcy Ribeiro tentaria voltar ao Brasil, mas seria preso e em três meses após sua chegada seria novamente forçado a se exilar, dessa vez na Venezuela, onde conseguiu um visto consular para trabalhar como professor visitante na Universidade Central da

Venezuela, em Caracas, constituindo, portanto, seu segundo exílio. Na mesma semana, em que chegou à Venezuela, já em setembro de 1969, Darcy Ribeiro foi falar com o reitor da Universidade Central de Venezuela – UCV –, que, de pronto, o contratou como professor de antropologia. A isso se acrescentaram, depois programas de pós-graduação sob sua coordenação, assim como a direção de mais um seminário de renovação universitária, desta vez na própria UCV. Nas palavras de Darcy Ribeiro, o referido seminário: “*resultou um diagnóstico acurado da universidade e um plano de renovação estrutural a ser implantado em dez anos*”; e complementa:

Essas duas proposições foram publicadas pela Universidade, num volume precioso de que saíram outras edições, consentidas e clandestinas, porque a procura era grande. Trabalhei também com a Universidade de Mérida, plantada numa encosta dos Andes, em frente a escarpas vertiginosas. Muitos de meus livros foram editados pela UCV e adotados nos cursos de ciências humanas (RIBEIRO, 1997a, p.407).

Ganhando repercussão na Venezuela, Darcy Ribeiro percorreu todo o país, ministrando conferências e principalmente observando e conhecendo (RIBEIRO, 1997a, p.408). Em seguida, muda-se para o Chile, para trabalhar no Instituto de Estudos Internacionais do país. Mas em verdade seu tempo acaba sendo tomado pela ajuda que prestou ao governo de Salvador Allende. E o mesmo fará posteriormente junto ao governo de Velasco Alvarado, no Peru, onde permaneceu de 1973 a 1976. Nesse mesmo período viajou para Lisboa, e depois para Coimbra, onde realizaria conferências sobre a Universidade de Brasília e sobre o desafio de pensar uma universidade para o “Terceiro Mundo”, bem como para a cidade do Porto, apresentando falas congêneres. Sucede-se um período em que Darcy Ribeiro terá de tratar um câncer pulmonar, entre a Europa, o Brasil e depois, definitivamente no Peru, para o que Darcy Ribeiro chamou de seu terceiro exílio, mas em um momento em que passou a trabalhar mais fora do que dentro do Peru; relata Darcy Ribeiro:

Fui diversas vezes ao México, ajudando a pensar a faculdade de educação e de comunicação dentro da UNAM e uma universidade do Terceiro Mundo, encomendada pelo presidente Echeverría. Estive também várias vezes na Costa Rica, onde projetei a Universidade Nacional (...). Visitei outras vezes a Argélia, em que Oscar Niermeyer trabalhava na arquitetura das novas universidades, onde queriam minha ajuda. Elaborei o Plano Geral de reestruturação da Universidade de Argel, de modelo propositadamente não francês (RIBEIRO, 1997a, p.446).

Podendo retornar definitivamente ao Brasil a partir de 1979, num momento de abertura e anistia, Darcy Ribeiro identificou como a sua maior dificuldade conseguir um emprego, pois havia um veto à sua contratação, de acordo com uma resolução do Serviço Nacional de Inteligência, que impedia a contratação de qualquer ex-exilado por qualquer universidade. Foram muitas as buscas até que se conseguisse um emprego na Universidade Federal do Rio de Janeiro, como professor de Antropologia, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, o que em suas palavras o “*reconciliaria com o mundo acadêmico brasileiro*” (RIBEIRO, 1997a, p.467-8). Deste modo, Darcy Ribeiro passou imediatamente a dar aulas:

Praticamente ninguém sabia nada de mim (...). Nenhum aluno tinha lido nada meu. Até meus colegas, jovens antropólogos, achavam que eu era descartável. Percebi isso mais cruamente quando verifiquei que alunos que faziam mestrado em filosofia sobre Heidegger e outros sábios nunca tinham ouvido falar em Álvaro Vieira Pinto, o único filósofo ativo que nossa casa havia produzido. O veto ditatorial a todos nós exilados funcionou. Foi interiorizado pela maioria dos professores. São coisas de ecologia, uma raça nova, diante do vazio, se expande formidavelmente (RIBEIRO, 1997a, p.468).

Nesse momento Darcy Ribeiro ficou sabendo que entre os exilados que também retornavam ao Brasil estavam Leonel Brizola e Luis Carlos Prestes. Junto do primeiro Darcy Ribeiro ajuda a fundar o Partido Democrático Trabalhista – PDT, e assim ressurgiu a ânsia para se dedicar mais ativamente em políticas públicas na área educacional. Em 1982, Darcy Ribeiro é eleito vice-governador do Rio de Janeiro, na chapa de Leonel Brizola e foi logo nomeado Secretário Extraordinário de Ciência, Cultura e Educação. Entre outros feitos, o que mais demandou dedicação e energia por parte de Darcy Ribeiro foi o de construção de 500 escolas de turno integral, os Centros Integrados de Educação Popular – os CIEPs:

Num país acostumado a dar trato de terceira – ou última – categoria às obras destinadas aos pobres, os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), talvez o maior projeto e obra de Darcy, soou para muitos como um disparate. Uma escola pública em tempo integral, laica, gratuita e que fosse muito melhor e mais bem equipada do que qualquer outra escola, inclusive particular, já criada no Brasil. Que fosse tão boa que o rico começasse a disputar uma vaga para ali estudar (AZEVEDO, 2002, p.674)

Em uma avaliação de Darcy Ribeiro sobre a importância desse projeto educacional para o Rio de Janeiro:

A educação brasileira era realmente uma calamidade, pois continuava não somente a produzir analfabetos como reproduzindo o sistema de extrema desigualdade social através da exclusão, ou melhor, da expulsão da esmagadora maioria de sua população do segundo grau e conseqüentemente do nível superior de escolaridade (GOMES, 2000, p.44).

Com essa postura, ao final do mandato encabeçado por Leonel Brizola, a repercussão do projeto educacional foi tão grande que ele próprio, Darcy Ribeiro, no ano de 1986, assume o primeiro nome na chapa do PDT para o governo do Estado do Rio de Janeiro. O principal tema da campanha era a ampliação dos CIEPs. Mas Darcy Ribeiro não obteve sucesso no pleito eleitoral.

Em 1987, Darcy Ribeiro aceita o convite do governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, do PMDB, e assume a Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento Social, com a missão de implantar cem CIEPs no Estado. O Projeto não sai do papel, sob a justificativa de falta de verbas e, assim Darcy Ribeiro deixa o governo, fazendo críticas ao governador (AZEVEDO, 2002, p.688).

Nas eleições de 1990, Leonel Brizola retorna ao governo do Rio de Janeiro, e Darcy Ribeiro é eleito senador pelo mesmo estado, sendo o segundo mais bem votado do país. A partir de 1991, Darcy Ribeiro exerceu simultaneamente o cargo de senador e, pela segunda vez, o cargo de Secretário de Educação e Projetos Especiais do Rio de Janeiro. Assim, concluiu as obras de implantação dos CIEPs, que, até o final do governo de Brizola, em 1994, seriam mais 406 em todo o estado (junto com os Ginásios Públicos), e fez o projeto de uma nova Universidade para o Estado do Rio de Janeiro, que se chamaria Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF).

Os Ginásios Públicos (GPs) visavam a uma complementação do projeto dos CIEPs. Enquanto esse se destinaria aos primeiros cinco anos de escolaridade básica, aquele seria para o aluno permanecer até completar dez anos na escola, e terminar, assim, o ensino fundamental. Em outras palavras, poderia completar o segundo grau de escolaridade e sair apto para enfrentar o mercado de trabalho. *“Mas com o fim do governo Brizola, os CIEPs*

e os GPs voltaram a ser postos em plano inferior passando a sofrer do mesmo descaso do restante da rede pública de ensino” (AZEVEDO, 2002, p.688).

No ano de 1994, Darcy Ribeiro retoma suas atividades no Senado, lidera a campanha pelo projeto da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei n.9.394, aprovada pelo Congresso em dezembro de 1996, sancionada no mesmo mês pelo presidente Fernando Henrique Cardoso que, em homenagem ao senador fluminense, batizou-a de “Lei Darcy Ribeiro”. A aprovação se deu dois meses antes de sua morte. Nas palavras de Mércio Pereira Gomes, a intenção de Darcy Ribeiro era:

... estabelecer uma legislação enxuta e flexível para regulamentar o processo educacional, através da qual o governo federal, os estados e os municípios formassem as linhas gerais e os estabelecimentos de ensino pudessem realizar os programas que melhor lhes aproovessem (...) De todo modo, a nova LDB vem sendo criticada tanto pela direita quanto pela esquerda. Para Darcy, couberam diversas críticas, inclusive a de ter propiciado a oportunidade para o governo federal realizar as mudanças de cunho neoliberal, que vem tentando aplicar em todo o sistema educacional brasileiro (GOMES, 2000, p.40-2, *passim*).

Apesar das críticas, ainda assim, Darcy Ribeiro se orgulhava de ter sido relator da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996:

Tive a satisfação de ver alguns projetos meus aprovados no senado. Principalmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que me custou mais de dois anos de trabalho árduo e contínuo. Tratava-se de recusar o anteprojeto aprovado pela Câmara dos deputados, enxundioso de tão grande – duzentos e tantos artigos -, que era mais uma expressão de pensamentos desejosos do que um corpo de normas para estruturar o sistema nacional de educação, além de fazer impensáveis concessões corporativas. Nosso substitutivo era enxuto – 91 artigos – e direto. Tratava sucintamente da cada assunto, fixando normas operativas. Agora, aprovado, abre perspectivas reais de revisão, ampliação e aperfeiçoamento de nossas redes de ensino de primeiro e segundo graus (RIBEIRO, 1997a, p.493).

Darcy Ribeiro faleceu em Brasília, aos 17 de fevereiro de 1997, vítima do recrudescimento do câncer. Seu corpo foi velado no Congresso Nacional, em Brasília, e na Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro. Em seu testamento, deixa a maior parte do seu trabalho e patrimônio sob responsabilidade de administração de uma antiga amiga, Tatiana Chagas Memória, no sentido de que esta continuasse procurando viabilizar algumas de suas ideias. Daí surge a Fundação Darcy Ribeiro - FUNDAR, atualmente com

sede no Rio de Janeiro, e que continua levando o nome de seu criador com numerosos projetos.

Seguindo, assim, a mesma dinâmica dos capítulos anteriores, passamos a analisar as principais propostas e utopias de Darcy Ribeiro na área educacional. E assim como em outras áreas, Darcy Ribeiro não fugirá à regra de, por um lado, buscar compreender profundamente a realidade com a qual está envolvido, realizar um diagnóstico distópico, crítico, e não só elaborar projetos significativos e, por vezes polêmicos, de transformação, mas também progredir na construção de uma institucionalidade capaz de viabilizar a boa consecução dos projetos. O maior problema é que, via de regra, esses projetos acabam não conseguindo a sua realização plena, o que faz com que muitos avaliadores apenas enfatizem os aparentes fracassos. Como também já dito em outros capítulos, não nos cabe aqui, nessa tese, o acompanhamento e a avaliação prática dos projetos derivados da atuação do intelectual que analisamos. Vale, para nós, o diagnóstico e a projeção intelectual de transformação dessa realidade, principalmente no que toca às suas principais ideias.

Pois assim, como primeiro elemento que em nossa visão merece destaque, elencamos o fato de Darcy Ribeiro se utilizar de suas experiências de pesquisa em diferentes regiões do Brasil junto de Marechal Rondon, para proceder a uma metodologia semelhante para o INEP, quando Darcy Ribeiro trabalhava já junto de Anísio Teixeira. São vários os momentos em que Darcy Ribeiro se refere a esse conjunto de pesquisas como o mais amplo até o momento já existente no país, com o objetivo de identificar problemas de cada uma das regiões e de traçar os melhores e respectivos projetos educacionais, capazes de colaborarem na superação de seus problemas. Assim, Darcy Ribeiro se utilizava da política pública como meio de intervenção na Educação e esta, por sua vez, como meio de intervenção e transformação da realidade de cada uma das regiões brasileiras, de acordo com suas especificidades. Darcy Ribeiro chegava a entender esses projetos como responsáveis pela transformação da população brasileira como um todo. Justificável nesse sentido ou não, o que para nós merece destaque é que nesse sentido pesquisaram, diagnosticaram, projetaram e atuaram para chegar a seu fim. O que mostra mais uma vez a transição da esfera intelectual para a prática de transformação da realidade ou, ao menos, o seu intento.

Outro ponto que para nós merece destaque é a influência de Anísio Teixeira sobre Darcy Ribeiro, principalmente no tocante à sua visão pragmática das dinâmicas políticas, de modo a não manter fidelidades a realidades que não possam ser transformadas e, portanto, que exijam recorrentemente novas ideias. Não temos aqui a intenção de justificar e legitimar as atitudes Darcy Ribeiro por tantas vezes, ao longo de sua trajetória, ter modificado padrões ideológicos e áreas de militância política que, pelos seus críticos, soou de modo gravemente contraditório, incoerente: como a transição da militância comunista para o reformismo trabalhista; e depois o fato de Darcy Ribeiro ser visto como o responsável, na década de 1990, por leis da educação que teriam viabilizado reformas neoliberais e ter morrido divulgando a necessidade de uma revolução na realidade brasileira, entre tantos outros exemplos possíveis. No entanto nos ajuda a entender a visão do próprio Darcy Ribeiro de ter de disputar espaços políticos, recursos e possibilidades nem sempre de acordo exclusivamente com suas próprias referências ideológicas, mas com as possibilidades que se apresentavam frente a cada específico cenário, específico contexto, específicos atores. Darcy Ribeiro mantinha-se apenas fiel a um propósito, sua vertente utópica de transformação da realidade para “melhorá-la” - muitas vezes exclusivamente de acordo com suas concepções, e nisso ele não se diferenciava de qualquer outro militante cego pela paixão a suas próprias convicções - , mas constantemente buscando atingir o máximo de virtudes que em sua visão a realidade pudesse oferecer, com relação a cada um de seus objetos ou áreas de atuação.

Assim, na área da educação, por diferentes vertentes, Darcy Ribeiro seguia buscando a resolução da situação de inadequação dessas estruturas educacionais, para levar o Brasil à condição de país plenamente, moderno, desenvolvido e globalizado, de acordo com o contexto de que tratemos. Darcy Ribeiro reivindicava saltos quantitativo e qualitativos para a educação do “povo brasileiro”. Nem que para isso fosse necessário se envolver em disputas entre as esferas públicas e privadas de financiamento da educação, sua estrutura política e legislativa, suas dinâmicas didático-pedagógicas, e, por vezes, interferindo na elaboração do próprio projeto familiar de cidadãos, definindo o que em sua visão seria o tempo adequado de permanência da criança na escola, e como deveria a família do aluno como um todo, organizar-se em função disso. Em outras palavras, por mais democrático que Darcy Ribeiro dissesse querer ser, ele não se tolhia do direito de definir projetos privados às famílias dos alunos, por força de suas próprias convicções de

desenvolvimento social, familiar e pessoal, para os alunos e para os demais membros da ampla maioria das famílias brasileiras, pois se dedicava especialmente às famílias de baixa renda. Aliás, muitas vezes reivindicando o conceito de liberdade. E ainda assim desejava reservar o máximo possível a educação básica e fundamental à iniciativa pública, e portanto à gestão do estado, e reduzir a capacidade de intervenção das escolas privadas, ou como em suas palavras “*meramente lucrativas*”, ou então às escolas confessionais, e portanto geridas por ordens religiosas, quaisquer que fossem, e com isso a qualquer outra iniciativa privada de uma ampla sociedade civil, em qualquer nível da educação nacional. Continuando nessa análise, enquanto Darcy Ribeiro dizia reivindicar uma escola que não fosse elitista, ou “antipopular”, reservava a capacidade de planejamento sobre a mesma para uma pequena elite burocrático-administrativa, de força contrária às tradicionais classes conservadoras brasileiras, mas que, para isso, teria de se utilizar de seus mesmos métodos tradicionais e, em sendo revolucionários, acabavam se mantendo conservadores, porque eram, antes de tudo, exclusivistas.

Dificilmente podem-se contestar os valores pelos quais Darcy Ribeiro clamava para a educação brasileira: a “superação do analfabetismo”; a contenção da evasão; a conscientização sobre a “situação de calamidade” da educação brasileira; o caráter “enciclopédico e ostentatório do nosso ensino”; o baixo fluxo de estudantes ao nível universitário; o baixo nível de qualidade e alto índice de evasão desse mesmo nível superior de educação; “A multiplicação das escolas privadas” que em sua visão eram “ruins”. A favor de seus projetos elencava suas causas ou objetivos: uma “escola primária popular séria”; uma “educação média formadora do povo brasileiro”; “Do uso dos recursos públicos nas escolas públicas”; “Da educação para o desenvolvimento econômico e social”; “Da educação fundada na consciência lúcida”. O problema é que além de causas declaradas e conjuntos de intenções para a educação brasileira, Darcy Ribeiro teria de comprovar a sua eficiência como educador por meio da efetividade de seus projetos. Pois por mais que os intentasse, primava ainda sobre a realidade, apenas um amplo conjunto de valores ideológicos e posturas políticas, apontando no sentido de uma militância obviamente não unânime, quando colocadas na realidade prática e objetiva.

Sem dúvida alguma devemos considerar: Darcy Ribeiro atuou em esferas de gestão educacional, órgãos, institutos, centros de pesquisa, ministérios, secretarias estaduais, fundou e reformou universidades, criou escolas de ensino fundamental e médio,

participou, em diferentes momentos, das discussões, redação e promulgação de leis sobre a educação nacional enfim, mas como ele mesmo reconhece, isso não foi o suficiente para a erradicação do analfabetismo, para oferecer ao Brasil uma universidade que se colocasse entre as melhores instituições do mundo para o compendio e para a construção do conhecimento, e para o desenvolvimento das mais avançadas técnicas e tecnologias em todas as áreas, em outras palavras, garantindo o melhor domínio possível sobre toda e qualquer área do conhecimento, e autonomia para o desenvolvimento e a aplicação das mais avançadas técnicas e tecnologias; não conseguiu superar o padrão universitário elitista e reprodutor de uma estratificação social exclusivista e não necessariamente próxima das reais e mais urgentes necessidades do país, que continuaria atrasado e subdesenvolvido. Mas ninguém pode negar que não tenha existido um esforço para a compreensão dessa realidade, bem como para a legitimidade de seus diagnósticos, a elaboração e justificativa de projetos de transformação, e também, por outro lado, ou uma profunda incompetência política para levar esses projetos a seu último termo, como dizem os principias críticos de Darcy Ribeiro, ou uma profunda falta de interesse coletivo para as melhores condições possíveis para a educação brasileira ao maior número possível de seus cidadãos, em função da defesa de interesses exclusivistas, elitistas e conservadores, como costumava advogar o próprio Darcy Ribeiro, ou aqueles com quem dividiam as suas causas.

E o reconhecimento sobre a importância dessa atividade intelectual, de estudo, projeção e tentativa de transformação por força das ideias, e do exercício intelectual, foi tão grande, que o reconhecimento de Darcy Ribeiro acerca de sua atuação na área educacional não se conteve somente ao Brasil; e nem mesmo apenas na América Latina; para além de realização de projetos semelhantes aos aqui desenvolvidos em diversos países latino-americanos, Darcy Ribeiro ainda desenvolveu projetos de reforma universitária na Argélia, na África, e foi premiado em dezenas de países diferentes em todo o mundo, seja com o título de Doutor Honoris Causa, por várias universidades, seja pela impressão de suas obras e debates em mais de uma centena de edições e por dezenas de países diferentes: Entre os livros de antropologia acadêmica, projetos de reforma universitária, romances, ensaios sobre o Brasil e a América Latina, e revisões sobre as teorias da evolução humana, Darcy Ribeiro, até o ano de 2000, contava com aproximadamente trinta diferentes publicações, com cerca de 200 edições somadas, em

diversos países do mundo – entre eles: Uruguai, Argentina, Chile, Peru, Venezuela, Cuba, México, Estados Unidos, Portugal, Espanha, França, Itália, Alemanha, Inglaterra, Polônia, Hungria, Tchecoslováquia, Israel e Argélia – entre outros.

Em síntese, tendo obtido sucesso ou não, o que se deve destacar é que Darcy Ribeiro sem dúvida alguma possui como uma das principais referências de seu reconhecimento nacional e internacional, os seus estudos, projetos e realizações na área da Educação; por acertos e erros, ele se atualiza na medida em que nosso presente permanece profundamente distópico e, assim, continua aberto à possibilidade de projeções utópicas que, em sendo transformadas em políticas públicas efetivas, possam de fato construir um projeto de educação, em um futuro próximo, médio ou distante, que atenda aos interesses da maior parte da população brasileira, latino-americana e por que não, de qualquer cidadão de nosso mundo globalizado.

De fato, para além de sua atuação como político – no Brasil, ao lado de João Goulart; no Chile, ao lado de Salvador Allende; e no Peru, ao lado do General Velasco Alvarado –, das reformas universitárias que realizou por toda a América Latina e na África – Universidade de Brasília, Universidade da República Oriental do Uruguai, Universidade Central de Venezuela, Universidade do Chile, Universidade da Argélia, Universidade do México e Universidade do Peru –, e de seus romances – lidos e editados em dezenas de países –, Darcy Ribeiro ficou conhecido por todo o mundo pelo que se convencionou chamar de seus *Estudos de Antropologia da Civilização*; é o que passaremos a analisar nos capítulos que seguem.

CAPÍTULO 5:

A ousadia de Darcy Ribeiro: a participação de um “Brasileiro”, “Latino-Americano” e “Subdesenvolvido” na revisão das Teorias da Evolução Sociocultural

Ao analisarmos cada uma das vertentes anteriores da trajetória intelectual de Darcy Ribeiro, buscamos elencar referências, estudos, projetos teóricos e práticos que permitissem as respectivas compreensões de aspectos da realidade e seguissem aproximadamente um mesmo itinerário, no sentido de sugerir possíveis transformações em diferentes dimensões da realidade com as quais Darcy Ribeiro se punha em contato, mantendo o que aqui estamos defendendo como Cultura Política Utópica Latino-Americana. A partir desse capítulo, buscaremos traçar a mesma estratégia e identificar os mesmos itinerários para uma parte ainda mais abstrata dessas “realidades” de Darcy Ribeiro, pois passaremos a abordar a sua produção teórica, desde as tentativas de participar, questionar e revisar as “teorias da evolução sociocultural”, passando pela tentativa de compreensão da “formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos”, identificar, questionar e sugerir transformações em suas “estruturas de poder e forças insurgentes”, até a celebração de sua obra intelectual que seria a de se utilizar de todo esse escopo produtivo para tentar entender “O povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil”. Tentaremos obviamente avaliar o significado individual de suas obras, proceder a sua compreensão de conjunto e ainda estabelecer diálogo com outras produções de Darcy Ribeiro que, mesmo de menor expressão ajudam a compreender as demais, ou por complementá-las, fundamentando-as, ou meramente as legitimando.

O fato é que de uma produção intelectual e acadêmica intensa, ao longo de sua trajetória, Darcy Ribeiro vai aderindo a diferentes formas de diálogo intelectual utilizadas no Brasil e na América Latina. Perceberemos que Darcy Ribeiro começa a abandonar a produção acadêmica adequada aos rigores metodológicos de fundamentação e referenciamento, para assumir uma forma discursiva mais livre e menos preocupada, ou seja, para seguir no seu trabalho uma vertente mais ensaística, e que, no entanto, acaba por ganhar muito maior gravidade no peso, significado e reivindicação das palavras. Em

determinado momento, Darcy Ribeiro chegará mesmo a dialogar com o realismo mágico, ou realismo fantástico, tão característico de um determinado movimento da literatura latino-americana, congregando ainda elementos de vanguarda modernista brasileira, para tentar tornar compreensível o que não tinha tido a oportunidade e capacidade de, ou recursos para, fazer nas vertentes acadêmica e ensaística de seus outros “exercícios de compreensão” da realidade do Brasil e da América Latina.

Com exceção da produção acadêmica de caráter etnológico e antropológico, situada entre as décadas de 1940 e 1950, e que Darcy Ribeiro da década de 1960 em diante vai apenas aprofundar teoricamente ou complementar, pois sua última publicação significativa de caráter etnológico-antropológico ocorreria com *Diários Índios* (RIBEIRO, 1996), a produção intelectual mais expressiva de Darcy Ribeiro se deu após a sua retirada forçada, por ação do regime militar de exceção que se instala no cenário brasileiro a partir de 1964, da Chefia da Casa Civil do governo João Goulart e seu exílio, como de tantos outros políticos e intelectuais daquele momento, na capital uruguaia, Montevideú. Nas palavras do próprio Darcy Ribeiro, o mais importante deste período no Uruguai é que, se antes, com sua participação nos campos educacional e político no Brasil, “*faltava-lhe tempo para desenvolver qualquer trabalho de fôlego maior*” (GOMES, 2000, p.33), o fato de não poder mais sair do Uruguai, o que ocorreu em determinado momento, levou Darcy Ribeiro a retornar às suas reflexões acadêmicas. Sobre isso o próprio autor disse: “*Nunca vivi um período tão fecundo na minha vida*” (RIBEIRO, 1997a, p.363). O que se confirma ao se analisar o conjunto de publicações que Darcy Ribeiro concebeu nesse período:

Lá escrevi a primeira versão de *O Povo Brasileiro*, que abandonei para escrever uma teoria explicativa do Brasil, indispensável para que nossa história fosse compreensível e explicada. Resultou nos seis volumes de meus Estudos de Antropologia da Civilização, todos escritos ou esboçados lá. Completei no Uruguai *O Processo Civilizatório* e *Os índios e a civilização*, livro que eu me devia fazer muitos anos. Lá também, para descansar do duro trabalho de elaboração desses livros teóricos, escrevi a primeira versão de *Maíra* (RIBEIRO, 1997a, p.372-3).

Retomando essa trajetória de publicações, desenvolveremos neste e nos dois próximos capítulos uma reflexão sobre a mesma. Dando, assim, início à abordagem da produção mais expressiva e, ao mesmo tempo, da base teórica para análise dos principais objetos estudados por Darcy Ribeiro, a América Latina e o Brasil. Ambos objetos são estudados do contexto da obra mundialmente conhecida como os *Estudos de Antropologia*

da *Civilização* de Darcy Ribeiro; nas palavras do próprio, “A tarefa mais ambiciosa e mais ousada que enfrentei na vida foi compor meus *Estudos de Antropologia da Civilização*” (RIBEIRO, 1997a, p.501). Em verdade, Darcy Ribeiro ficou conhecido como cientista e acadêmico, mais pela primeira parte destes *Estudos de Antropologia da Civilização*, composta basicamente dos dois primeiros livros que pelos outros três. Tais *Estudos*, inicialmente, ainda no final da década de 1960 e início da de 1970, compunham-se de quatro obras principais: *O Processo Civilizatório*¹, *As Américas e a Civilização*², *O Dilema da América Latina*³, e, por fim, *Os Brasileiros*⁴; todas pensadas a partir de um mesmo projeto, e compostas de modo a se complementarem. Trata-se do projeto intelectual perseguido por Darcy Ribeiro por toda a sua vida, dado que somente na década de 1990 o tomaria como acabado, com a publicação da obra *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*⁵ que, além de aumentar em um volume a mais o total da obra, resgata quase todas as discussões realizadas anteriormente, com enfoque e proposta de valorização do Brasil, o mote inicial da composição de todas as outras, como se poderá ver adiante.

No corpo dos *Estudos de Antropologia da Civilização*, Darcy Ribeiro também incluiu o livro *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno* (RIBEIRO, 1970), mas que, nas palavras de Mércio Pereira Gomes:

Os Índios e a Civilização destoa um tanto da série *Estudos de Antropologia da Civilização* já que se constitui de um conjunto de artigos publicados ainda na década de 50, os quais tentam dar conta do grave problema da extinção ou sobrevivência étnica dos povos indígenas no Brasil no século XX (GOMES, 2000, p.72).

Assim, o conjunto da obra, os *Estudos de Antropologia da Civilização*, compor-se-ia de seis livros, todos com os mesmos objetivos, como já desenvolvidos no início desse capítulo: inicialmente participar, questionar e revisar as “teorias da evolução

¹ A primeira edição desta obra foi publicada pela editora Civilização Brasileira, no ano de 1968. A edição que usaremos ao longo do trabalho é: RIBEIRO, 1998.

² A primeira edição desta obra foi publicada na Argentina, em 1969. A primeira edição brasileira foi também publicada pela editora Civilização Brasileira, no ano de 1970. A edição que usaremos ao longo do trabalho é: RIBEIRO, 1983.

³ A primeira edição da obra foi publicada no México, em 1971. A primeira edição Brasileira foi publicada no ano de 1978, pela Editora Vozes. Utilizamos ao longo do trabalho a segunda edição publicada pela mesma editora: RIBEIRO, 1979a.

⁴ A primeira edição foi publicada no Uruguai, no ano de 1969. A primeira edição brasileira foi publicada no ano de 1972, pela Editora Paz e Terra. Utilizamos para o trabalho: RIBEIRO, 1991.

⁵ RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995b.

sociocultural”, passando pela tentativa de compreensão da “formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos”, identificar, questionar e sugerir transformações em suas “estruturas de poder e forças insurgentes”, até a celebração de sua obra intelectual que seria a de se utilizar de todo esse escopo produtivo para tentar entender “O povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil”. Inicialmente, a ideia de Darcy Ribeiro era compor um texto explicativo sobre o Brasil. Em verdade Darcy Ribeiro dizia que a motivação maior para a sua atividade intelectual era conseguir compreender bem e intervir nos problemas do Brasil - como se verá no Capítulo 7 –, mas Darcy Ribeiro não ficou satisfeito com a obra, por acreditar que ela “não respondia às questões que propunha”. Decidiu, por isso, que precisaria realizar uma série de estudos introdutórios, na construção de um embasamento ou preparação, para a realização efetiva e apropriada de sua proposta. Esses estudos introdutórios foram se avolumando e se transformando em livros:

...a carência de uma teoria interpretativa que permitisse compreender efetivamente o processo de formação do povo brasileiro. Para isto seria necessário refazer previamente, a partir de uma perspectiva brasileira e latino-americana, uma série de esquemas teóricos. Primeiro, as teorias da história, particularmente o esquema marxista de sucessão das formações econômico-sociais, porque os disponíveis eram, evidentemente inaplicáveis. Segundo, as classificações dos povos americanos e as análises comparativas das causas do seu desenvolvimento desigual, também inadequadas. Terceiro, as tipologias das classes sociais e das estruturas de poder que eram, por igual, insatisfatórias. Finalmente, os estudos críticos das culturas e das ideologias com vistas à avaliação das circunstâncias em que elas florescem ou fenecem e o seu papel no processo de dominação dos povos dependentes (RIBEIRO, 1991, p.16).

Enfrentando estas “tarefas teóricas” Darcy Ribeiro inicia suas reiteradas revisões de texto que, com o passar do tempo, foram se avolumando e compondo novas obras:

O que devia ser uma introdução teórica, no meu plano de revisão do texto, foi virando livros. A necessidade de uma teoria do Brasil, que nos situasse na história humana, me levou à ousadia de propor toda uma teoria da história. As alternativas que se ofereciam eram impotentes. Serviriam, talvez, como uma versão teórica do desempenho europeu, mas não explicavam a história dos povos orientais, nem o mundo árabe e muito menos a nós, latino-americanos (RIBEIRO, 1995b, p.13-4).

Darcy Ribeiro começaria por uma revisão das teorias da evolução sócio-cultural, de modo que as sociedades americanas pudessem ser incluídas na história humana a partir de uma perspectiva própria, não centrada na visão europeia:

Meu sentimento era o de que nos faltava uma teoria geral, cuja luz nos tornasse explicáveis em nossos próprios termos, fundada em nossa experiência histórica. As teorizações oriundas de outros contextos eram todas elas eurocêntricas demais e, por isso mesmo, impotentes para nos fazer inteligíveis. Nosso passado, não tendo sido o alheio, nosso presente não era necessariamente o passado deles, nem nosso futuro um futuro comum (RIBEIRO, 1995b, p.13).

Essa perspectiva, de acordo com o próprio Darcy Ribeiro, “permitiu criticar o eurocentrismo das teorias correntes sobre a evolução cultural” (RIBEIRO, 1998, p.09), e, assim, revisar as teorias evolutivas a partir de estudos centrados, também, e fundamentalmente, na América como um todo; não para atribuir-lhe nova centralidade, que antes era dada à Europa, mas para inserir todas as sociedades humanas dentro de uma linha comparativa de seus processos de desenvolvimento. O que na própria visão de Darcy Ribeiro o possibilitaria e habilitaria a se aventurar a algo tão grande, e supostamente pretensioso da perspectiva de um latino-americano e, portanto, subdesenvolvido, seria:

uma base factual – representada pela copiosa bibliografia americanista de fontes primárias e por nossa própria experiência no estudo antropológico de sociedades tribais e nacionais -, o que nos proporcionou um conhecimento acurado de sociedades que exemplificam quase todas as etapas da evolução e quase todas as situações de conjunção de povos; isso nos permitiu reexaminar a teoria evolucionista com maior amplitude de visão. Desse modo é que, no esforço por estabelecer critérios de classificação dos povos americanos, tivemos de alargar nossa perspectiva de análise no tempo e no espaço, acabando por elaborar uma primeira esquematização dos passos da evolução tecnológica, social e ideológica das sociedades humanas (RIBEIRO, 1998, p.09).

A obra em que Darcy Ribeiro realizaria essa revisão das teorias da evolução histórica seria *O Processo Civilizatório: etapas da evolução sociocultural*, cuja proposta tem a intenção de: “proceder a uma revisão crítica das teorias da evolução sociocultural e propor um novo esquema do desenvolvimento humano” (RIBEIRO, 1998, p.07). Betty J. Meggers, antropóloga que redigiu o prólogo da primeira edição de *O Processo Civilizatório* publicada nos Estados Unidos, em 1968, enfatizou que o trabalho de Darcy Ribeiro seria de grande importância pelo seguinte motivo:

Nos Estados Unidos herdamos a tradição da civilização ocidental européia, por nós considerada como a corrente principal ou central da evolução humana. Em consequência, julgamos todos os demais povos segundo nossos pontos de vista e os consideramos carentes. Nossos objetivos políticos nacionais se baseiam no pressuposto de que o sentido do progresso consiste em fazer os outros povos mais parecidos a nós, do ponto de vista político, social, industrial e ideológico. Acresce ainda que os melhores estudos sobre a evolução cultural foram elaborados por estudiosos europeus ou norte-americanos e, em virtude disso, corroboram, implícita

ou explicitamente, esse ponto de vista. Ribeiro, entretanto, não é um produto da nossa tradição política ou acadêmica. É um cidadão do chamado “Terceiro Mundo”. Como tal, encara o desenvolvimento cultural sob um prisma distinto e percebe nuances que para nós permanecem encobertas. O fato de não compartilhar do nosso parcialismo não significa, simplesmente que ele seja imparcial. Todavia, os pontos focais de sua análise que mais se contrapõem a nossas concepções não podem ser rejeitados sob a alegação de preconceito. Não apenas porque suas qualificações profissionais o recomendam à nossa atenção, mas sobretudo porque só combinando outras perspectivas com a nossa própria poderemos distinguir entre a verdade e a distorção e alcançar, finalmente, uma concepção realista do processo civilizatório. A conquista de tal percepção é, sem qualquer dúvida, crucial para a existência humana sobre a Terra (RIBEIRO, 1998, p.22).

Anísio Teixeira, na apresentação da primeira edição brasileira da obra, também exaltaria o problema de tê-la realizado, como um trabalho “*ousado e de longa perspectiva e alcance*”, um homem do mundo subdesenvolvido:

Mas o fato de havê-la concebido um homem do terceiro Mundo tem, sem dúvida, conseqüências. (...) O aspecto mais paradoxal de certa falta intrínseca de autonomia da inteligência do subdesenvolvimento está na consciência demasiado lúcida do subdesenvolvimento: isso leva o “subdesenvolvido” a considerar “presunçoso”, “ridículo”, levar-se a sério (RIBEIRO, 1998, p.13).

Anísio Teixeira ressaltaria que jamais teria percebido em Darcy Ribeiro a tal “*subordinação mental do subdesenvolvimento*” (RIBEIRO, 1998, p.13), e afirma que com este ensaio, *O Processo Civilizatório*, “*a antropologia brasileira ganhou categoria mundial, intervindo decisivamente na elucidação dos grandes problemas da evolução das sociedades humanas*” (RIBEIRO, 1998, p.14); o que poderia ainda não convencer a comunidade acadêmica internacional, já que tal afirmação partia de outra figura intelectual do “mundo subdesenvolvido” e, conforme *O Processo Civilizatório* ia ganhando edições por toda a América Latina, Estados Unidos, Inglaterra e Europa, o próprio Darcy Ribeiro mostrava ter consciência deste problema:

Publiquei este livro com medo. Temia que a ousadia de enfrentar temas tão amplos e complexos me levasse a um desastre. Meu medo devia ter aumentado quando um conhecido intelectual marxista, leitor de importante editora, deu um parecer arrasador sobre *O Processo Civilizatório*. Dizia ele que o autor, etnólogo de índios, brasileiro, que não era nem marxista, pretendia nada menos que reescrever a teoria da história, o que equivalia, pensava ele, a reinventar o moto-contínuo. (...) Só não fiquei aplastado debaixo daquele parecer competentíssimo porque fui salvo por um ataque de raiva possessa contra todos os que pensavam que intelectuais do mundo subdesenvolvido têm de ser subdesenvolvidos também (RIBEIRO, 1998, p.23).

Com o passar do tempo, conforme o livro ganhava traduções em número cada vez maior de países, e em número também cada vez maior de edições, é que Darcy Ribeiro ganhou não somente projeção, mas também repercussão internacional. No ano de 1970, a revista *Current Anthropology*, nas palavras de Darcy Ribeiro “a mais importante publicação de Antropologia” naquele momento (RIBEIRO, 1975, p.IX), incluiu *O Processo Civilizatório* em seus debates conhecidos como “CA Treatment”, que consistia em “submeter os trabalhos de grande relevância teórica a uma avaliação crítica prévia por um grupo de antropólogos de diversas nacionalidades escolhidos entre os mais interessados no tema” (RIBEIRO, 1975, p.IX). Darcy Ribeiro procedeu a um resumo de *O Processo Civilizatório* e também dos estudos que posteriormente comporiam *As Américas e a Civilização*, e os enviou para a revista que, por sua vez os remeteu a um número aproximado de vinte antropólogos das mais diferentes nacionalidades. As avaliações foram enviadas para que o autor redigisse sua réplica, e, finalmente, foram publicados os textos originais, os comentários críticos de somente sete dos antropólogos, as réplicas de Darcy Ribeiro aos comentários publicados e a bibliografia citada pelo autor e pelos comentadores⁶.

Desse modo, apesar de *O Processo Civilizatório* ter sido escrito por um intelectual do mundo subdesenvolvido, em 1978, quando a obra completava dez anos de sua publicação, já contava com quinze edições internacionais e cerca de 160 mil exemplares vendidos (RIBEIRO, 1998, p.24). Em 1997, ano da morte de Darcy Ribeiro, *O Processo Civilizatório* trouxe uma relação de 26 edições da obra em países como: Brasil, Argentina, Venezuela, México, Cuba, Portugal, Itália, Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha, o que acabou por se constituir como o livro de Darcy Ribeiro mais lido e debatido em todo o mundo. E que, juntamente com *As Américas e a Civilização*, se constituíram na referência principal do reconhecimento acadêmico internacional de Darcy Ribeiro.

Buscaremos aprofundar a compreensão das bases teóricas de *O Processo Civilizatório*, o primeiro livro da série de *Estudos de Antropologia da Civilização*, em que Darcy Ribeiro se propõe a retomar a perspectiva evolucionista da antropologia para analisar as etapas da evolução sociocultural a partir de uma perspectiva que, de acordo com as palavras do próprio autor, “permita situar qualquer sociedade, extinta ou atual,

⁶ Esse debate foi publicado nos volumes 11 a 14 de 1970 de *Current Anthropology* e republicado na forma de livro, como segue: RIBEIRO, 1975. A Publicação teve edições, também, no México e no Uruguai, no ano de 1972, e em Buenos Aires, no ano de 1976.

dentro do continuum do desenvolvimento sociocultural” (RIBEIRO, 1983, p.33). Essa reformulação das concepções da evolução sociocultural serviriam de base para “os estudos sobre o processo de formação étnica e sobre os problemas de desenvolvimento com que se defrontam os povos latino-americanos” (RIBEIRO, 1983, p.34).

Darcy Ribeiro cita como base para tal revisão obras clássicas da teoria do evolucionismo antropológico, assim como estudos antropológicos modernos que procuraram retomar essas teorias clássicas, tais como: Lewis W. Morgan, com *Ancient Society*, de 1877; Friedrich Engels, com *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de 1884; Karl Marx, com *Formações econômicas pré-capitalistas*, redigido em 1857-8, mas somente publicado em 1939-41; Gordon Childe, com as obras *Man makes himself*, de 1937, *What happened in history*, de 1946 e *Social evolution*, de 1951; Leslie White, com as obras *The science of culture*, de 1949, e *The evolution of culture*, de 1959; Julian Steward, com *Theory of culture change: the methodology of multilineal evolution*, de 1955; e, por fim, Karl Wittfogel, com as obras *Developmental aspects of hydraulic societies*, de 1955, e *Oriental despotism*, de 1964; entre outros⁷.

A partir da revisão de tais obras, Darcy Ribeiro diz:

Nosso esforço consistirá, principalmente, em sistematizar os esquemas faseológicos e os princípios dinâmicos da evolução sócio-cultural, formulados nos estudos clássicos e modernos. A isso acrescentaremos um corpo de conceitos analíticos novos. Esperamos que esta tentativa de sistematização e de renovação contribua para determinar as etapas básicas de desenvolvimento tecnológico distinguíveis no continuum da evolução humana; para discernir, em termos de formações econômico-sociais ou socioculturais; para identificar as forças dinâmicas responsáveis pela sucessão de etapas e de formações; e, finalmente, para definir as condições em que essa sucessão se acelera, ou se retarda, ou entra em regressão e estagnação (RIBEIRO, 1998, p.39).

Para Darcy Ribeiro, o conceito de “evolução sociocultural” definir-se-ia da seguinte maneira:

Concebemos a evolução sociocultural como o movimento histórico de mudanças dos modos de ser e de viver dos grupos humanos, desencadeado pelo impacto de sucessivas revoluções tecnológicas (Agrícola, Industrial etc.) sobre as sociedades concretas, tendentes a conduzi-las à transição de uma etapa evolutiva a outra, ou de uma a outra formação sociocultural (RIBEIRO, 1998, p.51).

⁷ As obras encontram-se mencionadas e comentadas em: RIBEIRO, 1998, p.34-9; e ganham novo tratamento em “Observações sobre a bibliografia” na mesma obra, p.285-92.

Essas formações socioculturais seriam definidas historicamente, com referência às sociedades que em diferentes locais e tempos, vivenciariam a sua cultura. Esta seria formada por diversas dimensões, dentre as quais: um “sistema adaptativo”, que compreenderia “*o conjunto integrado de modos culturais de ação sobre a natureza, necessários à produção e à reprodução das condições materiais de existência de uma sociedade*”; um “sistema associativo”, que compreenderia, fundamentalmente, “*os modos de regulamentação das relações entre as pessoas para o efeito de atuarem conjuntamente no esforço produtivo e na reprodução biológica do grupo*”; e, por fim, um “sistema ideológico”, entendido como algo que “*além das técnicas produtivas e das normas sociais, em seu caráter de saber abstrato*” (RIBEIRO, 1998, p.52, *passim*), corresponderia também a:

todas as formas de comunicação simbólica, como a linguagem, as formulações explícitas de conhecimentos com respeito à natureza e à sociedade, os corpos de crenças e as ordens de valores, bem como as explanações ideológicas, em cujos termos os povos explicam e justificam seu modo de vida e conduta (RIBEIRO, 1998, p.52).

Em resumo, Darcy Ribeiro considera como características elementares de cada cultura os elementos tecnológico, social e ideológico. E, apesar de reconhecer a complementaridade e as influências recíprocas entre estes três elementos, o autor define-se com alto grau de concordância com relação aos estudiosos que admitem o poder de determinação dos conteúdos tecnológicos sobre os sociais e ideológicos:

O presente estudo procura demonstrar que o desenvolvimento das sociedades e das culturas é regido por um princípio orientador assentado no desenvolvimento acumulativo da tecnologia produtiva e militar; de que a certos avanços nessa linha progressiva correspondem mudanças qualitativas de caráter radical, que permitem distingui-los como etapas ou fases da evolução sociocultural; de que a essas etapas de progresso tecnológico correspondem alterações necessárias, e por isso mesmo uniformes, nos modos de organização da sociedade e de configuração da cultura, que designamos como formações socioculturais (RIBEIRO, 1998, p.46-7).

Para definir uma teoria da evolução das formações socioculturais aplicável a todas as sociedades, Darcy Ribeiro leva em conta quase todos os sistemas de referência considerados apenas individualmente por uma ou outra das teorias clássicas, e os congrega de forma complementar, num só sistema de referências, de modo também a conseguir localizar cada uma das sociedades – com suas respectivas culturas e formações socioculturais – em relação às suas respectivas etapas evolutivas:

QUADRO 1 – ETAPAS EVOLUTIVAS EM DIVERSOS ESQUEMAS CONCEITUADOS

K. MARX (1857)		L.H. MORGAN (1877)	F. ENGELS (1884)	V. GORDON CHILDE (1937)	JULIAN STEWARD (REGADIO) (1955)	D. RIBEIRO		
COMUNISMO			COMUNISMO		(Impérios Econômico-Políticos dos Séculos XIX e XX)	SOCIEDADES FUTURAS		
SOCIALISMO			SOCIALISMO			SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO	SOCIALISMO EVOLUTIVO	
CAPITALISMO INDUSTRIAL			CAPITALISMO INDUSTRIAL			IMPERIALISMO INDUSTRIAL	NEOCOLONIALISMO	NACIONALISMO MODERNIZADOR
CAPITALISMO MERCANTIL			CAPITALISMO MERCANTIL			CAPITALISMO MERCANTIL	COLONIALISMO MERCANTIL	COLONIALISMO DE POVOAMENTO
						IMPÉRIOS MERCANTIS ESCRAVISTAS	COLONIALISMO ESCRAVISTA	
FEUDALISMO			FEUDALISMO	FEUDALISMO	FEUDALISMO	IMPÉRIOS DESPÓTICOS SALVACIONISTAS		
FORMAÇÃO ASIÁTICA	FORMAÇÃO GERMÂNICA	CIVILIZAÇÃO	ESCRITA	IDADE DO FERRO	(GRÉCIA E ROMA)	IMPÉRIOS MERCANTIS ESCRAVISTAS	IMPÉRIOS TEOCRÁTICOS DE REGADIO	
	FORMAÇÃO ANTIGA CLÁSSICA			IDADE DO BRONZE	ESTADOS MILITARISTAS DE REGADIO			
				ALTA BARBÁRIE DO BRONZE	Estados Teocráticos Comerciais	FLORESCIMENTO REGIONAL FORMATIVO	(PRIVATISTAS) ESTADOS RURAIS	(COLETIVISTAS) ARTESANAIS
COMUNIDADE GENTÍLICA		BARBÁRIE	BARBÁRIE	BARBÁRIE NEOLÍTICA	AGRICULTURA INCIPIENTE	ALDEIAS AGRÍCOLAS INDIFERENCIADAS	CHEFIAS PASTORIS NÔMADES	
							HORDAS PASTORIS NÔMADES	
COMUNIDADE PRIMITIVA		SELVAGERIA	COMUNISMO PRIMITIVO	SELVAGERIA	CAÇA E COLETA	TRIBOS DE CAÇADORES E COLETORES		
		CAÇA						
		PESCA						
		COLETA						

FONTE: RIBEIRO, Darcy. *O Processo Civilizatório: etapas da evolução sócio-cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.61.

Nas palavras de Darcy Ribeiro:

Apelamos para elementos referentes a atividades produtivas (caça e coleta, pastoril, agrícola, rural-artesanal, regadio, industrial); a elementos concernentes à estratificação social e às relações de trabalho e propriedade (indiferenciada – em oposição à estratificada -, coletivista, privatista, escravista, mercantil, capitalista, socialista); a termos descritivos de unidades políticas (tribal, horda, aldeia, chefia, estado, império, colônia); e, finalmente, a qualificativos do perfil ideológico e de atributos especiais de certas formações (teocrático, salvacionista, despótico, revolucionário, evolutivo, modernizador) (RIBEIRO, 1998, p.54).

Outro ponto fundamental da teoria da evolução sociocultural de Darcy Ribeiro seria o fato de a mesma considerar que:

A construção teórica das formações socioculturais apresenta duas dificuldades adicionais, dada sua natureza de categorias abstratas de análise. A primeira delas decorre da necessidade de conciliar seu caráter de etapa do continuum evolutivo das sociedades humanas e, portanto, de uma categoria temporal, com seu caráter assíncrono. Para perceber essa dupla característica, basta considerar que, embora se escalonem temporalmente como etapas da evolução sociocultural, sua sequência não é histórico-temporal, porque em cada momento coexistem sociedades classificáveis nas etapas mais díspares: por exemplo, os povos tribais e as estruturas industriais imperialistas, contemporâneas mas não coetâneas dentro do mundo moderno (RIBEIRO, 1998, p.54).

Os conceitos fundamentais a partir dos quais Darcy Ribeiro pensaria a sucessão de uma etapa evolutiva a outra, o que quer dizer “as progressões socioculturais”, seriam o de “revolução tecnológica” e o de “processo civilizatório”. Sobre o primeiro, Darcy Ribeiro diz que:

Empregamos o conceito de revolução tecnológica para indicar que a certas transformações prodigiosas no equipamento de ação humana sobre a natureza, ou de ação bélica, correspondem alterações qualitativas em todo o modo de ser das sociedades, que nos obrigam a tratá-las como categorias novas dentro do continuum da evolução sociocultural. Dentro dessa concepção, supomos que ao desencadeamento de cada revolução tecnológica, ou à propagação de seus efeitos sobre contextos socioculturais distintos, através dos processos civilizatórios, tende a corresponder a emergência de novas formações socioculturais (RIBEIRO, 1998, p.57).

Assim, para além da concepção tradicional – definida por Gordon Childe em *Man Makes Himself*, que considerava as “revoluções culturais” em número de três, Revolução Agrícola, Revolução Urbana e Revolução Industrial, Darcy Ribeiro se propõe a desdobrá-las em número maior e, também, a identificar novas, de modo a adequá-las aos distintos

processos civilizatórios correspondentes a todas as civilizações de que se pudesse ter notícia. Darcy Ribeiro chega a oito revoluções tecnológicas reiterando que são:

Caracterizáveis pelo vulto das inovações que introduziram nas potencialidades produtivas e no poderio militar das sociedades humanas e pelas mudanças que provocaram nos sistemas adaptativo, associativo e ideológico dos povos que as experimentaram, direta ou reflexamente (RIBEIRO, 1998, p.59).

As revoluções tecnológicas seriam, assim: a “Revolução Agrícola” que, “introduzindo o cultivo de plantas e a domesticação de animais no sistema produtivo, transfigura a condição humana, fazendo-a saltar da situação de apropriadora do que a natureza provê espontaneamente à posição de organizadora ativa da produção” (RIBEIRO, 1998, p.58)¹; A “Revolução Urbana”, “fundada em novos processos produtivos, como agricultura de regadio, a metalurgia e a escrita” que “conduziu à dicotomização interna das sociedades numa condição rural e numa condição urbana e à sua estratificação em classes sociais” (RIBEIRO, 1998, p.58)²; A “Revolução do Regadio”, que:

proporcionou as bases tecnológicas para a configuração das primeiras civilizações regionais, através de inovações prodigiosas na construção de grandes canais de irrigação e de novos barcos de navegação, de sistemas de estradas, de cidades urbanizadas, além das escrituras ideográficas, de sistemas uniformes de pesos e medidas e de desenvolvimentos científicos sobretudo no campo da matemática e da astronomia (RIBEIRO, 1998, p.58)³.

A quarta revolução tecnológica do esquema conceitual de Darcy Ribeiro sobre a evolução sociocultural seria a “Revolução Metalúrgica”, no curso da qual “se aprimoraram e difundiram a tecnologia do ferro forjado, a manufatura de ferramentas, a moeda cunhada, e se inventaram o alfabeto e a notação decimal” (RIBEIRO, 1998, p.59)⁴. A quinta seria a “Revolução Pastoril”, “com a aplicação criadora de algumas dessas inovações aos problemas da utilização de animais para a tração e para a cavalaria de guerra, bem como o aperfeiçoamento do emprego da energia hidráulica e eólica para fins produtivos” (RIBEIRO, 1998, p.59)⁵. A seguinte seria a “Revolução Mercantil”, “assentada na tecnologia de navegação oceânica e das armas de fogo responsável pela

¹ Cf. o primeiro capítulo da obra: “A Revolução Agrícola”, p.81-91.

² Cf. o segundo capítulo da obra: “A Revolução Urbana”, p.92-120.

³ Cf. o terceiro capítulo da obra: “A Revolução do Regadio”, p.123-38.

⁴ Cf. o quarto capítulo da obra: “A Revolução Metalúrgica”, p.139-50.

⁵ Cf. o quinto capítulo da obra: “A Revolução Pastoril”, p.151-62.

ruptura com o feudalismo europeu” (RIBEIRO, 1998, p.59)⁶. A “Revolução Industrial” seria a sétima, “com a descoberta e a generalização de conversores de energia inanimada para mover dispositivos mecânicos, responsável também por novas alterações fundamentais na estratificação social, na organização política e na visão do mundo de todos os povos” (RIBEIRO, 1998, p.59)⁷. Por fim, teríamos a “Revolução Termonuclear” que, para Darcy Ribeiro, “parece desencadear-se em nossos dias com a eletrônica, a energia atômica, a automação, os raios laser etc., cujas potencialidades de transformação da vida humana serão provavelmente tão radicais quanto as das revoluções tecnológicas anteriores” (RIBEIRO, 1998, p.59)⁸.

E, para Darcy Ribeiro, mesmo sendo a Revolução termonuclear responsável por mudanças substanciais no processo produtivo e nos modos de vida das sociedades humanas, “não deu lugar ao surgimento de novas formações socioculturais”. Acreditava Darcy Ribeiro ser esta uma característica das revoluções tecnológicas desde os tempos da “Revolução Industrial”, em que os progressos ocorridos não mudaram as características socioculturais das sociedades. Mas, ainda assim, complementa, tais progressos deveriam caracterizar uma nova revolução tecnológica, dado que:

A relevância dos progressos alcançados e o próprio caráter irruptivo da nova onda de inovações parecem indicar que se trata de uma revolução (...) e desde a última guerra acumulou tal soma de inovações na capacidade humana de ação, de pensamento, de organização e de planejamento que já parece configurar-se como uma revolução tecnológica nova (RIBEIRO, 1998, p.232).

Sobre o conceito de “Processo Civilizatório”, Darcy Ribeiro o introduz da seguinte forma:

A sucessão dessas revoluções tecnológicas não nos permite, todavia, explicar a totalidade do processo evolutivo sem apelo ao conceito complementar de *processo civilizatório*, porque não é a invenção original ou reiterada de uma inovação que gera consequências, mas sua propagação sobre diversos contextos socioculturais e sua aplicação a diferentes setores produtivos (RIBEIRO, 1998, p.59).

O que determina o “processo civilizatório” para Darcy Ribeiro, como já visto, são os impactos causados pelos progressos técnicos e institucionais correspondentes às revoluções tecnológicas nas sociedades que os vivenciam. Os “processos civilizatórios”

⁶ Cf. o sexto capítulo da obra: “A Revolução Mercantil”, p.165-89.

⁷ Cf. o sétimo capítulo da obra: “A Revolução Industrial”, p.190-227.

⁸ Cf. o oitavo capítulo da obra: “A Revolução Termonuclear e as ‘Sociedades Futuras’”, p.231-53.

referir-se-iam à maneira como as sociedades assimilariam as mudanças tecnológicas e se modificariam em função das mesmas, derivando em novas formações socioculturais:

Os *processos civilizatórios gerais* correspondem às sequências evolutivas genéricas, em que vemos difundirem-se os efeitos de um surto de inovações culturais como um movimento de dinamização da vida de diversos povos, em consequência do desencadeamento de uma revolução tecnológica. Cada um deles, ao propagar-se, mescla racialmente e uniformiza culturalmente diversos povos, incorporando-os a todos em novas formações socioculturais (RIBEIRO, 1998, p.64-5).

Nesse sentido, a cada revolução tecnológica podem corresponder um ou mais processos civilizatórios, através dos quais ela desdobra suas potencialidades de transformação da vida material e de transfiguração das formações socioculturais (RIBEIRO, 1998, p.60).

A título de exemplificação, podemos acompanhar no Quadro 2 (página seguinte), junto de cada uma das “revoluções tecnológicas” os correspondentes “processos civilizatórios” e suas “formações socioculturais”, além de alguns exemplos dessas “formações socioculturais”.

Portanto, no presente esquema da evolução sociocultural, Darcy Ribeiro reconhece oito revoluções tecnológicas, que se desdobram em doze processos civilizatórios, responsáveis pela cristalização de dezoito formações socioculturais, em que algumas das quais se dividem em dois ou mais complexos complementares.

A evolução sociocultural, concebida como uma sucessão de processos civilizatórios gerais, nas palavras de Darcy Ribeiro teriam um caráter progressivo, que se evidenciaria “no movimento que conduziu o homem da condição tribal às macrossociedades nacionais modernas”, em um processo contínuo de integração das sociedades (RIBEIRO, 1998, p.66). Em outras palavras, as sociedades de organização nuclear arcaica se integrariam umas às outras para formar as “civilizações regionais” que, com o tempo, se integrariam para formar um conjunto de civilizações de abrangência mundial, compondo assim as “civilizações mundiais”, e subsequentemente, até chegar à “civilização da humanidade”. Essas etapas sucessivas de integração da civilização podem ser acompanhadas no Quadro 3, relacionadas às “Revoluções tecnológicas” e às “Formações socioculturais”:

QUADRO 2: Sequências Básicas da Evolução sociocultural em Termos de Revoluções Tecnológicas, de Processos Civilizatórios e de Formações Socioculturais

Revoluções tecnológicas	Processos civilizatórios gerais	Formações socioculturais	Paradigmas históricos
I Revolução Agrícola	1º Revolução Agrícola	Aldeias agrícolas indiferenciadas	Tupinambá (séc.XVI) Guaná (séc.XVIII)
	2º Expansão Pastoril	Hordas pastoris nômades	Quirquiz (séc.XX) Guaicuru (séc. XVIII)
II Revolução Urbana	3º Revolução Urbana	Estados rurais artesanais coletivistas	Urartu (séc.X a.C.) Mochicha (séc.II)
	4º Expansão Escravista	Estados rurais artesanais privatistas	Fenícios (séc. XX a.C.) Kushana (séc.V a.C.)
	5º Segunda Expansão Pastoril	Chefias pastoris nômades	Hicsos (séc. XIII a.C.) Hunos (séc. IV)
III Revolução do Regadio	6º Revolução do Regadio	Impérios teocráticos de regadio	Egito (séc. XXI a.C.) Incas (séc. XV)
IV Revolução Metalúrgica	7º Revolução Metalúrgica	Impérios mercantis escravistas	Grécia (séc. V a.C.) Roma (séc. II)
V Revolução Pastoril	8º Revolução Pastoril	Impérios despóticos salvacionistas	Islão (séc. VII) Otomano (séc. XV)
VI Revolução Mercantil	9º Revolução Mercantil	Impérios mercantis salvacionistas	Ibéria (séc. XVI) Rússia (séc. XVI)
		Colonialismo escravista	Brasil (séc. XVII) Cuba (séc. XVIII)
		10º Expansão Capitalista	Capitalismo mercantil
		Colonialismo mercantil	Indonésia (séc. XIX) Guianas (séc. XX)
		Colonialismo de povoamento	EUA (séc. XVIII) Austrália (séc. XIX)
VII Revolução Industrial	11º Revolução Industrial	Imperialismo industrial	Inglaterra (séc. XIX) EUA (séc. XX)
		Neocolonialismo	Brasil (séc. XX)
	12º Expansão Socialista	Socialismo revolucionário	Venezuela (séc. XX) URSS (1917)
		Socialismo evolutivo	China (1949) Suécia (1950) Inglaterra (1965)
	Nacionalismo modernizador	Egito (1953) Argélia (1962)	
VIII Revolução Termonuclear	13º Revolução Termonuclear		Sociedades futuras

FONTE: RIBEIRO, Darcy. *O Processo Civilizatório: etapas da evolução sociocultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.62.

QUADRO 3: Modos de Integração da Civilização, Revoluções tecnológicas, e Formações socioculturais

Modos de Integração da Civilização	Revoluções Tecnológicas	Formações Socioculturais
As sociedades Arcaicas	Revolução Agrícola	Aldeias agrícolas indiferenciadas
		Hordas pastoris nômades
	Revolução Urbana	Estados rurais artesanais coletivistas
		Estados rurais artesanais privatistas
		Chefias pastoris nômades
As Civilizações Regionais	Revolução do Regadio	Impérios teocráticos de regadio
	Revolução Metalúrgica	Impérios mercantis escravistas
	Revolução Pastoril	Impérios despóticos salvacionistas
As Civilizações Mundiais	Revolução Mercantil	Impérios mercantis salvacionistas
		Colonialismo escravista
		Capitalismo mercantil
		Colonialismo mercantil
		Colonialismo de povoamento
		Revolução Industrial
	Neocolonialismo	
	Socialismo revolucionário	
	Socialismo evolutivo	
	Nacionalismo modernizador	
<i>Civilização da Humanidade</i>	Revolução Termonuclear	Sociedades futuras

FONTE: RIBEIRO, Darcy. *O Processo Civilizatório: etapas da evolução sociocultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.62.

Em uma perspectiva mais ampla, na visão de Darcy Ribeiro, as sociedades evoluiriam de acordo com uma dinâmica de transformação e auto-superação que se desenvolveria dentro das culturas – em outras palavras, a partir de uma perspectiva de ordem interna –, e também, dado ao fato de as sociedades não existirem isoladamente, mas a partir de uma perspectiva de permanente interação com outras sociedades.

O conceito básico subjacente às teorias de evolução sócio-cultural é o de que as sociedades humanas, no curso de longos períodos, experimentam dois processos simultâneos e mutuamente complementares de autotransformação, um deles responsável pela diversificação, o outro pela homogeneização das culturas. Por força do primeiro processo, as sociedades tendem a multiplicar seus contingentes populacionais, a desdobrar as entidades étnicas em que se aglutinam e a diversificar seus respectivos patrimônios culturais. Por força do segundo processo, porém, essa diversificação, em lugar de conduzir a uma diferenciação crescente dos

grupos humanos, conduz a uma homogeneização de seus modos de vida através da fusão das entidades étnicas em unidades cada vez mais inclusivas e da construção de seus patrimônios culturais dentro de linhas paralelas, tendentes a uniformizá-las (RIBEIRO, 1998, p.42).

A uniformização, acima mencionada por Darcy Ribeiro, pode ser melhor definida como se segue:

A concatenação das revoluções tecnológicas e dos processos civilizatórios com as respectivas formações socioculturais permite falar de um processo civilizatório global, diversificado em etapas sucessivas, que, mesmo cumprindo-se em povos separados uns dos outros no tempo e no espaço, promoveu reordenações da vida humana em áreas cada vez maiores, até unificar toda a humanidade num só contexto interativo (RIBEIRO, 1998, p.262-3).

Mas essa homogeneização, longe de igualar as sociedades que vivem em um mesmo tempo, sendo, portanto, contemporâneas, como já dito anteriormente, não as torna coetâneas quanto à sua evolução sociocultural. Do contrário de igualá-las, e devido exatamente a essas diferenças, as integra de modo desigual quanto às possibilidades de determinação de uma em relação à outra. De modo mais claro, gerando uma relação de dominação da mais avançada sobre a de menor evolução dentro do esquema das formações socioculturais, como mostra o excerto:

É o que ocorre com a expansão de uma civilização de mais alto nível tecnológico sobre contextos de povos atrasados na história, os quais são subjugados e engajados nos sistemas de dominação e de influencia da sociedade civilizadora como parcelas delas dependentes, passíveis de assimilação ou de reconstituição posterior como novas entidades étnicas. Nessas sociedades traumatizadas, as compreensões comuns que regem a vida social configuram-se como uma cultura espúria. Só através de longos períodos tais culturas podem refazer-se pela combinação de traços sobreviventes do seu antigo patrimônio com elementos tomados do complexo cultural em expansão, amadurecendo para aspirar à retomada da autonomia na condução de seu destino (RIBEIRO, 1998, p.67).

E ainda:

Nesse caminho, o homem, que venceu a competição com outras espécies na luta pela sobrevivência, desenvolvendo uma conduta cultural que lhe permitiu disciplinar a natureza e coloca-la a seu serviço, acabou por ver-se submergido num ambiente cultural hoje muito mais opressivo sobre ele do que o meio físico ou qualquer outro fator (RIBEIRO, 1998, p.264).

Para Darcy Ribeiro, esses movimentos de expansão de tradições culturais singulares, associadas a movimentos econômicos e políticos de dominação, cristalizariam um sistema centralizado por uma rede metropolitana, e nações subjugadas, aculturadas, e traumatizadas, sendo assimiladas como parcelas indiferenciadas de “macroetnias imperiais”, somente podendo tomar como alternativa, senão a de permanecer desse modo integradas, a de reativarem-se para “amadurecerem como entidades étnicas aspirantes à autonomia e a expansão” (RIBEIRO, 1998, p.68).

Para entender como esses “processos civilizatórios” operariam de modo a influenciar e alterar as sociedades, Darcy Ribeiro lança mão de dois conceitos: o de “aceleração evolutiva” e o de “atualização” ou “aceleração histórica”:

Os processos civilizatórios operam por duas vias opostas, conforme afetem os povos como agentes ou como pacientes da expansão civilizadora. A primeira via é a da **aceleração evolutiva**, que prevalece no caso das sociedades que, dominando autonomamente a nova tecnologia, progredem socialmente, preservando seu perfil étnico-cultural e, por vezes, o expandindo sobre outros povos, na forma de macroetnias. A segunda via, a da **atualização histórica**, prevalece no caso dos povos que, sofrendo o impacto de sociedades mais desenvolvidas tecnologicamente, são por elas subjugados, perdendo sua autonomia e correndo o risco de ver traumatizada sua cultura e descaracterizado seu perfil étnico. (RIBEIRO, 1983, p.34)

Tratando de cada um desses conceitos, por “aceleração evolutiva”, designa Darcy Ribeiro:

os processos de desenvolvimento de sociedades que renovam autonomamente seu sistema produtivo e reformam suas instituições sociais no sentido de transição de um a outro modelo de formação sociocultural, como povos que existem para si mesmos. Por atraso histórico, (...) o estado de sociedades cujo sistema adaptativo se funda numa tecnologia de mais baixo grau de eficácia produtiva do que o alcançado por sociedades contemporâneas. Por atualização ou incorporação histórica, (...) os procedimentos pelos quais esses povos atrasados na história são engajados compulsoriamente em sistemas mais evoluídos tecnologicamente, com perda de sua autonomia ou mesmo com sua destruição como entidade étnica (RIBEIRO, 1998, p.69).

E complementa:

O conceito de incorporação ou atualização histórica retrata tanto situações de caráter regressivo – do ponto de vista de entidades étnicas avassaladas, traumatizadas ou destruídas – como conteúdos progressistas, enquanto um procedimento de incorporação de povos atrasados a sistemas sócio-econômicos mais avançados (RIBEIRO, 1998, p.69).

A característica fundamental do processo de atualização histórica está no seu sentido de modernização reflexa, com perda de autonomia e com risco de desintegração étnica. No corpo desses processos de incorporação ou atualização histórica é que se devem situar os movimentos através dos quais uma sociedade sofre os efeitos indiretos de alterações havidas no sistema adaptativo de outras sociedades. Em muitos casos, esses efeitos produzem profundas transformações progressistas em seu modo de vida, mas conduzem fatalmente ao estabelecimento de relações de dependência entre a sociedade reitora e a sociedade periférica, sujeita à ação reflexa. (RIBEIRO, 1998, p.68)

Assim, Darcy Ribeiro entende a evolução sociocultural como uma série de etapas evolutivas expressas numa sequência de formações socioculturais geradas pela atuação de sucessivas revoluções culturais e respectivos processos civilizatórios, mas, também, e fundamentalmente, como um movimento dialético de progressões e de regressões culturais, de atualizações históricas e de acelerações evolutivas, como duas linhas divergentes de trânsito de uma a outra etapa da evolução.

Para Darcy Ribeiro, assim, o conceito de aceleração evolutiva referir-se-ia aos “procedimentos diretos, intencionais ou não, de indução do progresso, com a preservação da autonomia da sociedade que o experimenta, e, por isso mesmo, com a conservação de suas características étnico-culturais” (RIBEIRO, 1998, p.70). Ou ainda os processos de “reconstituição étnica através dos quais sociedades, antes avassaladas por processos de atualização reconstituem seu próprio *ethos* para conquistar sua independência política e retomar a autonomia perdida” (RIBEIRO, 1998, p.70-1).

Enfatizando a ideia geral do conceito de atualização histórica, Darcy Ribeiro afirma que:

No corpo desses processos de incorporação ou atualização histórica é que se devem situar os movimento através dos quais uma sociedade sofre os efeitos indiretos de alterações havidas no sistema adaptativo de outras sociedades. Em muitos casos, esses efeitos produzem profundas transformações progressistas em seu modo de vida, mas conduzem fatalmente ao estabelecimento de relações de dependência entre a sociedade reitora e a sociedade periférica, sujeita à ação reflexa (RIBEIRO, 1998, p.70).

Da oposição entre aceleração evolutiva e incorporação ou atualização histórica, ou ainda, segundo a concepção do autor, do equivalente em relação aos processos de desenvolvimento quanto a seu caráter, respectivamente, por via autônoma ou reflexa, Darcy Ribeiro não as distingue enquanto processos, mas como diferentes possibilidades dentro de um mesmo processo:

Dentro dessa concepção, os povos desenvolvidos e subdesenvolvidos do mundo moderno não se explicam como representações de etapas distintas e defasadas da evolução humana. Explicam-se, isto sim, como componentes interativos e mutuamente complementares de amplos sistemas de dominação tendentes a perpetuar suas posições relativas e suas relações simbióticas como pólos do atraso e do progresso de uma mesma civilização. No mundo contemporâneo, são desenvolvidas as sociedades que se integram autonomamente na civilização de base industrial por aceleração evolutiva, e são subdesenvolvidas as que nela foram engajadas por incorporação histórica como “proletariados externos”, destinados a preencher as condições de vida e de prosperidade dos povos desenvolvidos com os quais se relacionam (RIBEIRO, 1998, p.71).

A inserção da civilização em uma ou outra dessas dinâmicas, “aceleração evolutiva” ou “atualização histórica”, teriam como base, e ao mesmo tempo como fim, inserir as tais civilizações dentro do que Darcy Ribeiro veio a chamar de “modelos de desenvolvimento autônomo” ou “padrões de atraso histórico”. Esses seriam os parâmetros analíticos para classificar qualquer uma das civilizações em uma perspectiva de integração, por uma via ou por outra, dentro de uma só dinâmica representada pelas duas vias de maneira mutuamente complementar.

Sobre a origem dos processos de desenvolvimento autônomo, numa perspectiva histórica, na visão de cientista social do autor:

A Revolução Industrial, (...), configurou como novos centros de poder as nações pioneiras na industrialização. Em torno delas foram aglutinados povos vizinhos ou longínquos para formar grandes constelações imperialistas. As primeiras dessas constelações se constituíram com a industrialização da Inglaterra (1750-1800), da França (1800-1890), dos Países-Baixos (1800-1850) e dos Estados Unidos (1840-1890). Havendo-se industrializado pioneiramente, estas nações se fizeram os novos centros de dominação mundial, configurando o modelo precoce de desenvolvimento industrial (RIBEIRO, 1983, p.509).

Como consequência desse “modelo precoce de desenvolvimento industrial” se define o primeiro exemplo de “padrão de desenvolvimento autônomo”, que seria o “Capitalista Precoce”:

Implantado originalmente pela Inglaterra, pioneira na utilização da tecnologia de alta energia e na transformação estrutural a ela correspondente. Seguiram-se os Países Baixos, a França e, mais tarde, os Estados Unidos. Em todos estes casos, o desenvolvimento econômico e social se processou mais ou menos espontaneamente, em estruturas abertas ao comércio internacional, pela combinação do progresso interno com a exploração de economias periféricas. Todas estas nações preservaram e aprimoraram, internamente, instituições liberais, que permitiram às suas populações metropolitanas exercer certo grau de

participação no poder político. Simultaneamente, porém, contribuíram de todos os modos para impedir que essas mesmas condições amadurecessem em suas áreas de dominação política ou econômica ou nas nações virtualmente concorrentes que se haviam retardado na industrialização (RIBEIRO, 1983, p.537).

Para além do modelo “Capitalista Precoce”, operado por movimentos naturais de aceleração evolutiva, Darcy Ribeiro diz que do mesmo processo civilizatório, porém operado simultaneamente pela via da atualização histórica, surgiram três modalidades de reordenação das relações entre os povos:

Primeiro, tornando obsoletos vínculos que ligavam as antigas metrópoles mercantis às suas colônias, ensejou à maioria destas condições de emancipação política para se inserirem dentro do novo complexo como áreas de exploração neocolonial. **Segundo**, projetando-se sobre áreas não dominadas pelas ondas anteriores da expansão européia, submeteu seus povos ao jugo colonial ou lhes impôs estatutos de dependência neocolonial. **Terceiro**, estabelecendo um sistema econômico mundial autopetruante, hierarquizou as nações livres em potências industriais capacitadas ao comando autônomo do seu destino, e em nações dependentes, não só deserdadas na distribuição do mundo em áreas de influência, mas também condenadas a um desenvolvimento meramente reflexo (RIBEIRO, 1983, p.510).

A partir desta divisão dos países entre “exploradores” e “explorados”, teriam surgido novos modelos de desenvolvimento autônomo, mesmo que como “esforços deliberados de rompimento com a dominação imperialista e de enfrentamento das causas do atraso” (RIBEIRO, 1983, p.512), em relação aos países de desenvolvimento precoce. O primeiro exemplo de rompimento com o “sistema auto-perpetuante” se deu, de acordo com a visão de Darcy Ribeiro, inicialmente por dois países: Alemanha (1850-1914) e pelo Japão (1890-1920): “Ambos conseguiram industrializar-se mediante esforços deliberados para alcançar autonomia, condição fundamental de sobrevivência num mundo submetido às potências pioneiras na industrialização”. Estes países estabeleceram o “modelo tardio de desenvolvimento industrial”, “que configurou a primeira via de ruptura com o complexo imperialista mundial”. De acordo com Darcy Ribeiro, esta via foi adotada, mais tarde, pela Itália (1920-1940) e tomada como roteiro posteriormente, com menor sucesso, por muitas outras nações (Turquia, de Mustafá Kemal; Egito, de Nasser; Brasil, de Vargas; Argentina, de Perón; etc) (RIBEIRO, 1983, p.510). Ainda definindo as características do que chamou de “modelo de desenvolvimento capitalista tardio”:

É o caso da Alemanha, do Japão e da Itália que progrediram mediante processos intencionais de desenvolvimento dirigidos por regimes autocráticos, os quais

estruturaram autarquicamente suas economias para fugir às compulsões a que eram submetidas pelas potências pioneiras na industrialização. Todos eles descambaram, mais tarde, para formas totalitárias de governo e para o expansionismo imperialista, no esforço de conseguir uma redivisão das áreas coloniais que os beneficiasse. A redução deste expansionismo só pôde ser alcançada através de duas guerras mundiais (RIBEIRO, 1983, p.537).

O terceiro modelo de desenvolvimento autônomo, Darcy Ribeiro definiu, para além do desenvolvimento do “capitalismo precoce” ou do “capitalismo tardio”, o “capitalismo de desenvolvimento recente”, com a industrialização de áreas marginais:

Estas últimas surgiram menos como frutos de projetos deliberados de auto-perpetuação, do que como efeitos dos períodos de isolamento com relação ao domínio inglês que experimentaram, em virtude da crise de 1929 e das duas grandes guerras mundiais. Em condições normais, estas relações não ensejariam possibilidades de progresso autônomo em virtude do caráter intrinsecamente espoliativo da interação entre economias defasadas historicamente. Com a emergência de conjunturas de guerra, ou de crises econômicas, aquelas nações puderam exportar mais do que importavam, acumulando divisas, mas sobretudo puderam exportar autonomamente suas próprias fontes de riqueza, realizando potencialidades de progresso até então anuladas. Restabelecidos os contatos, aquelas nações se achavam fortalecidas economicamente e haviam criado condições para negociar novas formas de intercâmbio, capazes de preservar os interesses econômicos nacionais e de viabilizar um desenvolvimento autônomo (RIBEIRO, 1983, p.510-1).

Darcy Ribeiro cita como exemplos do “modelo de desenvolvimento recente”, ou os países que se industrializaram, ainda que antigas áreas marginais, como os países escandinavos (1890-1930), ou os países que superaram a situação de áreas dependentes, como o Canadá (1900-1920), a Austrália e a Nova Zelândia (1930-1950). Esses países desenvolver-se-iam para derivarem ao padrão socialista-evolutivo, no caso dos povos escandinavos, ou ao padrão capitalista-liberal, como o caso do Canadá e da Austrália. Países como o Uruguai e a Argentina teriam fracassado neste último intento (RIBEIRO, 1983, p.537).

Para Darcy Ribeiro, por fim, ainda dentro destes modelos de desenvolvimento autônomo, é que se pôde falar no quarto e último modelo de rompimento com o “atraso histórico”, e o segundo de oposição ao imperialismo mundial, o “modelo socialista de desenvolvimento industrial”:

tendente já não a reiterar antigas formações, através da criação de novos centros capitalistas industriais, mas a configurar uma formação sócio-cultural nova, a *socialista revolucionária*. Esta ruptura de novo tipo foi alcançada pioneiramente pela União Soviética (1930-1940) através de uma revolução socialista, que

permitiu induzir sua população aos esforços indispensáveis para integrar-se também na tecnologia industrial moderna. Assim se estabeleceu, juntamente com o quarto modelo de desenvolvimento industrial, uma nova via de aceleração histórica, que inspiraria, mais tarde, a reordenação social e a industrialização de diversas nações da Europa Oriental, da China e de outros países do Extremo Oriente e, por último, Cuba (RIBEIRO, 1983, p.511).

Além do “desenvolvimento capitalista precoce”, as três formas de ruptura com o atraso em relação à primeira, ou à “socialista revolucionária”, Darcy Ribeiro destaca duas formas variantes e intermediárias de reordenação sócio-econômica. A primeira seria o amadurecimento de formações socialistas evolutivas:

Em algumas sociedades altamente industrializadas através da acumulação de renovações estruturais e institucionais conseqüentes do próprio progresso tecnológico, da luta das camadas assalariadas pela melhoria de suas condições de vida e dos movimentos de emancipação das áreas coloniais, este é o caso dos países escandinavos e principalmente da Inglaterra, nos quais o novo modelo começa a emergir (RIBEIRO, 1983, p.511).

E, por fim, “os movimentos de libertação nacional de antigas colônias e de nações dependentes estruturadas como nacionalismos modernizadores”,

cujos representantes principais são o Egito e a Argélia. Tendem também a perfilar esse modelo o México, a Bolívia, e o Peru, apesar dos avanços e retrocessos experimentados em seus esforços de desenvolvimento autônomo. Eles não constituem, todavia, um modelo de desenvolvimento industrial porque nenhuma dessas nações alcançou, até agora, industrialização autônoma por esta via (RIBEIRO, 1983, p.511).

Ainda sobre os “nacionalismos modernizadores”:

São, antes, formas de ruptura com a dependência ao imperialismo e com a constrição oligárquica (através de uma reforma agrária) conducente a uma formação sócio-econômica híbrida que procura conciliar procedimentos socialistas com a preservação de conteúdos capitalistas. Seu surgimento e consolidação se explicam pela bipartição do mundo em dois grandes campos opostos, o socialista e o capitalista, que enseja rupturas parciais com a economia privatista e estes apelos precários a procedimentos socialistas (RIBEIRO, 1983, p.512).

No entanto, em todos os casos mencionados, para Darcy Ribeiro:

grupos político-militares se apossaram da máquina do Estado por caminhos heterodoxos, no decorrer de crises econômicas, e procuraram conduzir suas nações a um esforço de desenvolvimento autônomo mediante a mobilização das suas populações contra a capacidade auto-defensiva do imperialismo que via nesses movimentos uma ameaça a seus interesses. Todos conciliaram com a estrutura

agrária tradicional, fundada no latifúndio. Todos fracassaram, afinal, apenas alcançando representar um papel de agentes mais eficazes da modernização reflexa e da conscientização política de seus povos para futuras lutas contra o sistema de dominação externa e interna que os mantém subdesenvolvidos. O modelo nacionalista-modernizador contrasta com estas variantes de “capitalismo de estado” pela capacidade que revela de enfrentar simultaneamente a constrição do imperialismo e a do latifúndio (RIBEIRO, 1983, p.516-7).

Em oposição a esses padrões de desenvolvimento industrial autônomo, viriam os padrões de atraso histórico, encontrados em vários padrões de estagnação, e abarcando todos os povos do mundo que os ainda não mencionados e, assim, designados como subdesenvolvidos:

Dentre estes destacam-se as nações européias que se marginalizaram do processo de industrialização, como Espanha e Portugal (...) que, não conseguindo ascender ao capitalismo Industrial e experimentar as transformações estruturais correspondentes, congelaram suas estruturas rígidas, regidas por camadas oligárquicas e patriciados burocráticos, vendo-se, afinal, reduzidas a áreas de exploração neocolonial. (...) A Grécia forma também ao lado das nações proletárias, como resultados de séculos de dominação externa em que se degradaram seus padrões de cultura, e do arcaísmo de sua estrutura agrária, só comparável à dos dois outros povos subdesenvolvidos da Europa (RIBEIRO, 1983, p.538).

Mas, nessa primeira categoria de “países subdesenvolvidos”, o autor apenas se refere às sociedades europeias, deixando para uma segunda categoria de subdesenvolvidos, os povos extra-europeus. Em outras palavras, tentando “classificar” os povos extra europeus dentro desses “modelos de desenvolvimento autônomo”, ou “padrões de atraso histórico”, ou ainda mais, tentando “classificar” os países latino-americanos de acordo com as categorias já mencionadas a partir de suas origens extra-europeias, é que Darcy Ribeiro lançará mão de quatro novas designações, definindo que os povos americanos:

podem ser classificados em quatro grandes configurações histórico-culturais. Cada uma delas engloba populações muito diferenciadas, mas também suficientemente homogêneas quanto às suas características básicas e quanto aos problemas de desenvolvimento com que se defrontam, para serem legitimamente tratadas como categorias distintas. Tais são os *Povos-Testemunhos*, os *Povos-Novos*, os *Povos-Transplantados* e os *Povos Emergentes* (RIBEIRO, 1983, p.587).

A partir de um processo de derivação civilizatória, definida por uma dinâmica de atualização histórica dos extra-europeus, por atuação de povos europeus, de acordo com o

modo como cada uma dessas sociedades traçou sua “evolução”, do contato com os europeus até o mundo dividido entre os que se desenvolveram autonomamente ou os que se mantiveram atrasados e subjugados, é que Darcy Ribeiro incluiria, também, toda a América, dentro de um contexto de interações mutualísticas e complementares de atraso e progresso. Como já dito, os fatores condicionantes para a inclusão em um ou outro plano, “*modelos de desenvolvimento autônomo*” ou “*padrões de atraso histórico*”, seriam definidos pelo processo de derivação civilizatória dos povos extra-europeus, e portanto os americanos, desde o impacto do contato com os europeus até a condição que apresentavam nas décadas de 1960 e 1970. É o que se verá no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 6:

Darcy Ribeiro e a América Latina: Produção Acadêmica, Ensaísmo e Literatura na Cultura Política Utópica de “Nuestra América”

Já vimos no capítulo anterior como, de um desejo profundo de conseguir compreender bem e intervir nos problemas do Brasil, e julgar que o resultado do trabalho não atendeu às suas expectativas, Darcy Ribeiro decide-se por elaborar uma série de estudos introdutórios que, entre revisões teóricas e redefinições conceituais, transitaram das teorias da “evolução sociocultural” ao processo de diferenciação entre os povos das Américas, não como o corrente no Brasil daquele momento – e em verdade até o momento presente - a partir de uma visão exclusivamente eurocêntrica dos processos de interação entre americanos e europeus, mas também pelas peculiaridades e especificidades de cada conjunto de povos de acordo suas respectivas características, anteriores ao contato supracitado, ou mesmo em reação a esse, cujo impacto seria inegável e sem dúvida alguma sobredeterminante. Ainda assim, de uma crítica severa à visão exclusiva das teorias correntes sobre a evolução cultural, Darcy Ribeiro tentará dar maior destaque aos outros povos e, entre eles, os da América como um todo; não para atribuir-lhes nova centralidade, que antes era dada à Europa, mas para inserir todas as sociedades humanas dentro de uma linha comparativa de seus processos de desenvolvimento.

Como já citado, e nosso ponto de partida nesse capítulo, Darcy Ribeiro não tinha se dado por satisfeito com o que produzira com *O Processo Civilizatório*. Os problemas tratados nesse volume estavam ainda muito distantes de algo que de fato permitisse compreender e explicar o Brasil. Continuava, portanto, a perseguir elementos que o permitissem prosseguir no projeto inicial, e se propôs a uma nova aproximação, agora com foco na América Latina. O que exigia, para além de uma revisão das “teorias da evolução e desenvolvimento das civilizações”, o estabelecimento de uma relação mais estreita entre as tais teorias e os povos americanos:

O Processo Civilizatório não bastava. A explicação que oferece para 10 mil anos de história é ampla demais. Suas respostas, necessariamente genéricas, apenas dão tênues delineamentos do nosso desempenho histórico. (...) Vista sob essa luz, a

nossa realidade se retrata em seus traços mais gerais, resultando num discurso explicativo útil para fins teóricos e comparativos, mas insuficientes para dar conta da causalidade de nossa história. (...) Saí, então, em busca de explicações mais terra-a-terra, em mais anos de trabalho. O tema que me propunha agora era reconstituir o processo de formação dos povos americanos, num esforço para explicar as causas de seu desenvolvimento desigual. Salto, assim, da escala de 10 mil anos de história geral para os quinhentos anos da história americana com um novo livro: *As Américas e a Civilização*, em que me proponho uma tipologia dos povos americanos, na forma de uma ampla explanação explicativa (RIBEIRO, 1995b, p.14-5).

As Américas e a Civilização, nas palavras de Darcy Ribeiro, “constitui uma tentativa de interpretação antropológica dos fatores sociais, culturais e econômicos, que presidiram a formação das etnias nacionais americanas”, com o objetivo básico de proceder a uma análise “das causas” de seu “desenvolvimento desigual” (RIBEIRO, 1983, p.09), ou, em outras palavras, buscando “compreender os processos sócio-culturais que dinamizaram a vida dos povos americanos, alçando alguns deles ao pleno desenvolvimento e outros condenando ao atraso” (RIBEIRO, 1983, p.13).

Para Darcy Ribeiro, os estudos sobre o “desenvolvimento desigual” das sociedades americanas, inspiravam-se basicamente em dois “esquemas conceituais profundamente interpenetrados mas distintos por suas orientações opostas”: o da sociologia e o da antropologia acadêmicas, e o do marxismo dogmático (RIBEIRO, 1983, p.15). Na visão de Darcy Ribeiro, o primeiro deles:

se baseia na ideia de descompassos num “processo natural” de transição entre formações arcaicas e modernas, pela passagem de economias de base agro-artesanal e economias de base industrial. E na ideia adicional de que neste trânsito se configuram áreas e setores progressistas e retrógrados em cada sociedade, cuja interação seria o fator dinâmico ulterior do processo. Sua expressão mais elaborada são os chamados estudos de “dualidade estrutural”, “modernização reflexa”, “mobilidade social” e de transição do “modo tradicional” ao “modo industrial” das sociedades (RIBEIRO, 1983, p.15).

Ainda sobre o primeiro dos esquemas conceituais, Darcy Ribeiro ressaltaria que:

Nas formulações mais extremadas deste esquema conceitual, as sociedades subdesenvolvidas chegam a ser descritas como entidades híbridas ou duais caracterizadas pela coexistência de duas economias e de duas estruturas sociais defasadas de séculos. Uma delas, como polo do tradicionalismo, se caracterizaria pelo isolamento, a estabilidade e o atraso que tenderiam a espalhar-se sobre o conjunto. A outra, como o polo da modernidade, se caracterizaria pela vinculação e

contemporaneidade com o mundo do seu tempo, por suas tendências industrialistas e capitalistas de que seria o foco difusor (RIBEIRO, 1983, p.16).

O arcaico é caracterizado como uma ordem tradicionalista, fundada nos costumes, impregnada de concepções sagradas e místicas, temerosa de qualquer mudança e resistente ao progresso. O moderno pelo espírito progressista, exaltador das mudanças, laicizador das instituições e secularizador dos costumes. (...) Por isto suas descrições nada retratam das Américas de ontem e de hoje, com suas populações, primeiro, maciçamente degradadas pelo escravismo e compulsoriamente deculturadas e, depois, marginalizadas do sistema produtivo e imersas numa “cultura da pobreza” (RIBEIRO, 1983, p.17-8).

Nos casos examinados, Darcy Ribeiro acredita que a proposta conduzida pela sociologia e antropologia acadêmicas, aplicadas às explicações da pobreza e da riqueza dos povos das Américas, propõem uma tese de progressão espontânea do desenvolvimento que, tal como a que aconteceu com os estadunidenses e canadenses – “*os paradigmas da evolução sociocultural humana para a qual estariam encaminhando todos os demais povos do continente*” (RIBEIRO, 1983, p.18) –, partindo de condições de atraso dos povos subdesenvolvidos, “*progrediria por adições de traços modernizadores até atingir a situação presente das sociedades capitalistas industriais convertidas em modelos ideais de ordenação social*” (RIBEIRO, 1983, p.18), como se o fator de manutenção dos povos atrasados nesta condição, que não os permitia encaminharem-se para a tal “*progressão espontânea de desenvolvimento*”, fosse a sua incapacidade e sua “*falta de espírito empresarial capitalista*” (RIBEIRO, 1983, p.17). E constrói a sua crítica:

Escamoteia-se, assim, o fato de que os povos da América Latina sofreram o impacto da revolução industrial – tal como os demais povos atrasados – na condição de consumidores dos produtos da industrialização alheia, introduzidos até os limites necessários para tornar suas economias mais eficazes como produtoras de matérias-primas, mas sempre com a preocupação de mantê-las dependentes (RIBEIRO, 1983, p.17).

Sobre o segundo esquema conceitual, o “*marxismo dogmático*”, Darcy Ribeiro diria que este “*se assenta na ideia de que as diferenças de desenvolvimento das sociedades modernas se explicam como etapas de um processo de evolução, unilinear e irreversível, comum a todas as sociedades humanas*” segundo o qual “*as sociedades latino-americanas são entidades autárquicas e descompassadas que estariam vivendo*

agora, com séculos de atraso, os mesmos passos evolutivos experimentados pelas sociedades avançadas” (RIBEIRO, 1983, p.22). Para Darcy Ribeiro:

Os estudos inspirados nesta concepção raramente excedem a um esforço de transpor mecanicamente às Américas os esquemas interpretativos de Marx. Reduzem-se, assim, a meras ilustrações com exemplos locais de teses marxistas clássicas sobre o desenvolvimento do capitalismo na Europa. (...) Abandonando a perspectiva de análise dos clássicos marxistas, estes estudos se reduzem a exercícios pueris de demonstração da universalidade das teses de Marx. (RIBEIRO, 1983, p.22-3).

Portanto, para Darcy Ribeiro, as duas abordagens seriam *“igualmente infrutíferas como explicação do desenvolvimento desigual das sociedades contemporâneas e inoperantes como esforços de formulação de estratégias de luta que conduzam ao rompimento com o atraso”* (RIBEIRO, 1983, p.23). E complementa:

Afundadas num objetivismo míope, a sociologia e a antropologia acadêmicas se contentam em acumular dados empíricos sem serem capazes de formular uma teoria científica que os explique em sua dinâmica e variedade. O marxismo dogmático, partindo, embora, de uma teoria explicativa e de uma perspectiva histórica fecunda, se perde na busca de evidências de uma reiteração cíclica de estágios, ou se desencaminha em tentativas vãs de enquadrar a realidade em antinomias formais (RIBEIRO, 1983, p.23).

Darcy Ribeiro pretendia, assim, reavaliar criticamente as abordagens da sociologia e da antropologia acadêmicas, bem como a abordagem marxista, da mesma forma como fizera com *O processo Civilizatório*, mas agora tendo como foco de análise as Américas: *“Nosso propósito aqui é proceder a uma análise dos processos de formação e dos problemas de desenvolvimento dos povos americanos, com base nas generalizações alcançadas naquele estudo”* (RIBEIRO, 1983, p.24). E ainda: *“Deste modo, esperamos chegar a uma compreensão melhor das disparidades de desenvolvimento registráveis nas Américas e, também, a novas generalizações significativas sobre a natureza dos processos de dinâmica social”* (RIBEIRO, 1983, p.24).

Antes, no entanto de chegar a essa compreensão, precisamos demonstrar como Darcy Ribeiro teria visto o processo de formação dos povos americanos. E se houve, por parte do mesmo, e por um lado, a vontade de pensar a América Latina em termos originais, houve também, por outro, o reconhecimento de que não se pode simplesmente

esquecer a participação europeia no processo de transfiguração dos povos que nela existiam:

A história do homem nos últimos séculos é, principalmente, a história da expansão da Europa Ocidental que, ao constituir-se em núcleo de um novo processo civilizatório, se lança sobre todos os povos em ondas sucessivas de violência, de cobiça e de opressão. Nesse movimento, o mundo inteiro foi revolvido e reordenado segundo os desígnios europeus e na conformidade de seus interesses. Cada povo e até mesmo cada pessoa humana, onde quer que houvesse nascido e vivido, acabou por ser atingido e engajado no sistema econômico europeu ou nos ideais de riqueza, de poder, de justiça, ou de santidade nela inspirados (RIBEIRO, 1983, p.51).

De acordo com os conceitos e ideias do próprio autor, dentro do quadro geral de “*processos civilizatórios*” e “*evoluções sócio-culturais*”, o fator de definição dos europeus como agentes civilizadores sobre outras sociedades com que se encontraram fora da Europa seria o fato de terem se antecipado em duas revoluções tecnológicas, a “*Mercantil*” e a “*Industrial*”, e assim, “*haviam se colocado na vanguarda da evolução sócio-cultural*” (RIBEIRO, 1983, p.51). Para aprofundar e explicar melhor o processo de “*movimentos de vanguarda*”, nas palavras de Darcy Ribeiro:

A partir do século XVI, se registraram duas revoluções tecnológicas responsáveis pelo desencadeamento de quatro processos civilizatórios sucessivos. Primeiro, a *Revolução Mercantil* que, num impulso inicial de caráter mercantil-salvacionista, atinou os povos ibéricos e os russos, lançando aqueles às conquistas oceânicas e a estes, à expansão continental sobre a Eurásia. Num segundo impulso, de caráter mais maduramente capitalista, a *Revolução Mercantil*, depois de romper a estagnação feudal em certas áreas da Europa, lançou os holandeses, ingleses e franceses à expansão colonial além-mar. Seguiu-se a *Revolução Industrial* que, a partir do século XVIII, entrou a promover uma reordenação do mundo sob a égide das nações pioneiras na industrialização, através de dois processos civilizatórios: a expansão imperialista e a reordenação socialista (RIBEIRO, 1983, p.35).

E complementa:

O processo global que descrevemos com estes conceitos é o da expansão de novas civilizações sobre amplas áreas, através da dominação colonial de territórios povoados ou da transladação intencional de populações. Seu motor é um desenvolvimento tecnológico precoce, que confere aos povos que o empreendem o poder de impor-se a outros povos, vizinhos ou longínquos, submetendo-os ao saqueio episódico ou à exploração econômica continuada dos recursos do seu

território e do produto do trabalho de sua população. Seus resultados cruciais, porém, são a difusão da nova civilização mediante a expansão cultural das sociedades que promovem a conquista e, por esta via, a formação de novas entidades étnicas e de grandes configurações histórico-culturais (RIBEIRO, 1983, p.35).

As atualizações históricas, elemento definidor do processo de interação entre as sociedades europeias e as não europeias, operariam:

por meio da dominação e do avassalamento de povos estranhos, seguidas da ordenação econômico-social dos núcleos em que se aglutinam os contingentes dominados para o efeito de instalar novas formas de produção ou explorar antigas atividades produtivas. Esta ordenação tem como objetivo fundamental vincular os novos núcleos à sociedade em expansão, como parcela do seu sistema produtivo e como objeto de difusão intencional de sua tradição cultural, por meio da atuação de agentes de dominação (RIBEIRO, 1983, p.36).

Em outras palavras, na visão de Darcy Ribeiro o processo de formação dos povos americanos, como no caso de outros povos extra-europeus, não poderia se desvincular do fato de que este foi operado extrinsecamente, não como “*resultado da conjunção entre entidades autônomas*”, mas, como uma parte de um “*processo de expansão de impérios ativados por processos civilizatórios e da subjugação de populações por ele avassaladas por força da atualização histórica*” que tiveram como resultado “*recorrentes processos de transfiguração e aculturação*” dos povos que fora da Europa existiam, entre eles os das Américas, no sentido de vincular seus territórios e tudo o que neles existia, à satisfação de necessidades estipuladas por projetos traçados pelos “povos dominadores” europeus, com base na, e no sentido de reprodução da, exploração dos “povos dominados” do Novo Mundo (RIBEIRO, 1983, p.38). Nas palavras do autor em análise:

Em sua expansão, as fórmulas européias da verdade, da justiça e da beleza se impõem progressivamente como valores compulsórios. Tão poderosos pela força persuasiva de sua universalidade, quanto pelos mecanismos coativos através dos quais se difundiam. No mesmo passo se espraiam pelo mundo as línguas européias, originárias todas de um único tronco, que passam a ser faladas por maior número de pessoas que qualquer grupo de línguas anteriormente existente. Seus vários cultos, nascidos de uma mesma religião, se tornam ecumênicos. Sua ciência e as tecnologias delas decorrentes se difundem também pela terra inteira. Seu patrimônio artístico com a multiplicidade de estilos em que se exprime transforma-se em cânones universais de beleza. Suas instituições familiares, políticas e

jurídicas, moldadas e remoldadas segundo as mesmas premissas, passam a ser ordenadoras da vida social da maioria dos povos (RIBEIRO, 1983, p.62-3).

No caso da América, o processo não teria fundamentos e objetivos diferentes:

Dentro dos processos civilizatórios descritos e pela via da atualização histórica é que foram avassaladas as sociedades americanas de nível tribal, as estruturadas já em estados rurais-artesanais e mesmo os impérios teocráticos de regadio (Inca, Maia, Asteca) para se integrarem no sistema econômico de âmbito mundial, como suas áreas de exploração colonial. Deste modo é que os indígenas americanos e também os negros africanos conduzidos à América saltaram a uma etapa mais alta da evolução humana – enquanto participantes de formações mercantis – mas foram sendo, simultaneamente, engajados como “proletariados externos” das economias metropolitanas. Esta progressão, processando-se pela via da atualização histórica, importa na perda de sua autonomia étnica e na descaracterização de suas culturas. E, por fim, na sua conversão em componentes anciliares de complexos imperiais modelados como áreas coloniais-escravistas de uma formação mercantil-salvacionista ou do capitalismo mercantil (RIBEIRO, 1983, p.41).

Considerada a participação europeia como definidora de tudo o que historicamente passará a ocorrer nas Américas, Darcy Ribeiro procede à caracterização dos povos extra-europeus, e o que mais nos interessa, junto destes os povos americanos, para poder retornar, posteriormente, em sua localização quanto às perspectivas de “desenvolvimento autônomo” ou, como contraparte, de “atraso histórico”:

Nos termos destas amplas configurações de povos – mais do que das nacionalidades que as compõem, das respectivas composições raciais ou de diferenciadores climáticos, religiosos e outros -, é que se pode situar cada povo extra-europeu do mundo moderno, para explicar como ele chegou a ser o que é agora; para entender por que viveu processos históricos de desenvolvimento sócio-econômico tão diferenciados; e para determinar os fatores que, em cada caso, atuaram como aceleradores ou como retardadores da sua integração no estilo de vida das sociedades industriais modernas (RIBEIRO, 1983, p.88).

Para Darcy Ribeiro, portanto, era possível classificar os povos extra-europeus do “mundo moderno”, por designações genéricas e aproximativas dos diferentes povos nela enquadráveis, de acordo com o que veio a chamar de “*Configurações Histórico-Culturais*”, em número de quatro: *Povos-Testemunho*, *Povos-Novos*, *Povos-Transplantados*, e, por fim, *Povos-Emergentes*. Nas palavras de Darcy Ribeiro: “Cada

uma delas engloba populações muito diferenciadas, mas também suficientemente homogêneas quanto às suas características básicas para serem legitimamente tratadas como categorias distintas” (RIBEIRO, 1975, p.16). Resumidamente:

Os primeiros, *Povos-Testemunho*, são constituídos pelos representantes modernos de velhas civilizações autônomas sobre as quais se abateu a expansão europeia. O segundo bloco, designado como *Povos-Novos*, é representado pelos povos americanos plasmados nos últimos séculos como um subproduto da expansão europeia pela fusão e aculturação de matrizes indígenas, negras e europeias. O terceiro – *Povos-Transplantados* – é integrado pelas nações constituídas pela implantação de populações europeias no ultramar, com a preservação do perfil étnico, da língua e da cultura originais. *Povos-Emergentes* são as (...) populações que ascendem de um nível tribal ou da condição de meras feitorias coloniais para a de etnias nacionais (RIBEIRO, 1975, p.17).

De modo mais detalhado, à primeira dessas designações Darcy Ribeiro daria o nome de *Povos Testemunho*¹, que corresponderiam “aos representantes modernos de velhas civilizações”, “que sofreram o impacto traumatizador da expansão europeia” (RIBEIRO, 1983, p.539). Em outras palavras, “*os representantes modernos de antigas civilizações como a Índia, a China, o Japão, a Coréia, a Indochina, a muçulmana nos países islâmicos, e alguns outros com as quais a Europa se chocou em sua expansão*” (RIBEIRO, 1997a, p.504). Exemplificariam essa categoria nas Américas, o México, a Guatemala, bem como os povos do Altiplano Andino:

Designamos como *Povos Testemunho* as populações mexicanas, meso-americanas e andinas, enquanto sobreviventes de antigas civilizações – Asteca, Maia, Incaica – que desmoronaram ao impacto da expansão europeia, entrando num processo secular de aculturação e de reconstituição étnica, ainda inconcluso para todas elas. (...) Paralisadas pelo ataque espanhol, tanto a sociedade mexicana, como a maia e a incaica entraram em colapso; viram substituídas suas classes dirigentes por minorias estrangeiras que, desde então, passaram a remodelar suas culturas através de toda a sorte de compulsões. Este desígnio cumpriu-se mediante vários mecanismos, dentre eles, a dizimação intencional da antiga cúpula governamental e sacerdotal depositária da tradição erudita daquelas culturas; e a depopulação provocada, a seguir, pelas epidemias com que foram contagiados, pelo engajamento do trabalho escravo e por efeito de inovações técnicas e agrícolas que desequilibraram seu antigo sistema de subsistência, alterando sua base ecológica. (RIBEIRO, 1983, p.108-9).

¹ Cf. Segunda Parte: Os Povos Testemunho. In: RIBEIRO, 1983, p.107-203; detalhadamente: Os Meso-Americanos, p.116-51, Os Andinos, p.152-203; e, também: RIBEIRO, 1975, p.18-26.

Assim, os Povos-Testemunho americanos originar-se-iam precipuamente “do encontro de duas altas culturas - a indígena e a europeia” (RIBEIRO, 1983, p.113). Em outras palavras, constituir-se-iam basicamente a partir de duas heranças culturais civilizatórias ainda sobreviventes, a asteca, ou a maia, ou ainda a incaica - “das quais seriam sobreviventes mas não poderiam deglutir suas vetustas heranças” (RIBEIRO, 1983, p.90) -, e as europeias - que com elas entraram em contato, em uma dinâmica de radical interação:

Sob estas condições de hecatombe social é que as duas tradições culturais – a europeia e a indígena – entraram em conjunção. A primeira representada pela minoria de agentes da dominação externa, mantendo-se íntegra e se armando de todos os poderes para impor-se; a última decepada dos conteúdos mais avançados de uma sociedade urbana, que eram seus setores letrados; traumatizada sob a pressão das forças desencadeadas pela depopulação e pela deculturação compulsória; despojada de suas riquezas acumuladas através do saqueio; e desprovida de seus corpos de técnicos e artesãos pela conversão de toda a sua população em “proletariado externo”, degradado à condição que trabalhadores braçais das minas e das fazendas para servir a uma economia de exportação (RIBEIRO, 1983, p.109).

Dentro de um quadro geral dos *Povos-Testemunho*, diria Darcy Ribeiro que “apenas o Japão e a China conseguiram alcançar o desenvolvimento industrial moderno, mais maduro o primeiro, mas com potencialidades economicamente muito maiores de consolidação e expansão a segunda” (RIBEIRO, 1983, p.539):

Dentre os *Povos-Testemunho* apenas o Japão e, mais recente e parcialmente, a China conseguiram incorporar às respectivas economias a tecnologia industrial moderna e reestruturar suas próprias sociedades em novas bases. Todos os demais são povos bipartidos em um estamento dominante mais europeizado, por vezes biologicamente mestiçado e culturalmente integrado nos estilos modernos de vida, oposto a amplas massas marginalizadas – sobretudo camponesas – por seu apego a modos de vida arcados e resistentes à modernização (RIBEIRO, 1983, p.90).

Assim, com as exceções mencionadas anteriormente, para Darcy Ribeiro, o que de fato caracterizaria os *Povos Testemunho*, principalmente os meso-americanos e andinos, seria que:

Mais do que povos atrasados na história, eles são os povos espoliados da história. Contando originalmente com enormes riquezas acumuladas que poderiam ser utilizadas, agora, para custear sua integração nos sistemas industriais de produção, as viram saqueadas pelo europeu; saqueio que prosseguiu com a espoliação do produto do trabalho de seus povos através de séculos. Quase todos eles se encontram ainda engajados na economia mundial como áreas neo-coloniais e que lhes fixa um lugar e um papel determinado, limitando ao extremo suas possibilidades de desenvolvimento autônomo. Séculos de subjugação ou de dominação direta ou indireta impuseram-lhe profundas deformações que não só depauperaram seus povos como também traumatizaram toda a sua vida cultural (RIBEIRO, 1975, p.18).

Dessa relação adviria a característica principal dos Povos-Testemunho americanos: *“ao longo de todo este tempo, porém, conservaram e transmitiram, de geração a geração retalhos dos velhos valores, cuja atualização na conduta era inviável, mas que ainda comovia os seus descendentes”* (RIBEIRO, 1983, p.109):

Estas células híbridas, por metade neo-indígenas, por metade neo-européias, é que atuam sobre o contexto traumatizado, assimilando parcelas cada vez maiores dele para um novo modo de ser e de viver. Mergulhavam, assim, continuamente, na cultura original, para dela emergir cada vez mais ampliadas e também mais diferenciadas, tanto na tradição antiga, como do modelo europeu (RIBEIRO, 1983, p.110).

E exatamente dessa característica híbrida essencial é que surgiram, por conseguinte, os principais conflitos:

Como problema básico, enfrentam a integração dentro de si mesmos das duas tradições culturais de que se fizeram herdeiros, não apenas diversas, mas em muitos aspectos contrapostas. Primeiro, a contribuição europeia de técnicas, de línguas, de costumes e crenças, cuja incorporação do antigo patrimônio cultural se processou à custa da redefinição de todo o seu modo de vida e da alienação de sua visão de si mesmos e do mundo. Segundo, seu antigo acervo cultural que, apesar de drasticamente reduzido e traumatizado, preservou costumes, formas de organização social, corpos de crenças e de valores profundamente arraigados em vastas camadas de população, além de um patrimônio de saber vulgar e de estilos artísticos peculiares que encontraram, agora, oportunidade de reflorescer como instrumentos de auto-afirmação nacional. Atraídos simultaneamente pelas duas tradições, mas incapazes de fundi-las numa síntese significativa para toda a sua população, conduzem dentro de si, ainda hoje, o conflito entre a cultura original e a civilização europeia (RIBEIRO, 1975, p.19).

Em meio a esse conflito étnico-cultural, os fatores de ordem econômica contribuiriam de forma ainda mais significativa para a divisão essencial entre a “cultura arcaica” e a “cultura civilizatória”, pois a partir do momento em que passaram a ser dominadas pela cultura europeia, os *Povos Testemunho* americanos, na visão de Darcy Ribeiro, deixaram de possuir um modo de vida próprio:

O velho morrera como força integradora e não surgira um novo (...) desgastados pelas epidemias, conduzidos ao desespero pela escravidão, se transformaram em rebanhos, cujos membros nasciam e morriam, apenas vivendo para cumprir a sina que lhes era imposta (RIBEIRO, 1983, p.109).

Deste modo:

Ao contrário do que se sucedia nas colônias de povoamento da América do Norte, onde um povo crescia pela multiplicação de núcleos dotados de condições para prover sua própria subsistência e de exprimir suas concepções de vida, aqui se engajavam enormes contingentes humanos utilizados como combustível para operar o sistema produtivo colonial e para servir a projetos alheios (RIBEIRO, 1983, p.110).

Uma imposição de ordenação social que não apenas conformava a organização social, mas também o papel a ser desempenhado por esta sociedade em relação a outras, e de modo bastante marcante, em relação às Metrôpoles coloniais:

Esta ordenação não apenas conformava as novas sociedades mas as incorporava ao mercado mundial como áreas coloniais escravistas da formação mercantil-salvacionista que assumira a Espanha. (...) Essa mesma ordenação daria sentido às formas de contingenciamento da mão-de-obra para o trabalho, desde a escravista dos primeiros dias até a assalariada de hoje. Por todos esses processos de construção, um vínculo capitalista-mercantil cada vez mais vigoroso iria atrelando as populações americanas à economia mundial. No mesmo passo, as faria avançar para etapas mais altas da evolução sócio-cultural, através de um processo de mera atualização histórica que as converteria de sociedades autônomas em áreas de dominação colonial de nações mais evoluídas (RIBEIRO, 1983, p.112-3).

E assim como a dualidade étnico-cultural se propalou ao longo das gerações, a dualidade sócio-econômica também:

Os modos de contingenciamento das populações indígenas mexicanas e incaicas pelo conquistador e, especialmente, os mecanismos de dominação utilizados

durante o longo período colonial foram responsáveis, também, por deformações estruturais visíveis ainda hoje. Entre outras, o profundo distanciamento social entre as camadas dominantes e o povo, e a bipartição daquelas em setores patriciais e oligárquicos distintos, mas mutuamente complementares (RIBEIRO, 1983, p.114).

Mesmo depois dos processos de Independência das Metrôpoles Coloniais, os *Povos-Testemunho* americanos não perderam essa perspectiva de “atualizações históricas” sucessivas – como algo que se comparara, como já dito, a processos de modernização reflexa e dependente. Até pretendiam derivar a processos de “acelerações evolutivas”, como processos de desenvolvimento autônomos, com finalidades definidas e direcionadas para o auto-sustento, a estabilidade e a autonomia, mas:

Reintegradas em sua independência, não voltaram a ser o que eram antes, porque se haviam transfigurado profundamente, não só pela conjunção das suas tradições com as européias, mas pelo esforço de adaptação às condições que tiveram de enfrentar como integrantes subalternos de sistemas econômicos de âmbito mundial e também pelos impactos econômicos e reflexos que sofreram da revolução mercantil e da industrial (RIBEIRO, 1983, p.89).

Para Darcy Ribeiro, no curso do processo civilizatório desencadeado pela revolução industrial, é que os *Povos-Testemunho* das Américas teriam emergido para a Independência, mas:

Três séculos de avassalamento colonial os haviam tornado mais pobres do que eram antes e os haviam modelado como uma cultura espúria, incapaz de aceitar a sua própria imagem étnica, orgulhosos dela, e de integrar nas suas tradições originais tomados ao dominador. Viram-se assim, compelidos a prosseguir o processo aculturativo, uma vez que, somente completando sua europeização alcançariam certa homogeneidade como etnia nacional. Aos problemas mediante a inserção no sistema capitalista e na civilização industrial se somavam, para eles, as tarefas de absorção étnica de enormes massas marginalizadas social e culturalmente (RIBEIRO, 1975, p.24-5).

Para Darcy Ribeiro, a herança fundamental do sistema colonial teria ficado no modo de composição da sociedade, reprodutora das conservações étnico-culturais, por um lado, e segregacionista e excludente, do ponto de vista sócio-econômico, por outro:

A classe dominante nativa que liderou a independência dos *Povos-Testemunho* o fez com o intuito de substituir-se aos agentes metropolitanos de dominação. Uma

vez colocada no comando das novas sociedades nacionais procurou acelerar, por todos os modos, o processo de europeização, mas, simultaneamente, tratou de fazer com que a modernização e o desenvolvimento se processassem sob a égide de seus interesses. Este fator de constrição passou a operar, desde então, como o condicionador básico do processo e renovação social e como seu deformador (RIBEIRO, 1975, p.25).

A partir desse processo, desde o contato dos povos americanos com os povos europeus, Darcy Ribeiro estabelece os laços de causalidade para descrever a composição étnico-social predominante nas sociedades caracterizadas como *Povos-Testemunho* americanos:

Os *Povos-Testemunho* das Américas, como produto desse processo peculiar de formação étnica, caracterizam-se pela partição de suas sociedades em três segmentos superpostos, diferenciados por sua identificação étnica como indígenas ou como neo-americanos e por sua participação desigual ao acesso à riqueza nacional e ao controle do poder político. O estamento superior é formado pela camada dos “brancos por auto-definição”, racial e culturalmente mais hispanizado que, controlando a economia e as instituições políticas e militares, as rege de acordo com seus interesses. O estamento intermédio considerado *mestiço* o é menos racialmente – embora tenha absorvido vasta proporção de genes europeus ou africanos – do que por sua integração na cultura hispano-americana através da espanholização lingüística, da conversão ao catolicismo e da incorporação orgânica na força de trabalho da sociedade nacional. O terceiro estamento é formado pela massa dos marginalizados culturalmente como indígenas. Hoje eles pouco têm de comum com a indianidade pré-colombiana porque seu modo de ser indígena é também um produto da dominação, primeiro colonial, depois nacional-oligárquica que, ao integrá-los parcialmente no sistema econômico como o setor mais explorado, os fez indígena-modernos sem fazê-los neo-americanos (RIBEIRO, 1975, p.25-6).

Para completar nossa aproximação da visão de Darcy Ribeiro sobre os *Povos Testemunho*, destacamos mais algumas de suas palavras: “A *integração deste contingente marginalizado cultural, social e economicamente no corpo da nação é o grande desafio com que se defrontam os Povos-Testemunho para completar a construção do seu perfil étnico-nacional*” (RIBEIRO, 1975, p.26).

À segunda “Configuração Histórico-Cultural” extra-europeia Darcy Ribeiro dará o nome de *Povos Novos*²: “*oriundos da conjugação, deculturação e caldeamento de*

² Cf. Terceira Parte: Os Povos Novos. In: RIBEIRO, 1983, p.205-412; detalhadamente: Os Brasileiros, p.219-96, Os Grã-Colombianos, p.297-348, Os Antilhanos, p.349-79, Os Chilenos, p.380-412; e, ver também: RIBEIRO, 1975, p.26-42.

matrizes étnicas muito díspares como a indígena, a africana e a europeia” (RIBEIRO, 1997a, p.504):

Os Povos-Novos constituíram-se pela confluência de contingentes profundamente díspares em suas características raciais, culturais e lingüísticas, como subproduto de projetos coloniais europeus. Reunindo negros, brancos e índios para abrir grandes plantações de produtos tropicais ou para a exploração mineira, visando tão-somente atender aos mercados europeus e gerar lucros, as nações colonizadoras acabaram por plasmar povos profundamente diferenciados de si mesmas e de todas as outras matrizes formadoras. (...) Postos em confronto nas mesmas comunidades, estes contingentes básicos, embora exercendo papéis distintos, entraram a mesclar-se e a fundir-se culturalmente em maior intensidade do que em qualquer outro tipo de conjunção (RIBEIRO, 1983, p.92).

De acordo com Darcy Ribeiro os *Povos-Novos* constituiriam “*a Configuração Histórico-Cultural mais característica das Américas*”, porque teriam surgido em todo o continente (RIBEIRO, 1983, p.206):

Assim, ao lado do branco, chamado a exercer os papéis de chefia da empresa; do negro, nela engajado como escravo; do índio, também escravizado ou tratado como mero obstáculo a erradicar, foi surgindo uma população mestiça que fundia aquelas matrizes raciais e culturais nas mais variadas proporções (RIBEIRO, 1975, p.28).

Seriam exemplificados pelo Brasil, pelo Paraguai, pela Venezuela e pela Colômbia, pelos chilenos e pelos antilhanos, uma parte da América Central e do Sul dos Estados Unidos (RIBEIRO, 1975, p.27): “*povos sem um passado vetusto a cultuar, abertos para o futuro que estão construindo*” (RIBEIRO, 1997a, p.504). Portanto, a designação “*Povos-Novos*”, de acordo com Darcy Ribeiro, teria sido dada:

... em atenção à sua característica fundamental de *specia novae*, enquanto entidades étnicas distintas de suas matrizes formadoras e porque representam antecipação do que virão a ser, provavelmente, os grupos humanos de um futuro remoto: cada vez mais mestiçados e uniformizados e, desse modo, homogeneizados racial e culturalmente (RIBEIRO, 1975, p.27).

Nenhum constituindo uma nacionalidade multiétnica, “*em todos os casos, seu processo de formação foi suficientemente violento para compelir a fusão das matrizes originais em novas unidades homogêneas*” (RIBEIRO, 1983, p.92). Porém, embora cada vez mais uniformizados e homogeneizados pela mistura de diferentes culturas, em cada

região, “de acordo com as condições de vida que lhes eram oferecidas pelo patrimônio cultural que melhor se ajustava às suas condições de vida” (RIBEIRO, 1975, p.28), os “Povos Novos” se “transfiguraram” de maneiras diferentes em cada área em que se desenvolveram (RIBEIRO, 1983, p.206):

Como populações plasmadas pela amalgamação biológica e pela aculturação de etnias díspares dentro de um enquadramento escravocrata e fazendeiro, são *Povos-Novos* os brasileiros, os venezuelanos, os colombianos, os antilhanos, uma parte da população da América Central e do Sul dos Estados Unidos. Os dois últimos, experimentando o mesmo processo formativo, configuram-se também como *Povos-Novos*, embora os centro-americanos se singularizem por uma presença maior de conteúdos culturais indígenas, e a região sulina norte-americana se descaracterizasse, posteriormente, porque, não tendo conseguido estruturar-se como nação, foi compelida a sobreviver como corpo estranho dentro de uma formação de *Povo-Tranplantado*. Foram *Povos-Novos* do mesmo tipo destes últimos, embora mais tarde etnicamente transfigurados por um processo de sucessão ecológica que os europeizou maciçamente, o Uruguai e a Argentina (RIBEIRO, 1975, p.27).

Essa derivação de *Povos-Novos* a *Povos-Transplantados* do Sul dos Estados Unidos, do Uruguai e da Argentina, por processos bem diferentes obviamente, poderá ser bem explicada quando se falar de *Povos-Transplantados*. O mais importante, por hora, é compreender o que aproxima e o que diferencia a todos os *Povos Novos* dentro desta designação. E há a sugestão de que o elemento definidor da *Configuração Histórico Cultural* dos mesmos seja, em primeiro lugar, o tipo de ação imprimida pelos europeus em seu caldeamento com africanos e indígenas, bem como o tipo de sociedade que entre os *Povos Novos*, de maneira geral, se conformou:

Deparamos com o surgimento de Povos-Novos pela conjunção e amalgamação de etnias originalmente muito diferenciadas, sob condições de domínio despótico por parte de agentes coloniais de sociedades mais desenvolvidas (...) capazes de conquistar e dinamizar sociedades (...) e de integrá-las em corpos imperiais e em sistemas mercantis internacionais (...). Os *Povos-Novos* das Américas são, também, o resultado de formas específicas de dominação e de organização produtiva sob condições de extrema opressão social e deculturação compulsória que, embora exercidas em outras épocas e em distintas áreas do mundo, alcançaram na América colonial a mais ampla e a mais rigorosa aplicação. Tais foram, em primeiro lugar, a colonização européia do Novo Mundo, mediante a escravidão utilizada como processo capitalista-mercantil de aliciamento de mão-de-obra de povos tribais, africanos e aborígenes, para a produção agrária e a exploração mineral. Em segundo lugar, a implantação da *fazenda* como instituição social básica e como modelo de organização empresarial capitalista que reunindo o domínio da terra e o

monopólio da força de trabalho, permitia produzir artigos destinados ao mercado mundial, a fim de obter lucros pecuniários (RIBEIRO, 1983, p.206-7).

Para Darcy Ribeiro, o modelo ou tipo de sociedade característica da relação metrópole-colônia dos *Povos-Novos* se conformaria em torno da, ou baseado na, fazenda:

Na sua forma escravocrata e, depois, “livre”, a fazenda tem sido a instituição básica conformadora do perfil dos *Povos-Novos*. Dento do seu condicionamento é que se modelaram a família, a religiosidade, a nação mesma, como projeção de sua estrutura elementar sobre a ordenação legal do Estado, e do seu papel hegemônico sobre os poderes públicos. Modeladora básica da sociedade, a fazenda se imprimiu tanto nos descendentes dos que nela mourejavam como escravos ou como força de trabalho livre, quanto sobre as camadas dominantes, rurais e urbanas, deformados todos pelo espírito autocrático-paternalista, pelos gestos senhoriais, pela discriminação racial e social (RIBEIRO, 1975, p.29).

O mesmo modelo básico serviu para abrir grandes monoculturas de cana e de fábricas de açúcar; para organizar as grandes plantações de algodão, de café, de tabaco, de cacau, de bananas, abacaxis e outros produtos; primeiramente, dentro do regime escravocrata e, após a abolição, com trabalhadores livres. Foi também empregado com as necessárias adaptações, à criação extensiva de gado com objetivos comerciais e até ao extrativismo vegetal. Estas formas diferenciadas do modelo de fazenda tinham de comum o domínio do território onde operavam e o controle de um contingente humano posto a serviço da empresa, sem qualquer respeito por seus costumes ou aspirações que se pudessem opor aos imperativos da produção e do lucro. Todas tinham também, como dominador comum, o seu caráter de instituição mercantil que permitia vincular as colônias às economias metropolitanas (RIBEIRO, 1983, p.207).

Assim, para além de um princípio de modelação da sociedade, e da dinâmica da relação metrópole-colônia, de modo mais próximo aos senhores e escravos, as fazendas modelaram também todo o cotidiano dos mesmos:

Em certo sentido, a fazenda colonial se antecipa á fábrica moderna, por suas características de concentração de trabalhadores, sob o comando patronal do proprietário dos meios de produção, visando à apropriação do produto do seu trabalho. Era, contudo, uma “fábrica” esdrúxula, porque rural e escravocrata e, por isso, capacitada a isolar os que nela estavam internados, configurando comunidades atípicas, cujo ritmo de trabalho e de lazer, cujos costumes, cujas crenças, cuja organização familiar, cuja vida interna se sujeitavam à intervenção dominadora de uma vontade estranha (RIBEIRO, 1983, p.207).

A “*vontade estranha*” a que Darcy Ribeiro se refere, com toda a “*intervenção dominadora*” a ela atribuída, era personificada pela “*classe senhorial*”, ou “*patronal*”:

Na fazenda, sob o regime escravista, não havia lugar para o pai de família em relação à companheira e aos filhos, também peças pertencentes ao amo e não a ele. Ainda hoje, não cabe ao cidadão, porque a pátria é a fazenda para quem nasce e vive nos limites dos seus cercados. Entre a fazenda e o mundo exterior – dos negócios, da sociedade, da nação, da religião – só cabe um mediador, que é o fazendeiro, com seus papéis de patrão, de padrinho, de protetor, de chefe político e de empresário (RIBEIRO, 1983, p.207-8).

Mas para Darcy Ribeiro, apesar de existir um princípio de integração social regida pelos senhores fazendeiros, havia também um princípio de diferenciação social muito marcado, em que “*a própria classe dominante das sociedades configuradas como Povos-Novos, sob a égide do sistema de fazendas se formou, por isto, mais como um corpo gerencial de um empreendimento econômico europeu do que a cúpula de uma sociedade autêntica*” (RIBEIRO, 1975, p.31). E complementa, dizendo que essa “*cúpula social*”:

só muito lentamente se capacitou para assumir à sociedade inteira, transformada em nacionalidade, uma ordenação oligárquica fundada no monopólio da terra que asseguraria a preservação do seu papel reitor e a conscrição do povo como força de trabalho, servil ou livre, posta a serviço de seus privilégios (RIBEIRO, 1975, p.31).

Nessa divisão, “*elite dirigente patronal*” e “*classes subalternas proletárias*”, se definiria, de fato, a dinâmica de interação dos diferentes elementos que comporiam a “*estratificação social*” dos *Povos-Novos*:

A oposição natural e irredutível entre os interesses patronais que visam extrair o máximo de lucro da empresa e os “*proletários*” que buscam obter uma parcela maior dos valores que criam, se restringe, dentro da fazenda tradicional, a limites extremos. Nestas condições, o trabalhador só pode diminuir seu ritmo de trabalho para desgastar-se menos rapidamente, ou fugir pra ser caçado, se se trata de um escravo, ou ainda, procurar outra fazenda de regime equivalente, quando cai numa dessas formas espúrias de assalariamento que sucederam à escravidão (RIBEIRO, 1983, p.207).

Essa divisão social marcaria toda e qualquer reforma no modo de organização social que da estrutura baseada na fazenda viria no futuro a se desenvolver:

Implantadas sobre uma sociedade assim estruturada, as instituições republicanas se conformaram como um simulacro de autogoverno popular incapaz de disfarçar o caráter efetivamente oligárquico do poder que se esconde atrás da aparatosidade democrático-representativa. A própria revolução industrial, operando sobre tal contexto, encontra resistências que desfiguram todas as suas potencialidades de reordenação social. Estas resistências decorrem do caráter exógeno da economia de fazendas, estruturada antes para atender a necessidades alheias do que às da população nela engajada (RIBEIRO, 1975, p.31).

Considerados, em primeiro lugar o modo como derivaram em processos civilizatórios de atualização histórica operado pelos europeus sobre todos os *Povos-Novos* de modo a integrar etnias europeias, indígenas e africanas, e em segundo, definindo um modo de organização social baseado na “fazenda” e com um processo de estratificação social a opor “*elites dirigentes patronais*” e “*classes subalternas proletárias*”, definindo assim as características fundamentais dos povos enquadráveis na designação que corresponde à *Configuração Histórico-Cultural* em questão, o que resta, ainda, é definir, de que modo todos esses povos se diferenciam, e que na visão de Darcy Ribeiro, ocorreria de acordo com “*três ordens de variáveis, correspondentes à predominância das matrizes européias, africanas e americanas que se conjugaram para constituí-los*” (RIBEIRO, 1983, p.209).

No primeiro caso, opõem-se os diversos povos europeus que promoveram a colonização das Américas, principalmente, no que contrasta os colonizadores latinos dos demais; o que implicaria, na visão de Darcy Ribeiro, como já visto, em diferenças “*irrelevantes com respeito ao processo de formação dos Povos-Novos, em face do poder uniformizador do dominador comum representado pelo escravismo e pelo sistema de plantation que presidiu a atuação de todos os colonizadores*” (RIBEIRO, 1983, p.209).

É certo que a maior maturidade institucional e econômica como formação capitalista dos colonizadores não latinos acrescentou coloridos distintos a certas áreas. Mas não chegou a diferenciá-las tão substancialmente que pudesse infundir características peculiares às etnias nacionais resultantes (RIBEIRO, 1975, p.32).

O que de fato diferenciaria os *Povos-Novos* de matrizes culturais predominantemente europeias seriam, justamente, as diferentes matrizes culturais europeias, específicas, agentes da colonização. De modo mais claro:

Os poderes de dominação exercido pelos agentes europeus da colonização dos *Povos-Novos* fizeram de cada unidade, linguisticamente, luso-americanas, hispano-americanas, franco-americanas, anglo-americanas, batavo-americanas e as aculturou segundo tradições católicas ou protestantes, no espírito dos corpos de instituições, de costumes e hábitos prevaletentes na metrópole colonial. Estas diferenças altamente significativas para a compreensão das entidades nacionais em suas singularidades são, contudo, irrelevantes na construção de modelos mais gerais e explicativos. Sua importância maior está no seu caráter de enquadramentos culturais gerais, qualificadores da ação de cada contingente europeu. Sobre estes fatores culturais diferenciadores prevaleceram, porém, os sócio-econômicos, condicionadores da subjugação e da conformação das populações americanas, através da colonização escravista que as configurou como *Povos-Novos* (RIBEIRO, 1975, p.32).

A segunda variante, referente à matriz indígena, de acordo com Darcy Ribeiro, constituiria o segundo dos dois elementos básicos e fundamentais do processo de formação de células de “*adaptação ecológica dos primeiros núcleos americanos*” (RIBEIRO, 1983, p.210), surgidos, ou formados, da “*miscigenação e deculturação de contingentes europeus e aborígenes*” (RIBEIRO, 1975, p.37).

Estas células elementares nasceram híbridas porque mestiças e porque herdeiras do patrimônio cultural indígena na sua forma de adaptação ao meio; e do europeu por sua estruturação como núcleos vinculados a sociedades mercantis distantes, das quais receberam elementos culturais e a cuja ordenação social tiveram de ajustar-se (RIBEIRO, 1975, p.37).

Essa dinâmica de integração cultural fica mais clara quando, em diferentes momentos, o autor ressalta os processos de interação entre povos indígenas e europeus:

Apesar de rapidamente exterminados pelo contágio de enfermidades antes desconhecidas e pela escravização, estes povos tribais deram às populações que os sucederam as formas fundamentais de provimento da subsistência que lhes permitiram sobreviver nos trópicos (RIBEIRO, 1975, p.35).

Em todas as regiões a configuração cultural primitiva em que predominava a contribuição indígena sofreu posteriormente profundas transformações pela introdução de elementos culturais europeus ou africanos e pela especialização econômica como áreas de plantações de produtos tropicais e de pastoreio comercial (RIBEIRO, 1983, p.210).

Todos os grupos indígenas transmitiram alguns traços do seu patrimônio cultural às novas etnias nacionais, que floresceram em seus territórios, integradas principalmente por mestiços de índias com europeus. Neste processo, também naquelas áreas surgiram etnias neo-americanas resultantes da multiplicação de

protocélulas culturais formadas pela fusão de elementos indígenas com europeus (RIBEIRO, 1975, p.211).

O autor chega a detalhar as grandes matrizes culturais indígenas em cada lugar do “*Novo Mundo*” que sofreram o impacto da chegada do europeu:

Na costa do Pacífico, os espanhóis defrontaram-se ao Sul, com vários grupos indígenas dentre os quais se destacam os *Araucanos*, sobre cujas primeiras aldeias subjugadas se plasmou o chileno moderno. Na Venezuela e na Colômbia, bem como na América Central, os espanhóis depararam com os *Chica* os *Timote* e as confederações, *Fincenú*, *Pancenú* e *Cenufaná*; com os *Cuna* (Panamá), os *Jicaque* (Nicaragua) e alguns outros (RIBEIRO, 1975, p.35-6).

Assim, seria possível também, definir o modo como cada um derivou nas sociedades americanas que hoje conhecemos: “*Configuraram, no Sul, os chilenos e, no Noroeste, os venezuelanos e colombianos, bem como os panamenhos e nicaragüenses, na América Central, plasmando a todos eles como Povos-Novos*” (RIBEIRO, 1983, p.211). Destes,

...só os paraguaios e, em escala menor, os brasileiros, conservam, ainda hoje, nítidos traços lingüísticos e culturais resultantes da herança indígena Tupi-Guarani que, por sua distribuição espacial pré-colombiana e por sua uniformidade cultural pré-configuraram o que viriam a ser as etnias nacionais da costa atlântica da América do Sul (RIBEIRO, 1983, p.210).

E como o processo, que dentro dessa perspectiva de interação entre indígenas e europeus, na dinâmica de deculturações e integrações recíprocas já acima descritas, pode, de acordo com o autor, ser tomado como elemento que a todos identifica, seria ainda importante e indispensável, com relação à segunda ordem de variantes dos *Povos-Novos*:

[...] reportar ao papel conformador das matrizes indígenas em suas diversas variantes, para compreender as singularidades que os distinguem como variantes dos *Povos-Novos* e os contrapõem aos *Povos-Testemunho* e aos *Povos-Transplantados* das Américas (RIBEIRO, 1975, p.36).

O que não pode ser feito sem considerar em conjunto a participação do terceiro elemento constitutivo dos *Povos-Novos*, e tomado como, com relação à sua predominância em determinadas áreas, como uma “*terceira ordem de variáveis*” de diferenciação dos povos que constituem essa *Configuração Histórico-Cultural*, a

determinada predominantemente pela participação da matriz africana, que, nas palavras de Darcy Ribeiro: “*enquanto negros e mulatos, constituiriam um dos maiores contingentes da população dos Povos-Novos, avaliado em cerca da metade do total*”, além de contar com “*parcelas ponderáveis dos habitantes da América do Norte*” (RIBEIRO, 1983, p.215). E prossegue:

Constituem, igualmente, a parte da população que mais tende a crescer e, por isso mesmo, a que dará o colorido futuro dos povos latino-americanos como “gente de cor”. Ao contrário das etnias indígenas contemporâneas, em grande parte inassimiladas, todo este contingente negro e mulato foi deculturado de seu patrimônio original e engajado nas novas formações americanas (RIBEIRO, 1975, p.33).

Apesar de em diferentes momentos destacar a importância da diversidade de tribos africanas que foram trasladadas da África para participar da conformação de um “*Povo-Novo*” do outro lado do Oceano Atlântico (Cf. RIBEIRO, 1995b), Darcy Ribeiro destaca que:

... é mais significativa a presença e a proporção dos seus contingentes integrados em cada população neo-americana do que a variação cultural dos diversos grupos tribais negros trazidos à América. Isto porque a deculturação, sob condições da escravidão, deixou pouca margem para a impressão de traços culturais específicos dos povos africanos nas etnias nacionais modernas das Américas. Apenas no terreno religioso são assinaláveis suas contribuições. Mesmo estas, impregnadas de sincretismo, são mais expressivas do protesto do negro contra a opressão a que é submetido, do que da preservação de corpos originais de crenças (RIBEIRO, 1975, p.32).

Considerando, portanto, estas trasladações de diferentes contingentes negros, da África para as Américas, como um empreendimento comum, Darcy Ribeiro diria:

A destribalização do negro e sua fusão nas sociedades neo-americanas constituiu um dos mais poderosos movimentos de população e o mais dramático processo de deculturação da história humana. Para efetuá-lo, o europeu arrancou da África, em quatro séculos, mais de 100 milhões de negros vitimando cerca da metade no apresamento e na travessia oceânica, mas conduzindo a outra metade para as feitorias americanas onde prosseguiu o desgaste (RIBEIRO, 1975, p.32-3).

Relacionando essas duas grandes matrizes, a indígena e a africana, Darcy Ribeiro diz que nesse grande processo de homogeneização dos *Povos-Novos* por meio da

miscigenação, hibridização, por processos progressivos de interações deculturativas recíprocas, o que os aproximaria ou diferenciaria seria, como já dito, a predominância de uma em relação à outra:

As duas modalidades de estruturação dos *Povos-Novos* construídos principalmente com mão-de-obra escrava trazida da África distinguiam-se, assim, pela presença ou ausência daquela célula cultural índio-européia, que imprimiu as marcas distintivas das variantes dos *Povos-Novos* do Brasil, da Nova Granada, das Antilhas espanholas em oposição às outras formações antilhanas e do Sul dos Estados Unidos. Todas elas têm, porém, de comum o que receberam os seus povos da matriz africana e as uniformidades impressas pelas compulsões comuns que sofreram do sistema de fazenda e do escravismo. Ambos representam o resultado de um dos maiores empreendimentos mercantis da história, aquele que permitiu generalizar em todo o mundo o uso do açúcar, das vestimentas de algodão, do tabaco, do café, do cacau e, mais tarde, de muitos outros produtos. Com ela, também, é que foram exploradas muitas das minas das Américas e edificadas as cidades de todas as nações conformadas como *Povos-Novos* (RIBEIRO, 1975, p.38-9).

Após diferenciar os diferentes tipos de “*Povos-Novos*” presentes nas diferentes “*Configurações Histórico-Culturais dos povos Americanos*”, Darcy Ribeiro tenta novamente os reaproximar:

Os traços comuns a todas estas nações e enclaves, que as caracterizam como *Povos-Novos*, não se revelam apenas no seu processo formativo. Manifestam-se também, nos seus perfis atuais e nos problemas de amadurecimento étnico-nacional e de desenvolvimento sócio-econômico com que se defrontam. Manifestam-se, sobretudo, pelo seu desatrelamento de qualquer tradição arcaica, que permitiu configurar as parcelas mais atrasadas de suas populações como componentes marginais de tipo diverso daquele que encontramos nos *Povos-Testemunho*, porque marginalizados antes social do que culturalmente (RIBEIRO, 1983, p.212).

Na origem desse processo de diferenciação social não baseado em fatores predominantemente culturais, como aconteceu com os *Povos-Testemunho*, a categoria de *Povos-Novos*, em cuja formação representaram papel fundamental a miscigenação de índios e europeus no plano cultural, não pode perder de vista o já mencionado sistema de fazendas, e no seu seio existência da escravidão africana, com tudo ao que ela diz respeito. De modo mais claro, nas palavras do próprio autor, em diferentes momentos:

A categoria de *Povos-Novos*, em cuja formação representaram papel fundamental a escravidão africana e o sistema de fazendas, conformou-se segundo dois padrões básicos. O primeiro deles tem de singular a situação em que foram geradas suas primeiras células étnicas – a antes da chegada do negro – pela miscigenação e deculturação de contingentes europeus e aborígenes. Estas células elementares nasceram híbridas porque mestiças e porque herdeiras do patrimônio cultural indígena na sua forma de adaptação ao meio; e do europeu, por suas estruturações como núcleos vinculados a sociedades mercantis das quais receberam muitos elementos culturais e a cuja ordenação social tiveram de ajustar-se (RIBEIRO, 1983, p.212).

Poucas décadas após a localização de europeus em cada área americana, estas protocélulas já se haviam cristalizado na forma de uma configuração cultural nova, já não indígena, nem européia. Multiplicando-se por cissiparidade, permitiam ocupar amplos espaços, formando uma primeira matriz que se transformaria, com o tempo, pela especialização em diversos tipos de produção, e pelo ingresso dos contingentes negros. Assim cresceram, vinculados à terra pela herança indígena e ao mundo exterior pelas formas mercantis que viabilizaram seu desenvolvimento como “proletariado externo” de centros reitores europeus. Desenvolveram-se como resultado de projetos exógenos, devotados a atividades agro industriais de exportação, como os engenhos de açúcar; mineradoras, como a extração de metais preciosos; extrativistas, na recoleta de produtos florestais; e, ainda, pastoris, com a introdução do gado. Estas protocélulas índio-americanas, como primeiras cristalizações culturais dos *Povos-Novos*, absorvendo os contingentes negros e brancos chegados mais tarde é que presidiram à aculturação de ambas, chamando-os a integrar-se nas suas formas de vida, como o modo de ser das sociedades neo-americanas (RIBEIRO, 1975, p.37).

O final do trecho se refere à importância do papel do “negro” e do “europeu chagado mais tarde” na configuração dos *Povos-Novos*. Com relação ao primeiro, é possível complementar que, na conformação de suas sociedades:

[...] o negro contribuiu duplamente. Primeiro, como mercadoria, uma vez que o tráfico negreiro se constituiu, durante séculos, num dos maiores negócios do mundo. Segundo, como força de trabalho que produziu as safras das fazendas e os minérios americanos, cuja comercialização possibilitou aquele fantástico acúmulo de capitais, para a dissipação e para a aplicação produtiva. O rápido amadurecimento do capitalismo mercantil bem como o alto ritmo de aceleração evolutiva experimentado pelos países pioneiros da Revolução Industrial só se tornaram possíveis graças à contribuição deste vasto “proletariado externo”, cujo consumo era comprimido até o limite biológico para produzir o máximo de excedentes (RIBEIRO, 1983, p.214).

A contribuição da mão-de-obra escrava africana excedeu, de muito estes elementos. Dela resultaram duas outras ordens de efeitos, de vital importância para a compreensão do mundo moderno. Em primeiro lugar, a contribuição

provavelmente maior para a acumulação de capitais posteriormente investidos na Europa, para a construção das suas cidades, o armamento dos seus exércitos e, mais tarde, para a implantação de parques industriais (RIBEIRO, 1975, p.39).

Os negros passaram a ser vistos, assim, de acordo com Darcy Ribeiro, como um “*subproduto de empresas capitalistas que importavam combustível humano, na forma de negros escravos, para gastar nas plantações*”, com suas “*fazendas, dirigidas por capatazes*”, “*eficientemente capitalistas*”, que “*alcançaram maior eficácia no rendimento de cada peça*” (RIBEIRO, 1975, p.38, passim). E complementa:

Lançados nesses currais humanos, o negro tribal não tinha condições de conservar sua língua e sua cultura, nem de integrar-se numa protocultura já cristalizada que facilitasse sua adaptação à terra nova. Sua aculturação consistiu, assim, num esforço por imitar a fala e as idéias de seus capatazes; em comer o que lhe destinavam; e, sobretudo, em adestrar-se nas singelas tarefas produtivas das fazendas e das minas (RIBEIRO, 1975, p.38).

Com relação ao aspecto do processo de “*integração social*” do o elemento africano nas diferentes sociedades enquadráveis na designação de *Povos-Novos*:

[...] acima da diferença entre citadinos e rurícolas e até mesmo a de ricos e pobres, passaram a ressaltar as reações fundadas na escravidão que opunham os homens livres aos escravos. Separadas por este distanciamento social, as relações humanas impregnaram-se das vicissitudes de uma coexistência desigualitária que bipartia a condição humana numa categoria superior de “gente” oposta a outra de “bichos”: a primeira com todos os direitos, a última somente com os deveres. Muito da discriminação racial e social que ainda hoje padecem os povos americanos tem suas raízes nesta bipartição que fixou, tanto nos brancos quanto nos negros e seus mestiços, rancores, reservas, temores e ascos até agora não erradicados. Seu efeito mais dramático foi a introjeção no negro de uma consciência alienada de sua subjugação, aurida da visão do branco, e que associa à cor negra a noção de sujo e de inferior, explicando e justificando por ela, e não pela exploração, a inferioridade social do negro (RIBEIRO, 1975, p.33).

Distinção cultural e social que se reproduziu com o passar do tempo:

Incorporados, originalmente, às suas sociedades como escravos, os negros emergiram para liberdade como a parcela mais pobre e mais ignorante, incapaz de integrar-se maciçamente nos modos de vida modernos, concentrando-se nas camadas mais marginalizadas, social e politicamente da vida nacional. A miscigenação, atuando ao longo dos séculos, fez das camadas mestiças de negros e brancos uma das matrizes genéticas fundamentais das populações neo-americanas.

Mas, simultaneamente as condenou, enquanto “mulatos”, condições de discriminação apenas mais brandos do que as que pesaram sobre os negros, não lhes ensejando canais de ascensão e de integração social correspondentes àqueles que foram dados aos outros estratos. A erradicação destas discriminações e preconceitos não é um problema do contingente negro e mulato, mas um dos desafios fundamentais das sociedades neo-americanas que, só pela integração de todas as duas matrizes e pela franca aceitação de sua própria imagem mestiça, preencherão as condições mínimas para chegarem a ser povos autônomos e culturas autênticas (RIBEIRO, 1983, p.215).

A exclusão social do elemento “africano” nos *Povos-Novos*, seria ainda intensificada pela reinserção do elemento europeu no bojo de suas diferentes sociedades:

Em algumas sociedades classificadas como *Povos-Novos* encontramos intrusões de contingentes imigrantes transplantados da Europa e da Ásia no século passado. Em certos casos, eles estão ilhados em determinadas regiões às quais emprestam característica peculiares, como a zona européia do Sul do Brasil, algumas áreas da América Central ou do Chile. Em outros casos se dispersam em meio à população nacional só sendo distinguíveis dela pelas marcas raciais que conduzem, como os diversos contingente centro e norte-europeus, os japoneses, chineses e indianos do Brasil, do Peru, e do Caribe respectivamente (RIBEIRO, 1975, p.40-1).

De acordo com Darcy Ribeiro, “*uma grande parcela dos imigrantes destes contingentes, principalmente os europeus: exerceu um papel dinamizador da maior importância na modernização tecnológica, social e política dos Povos-Novos*” (RIBEIRO, 1975, p.40). E complementa:

Habilitava-os para o exercício deste papel uma série de características decorrentes de serem oriundos de sociedades mais desenvolvidas a cujos níveis de tecnificação e de aspiração estavam ajustados. Em conseqüência, destaca-se como uma de suas características a de serem contingentes com mais alta qualificação profissional que as populações locais. Em geral, incluíam certa proporção de artesãos capacitados a criar pequenas oficinas – algumas das quais se tornariam fábricas – ou para trabalhar nas tarefas de modernização tecnológica, como a instalação de ferrovias, portos etc (RIBEIRO, 1975, p.40-1).

Para Darcy Ribeiro, outros fatores contribuía também para o desempenho desse “papel dinamizador” pelos imigrantes; quais sejam:

- o fato de manterem vínculos culturais com sociedades mais adiantadas, de cujo progresso industrial se podiam informar mais facilmente, e a cujas aspirações de educação escolar eles eram também mais sensíveis que as populações locais, encontrando, assim, canais especiais de ascensão social.

- em razão de terem uma ampla pauta de consumo que incluía diversos artigos industriais, infligindo, com isso, para alargar o mercado nacional e pela difusão de novos hábitos de consumo.
- por sua adaptação prévia a formas mais avançadas de organização do trabalho, fundadas no assalariado e na sua capacidade de aceitar encargos de trabalho manual recusados pelas parcelas brancas das populações locais por serem tidos como próprios de escravos.
- por sua atitude de “estranhos” desobrigados das responsabilidades sociais tradicionais, as quais, acrescidas às suas habilitações intelectuais e técnicas, os tornavam capazes de explorar oportunidades de enriquecimento não perceptíveis ou não aceitáveis para os trabalhadores locais.
- pela capacidade da maioria destes contingentes de se integrarem nas novas sociedades sem constituírem quistos étnicos inassimiláveis (RIBEIRO, 1975, p.41).

Considerando, ainda, a participação dos imigrantes na conformação dos *Povos-Novos*, para o autor, se por um lado, ao se inserirem entre os trabalhadores rurais e urbanos, modificaram a relação entre, as “classes dirigentes” e as “trabalhadoras”, por outro, com relação à camada trabalhadora anteriormente existente, não mudariam em nada o modo de a sociedade se dividir:

A massa de imigrantes europeus e asiáticos era, em geral, maleável à assimilação por sua própria atitude integracionista. Queriam fundar na América um novo lar, dentro de uma sociedade mais promissora do que aquela que deixaram para trás, porque distanciada das guerras, da humilhação e da opressão que experimentaram. Não traziam, também, uma ideologia remarcada, mesmo porque as nacionalidades européias modernas emergiram à época daquelas migrações maciças. Eram antes gente de sua província e religião, freqüentemente tão opostos aos seus co-nacionais de outros cultos e dialetos, e às vezes até mais do que a gente de outras nacionalidades. (...) Vinham dispostos a engajar-se na hierarquia ocupacional, situando-se conscientemente na camada trabalhadora, aceitando disciplinadamente o comando patronal, procurando demonstrar sua eficácia e aspirando, essencialmente, a tornarem-se granjeiros ou proprietários urbanos. Eram, porém, altivos diante de qualquer abuso, sobretudo frente às sobrevivências do trato escravocrata, que impregnavam todas as relações de trabalho. Contribuíam, assim, para a fixação de um perfil novo de trabalhador mais independente e mais altivo em face do patronato e capacitado a estabelecer relações contratuais antes que paternalísticas (RIBEIRO, 1983, p.216-7).

... se deve assinalar que eles contribuíram também para retardar a integração dos antigos estratos nas sociedades nacionais. Tal como ocorreu tanto com as camadas de brancos e mestiços pobres que lutavam pela ascensão à condição de granjeiros e por isto resistiam à sua incorporação no sistema de fazendas como força de trabalho assalariada. E com os estratos negros de ex-escravos que procuravam ascender à condição de proletários. Ambos foram marginalizados pela competição da mão-de-obra barata exportada maciçamente da Europa e, depois, do Oriente, à

medida que as respectivas estruturas agrárias eram renovadas pela expansão do capitalismo industrial. Em todas as nações de *Povos-Novos* se encontram, por isso, vastas massas camponesas que não experimentaram qualquer progresso assinalável no período em que um alude migratório se implantou, absorvendo a maioria das possibilidades de ascensão social (RIBEIRO, 1975, p.41).

E se não contribuíram em nada no modo de a sociedade se dividir, operaram, ainda, pelo contrário, no sentido de reafirmar a antiga divisão “de classes”:

Nos primeiros tempos, não se envolviam na vida política nem tinham lugar nela. Mais tarde, os que alcançaram maior sucesso econômico ingressaram na camada patronal e, por via desta ascensão, tiveram acesso à vida político-partidária. A massa, porém, inclinava-se a conduzir-se como classe trabalhadora, não se identificando ideologicamente com o liberalismo formal das oligarquias locais. (...) Os que se fixaram no campo, criando áreas granjeiras, fizeram-se cada vez mais conservadores, sobretudo os de tradição católica, que nem chegaram a alfabetizar-se. Aqueles que se dirigiram às cidades atuaram predominantemente como força política de esquerda e, também aqui, como fator de modernização institucional (RIBEIRO, 1983, p.217).

O que não significa que os imigrantes tenham conseguido de fato se integrar no padrão de comportamento das classes dirigentes já existentes. Na prática, grande parte conseguiu apenas, de fato, se inserir no corpo da grande massa proletária dos campos e das cidades:

Depois da primeira guerra mundial, a intensificação do processo de industrialização de modernização reflexa da América Latina ensejaram uma grande ampliação das camadas assalariadas urbanas. Os descendentes de imigrantes, que não conseguiram ascender à condição de proprietário, foram maciçamente incorporados ao proletariado industrial e às novas camadas de empregados burocráticos como a “aristocracia” do estrato assalariado. A partir daí, passaram a viver o destino desse estrato, vendo-se integrados à ordem política através de processos heterodoxos, como a identificação com lideranças autocráticas, populistas ou reformistas. Em qualquer caso, porém, como uma força eleitoral antipatrimonial e antioligárquica (RIBEIRO, 1983, p.218).

Sobre seu processo de formação, portanto, em linhas gerais, do ponto de vista político-social, poucas décadas depois de inaugurados os empreendimentos coloniais-escravistas nas Américas, a nova população, nascida e integrada nas plantações e nas minas, “já não era europeia, nem africana, nem indígena, mas configurava protocélulas de um novo corpo étnico” (RIBEIRO, 1975, p.29):

Os *Povos-Novos* surgiram hierarquizados como *Povos-Testemunho* pela enorme distância social que separava a sua camada senhorial de fazendeiros, mineradores, comerciantes, funcionários coloniais e clérigos da massa escrava engajada na produção. Sua classe dominante não se fez, porém, uma aristocracia estrangeira reitora do processo de europeização, mesmo porque não encontrou uma antiga camada nobre e letrada para substituir e implantar, nem uma camada subalterna local já condicionada à exploração. Eram rudes empresários, senhores de suas terras e de seus escravos, forçados a viver junto a seu negócio e a dirigi-lo pessoalmente com a ajuda de uma pequena camada intermédia de técnicos, capatazes e sacerdotes. Onde a empresa prosperou muito, como nas zonas açucareiras e mineradoras do Brasil e das Antilhas, puderam dar-se ao luxo de residências senhoriais e tiveram de alagar a camada intermédia, tanto dos engenhos como das vilas costeiras, incumbida do comércio com o exterior. Estas vilas, se fizeram cidades, exprimindo principalmente nos templos a sua opulência econômica, com menos galas do que alcançara a aristocracia dos *Povos-Testemunho*, mas com muito mais brilho e “civilização” do que os *Povos-Transplantados* (RIBEIRO, 1975, p.41-2).

Em resumo, teriam assim se diferenciado os *Povos-Novos* da seguinte maneira:

Situados todos na América Latina, diferenciam-se em três grandes blocos. Primeiro, os 120 milhões de chilenos, brasileiros e paraguaios, que, em conjunto formam o grupo mais populoso. Os dois primeiros contam com uma industrialização avançada e diversificada, que lhes assegura certas condições de desenvolvimento independente. Mas o fazem com fins e meios militares, buscam a prosperidade das grandes empresas, predominantemente estrangeiras, e de uma estreitíssima classe dominante que concentra o poder e a riqueza. O Chile, orientado entre 1970 e 1973, a um socialismo evolutivo, buscou alcançar um progresso generalizável a toda a população dentro de um regime parlamentar pluripartidário, mas foi derrotado. Segundo, os povos das Nova Granada, integrada pela Colômbia, pela Venezuela e pelas Guianas, de economias profundamente deformadas pela intervenção das grandes corporações monopolistas norte americanas e pela hegemonia da velhas classes dominantes de composição patronal-oligárquica, patronal-parasitária e patricial-burocrática, mancomunadas todas para perpetuar o atraso e assim, salvaguardar seus interesses minoritários. Todos estes países têm como problema básico a emancipação deste duplo domínio para alcançar o desenvolvimento. Terceiro, os 23 milhões de antilhanos, também polarizados entre dois modelos de ordenação econômica e social: o socialista cubano e o imperialista norte-americano; mais proibidos pelo veto deste último de deliberar sobre o caminho que mais convém a seus povos (RIBEIRO, 1983, p.540-1).

Na sua forma acabada, de acordo com Darcy Ribeiro, o resultado da “*seleção de qualidades raciais e culturais das matrizes formadoras que melhor se ajustaram às condições que lhes eram impostas*”; “*do seu esforço de adaptação ao meio, bem como da*

força de compulsão do sistema sócio-econômico em que se inseriram” (RIBEIRO, 1975, p.42). O papel decisivo em sua formação foi representado pela escravidão que, operando como força destribalizadora, desgarrava as novas criaturas das tradições ancestrais para transformá-las no subproletariado da sociedade nascente: “Nesse sentido, os Povos-Novos são o produto, tanto da deculturação redutora de seus patrimônios tribais, indígena e africano, quanto da deculturação seletiva desses patrimônios e da sua própria criatividade face ao novo meio” (RIBEIRO, 1975, p.42).

Crescendo vegetativamente e pela incorporação de novos contingentes aquelas protocélulas foram conformando os *Povos-Novos* que, aos poucos tomam consciência de sua especificidade e acabam por constituir-se em novas configurações culturais e, por fim, em etnias aspirantes à autonomia nacional (RIBEIRO, 1975, p.29).

O processo de integração compulsória, a que foram submetidos, deculturou-os drasticamente, conformando-os como massas propensas à mudança e, por isso mesmo, menos conservatistas e mais flexíveis. Mesmo as camadas mais humildes destes povos são, por isto, antes atrasada que conservadoras e, como tal, mais aberta às inovações (RIBEIRO, 1975, p.37).

Desvinculados de suas matrizes americanas, africanas e européias, desatrelados de suas tradições culturais, configuram, hoje, povos em disponibilidade, condenados a integrar-se na civilização industrial como gente que só tem futuro no futuro do homem. Vale dizer, na sua integração progressiva no processo civilizatório que lhes deu nascimento, já não como áreas coloniais escravistas das formações Mercantil-Salvacionista ou Capitalista-Mercantil, nem como dependências neocoloniais do Imperialismo Industrial, mas como formações autônomas, sejam capitalistas, sejam socialistas, capacitadas a incorporar a tecnologia da civilização moderna em suas sociedades e de alcançar para toda a sua população o nível de educação e de consumo dos mais avançados (RIBEIRO, 1975, p.42).

E, assim como os *Povos Testemunho*, continuam em uma condição de exploração, regida por fatores externos e internos, e a superação dessa condição seria o seu principal desafio:

Nas últimas décadas, a identificação maciça das camadas urbanas com posições políticas renovadoras criou uma situação de crise política porque tornou inviável para o patriciado tradicional a manutenção dos procedimentos liberal-democráticos. Em consequência, prescreveu-se o voto livre e direto em quase toda a América Latina ou se condicionou os procedimentos burocráticos ao controle de tutelas militares e civis, que inviabilizavam a expressão da vontade popular. Nestas circunstâncias, os descendentes de imigrantes foram condenados a assumir

posições mais radicais por verem somente nela perspectivas de ruptura da hegemonia política das camadas dominantes tradicionais (RIBEIRO, 1983, p.218).

[...] e, por isto mesmo, menos conservantistas e mais flexíveis (RIBEIRO, 1983, p.212).

A terceira *Configuração Histórico-Cultural* dos povos americanos seria a constituída pelos *Povos-Transplantados*³, que nas palavras do autor corresponderiam às “nações modernas criadas pela migração de populações européias para novos espaços mundiais, onde procuraram reconstituir formas de vida essencialmente idênticas às de suas matrizes de origem” (RIBEIRO, 1983, p.94); e complementa: “Cada um deles estruturou-se segundo modelos de vida econômica e social da nação de que provinha, levando adiante, nas terras adotivas, processos de renovação que já operavam nos velhos contextos europeus” (RIBEIRO, 1975, p.43).

Ou ainda, em outras palavras, dirigidas ao caso específico das Américas, os *Povos Transplantados* corresponderiam aos: “resultantes contemporâneos das migrações para os amplos espaços do Novo Mundo de contingentes europeus que para cá vieram com suas famílias, aspirando reconstituir a vida social de suas matrizes, com maior liberdade e com melhores chances de prosperidade” (RIBEIRO, 1983, p.414). E que nesse processo: “conservaram suas características étnicas originais ou só as alteraram superficialmente” (RIBEIRO, 1997a, p.505, *passim*).

Como exemplificação, em uma perspectiva mais ampla, seriam assim representados: “A Austrália e a Nova Zelândia; em certa medida também os bolsões neo-europeus de Israel, da União Sul-Africana e da Rodésia”; e com os olhos voltados para as Américas, seria o caso dos Estados Unidos e do Canadá, “que estenderam para as imensas extensões americanas as sociedades européias de que foram tirados, cujas potencialidades aqui desabrocharam com maior liberdade e maior riqueza” (RIBEIRO, 1997a, p.505); e também, considerados o seu processo inicial de Povo-Novo, que foi alterado para uma configuração mais próxima às dos Povos-Transplantados, “pela Argentina e pelo Uruguai” (RIBEIRO, 1975, p.44).

De acordo com Darcy Ribeiro, a característica principal dos *Povos Transplantados*, isoladamente, seria sua “homogeneidade cultural que mantiveram, desde

³ Cf. Quarta Parte: Os Povos Transplantados. In: RIBEIRO, 1983, p.413-506; detalhadamente: Os Anglo-Americanos, p.421-60, Os Rio-Platenses, p.461-506; e, ver também: RIBEIRO, 1975, p.43-51.

o início, pela origem comum de sua população, ou que plasmaram pela assimilação dos novos contingentes” (RIBEIRO, 1983, p.94); e continua, dizendo que exatamente o que os diferenciaria, ou até os contrastaria das demais configurações sócio-culturais das Américas seria:

seu perfil caracteristicamente europeu, expresso na paisagem que plasmaram, no tipo racial predominantemente caucasóide, na configuração cultural e, ainda, no caráter mais maduramente capitalista de sua economia, fundada principalmente na tecnologia industrial moderna e na capacidade integradora de sua estrutura social, que incorporou quase toda a população no sistema produtivo e a maioria dela na vida social, política e cultural da nação. Por isto mesmo, eles se defrontam com problemas nacionais e sociais diferentes e têm uma visão do mundo também distinta dos povos americanos das outras configurações (RIBEIRO, 1983, p.414).

Apesar de identificar tanto Estados Unidos e Canadá, por um lado, como Uruguai e Argentina, por outro, todos como *Povos-Tranplantados*, pela sua forma de derivação em relação aos europeus, Darcy Ribeiro os diferencia em dois blocos, com base em novos critérios diferenciadores e aproximativos:

Nos primeiros casos deparamos com nações resultantes de projetos de colonização implantados em territórios cujas populações tribais foram dizimadas ou confinadas em *reservations* para que uma nova sociedade neles se instalasse. No caso dos rio-platenses encontramos a resultante de um empreendimento peculiaríssimo de uma elite crioula – inteiramente alienada e hostil à sua própria etnia de *Povo-Novo* – que adota como projeto nacional a substituição de seu próprio povo por europeus brancos e morenos, concebidos como gente com mais peremptória vocação para o progresso. A Argentina e o Uruguai resultam, assim, de um processo de sucessão ecológica deliberadamente desencadeado pelas oligarquias nacionais, através do qual uma configuração de *Povo-Novo* se transforma em *Povo-Transplantado*. Neste processo, a população *ladina* e *gaúcha*, originária da mestiçagem dos povoadores ibéricos com o indígena, foi esmagada e substituída como contingente básico da nação por um alude de imigrantes europeus (RIBEIRO, 1975, p.44).

Alguns como os colonizadores da América do Norte, se instalaram em territórios ermos ou raramente ocupados por grupos tribais de cultura agrícola incipiente, que hostilizaram e desalojaram sem com eles conviver ou caldear-se, tal como sempre fez o colonizador europeu – tanto o inglês ou o holandês, como o português ou o espanhol – onde quer que operou, integrado em grupos familiares e acompanhado de mulheres brancas. Outros, como os argentinos e uruguaios, resultaram de correntes migratórias européias que, atraídas para a região rio-platense, entraram em competição com grupo mestiços espanholizados, formados anteriormente, aos

quais também desalojaram ou submeteram com violência pouco menor (RIBEIRO, 1983, p.414).

Portanto, apesar de localizar todos dentro da mesma designação de *Povos-Transplantados*, Darcy Ribeiro demonstra claramente as suas diferenças:

Entre os *Povos-Transplantados*, sobretudo os do Norte e os do Sul do continente, medeiam profundas diferenças, decorrentes não só de matrizes culturais, predominantemente latina e católica num caso, anglo-saxônica e protestante, no outro, mas também de grau de desenvolvimento. Estas discrepâncias aproximam e identificam mais os argentinos e uruguaios com os demais povos latino-americanos, também neo-ibéricos, também católicos e também pobres e atrasados. Pela maioria de suas outras características, porém, eles são *Povos-Transplantados* e, como tal, apresentam muitos traços comuns com os colonizadores do norte (RIBEIRO, 1983, p.414-5).

Darcy Ribeiro destaca também, que não apenas os povos já mencionados podiam ser incluídos sob a designação de *Povos Transplantados*:

Além dos citados blocos étnico-nacionais do Norte e do Sul, que se configuram como *Povos-Transplantados*, encontramos através do continente bolsões com características de *Povos-Transplantados* presentes nas demais configurações histórico-culturais. Entre outros, as amplas manchas de colonização européia que plasmaram certas paisagens sociais do Sul do Brasil e da Costa Rica e uma pequena área de antiga colonização alemã no Chile. Cada uma delas, sendo formada predominantemente por populações européias transplantadas, compõem uma variante das respectivas etnias nacionais e operou como um agente dinâmico, de importância por vezes decisiva, no desenvolvimento dos respectivos povos (RIBEIRO, 1983, p.420).

Ponto importante destacado por Darcy Ribeiro é o que diz respeito ao fato de que nenhum dos povos classificados nessas diferentes categorias representaria um “tipo puro” (RIBEIRO, 1997a, p.505):

As quatro⁴ categorias de povos examinados até agora, embora significativas e instrumentais para o estudo das populações do mundo moderno, sobretudo das americanas, não retratam tipos puros. Cada um dos modelos experimentou intrusões que afetaram áreas mais ou menos extensas de seu território e diferenciaram parcelas maiores ou menores de sua população. (...) É de assinalar que algumas populações do mundo extra-europeu moderno parecem não se

⁴ Já analisamos as categorias identificadas como Povos Testemunho, Povos-Novos e está em análise a que é entendida por Povos-Transplantados. A quarta categoria citada seria a dos Povos-Emergentes, que analisaremos a partir do próximo parágrafo.

enquadrar nestas categorias. (...) No caso dos demais povos extra-europeus, o caráter nacional e o perfil étnico-cultural básico de cada unidade são explicáveis como resultante de sua formação global enquanto *Povos-Testemunho*, *Povos-Novos*, *Povos-Emergentes* e *Povos-Transplantados* (RIBEIRO, 1983, p.98-9).

Mas antes de partir para as diferenças de “desenvolvimento”, dentro do aparato conceitual articulado por Darcy Ribeiro, com referência nos já mencionados “*modelos de desenvolvimento autônomo*” e “*padrões de atraso histórico*”, correspondentes às diferentes “*Configurações Histórico Culturais*” dos povos “*extra-europeus*”, e entre eles os “*povos americanos*”, cabe ainda tratar, por fim, da quarta e última configuração, a dos “Povos Emergentes (Cf. RIBEIRO, 1975, p.52-7), representados por nações “*que emergem da condição tribal à nacional*” (RIBEIRO, 1983, p.539), ou ainda, correspondentes “*às nações que surgem agora na África e na Ásia, no curso de movimentos de descolonização*”, “*ascendendo de um nível tribal ou da condição de meras feitorias coloniais à de sociedades nacionais aspirantes à autonomia*” (RIBEIRO, 1997a, p.505). O que as caracterizaria seria o fato de, apesar de sua “*situação de atraso ainda maior do que o enfrentado pelas nações latino-americanas quando de sua Independência no primeiro quartel do século passado*” (RIBEIRO, 1983, p.539), para Darcy Ribeiro, elas contariam com “*possibilidades de um desenvolvimento mais acelerado e menos dependente, em virtude da conjuntura mundial bipartida pela oposição entre o campo socialista e o capitalista*” (RIBEIRO, 1983, p.539).

Antes de considerar essas possibilidades abertas pela divisão entre os mundos capitalista e socialista, com relação aos povos das Américas, Darcy Ribeiro, inicialmente, acreditava que os Povos Emergentes nelas não existiam, “*apesar do avultado número de populações tribais*” que, ao tempo da conquista, “*contavam com centenas de milhares e com mais de um milhão de habitantes*”. Esse último dado denotaria a “*violência da dominação, primeiro européia, que se prolongou por quase quatro séculos, depois nacional, a que estiveram submetidos os povos tribais americanos*” (RIBEIRO, 1983, p.97). O cenário das Américas para os *Povos Emergentes* se conformaria, portanto, da seguinte maneira e novamente nas palavras do autor sobre o qual buscamos compreensão:

Acreditávamos que assim fosse há alguns anos. Supúnhamos que na América Latina não surgiriam etnias indígenas reivindicativas de sua autonomia, na condição de *Povos-Emergentes*, como ocorre na África e na Ásia. Aqui, aparentemente, o processo de europeização havia progredido tanto que tendi a

prosseguir incorporando os contingentes indígenas às etnias nacionais, ou só permitindo a sobrevivência das micro-etnias tribais, cada vez mais aculturadas. Hoje, entretanto, são evidentes algumas tendências que exigem uma revisão destes conceitos (RIBEIRO, 1975, p.52).

Como já dito, a partir de algumas revisões do conceito de *Povos Emergentes*, Darcy Ribeiro identificou o desenvolvimento de resistências, como “*energias diferenciadoras que prometem preservar, para o mundo do futuro, múltiplas faces étnicas singulares*” (RIBEIRO, 1975, p.52-3):

(...) não se trata de tribalidades emergentes, mas de conteúdos arcaicos de sociedades como a da Guatemala ou do altiplano andino, em que populações de milhões de pessoas aspiram a restaurar suas caras originais maias e incaicas como sociedades autônomas do mundo futuro (RIBEIRO, 1997a, p.505).

Dizimados prontamente alguns deles, mais lentamente outros, apenas sobrevivem uns poucos que submetidos às mais duras formas de compulsão, acabaram sendo anulados como etnias e como base de novas nacionalidades, enquanto seus equivalentes africanos e asiáticos, apesar da violência do impacto que sofreram, ascendem hoje para a vida nacional (RIBEIRO, 1975, p.52).

Em verdade Darcy Ribeiro vê, sob a designação de *Povos Emergentes*, um tipo novo de manifestação étnico-cultural, em todos os lugares, inclusive no interior da Europa, como movimentos de reivindicação de uma identidade específica e diferenciada das matrizes constituídas até aquele momento como “convencionais”:

Com efeito, os bascos nunca foram tão fanaticamente bascos como agora. O mesmo ocorre com os catalães, os galegos, a despeito de toda a opressão da velha Espanha, sectariamente hispanista. Na Europa, observa-se o mesmo com os flamengos e os bretões e vários outros povos e, na América do Norte, com os negros e os “chicanos”, o que indica tratar-se de um fenômeno geral. É como se se houvesse rompido uma mola oculta que até agora manteve em silêncio essas maiorias étnicas e raciais. Surpreendentemente, elas começaram a agitar-se dentro dos quadros nacionais que sempre as constrangeram, protestando contra as discriminações de que foram vítimas e reivindicando uma nova oposição e um novo papel. E fazem com um vigor e uma ousadia raramente registrados no passado (RIBEIRO, 1975, p.53).

Darcy Ribeiro não explica exatamente a que se devem estas manifestações étnico-raciais, mas estende sua existência, sim, à América Latina:

Em face disto, é perfeitamente previsível que, nas próximas décadas, estes anseios de libertação étnica passem a atuar também entre as populações indígenas latino-americanas, dando voz a reclamos seculares, e ativando tensões que imponham mudanças importantes em alguns dos quadros nacionais cristalizados depois da independência. Talvez não tanto entre os *Povos-Novos* e os *Povos-Transplantados* porque estes se construíram sobre os territórios e os corpos de etnias indígenas de nível tribal, que, em sua maioria, não resistiram ao impacto da colonização. Mas sim nos quadros nacionais dos *Povos-Testemunho* que acolhem milhões de “pessoas” falando seus idiomas originais e auto-identificando-se como indígenas (RIBEIRO, 1975, p.53).

Com o objetivo de caracterizar os *Povos-Emergentes* americanos, Darcy Ribeiro procede a algumas exemplificações, por suposição ou projeção prospectiva em relação ao momento em que estabelecia sua leitura ou análise:

Um rápido exame da situação das populações indígenas da América Latina mostra que a maior parte delas desapareceu nos *Povos-Novos* nos *Povos-Transplantados* ou só sobrevive como pequenos enclaves étnicos marginalizados frente à massa da população nacional. Seu destino, qualquer que seja, não afetará o destino nacional. Ainda assim, nestes casos se observam algumas exceções; isto é, povos tribais que resistirão o suficiente para sobreviver e crescer como uma face étnica própria no futuro. Isto sucederá, por exemplo, com os *Mapuche* (700 mil) que representam atualmente 7% da população chilena, mas que crescem a ritmo tão intenso que tendem a dobrar e a triplicar sua proporção dentro da população total do Chile nas próximas décadas. Como esse crescimento se processa num povo consciente de sua individualidade, amargurado pela opressão secular que sofreu e continua sofrendo e reivindicante de seus direitos, é de supor que voltem a ativar-se as tensões interétnicas que tantas vezes convulsionaram o Sul do Chile. O mesmo tende a ocorrer, ainda que dentro de um quadro menos tenso, com outros grupos indígenas que contam com populações relativamente grandes, tais como: os *Cuna* do Panamá (200 mil), os *Guajiro* (100 mil) das fronteiras da Venezuela com a Colômbia e os *Chiriguano* (70 mil) do Paraguai (RIBEIRO, 1975, p.54-5).

E complementa:

Em todos esses casos, estamos frente a populações oriundas de etnias indígenas pré-colombianas de nível tribal que, apesar de experimentarem, ao longo dos séculos, o impacto da civilização, conseguiram manter um núcleo populacional considerável. Sua situação é diversa, portanto, das numerosas micro-etnias tribais que conseguiram sobreviver – na Amazônia, por exemplo, – por terem-se distanciado das fronteiras da civilização, esquivando-se aos contatos aos seus efeitos letais. Os casos mencionados são diferentes porque se tratam de povos que

sofreram todos os efeitos deletérios do impacto com a civilização e, ainda assim, resistiram, cresceram e refizeram seu *ethos*. Agora aspiram a ressurgir do futuro, como Povos-Emergentes ou como componentes de novas unidades multi-nacionais que reconheçam seu direito de ser eles próprios (RIBEIRO, 1975, p.55).

E diferencia a condição de povos oriundos de micro-etnias tribais que ressurgem como *Povos-Emergentes*, da condição de grupos minoritários ressurgindo do seio de macro-etnias indígenas pré-colombianas, que portanto fazem parte de um “status quo” muito mais marcadamente definido:

Mais dramática é a situação das etnias originárias das altas civilizações pré-colombianas que sobreviveram no interior dos quadros nacionais construídos pelos *Povos-Testemunho*. Aqui nos defrontamos com sociedades multiétnicas que, se reconhecendo como tais, organizaram como estados uninacionais o que gera uma situação estrutural de opressão sobre as etnias dominadas e, conseqüentemente, produz tensões suscetíveis de conduzir ao desencadeamento de lutas de libertação nacional. Um caso extremo é o representado pela Bolívia com seus milhões de índios *Aymara* e pela Guatemala com seus milhões de *Quiché*, *Mam* e *Quecchi*. Estas massas indígenas que constituem a maioria da população estão submetidas a minorias de mestiços europeizados que assumiram o poder depois da independência e cujo projeto continua sendo, até nossos dias, o mesmo dos conquistadores: a hispanização compulsória dos índios através de todas as formas de opressão (RIBEIRO, 1975, p.55).

O problema existe igualmente e tende a aguçar-se, nas próximas décadas, no caso de outros contingentes populacionais minoritários dos *Povos-Testemunho*, como Peru e México que se auto-identificam como indígenas. Vale assinalar aqui, que se tratam de populações numerosas como os quatro milhões de fala quéchua do Altiplano Andino e outros tantos milhões de descendentes dos *Maia*, *Mahua*, *Mizteco*, *Zapateco* e outros povos do México. Nesses casos, tratamos com etnias correspondentes aos bascos, flamengos, eslovenos e outras minorias nacionais européias. Como estas, além de crescentemente conscientes de si próprias como povos diferentes de quantos existem, os grandes contingentes indígenas latino-americanos se estão igualmente predispondo para lutar por um reexame da organização nacional que lhes abra perspectivas de realizar suas potencialidades étnicas. Na medida em que os quadros nacionais permaneçam rígidos, como até o presente, e em que as expectativas das camadas dirigentes sejam de “desindianização” compulsória, estas tensões interétnicas crescerão e tenderão a gerar situações dramaticamente conflitivas. Provavelmente, mais graves que os conflitos interétnicos europeus e norte-americanos porque as populações indígenas latino-americanas sofreram e continuam suportando uma opressão muito mais odiosa, continuada e desumana (RIBEIRO, 1975, p.56-7).

Mas o mais significativo desta “*condição de existência*” dos *Povos-Emergentes*, está exatamente no fato de serem emergentes quando às suas reivindicações de autonomização em relação aos países centrais da fase de desenvolvimento pós-industrial. Em verdade, Darcy Ribeiro chega mesmo a propor o conceito de “*Civilização Emergente*” como fator de integração entre os *Povos-Testemunho*, os *Povos-Novos*, e mais o Uruguai e a Argentina, ou seja, de todos os latino-americanos, em oposição ao papel desempenhado pelos *Povos-Transplantados* americanos do norte – como também com relação a todos os outros países desenvolvidos, para a manutenção não somente das distinções histórico-culturais, mas principalmente de fases de desenvolvimento quanto aos já reiteradamente mencionados “*modelos de desenvolvimento autônomo*” e “*padrões de atraso histórico*”.

Algumas observações são importantes, a partir deste quadro de “*Configurações Histórico Culturais*”. A primeira seria a de que, para Darcy Ribeiro, somente uma designação específica para os povos extra-europeus, à parte dos olhos e da explicação do “*dominador europeu*”, poderia explicá-los a partir de uma de uma nova interpretação, centrada nas características dos próprios povos americanos: “*Essas configurações histórico culturais nos dão uma visão mais objetiva da América Latina em suas similitudes e diferenças. Explicam, também, melhor que os outros esquemas, o contraste de desenvolvimento entre os vários povos americanos*” (RIBEIRO, 1975, p.64).

Restaria, portanto, examinar as diferentes “tipologias” das *Configurações Histórico-Culturais* para demonstrar sua instrumentalidade na caracterização dos povos extra-europeus “*como entidades étnico-culturais e como complexos, raciais*” e de que modo isso poderia ajudar na “*compreensão dos problemas de desenvolvimento com que se defrontam os povos classificados nas quatro referidas categorias*” (RIBEIRO, 1975, p.65).

Considerando em conjunto os povos de cada bloco, com respeito ao grau de desenvolvimento que alcançaram, observa-se que eles apresentam tanto uniformidades como discrepâncias significativas. Acima de suas semelhanças étnico culturais, os mesmos contrastam flagrantemente por descompassos econômicos que fazem de alguns deles, povos modernos porque incorporados no processo civilizatório de seu tempo; e de outros, povos arcaicos e subdesenvolvidos porque traumatizados nesse processo de modernização. Entretanto, observam-se certas uniformidades altamente expressivas (RIBEIRO, 1975, p.65).

Assim é que, de acordo com o autor:

Entre os *Povos-Testemunho*, apenas os japoneses alcançaram o desenvolvimento industrial e os chineses, em nossos dias, se encaminham para a mesma façanha. Dentre os *Povos-Transplantados*, um número muito maior – USA, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Israel – atingiu precocemente o desenvolvimento. Entre os *Povos-Novos* nenhum alcançou ainda este nível. Até que ponto suas diferenças de formação explicam estas performances contraditórias? (RIBEIRO, 1983, p.541)

Para explicar essas diferenças de desenvolvimento, recortando especificamente a análise aos povos americanos, é possível identificar na leitura de Darcy Ribeiro dois grupos nitidamente diferenciados quanto ao seu estágio de desenvolvimento. Darcy Ribeiro coloca de um lado os *Povos-Transplantados* do Norte – Estados Unidos e Canadá – e de outro, todos os demais povos americanos.

Parece óbvio que os *Povos-Transplantados* contaram com vantagens oriundas do seu tipo de formação para se integrarem na civilização industrial moderna, enquanto que os povos de outras categorias tiveram de enfrentar obstáculos maiores em sua luta pelo desenvolvimento. Tais obstáculos decorrem, principalmente, do modo de estratificação social que resultou da forma de implantação de cada qual. Esta assumiu uma configuração mais flexível e igualitária no caso dos *Povos-Transplantados* e mais rigidamente hierarquizada nos demais (RIBEIRO, 1983, p.541).

O que definiria, para Darcy Ribeiro, o processo de desenvolvimento dos povos latino-americanos é que:

Desde o surgimento, estes últimos tiveram a maioria de suas populações condenadas a uma marginalização cultural ou social que não ensejou sua integração nos estilos de vida modernos. Tal marginalidade, como foi assinalado, assume caráter sobretudo cultural no caso dos *Povos-Testemunho* a braços com problemas de incorporação de seus contingentes mais arcaicos, quase sempre monolíngues e apegados a costumes e valores das antigas culturas. E é de caráter principalmente social, nos *Povos-Novos*, enquanto resultantes de um empreendimento mercantil que, trasladando multidões de africanos para submetê-los à escravidão ou destribalizando populações indígenas com o mesmo objetivo, os homogeneizou através da deculturação, mas os configurou como estratos atrasados e reduzidos a níveis incomprimíveis de miséria. Para se desenvolverem, devem uns alçar-se de sua condição indígena nitidamente diferenciada da ladina e, outros, desde a profundidade de sua penúria de ex-escravos, enfrentando, nos dois casos, oligarquias locais degradadas pelo exército secular do jugo escravista e atadas aos interesses externos que se associaram na exploração da miséria de seus povos (RIBEIRO, 1975, p.66).

Darcy Ribeiro desenvolve seu argumento:

Os *Povos-Novos* e os *Povos-Testemunho* das Américas se destacaram como sociedades fundadas e remoldadas por atos de vontade do núcleo colonizador e ordenadas intencionalmente em todo o seu modo de ser, para servir a interesses e a objetivos exógenos. Como tal, experimentaram uma dominação externa mais poderosamente instalada e mais duradoura do que qualquer outra área do mundo. Em ambos (*Povos-Novos* e *Povos-Testemunho*), os núcleos econômicos jamais se devotaram a criar e recriar as condições de sobrevivência e reprodução de suas populações, mas para, com o desgaste destas, produzir o que não consumiam, a fim de suprir necessidades alheias e enriquecer oligarquias locais. Nelas sempre foi tão grande a distância social entre as classes dominantes e o povo em si, tão vasta a alienação oligárquica com respeito à etnia nacional, que as lideranças dos *Povos-Novos* se propuseram até substituir a própria população em programas sistemáticos de branquização racial, como se tentou fazer no Brasil e como efetivamente se fez na Argentina e no Uruguai que, por esta via, se implantou da forma mais despótica, sem reconhecer jamais quaisquer direitos individuais que acaso se pudessem impor à dominação e à ordenação oligárquica. Nelas finalmente, jamais se estabeleceram instituições democráticas de auto-governo, nem foram admitidos quaisquer mecanismos de participação popular no poder; e as distâncias sociais entre homens livres e escravos eram similares às que medeiam entre homens e animais, sendo enorme, também, a dissimetria de relações entre ricos e pobres (RIBEIRO, 1975, p.67).

Para Darcy Ribeiro, operando sobre esse mundo despótico e escravocrata, latifundiário e monocultor, as forças transformadoras da revolução industrial encontraram resistências muito maiores à implantação de uma economia moderna e a uma reordenação que assegurasse oportunidades de participação popular nos benefícios do progresso:

Nestas circunstâncias, os antagonismos que na Europa – e nas sociedades de tipo europeu transplantadas para novos espaços – apenas limitaram as potencialidades da civilização industrial, submetendo-a a uma ordenação classista ou atrasando sua implantação, aqui conseguiram deformar todo o processo. Cada núcleo industrial emerge nestas áreas como um enclave ilhado em meio a uma economia arcaica dominante que só lhe permite expandir-se quando não se opõe aos interesses oligárquicos investido no latifúndio e na economia de exportação. Sendo todo o poder político monopolizado pelos setores importadores que só aspiram uma integração mais lucrativa para eles próprios no sistema mundial, não surge um empresariado moderno oposto à oligarquia. Essa mesma é que se desdobra em empresariado industrial e se associa aos empreendimentos modernizadores promovidos por corporações internacionais (RIBEIRO, 1975, p.67-8).

Dessa maneira, Darcy Ribeiro acreditava que o processo de transição da economia agrário-mercantil para a industrial, nos povos latino-americanos, teria ocorrido de uma

maneira muito traumática, garantidora da instauração, ou da manutenção, de sua condição de subdesenvolvimento:

Ou seja, à distrofia social caracterizada pela contradição entre as potencialidades de fartura ensejadas pela tecnologia industrial e a miséria provocada pelo seu condicionamento a uma ordenação social oligárquica. Isto conduziu a um aumento explosivo da população, a transladações maciças de rurícolas para as cidades, simultaneamente com a redução drástica da acessibilidade aos meios de trabalho e de sobrevivência. Surgem, assim, enormes camadas marginalizadas, condenadas à penúria (RIBEIRO, 1975, p.68).

Para Darcy Ribeiro, *“transferindo para os centros reitores as oportunidades de industrialização e os lucros operacionados pelos progressos da mecanização do sistema produtivo alcançados com a modernização”*, *“o que se implanta nesses países é um processo acelerado de marginalização sócio-econômica que atinge camadas cada vez maiores da população”*, *“estabelecendo-se uma bipartição entre uma pequena parcela de privilegiados e a nação”* (RIBEIRO, 1975, p.68, *passim*). Disso resultaria em um *“enrijecimento da ordenação social e do sistema político”*:

destinados a garantir à oligarquia e ao patriciado o exercício do poder e a fruição dos benefícios do progresso, como sócia menor da espoliação imperialista de seus próprios povos, que absorve a massa principal do produto do trabalho nacional. Mas resulta também na constituição de uma mole humana de marginalizados que se concentram nas orlas das cidades e das metrópoles, uniformizada culturalmente pela singeleza de seus modos de vida e tendente a unir-se, um dia, por sua comunidade de destino, como os que só terão oportunidade de integrar o sistema ocupacional e de participar da vida social e política da nação, com a erradicação da ordem vigente (RIBEIRO, 1975, p.68-9).

Uma industrialização que conduziria os *Povos-Novos*, assim como os *Povos-Testemunho*, a um sistema condicionado pela atuação oligárquico-patricial do ponto de vista interno, e também, de uma dinâmica reprodutora de expoliação externa. Na visão de Darcy Ribeiro, de acordo com os seguintes fatores:

- Primeiro, porque se fez reflexamente, pela montagem de mecanismos modernizadores destinados a ativar seu papel de produtores de matérias primas;
- Segundo, porque tornou-se meramente substitutiva de importações e desenvolveu-se estrangulada por diversos procedimentos limitadores: a propriedade estrangeira da maioria das plantas industriais que as transforma em mecanismos de captação de recursos; o seu caráter predominante de indústrias de consumo que multiplicam a oferta de artigos suntuários, drenando parcelas ponderáveis da renda nacional para

gastos supérfluos que as nações industrializadas só se puderam proporcionar tardiamente; a sua incapacidade de assegurar autonomia do processo de desenvolvimento nacional por lhe faltarem precisamente, as indústrias de base e de produção de maquinaria.

- E, finalmente, por serem operadas as suas fábricas como bens importados, frutos do desenvolvimento tecnológico ocorrido alhures, do qual permaneceram sempre dependentes (RIBEIRO, 1975, p.69, *passim*).

Outro efeito da pseudo-industrialização assim implantada, de acordo com a leitura de Darcy Ribeiro, foi a substituição do empresariado nacional, que o Capitalismo Industrial fez surgir onde quer que amadurecesse, por uma camada meramente gerencial de interesses estrangeiros, ou por uma burguesia burocrática e cosmopolita, mais interessadas no destino internacional do próprio capitalismo do que no desenvolvimento de um corpo nacional de cientistas e tecnólogos, capazes de dominar o saber moderno, em virtude da transferência de suas funções para os departamentos de investigação das sedes das corporações estrangeiras que gerem a industrialização nacional (RIBEIRO, 1975, p.70).

A diferença dos efeitos da introdução da tecnologia industrial entre aquelas duas categorias de povos e os *Povos-Transplantados* exprime, essencialmente a flexibilidade estrutural destes últimos em relação à rigidez dos primeiros, com respeito ao papel constritor de suas oligarquias. Os USA, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia, instituídas como nações pela transladação de populações marginalizadas da Europa para áreas desertas ou raramente povoadas, puderam estruturar suas sociedades sem enfrentar as barreiras da obstrução oligárquico-patricial de acordo com a visão do mundo que já traziam como populações originárias de países em via de industrialização. Beneficiam-se, inicialmente dos vínculos com a Inglaterra que, por um lado, lhes assegurava mais fácil domínio das fontes de saber tecnológico moderno e, por outro, da influência de uma tradição política democrática, que permitia certo grau de participação popular na ordenação social. Esta participação é que deu base à política de expropriação das fazendas pertencentes ao inimigo, depois da guerra de independência dos Estados Unidos e, depois, às leis do *Homestead* que abriram o Oeste a milhões de granjeiros (RIBEIRO, 1975, p.70).

Elencando fatores que em sua opinião contribuiriam ainda mais para a aproximação entre os *Transplantados do Norte* em um bloco diferenciado em suas formas de viver e existir do outro bloco de países aproximados também por características comuns como “Latino-Americanos” – abarcando todos os *Povos Testemunho*, assim como todos os *Povos Novos*, e também os *Povos Transplantados do Sul*, Uruguai e

Argentina – Darcy Ribeiro os diferenciara também por seus processos de derivação religiosa predominante, ou oficial:

Representou também, um papel relevante na configuração da América do Norte, a circunstância de, como povos protestantes, os colonizadores procurarem alfabetizar toda a população para tornar acessível a palavra bíblica, o que não ocorreu nos países católicos. Este fato é provavelmente tão importante quanto o paralelo weberiano do espírito capitalista e da ética protestante. Efetivamente, a alfabetização em massa capacitou amplas camadas da população norte-americana a participar da vida política, a concorrer às eleições e permitiu preencher um dos pré-requisitos básicos de qualificação da mão-de-obra de uma civilização industrial que não se forma pela tradição oral, mas pela transmissão escrita dos conhecimentos (RIBEIRO, 1975, p.70-1).

A diferença principal entre os “*transplantados do norte*” e os “*do sul*”, no tocante à suas respectivas formas de ordenação social, para além dos processos de derivação étnica, ou religiosa, diriam respeito exatamente às diferentes dinâmicas impingidas por suas sociedades na incorporação de suas populações na sociedade industrial, e também na definição das bases sobre as quais passariam a ser organizadas as suas economias do ponto de vista agrário:

Comparada a progressão norte-americana com a argentina e a uruguaia, também *Povos-Transplantados*, verifica-se que as diferenças nos respectivos desenvolvimentos se explicam pela existência, nesses últimos, de uma oligarquia latifundiária que, mesmo após a independência, preservou o monopólio da terra; e de uma burguesia comercial portuária que limitou a expansão da atividade criativa dos imigrantes a uma mera indústria artesanal mantendo um regime de estímulo às importações. Esta constrição é que estrangulava o desenvolvimento argentino e o uruguaio, em comparação ao dos outros povos transplantados não sujeitos a tais controles paralizantes. O monopólio da terra, sobretudo, é que conduziria a uma situação crítica, nas duas últimas décadas, as economias argentina e uruguaia de exportação de carne, de lã e de cereais, produzidos em latifúndios, em face da competição dos granjeiros canadenses, australianos e neo-zelandeses (RIBEIRO, 1975, p.71).

Assim, este seria mais um fator que, do ponto de vista da assimilação, ou no caso da não-assimilação, ao progresso industrial, aproximaria Uruguai e Argentina dos demais latino-americanos e os diferenciaria dos outros *Povos Transplantados*. Darcy Ribeiro reforça seu argumento:

Teve, também, grande importância para os *Povos-Transplantados* do Sul, o fato de emergirem da dominação ibérica para cair sob a influência britânica, quando os Estados Unidos dela se libertavam, através da independência, escapando, assim, da sujeição do pacto colonial para cair numa dependência neo-colonialista. Enquanto os norte americanos se dedicavam à expansão de sua fronteira interna, através de uma economia agrícola granjeira de implantação de uma infra-estrutura industrial autônoma, já com vistas a uma política de potência, a Argentina e o Uruguai independentes procuravam proporcionar-se o consumo de bens manufaturados, esforçando-se para alargar suas lavouras e sua pecuária de exportação, através da expansão do latifúndio e das explorações estrangeiras de recursos naturais (RIBEIRO, 1975, p.72).

Em determinado momento, Darcy Ribeiro se propõe a discutir as diferentes teorias que, ao longo da história, se propuseram a explicar a diferenciação dos povos desenvolvidos da América do Norte e os não desenvolvidos da América do Sul. Avalia as explicações de acordo com o critério de diferenciação em função do progresso ou do atraso que adotam, tais como: a condição racial, a mestiçagem, a heterogeneidade cultural, as condições climáticas, a identificação religiosa, o tipo de colonização, entre outros. Mas como conclusão, apreende que nenhuma das teorias era completamente coerente para identificar as causas das desigualdades dos povos americanos, senão sendo somadas para dar conta de explicar a conjunção de fatores externos e internos que levariam a tais diferenças. Em resumo, o que Darcy Ribeiro tentava demonstrar eram as perspectivas de desenvolvimento opostas. De um lado, se instaurando um projeto de povoamento difundido com base na pequena propriedade rural, que por sua vez propiciava a formação de um intenso mercado sobre o qual se assentaria o desenvolvimento industrial posterior e, de outro lado: “*a manutenção das funções complementares tradicionais da economia herdada do regime colonial, e a criação de novas dependências externas, cada vez mais imperativas*” (RIBEIRO, 1975, p.72). E complementa: “*Invicta, ainda, na América Latina, (...), esta economia de fazendas, com interesses patrimoniais que representa e por seu papel conformador fundamental das sociedades nacionais, constitui a causa básica do atraso de todo o continente*” (RIBEIRO, 1975, p.72-3).

A partir das reflexões apresentadas, a divisão dos povos americanos, para além das designações aproximativas de seus desenvolvimentos étnico-raciais, determinantes da maneira como, com a conjunção de outros fatores, viriam a se estruturar, do ponto de vista econômico industrial, e portanto de como assimilariam ou seriam assimilados pelas diferentes perspectivas de desenvolvimento por *aceleração evolutiva* ou *atualização*

histórica – o que poderia ser entendido como perspectivas de desenvolvimento autônomo ou reflexo, dependente –, é que se definiria a conformação de países desenvolvidos e atrasados. Os indicativos para a condição de desenvolvimento autônomo ou atraso histórico seriam bastante claros: suas respectivas estruturas econômicas – que definiriam sua relação com outros povos quaisquer que fossem – e suas respectivas estruturas político-sociais – que definiria o modo como se organizariam internamente as sociedades para a garantia da reprodução de tal condição:

Estas diferenças explicam o retardamento, em grau maior, dos *Povos-Novos* e dos *Povos-Testemunho* da América Latina, anquilosados pela rigidez de sua estrutura social, vale dizer, pelo papel constritor de suas minorias dominantes que condenaram o grosso da população à ignorância e à pobreza em que vegeta até hoje, marginalizada econômica, social, política e culturalmente da vida nacional (RIBEIRO, 1975, p.73).

Preocupado em direcionar a análise para os problemas do Brasil, e dos países latino-americanos com ele identificados na necessidade de superar a condição de atraso nos dois sentidos apresentados, o do ponto de vista externo e também o interno, Darcy Ribeiro faz novas ponderações:

Superar estes percalços foi, até agora, um desafio insuperável para os *Povos-Novos* e muito difícil para os *Povos-Testemunho*. Importa para todos eles, num enorme esforço reordenador de toda a sociedade que seguramente só poderá ser conduzido intencionalmente, ao contrário do que ocorreu com os *Povos-Transplantados* do Norte, onde pôde se realizar mais ou menos espontaneamente. (...) A dificuldade fundamental encontrava-se e ainda se assunta no caráter da trama de interesses oligárquico-privatistas que presidiu a ordenação original destas sociedades fundadas no sistema de fazendas e no *escravismo* e que após a independência, apenas as modernizou reflexamente como formações neocoloniais. O enfrentamento e a superação deste enquadramento retrógrado não se pode fazer mediante qualquer intensificação de sua modernização reflexa porque esta seria perpetuante do seu atraso. Só se pode alcançar por meio da reestruturação prévia das sociedades, por via de uma profunda revolução social capaz de liberar as energias secularmente contidas de seus povos. (...) Uma vez aberta e refeita a ordem social, estes povos poderão orientar-se para o pleno desenvolvimento mediante a aceleração de seu ritmo de progresso até um nível que lhes permita alcançar, em prazo previsível, o grau de desenvolvimento já conseguido pelos povos avançados (RIBEIRO, 1975, p.73).

Enfrentar o desafio da aceleração evolutiva no sentido do desenvolvimento autônomo para abandonar a condição de atraso e de dependência pelos latino-americanos, na visão de Darcy Ribeiro, seria uma tarefa paradoxalmente, a um só tempo, mais simples e mais complexa do que os processos originais pelos quais teriam passado as sociedades que já teriam vencido essa etapa:

Mais simples, porque se trata de induzir suas próprias sociedades operadas, desde há muito, nas nações desenvolvidas, através da industrialização. Só por constituir a repetição de experiências já vividas por outras nações, o processo se torna menos difícil e passível de ser conduzido racionalmente, com economia de tempo e de recursos e menos penosamente. É todavia, muito mais complexo, porque toda uma conjuntura mundial e local de interesses investidos no velho sistema se opõe à indispensável renovação prévia da estrutura social, temerosa dos prejuízos que representará para os povos cêntricos uma reordenação da economia dos periféricos, e para as oligarquias locais, a perda de seus privilégios (RIBEIRO, 1975, p.73-4).

De acordo com os princípios adotados por Darcy Ribeiro somente essa nova maneira de proceder ou aderir a uma nova revolução tecnológica por parte dos países subdesenvolvidos, acompanhado por um segundo processo de revolução social com perspectivas de enfrentamento em níveis nacionais e internacionais, poderia, de fato, retirar os instrumentos de poder das mãos de grupos minoritários no interior de cada sociedade subdesenvolvida e alçá-la, como um todo, à superação de exploração associada com outras sociedades que, externamente, contribuiriam para a manutenção do seu atraso, como “associados internacionais” que, também, usufruiriam dos existentes “projetos lucrativos compartilhados” (RIBEIRO, 1975, p.74).

Darcy Ribeiro, relacionando proposições obtidas através de estudos de alto alcance histórico, tentando reduzi-las a análises conjunturais, dentro do contexto de cada país latino-americano, procurou demonstrar que a sucessão das etapas evolutivas por que passaram os povos latino-americanos se processaram mediante a interação conflitiva entre diferentes sociedades, bem como, a partir da integração entre elites coloniais externas, com elites gerenciais internas, coniventes com projetos exógenos de incorporação das sociedades latino-americanas a um sistema de exploração, garantidor da organização social e econômica das sociedades latino-americanas, bem como contribuiriam reiteradamente para a sua manutenção. Assim o autor explica a conformação de uma classe “euro-tupinambá” arrecadadora de bens destinados, antes,

“a enriquecer à sua condição de uma nobreza ostentatória e senhorial”, “do que a inverter produtivamente” (RIBEIRO, 1983, p.59), dentro de um “contexto extra europeu de povos supridores de matérias-primas e consumidores de manufaturas” que “foi construído através de séculos”, “mediante todas as formas de opressão e terrorismo” (RIBEIRO, 1983, p.62, passim). Em outro momento, o autor lança uma ideia que dá continuidade ao seu raciocínio:

Nesta interação, as sociedades se organizam em estruturas de dominação e subordinação e, dentro de cada sociedade, se estamentam classes sociais formando grandes complexos interdependentes. Ambos se modelam em formas estáveis, capazes de operar durante largos períodos pela manutenção das posições relativas (RIBEIRO, 1983, p.44).

Essa “*manutenção de posições relativas*” não implicava em uma concepção de sociedade estática, sem mudanças significativas, pelo contrário, para Darcy Ribeiro, significavam “*progressões e adaptações nas instituições sócio-políticas*”, no sentido, não só da manutenção da dinâmica de exploração, mas principalmente, como uma forma de torná-la cada vez mais acentuada, a partir de uma dinâmica auto-ajustável. Esse era o princípio “*inventivo e reorganizador*” do “Novo Mundo” e do “Velho Mundo”:

Com fundamento nas novas formas de ação, nas novas instituições e nas novas ideias, o europeu reconstrói o mundo como um contexto destinado a supri-lo de bens e de serviços. Saqueando as riquezas entesouradas por todos os povos, engajando para o trabalho escravo e servil centenas de milhões de homens, pôde a Europa acumular os capitais necessários para levar à frente a Revolução Industrial, transfigurando suas próprias sociedades, renovando e enriquecendo suas cidades, engalanando-se de poderes e glórias que induziriam o homem branco-europeu a ver a si próprio como eleito da criação (RIBEIRO, 1983, p.62).

A Revolução Industrial ocorrida na Europa, como uma nova “*evolução sócio-cultural*”, geradora de novos “*processos civilizatórios*”, repercutiria nas colônias americanas pela recorrência de novas “*atualizações históricas*”, e assim:

Os povos ibero-americanos, plasmados no curso da Revolução Mercantil, não experimentaram uma aceleração evolutiva, mas uma mera atualização histórica. Esta os fez ascender um degrau na evolução sócio-cultural, mas à custa da perda de seus perfis étnicos originais e do seu engajamento como “proletariados externos” do império mercantil-salvacionista ibérico. Face ao novo ciclo de renovação desencadeado pela Revolução Industrial, estes povos voltam a experimentar um

processo de atualização histórica mediante o qual se desatrelam de uma estrutura de dominação para cair em outra, sempre como proletariados externos que não existiam para si, mas para preencher as condições de existência e de prosperidade de outros povos (RIBEIRO, 1983, p.66).

[...] a maioria das sociedades neoamericanas experimentou um novo processo de atualização histórica. Através dele, apenas conseguiram ascender da condição de colônias escravistas das metrópoles ibéricas, para se converterem em áreas de exploração neocolonial do imperialismo industrial. Nesta condição, experimentaram muitos progressos modernizadores de suas instituições sócio-políticas e de seu sistema produtivo, mas permaneceram dependentes de centros de poder externo. Desse modo as nações latino-americanas foram contidas e condicionadas em seu desenvolvimento pelos desígnios dos seus dominadores que operavam no sentido de perpetuar sua condição de economias complementares e subalternas e, conseqüentemente, como povos inferiorizados e como culturas espúrias (RIBEIRO, 1983, p.43-4).

Esta nova estrutura sócio-política, para Darcy Ribeiro, como já dito, apenas transferiu o foco das decisões sobre a organização social de uma elite metropolitana, para uma elite a ela vinculada, porém já enraizada na área colonial. Vinculada e enraizada condicionalmente, de acordo com os efeitos dos projetos de vinculação metrópole-colônia que se propunham a infligir:

Deste modo a área colonial pode independentizar-se na forma de uma aceleração evolutiva que a capacite a desenvolver-se autonomamente como um novo foco de expansão, como ocorreu com os Estados Unidos da América do Norte. Ou apenas indenpendentizar-se formalmente e, por via da atualização histórica, ascender da condição colonial à neocolonial. Simultaneamente, as estruturas internas experimentam dois tipos opostos de alteração. No primeiro caso, o que era uma classe dominante colonialista – e, portanto, parcela do complexo global – se transforma numa classe dominante nacional autonomista. No segundo caso, como ocorreu nos demais países americanos, as camadas dominantes apenas mudam de função, associadas a novas esferas de poder externo para as quais passam a exercer o papel de agentes da exploração neocolonial (RIBEIRO, 1983, p.44).

E como há uma modificação no papel da “*elite dirigente*”, esse processo também refletirá, em termos, no papel das “*classes subalternas*”:

Correlativamente, se alternam também os atributos das classes subalternas. No primeiro caso, o que era um “proletariado externo” de outra sociedade, criada e mantida como uma feitoria provedora de certos artigos e serviços, pode tornar-se um proletariado nacional que procura se vincular com o exterior num intercâmbio

menos espoliativo. No segundo caso, perpetua-se a condição de “proletariado externo” e, com ele, um tipo de vinculação neocolonial limitador das possibilidades de desenvolvimento autônomo (RIBEIRO, 1983, p.44-5).

Em resumo, ainda nas palavras de Darcy Ribeiro: “*Por esse processo é que as populações latino-americanas, com a independência, desatrelaram-se da condição de áreas coloniais de uma formação mercantil salvacionista, para cair na condição de áreas neocoloniais de formações imperialistas industriais*” (RIBEIRO, 1998, p.70):

No mesmo passo em que se desencadeavam estes sucessivos processos civilizatórios, as sociedades por eles atingidas, como agentes ou como pacientes, se configuravam como componentes díspares de diferentes formações sócio-culturais, conforme experimentassem uma aceleração evolutiva ou uma atualização histórica. Assim é que se modelaram, em consequência da expansão mercantil-salvacionista, por aceleração evolutiva, os *Impérios Mercantis Salvacionistas* e, por atualização histórica, os seus contextos *Coloniais escravistas*. Mais tarde, em consequência do segundo processo civilizatório, se cristalizaram, por aceleração, suas dependências *Coloniais Escravistas*, *Colonias Mercantis* e *Colonias de Povoamento*. Finalmente, como fruto do primeiro processo civilizatório provocado pela Revolução Industrial, surgiram, por aceleração, as formações *Imperialistas Industriais* e, por atualização, sua contraparte *Neocolonial*. E, em seguida, como resultado de um segundo processo civilizatório, as formações *Socialistas Revolucionárias*, *Socialistas Evolutivas* e *Nacionalistas Modernizadoras*, geradas como acelerações evolutivas, ainda que com graus distintos de capacidade de progresso (RIBEIRO, 1983, p.85).

No bojo desse processo é que as diferenças de derivação étnico-cultural conformaram as diferentes sociedades americanas quanto às suas condições econômico-sociais. Nesse contexto, as sociedades latino-americanas que se conformaram simplesmente como contrapartes neocoloniais de centros industriais exploradores – todos os latino americanos – passariam a ser explorados, inclusive, pela parte dos povos americanos que obteve acelerações evolutivas, e portanto, desenvolvimento autônomo, e que assim, se voltaria aos próprios latino-americanos, como concorrentes dos antigos centros reitores europeus, pelo controle de sua exploração.

Aqui se encontram os elementos para que possamos continuar perseguindo a compreensão do pensamento de Darcy Ribeiro para a América Latina. Conhecer o “*Dilema Latino-Americano*” seria o próximo passo: levar as respectivas populações de cada país latino-americano a optar por continuar corroborando com reiterativos processos

de atualização história que garantiriam, recorrentemente, uma boa qualidade de vida a apenas pequenas parcelas de cada sociedade latino-americana, em função de ao mesmo tempo, continuar reduzindo a condições de pobreza e penúria toda as parcelas restantes da sociedade, e portanto aceitar a condição história de exploração externa, em parte mantenedora da estrutura de exploração social interna, ou enfrentar os desafios históricos de estratificação social interna e externa para traçar projetos de desenvolvimento autônomo e auto-sustentado, correndo o risco de enfrentamento com nações já desenvolvidas e interessadas na manutenção da condição de exploração, e portanto dentro de uma perspectiva de conflito externo que, atuantes junto das mesmas parcelas de população latino-americanas privilegiadas e condutoras dos destinos de suas respectivas nações, enfrentando também conflitos de ordem interna aos diferentes países latino americanos.

Exatamente nesse momento, em que elaborar projetos coerentes e palpáveis para os tais processos de enfrentamento se torna algo mais difícil, o próprio Darcy Ribeiro abandona seus estudos de caráter eminentemente teórico-acadêmicos e passa não somente a se fundamentar, mas também a dialogar com outros autores, que possuem uma perspectiva eminentemente retórica e de intervenção prática. Seus escritos deixam de se compor como uma interpretação acadêmica da realidade ou dos processos de conformação histórica dos povos latino-americanos e passam a representar propostas político-ideológicas de enfrentamento de grupos político-econômicos dentro e fora das Américas; chegando a pensar em um contexto de enfrentamento com fatores de abrangência mundial.

Apesar de continuarmos analisando o conjunto das obras de Darcy Ribeiro, especificamente seus *Estudos de Antropologia da Civilização*, tomando como foco principal a América Latina, não analisaremos mais o seu conteúdo eminentemente acadêmico, mas o que acreditamos ter se constituído como um conteúdo mais propriamente retórico e militante. Para tanto, faz-se necessário transcender os livros que compõem os *Estudos de Antropologia da Civilização* de Darcy Ribeiro, para complementá-los com outros ensaios do autor. As principais referências de análise nesse contexto serão os livros: *O Dilema da América Latina* (RIBEIRO, 1979a) – ainda que este esteja incluído dentro dos já mencionados *Estudos de Antropologia da Civilização* - e *América Latina a Pátria Grande* (RIBEIRO, 1986).

Darcy Ribeiro tece uma crítica sobre o comportamento científico e as disciplinas acadêmicas, que no processo de definição rígida de regras e métodos puramente acadêmicos, acabariam por condicionar a atuação dos intelectuais, colocando dificuldades, ou limitações, para que estes construíssem uma avaliação de qualquer objeto vinculando-o ao seu contexto real de vivência:

Na verdade, os cientistas sociais estão preparados para a realização de estudos precisos e acurados sobre temas restritos e, em última análise, irrelevantes. Entretanto, sempre que se exorbita destes limites, elegendo temas por sua relevância social, exorbita-se, também, da capacidade de tratá-los “cientificamente”. Que fazer diante deste dilema? Prosseguir acumulando pesquisas detalhadas, que em algum tempo imprevisível permitirão elaborar uma síntese significativa? Ou acertar quanto a temas amplos e complexos que não estamos armados para enfrentar de forma tão sistemática como seria desejável? (RIBEIRO, 1983, p.09-10).

Darcy Ribeiro assume a sua posição, e rebate seus críticos “acadêmicos”:

Muitos de meus colegas, pesquisadores sociais, me desejariam tão isento quanto é possível ser na realização de estudos sem relevância social, em que se exercita o virtuosismo metodológico e o objetivismo científico. Muitos companheiros políticos gostariam de um livro ainda mais militantemente engajado que fosse um testemunho de minhas experiências, uma denúncia e um programa normativo. Fiel a algumas das lealdades professadas por uns e por outros, procurei utilizar, tanto o quanto permitia a minha formação científica, o acervo dos conhecimentos antropológicos e sociológicos na análise dos problemas com que se debatem os povos americanos. Mas procurei, por igual, eleger os temas por sua relevância social e estudá-los com o propósito de influir no processo político em curso. Provavelmente não atendi a uns nem a outros. Tenho a esperança, todavia, de que estes estudos sejam de alguma utilidade para um tipo particular de leitores, mais ambiciosos no plano da compreensão e mais exigentes no plano da ação, porque predispostos a entender para atuar e atuar para compreender” (RIBEIRO, 1983, p.13).

Darcy Ribeiro complementa a justificativa à sua nova postura “científica” que somente adotará de maneira embrionária em *As Américas e a Civilização*, mas que em *O Dilema da América Latina* aparecerá de maneira bastante contundente:

Nas sociedades que se defrontam com graves crises sociais, as exigências de ação prática não deixam margem a dúvidas quanto ao que cumpre fazer. Os cientistas dos povos contentes com seu destino podem dedicar-se a pesquisas válidas em si

mesmas como atribuições para melhorar o discurso humano sobre o mundo e sobre o homem. Os cientistas dos países descontentes consigo mesmos são ungidos, ao contrário, a usar os instrumentos da ciência para tornar mais lúcida a ação de seus povos na guerra contra o atraso e a ignorância. Submetidos a esta compulsão, lhes cabe utilizar da melhor forma possível a metodologia científica, mas fazê-lo urgentemente, a fim de discernir, táticas e estrategicamente, tudo o que é relevante dentro da perspectiva desta guerra. Em nossas sociedades subdesenvolvidas e, por isso mesmo, descontentes consigo mesmas, tudo deve estar em causa. Cumpre a todos indagar dos fundamentos de tudo, perguntando a cada instituição, a cada forma de luta e até a cada pessoa, se contribui para manter e perpetuar a ordem vigente ou se atua no sentido de transformá-la e instituir uma ordem social melhor. Esta ordem melhor não representa qualquer enteléquia que possa confundir quem quer que seja. Representa, tão somente, aquilo que permitirá a maior número de pessoas comer mais, morar decentemente e educar-se. Alcançados os níveis de fartura, de salubridade e de educação viabilizados pela tecnologia moderna mas vetados pela estrutura social vigente, poderemos entrar no diálogo dos ricos sobre os dissabores da abundância que tornam tão “infelizes” os povos prósperos e talvez tenhamos, então, o que dizer dos debates acadêmicos da ciência conformista. Por agora, se trata de enfrentar nossa guerra contra a penúria e contra todos os quem de dentro ou de fora de nossas sociedades, as querem tal qual são, não importa quais sejam suas motivações. Nesta guerra, as ciências sociais, como tudo mais, estão conscritas e, por sua vontade ou a seu pesar, servem a uma das facções em pugna (RIBEIRO, 1983, p.10).

Darcy Ribeiro reforça, portanto, que a partir de determinado momento, sua postura intelectual deixa de ser um “*exercício meramente acadêmico*”, e passa a ser um “*esforço deliberado de contribuir para uma tomada de consciência ativa das causas do subdesenvolvimento*” dos povos latino-americanos (RIBEIRO, 1983, p.13). O que justificaria assumir posturas políticas que, para o próprio Darcy Ribeiro, significavam a representação dos interesses de determinadas classes sociais em detrimento de outras: “*Intelectual, para mim, é aquele que melhor domina e expressa o saber de seu grupo*” (RIBEIRO, 2001).

De certa maneira, a proposta de utilização das análises acadêmicas como um espelho para a intervenção política e prática na vida da sociedade, já estava presente em seu primeiro livro:

Com essa postura é que escrevemos *O Processo Civilizatório*. Ele é o melhor discurso que podíamos formular sobre o caráter necessário – e, portanto, compreensível – de nosso passado de nações que fracassaram na história. É também a mais clara advertência que podíamos escrever sobre as ameaças que pesam sobre nós de recairmos na condição de povos explorados e subalternizados, ameaça tanto maior porque esse é o projeto de nossas classes dominantes. É, por fim, a expressão mais eloqüente que conseguimos formular sobre as possibilidades

reais que se abrem à nossa frente de ruptura revolucionária dos fatores causais do atraso autoperpetuante, para a realização das potencialidades dos nossos povos, dentro da civilização emergente (RIBEIRO, 1998, p.27-8).

Para lograr êxito em suas propostas, Darcy Ribeiro recomendava ser indispensável “*observar, comparar e interpretar de olhos postos no trânsito entre o que foi e o que pode ser, e com a predisposição de conhecer para intervir e influir, no sentido de que venham a se concretizar na história, amanhã, as possibilidades mais generosas dela*” (RIBEIRO, 1998, p.27). Essa mesma postura daria o tom ao livro *As Américas e a Civilização*:

Nosso estudo é uma tentativa de integração das abordagens antropológica, sociológica, econômica, histórica e política em um esforço conjunto para compreender a realidade americana de nossos dias. Cada uma dessas abordagens ganharia em unidade se isolada das demais, mas perderia em capacidade explicativa. Acresce, ainda, que existem demasiados estudos parciais desse tipo, quando não agrupados em obras de conjunto, ao menos dispersos em artigos, abordando os diversos problemas de que tratamos aqui. O que nos falta são esforços por integrá-los organicamente, a fim de verificar que contribuições podem oferecer as ciências sociais para o conhecimento da realidade que vivemos e para determinar as perspectivas de desenvolvimento que temos pela frente. Como antropólogo, suponho que esta integração possa ser melhor alcançada sob a perspectiva da antropologia que, por sua amplitude de interesses e por sua flexibilidade metodológica, está mais habilitada a empreender obras de síntese (RIBEIRO, 1983, p.11).

“*Compreensão para a intervenção*” e “*intervenção como forma de compreensão*”, esse princípio dialético permaneceria até a última das obras de interpretação “acadêmica”, dado que também apresenta inegáveis características de ensaio, de Darcy Ribeiro: *O Povo Brasileiro*:

Portanto, não se iluda comigo, leitor. Além de antropólogo, sou homem de fé e de partido. Faço política e faço ciência movido por razões éticas e por um fundo patriotismo. Não procure, aqui, análises isentas. Este é um livro que quer ser participante, que aspira a influir sobre as pessoas, que aspira a ajudar o Brasil a encontrar-se a si mesmo (RIBEIRO, 1995, p.17).

Compreender como Darcy Ribeiro se utilizou dessa vinculação teórico-prática à sua vivência intelectual com relação à América Latina, propondo o seu direcionamento ao que o autor definia como a “Revolução Necessária”, é a proposta deste ponto em diante.

Após se propor a um resumo de todas as ideias trabalhadas em livros anteriores, em *o Dilema da América Latina*, Darcy Ribeiro passa a definir a situação dos países atrasados, ente eles todos os Latino-Americanos, frente a duas perspectivas de análise: a primeira referente à realidade internacional, num contexto de existência de países desenvolvidos e outros em conflito de interesses com os primeiros; e a segunda referente à realidade interna de divisões de classes sociais e as conformação dos privilégios de umas no sentido de determinação da existência de outras em função de processos de exploração e exclusão. Darcy Ribeiro reforça que o desenvolvimento dos diferentes países acontecendo por aceleração evolutiva, e portanto conformando os países que deste processo se alçaram à condição de autonomia, e os países que se desenvolveram pelo processo de atualização histórica, e portanto conformados como países dependentes dos primeiros, não representava um processo de distanciamento, mas, pelo contrário, de complementaridade:

As sociedades humanas não transitam de uma a outra etapa da evolução por uma única via, mas por duas vias distintas, embora complementares. A primeira, muito mais rara, corresponde à aceleração evolutiva que ativa um povo no curso de um processo civilizatório, configurando-o como uma sociedade autônoma, dona de seu próprio destino, tendente a expandir sua cultura e sua língua sobre outros povos e capaz de desenvolver-se intensamente pelo domínio autônomo da nova tecnologia, ademais de enriquecer-se com o produto do trabalho dos povos que subjuga ou aos quais se impõe economicamente. A segunda via – muito mais freqüente – corresponde à atualização ou incorporação histórica configuradora de povos dependentes que, havendo perdido a autonomia no comando de si mesmos, ao serem envolvidos e dominados por movimentos de expansão de outros povos, foram reduzidos à condição de proletariados externos não estruturados social e economicamente para si próprios, mas para servir aos interesses e desígnios de seus dominadores. (...) Conforme se verifica, as enormes energias transformadoras das revoluções tecnológicas, operando sob o condicionamento destas constringências, dão lugar, nos casos de aceleração evolutiva, ao desenvolvimento pleno e autônomo; e nos casos de incorporação histórica, ao subdesenvolvimento. Desenvolvimento e subdesenvolvimento resultam, assim, dos mesmos processos históricos, não como etapas seqüenciais de uma linha evolutiva, mas como configurações coetâneas das mesmas etapas evolutivas e até como formas mutuamente complementares (RIBEIRO, 1979a, p.22).

Essa “estrutura” que, apesar de bipartida, definiu-se de modo intrinsecamente complementar dentro de um sistema unificado de interdependência, reproduziria cada uma dessas sociedades, de acordo com uma perspectiva específica e correspondente ao seu

modo de integração neste processo, em novos processos de desenvolvimento autônomo ou dependente, cada vez mais as diferenciando e ao mesmo tempo as levando cada vez mais a integrarem-se a uma estrutura única de autonomia-dependência:

Os núcleos cêntricos, depois de beneficiados pelo saqueio das riquezas acumuladas pelos povos que dominaram, continuam fortalecendo-se com a sucção do produto do seu trabalho. O efeito disso foi um desenvolvimento contínuo, limitado apenas por relações eventualmente espoliativas que estabeleceram com outros núcleos cêntricos. As áreas periféricas, além de saqueadas, continuaram tanto mais exploradas quanto mais riquezas pudessem produzir. Experimentaram, não obstante, certo grau de modernização reflexa, principalmente no campo da técnica de suas atividades produtivas que permitia vislumbrá-los como economias coloniais prósperas, sempre porém de uma “prosperidade” não generalizável (RIBEIRO, 1979a, p.26).

Na visão de Darcy Ribeiro, devido a essas relações econômicas espoliativas operadas pelos tais “núcleos cêntricos”, as áreas periféricas puderam acumular recursos que as capacitaram a promover reiteradas inovações “*nos processos produtivos e nas formas de utilização da energia mecânica que amadureceriam com a Revolução Industrial*” (RIBEIRO, 1979a, p.26). E para complementar:

Tal como os processos civilizatórios anteriores, entretanto, a nova tecnologia não se expandiu como uma difusão de conhecimentos e práticas livremente adotáveis, mas pela criação de novos centros de poder e pela imposição de seu domínio sobre o mundo. Assim é que, no seu primeiro processo civilizatório, a Revolução Industrial transfigurou, uma vez mais, a todos os povos, fazendo uns poucos núcleos cêntricos ascender, por aceleração evolutiva, à condição de formações *Imperialistas Industriais* (Inglaterra, França, Estados Unidos), enquanto aos outros, bem como à quase totalidade de povos dependentes, apenas permitiu experimentar uma nova incorporação histórica. Neste passo, os últimos transitam de sua antiga condição de dependência à situação de formações *Capitalistas Neocoloniais* a qual só lhes abre um horizonte medíocre de desenvolvimento porque ilimitado pela dupla conscrição: a espoliação imperialista e a exploração classista interna (RIBEIRO, 1979a, p.26).

Para Darcy Ribeiro, tanto as formações exemplificativas do desenvolvimento dos países conformados por aceleração evolutiva, quanto os exemplificados pelo subdesenvolvimento gerado pelos processos de incorporação histórica, apresentariam tensões internas decorrentes de conflitos entre interesses contrapostos das diferentes

classes sociais e da maneira como passaram a organizar suas “*estruturas de poder*” (RIBEIRO, 1979a, p.22). A diferença, no entanto seria que:

No primeiro caso, porém, estas crises não impedem – pelo contrário, muitas vezes facilitam – um alto grau de exploração das potencialidades da nova tecnologia, que aparece com o florescimento e uma nova civilização. No segundo caso, os efeitos da constrição classista e da dependência apenas propiciam graus medíocres de modernização que podem, eventualmente, brilhar em expressões singulares de riqueza barroca e de conforto ostentatório – em meio à pobreza generalizada – como indicações visíveis dos faustosos privilégios que uma classe dominante local pode proporcionar-se dentro de um sistema social altamente desigualitário (RIBEIRO, 1979a, p.22).

O mais surpreendente, de acordo com Darcy Ribeiro, seria o fato de que, havendo riqueza entre os povos dependentes, geradoras de novas tecnologias, estas seriam aplicadas “*até o limite necessário para tornar mais próspera a economia dependente, mantendo sempre, porém, a situação de dependência*” (RIBEIRO, 1979a, p.23):

Surgem, assim, sociedades que, sendo estruturalmente deformadas desde seu nascimento, crescem com estas distorções, incapazes de superá-las através do simples funcionamento do sistema, porque a própria prosperidade, ao reforçar o vínculo externo de dependência, se torna fator de atraso (RIBEIRO, 1979a, p.23).

Nesse sentido, a condição correspondente à dependência e ao subdesenvolvimento não impediria que enquanto empreendimentos econômicos, estas formações florescessem como unidades prósperas. Pelo contrário, muitas das colônias que se implantaram na América, por via da incorporação histórica, teriam configurado, nas palavras de Darcy Ribeiro, “*algumas das empresas mais ricas que se conhecem em toda a história econômica mundial*”; e complementa: “*Ricas, porém, para os núcleos cêntricos e para os agentes internos da dominação, mas não para si próprias e menos ainda para sua população global*” (RIBEIRO, 1979a, p.23).

Darcy Ribeiro destaca que por este processo de diferenciação, aquelas colônias “pobres”, “*mais capacitadas a se estruturarem desde a primeira célula como um povo para si*”, como no caso dos Estados Unidos, “*cresceram com enorme potencialidade de autodesenvolvimento*”; enquanto que as colônias “prósperas”, como no caso de todas as colônias latino-americanas, “*vieram a ser, em nossos dias, precisamente as áreas mais atrasadas e miseráveis das Américas*” (RIBEIRO, 1979a, p.23-4, passim):

O aparente paradoxo que converte as áreas mais ricas nas mais pobres e que condiciona os povos mais miseráveis a custear a prosperidade dos mais abastados se explica, precisamente, por esta superexploração, impraticável dentro da própria nação dominadora, mas perfeitamente factível no caso dos seus proletariados externos (RIBEIRO, 1979a, p.24).

Se, como já demonstrado anteriormente, ao longo dos séculos, essa superexploração foi justificada como uma ação civilizadora que o europeu empreendeu nas Américas para salvar seus povos da heresia – daí a idéia de Impérios Mercantis Salvacionistas -, com uma base eminentemente religiosa, o mesmo passou a ser feito, em determinado momento pelos estadunidenses que operariam, por sua vez, ações civilizatórias para salvar os mesmos americanos de antes, do atraso e de subumanidade de suas áreas de dominação (RIBEIRO, 1979a, p.24).

Atrás destas remarcadas diferenças de níveis de prosperidade empresarial e até de nível de renda global e per capita, estavam, de uma lado, núcleos mais ou menos autárquicos, crescendo vegetativamente e se estruturando como um povo. E do outro lado, um proletariado externo que, crescendo pela mestiçagem, se ia convertendo em povo, malgrado ou contra o propósito de seus dominadores que o encaravam simplesmente como uma força de trabalho, desgastável como mero combustível e renovável mediante a importação de mais escravos (RIBEIRO, 1979a, p.23).

Tal é a natureza de um proletariado externo. Assim foi num passado remoto, com relação às massas desgastadas nas grandes plantações latifundiárias e nos *ergasteiros* das colônias em que se fundava a prosperidade (...). Assim foi, por igual, durante toda a História da América Latina. Assim ameaça continuar sendo enquanto permaneceram hegemônicos os interesses que regeram até agora a ordenação social da América Latina (RIBEIRO, 1979a, p.24).

Ainda em *As Américas e a Civilização*, Darcy Ribeiro diria que o problema do atraso latino-americano teria deixado de ter como ponto de referência a dependência da região com relação aos colonizadores europeus e, após o crescimento e o desenvolvimento por processos genuínos de aceleração histórica no contexto da revolução industrial por parte dos *Povos Transplantados* do norte, teria colocado todos os latino-americanos sob exploração dos Estados Unidos:

Estes fatores de desenvolvimento e de atraso não são, porém, conquistas ou condenações consolidadas, mas componentes dinâmicos que, por sua atuação,

modelaram os povos de cada configuração histórico-cultural e os fazem defrontar-se com uma problemática específica e diversa das demais. Deles resultou um novo fator de diferenciação que é a proletarização do continente em um núcleo de alto desenvolvimento e um contexto de povos subdesenvolvidos. A interação dentro da área passou, por isto, a realizar-se como relações entre sociedades historicamente defasadas: umas situadas no nível de formação imperialista industrial, outras submetidas à condição de sujeição neo-colonial. Tais relações, sendo intrinsecamente espoliativas para as nações atrasadas, conduzem a conflitos de interesses e tensões. A América do Norte é levada, assim, a um papel de mantenedora do sistema que é lucrativo para suas empresas instaladas na região e que é conveniente à sua política de potência no continente e no mundo. O estudo desta polarização é tanto mais importante porque, quaisquer que sejam os caminhos do desenvolvimento dos povos latino-americanos, ela terá conseqüências decisivas dado o poderio de intervenção dos norte-americanos, a natureza imperativa de seus compromissos de potência mundial e o peso de seus interesses investidos na região (RIBEIRO, 1983, p.420).

Dentro deste contexto é que teriam acontecido, no mundo todo, dentro do processo de acumulação de tensões decorrentes ainda da revolução tecnológica representada pela revolução industrial, um segundo processo civilizatório que, nas palavras de Darcy Ribeiro: “*consistiu, essencialmente, em reordenações internas de algumas sociedades, conducentes à criação de formações sócio-culturais de modelo socialista, seja através de procedimentos intencionais, seja mediante um desenvolvimento evolutivo*” (RIBEIRO, 1979a, p.26-7):

A primeira via cristalizou-se em duas formações distintas: o *Socialismo Revolucionário*, cujo padrão básico, inaugurado pelos soviéticos, se expandiu posteriormente por amplas áreas; e o *Nacionalismo Modernizador*, como um regime híbrido que procura combinar conteúdos capitalistas e socialistas. A segunda via vem se concretizando como *Socialismo Evolutivo*, resultante da acumulação de mudanças experimentadas por algumas sociedades altamente industrializadas, que acabou por descaracterizá-la como estruturas capitalistas (RIBEIRO, 1979a, p.27).

De acordo com Darcy Ribeiro, esse novo processo civilizatório, o modelo Socialista, representaria uma nova opção de aceleração evolutiva aos povos atrasados:

[...] representado pela URSS, pelas Repúblicas Populares da Europa Oriental, pela China, pelo Vietnã e Coréia do Norte, e por Cuba, que inaugurou a nova formação nas Américas. (...). Enseja ritmos mais intensos de progresso econômico, social e cultural até hoje conhecidos. Representa, por isto, a via mais direta de induzir um

processo de aceleração evolutiva em sociedades subdesenvolvidas de estrutura social rígida e com grandes montantes populacionais (RIBEIRO, 1983, p.538).

Três características distintivas do modelo socialista revolucionário de desenvolvimento o tornam especialmente atrativo para as nações subdesenvolvidas. Primeiro, os altos ritmos de crescimento econômico que consegue imprimir. (...) Outra característica distintiva do modelo socialista revolucionário é a de ser o único que alçou grandes massas populacionais da pobreza à prosperidade. Todos os processos anteriores de desenvolvimento englobavam pequenos contingentes demográficos. (...) A terceira particularidade do modelo socialista revolucionário é que ele conseguiu imprimir processos de aceleração evolutiva e estruturas sociais rígidas, elevando-as do nível de economias agro-artesanais ao padrão industrial moderno (RIBEIRO, 1983, p.519).

Frente ao desafio de sair da condição de subdesenvolvimento, portanto, caberia aos países em tal condição emergirem de acordo com dois modelos de desenvolvimento industrial, o *Capitalismo Tardio* – de caráter *Nacionalista Modernizador* – e o *Socialista*, que ofereceriam especial interesse teórico por seu caráter de esforços deliberados de rompimento com a dominação imperialista, operada anteriormente pelos europeus, e de enfrentamento das causas internas do atraso (RIBEIRO, 1983, p.512). Passados os processos de desenvolvimento capitalista tardio representados por Alemanha, Japão, Estados Unidos, que somente teriam conseguido ascender ao nível de autonomia via conflitos bélicos de abrangência mundial, e portanto já sendo um processo de alto risco, de alto custo, e, por tudo isso, que recebia certa resistência por parte dos países “centrais”, a única alternativa restante aos ainda subdesenvolvidos, na visão de Darcy Ribeiro, seria o trânsito à autonomia pela via socialista.

O choque entre os países que representavam os antigos pólos de imperialismo, com os países emergentes na exploração via desenvolvimento do capitalismo tardio, e ainda com a participação dos países que teriam se desenvolvido pela via socialista, teria gerado não só duas guerras mundiais, como acabavam por conformar um contexto mundial de conflitos, que em uma visão abrangente da conjuntura internacional traçado por Darcy Ribeiro, seriam de tais ordens:

- as disputas entre as potências imperialistas industriais;
- a oposição entre os povos atrasados e seus exploradores;
- o antagonismo entre o campo capitalista e o socialista;
- e as tensões inter-socialistas (RIBEIRO, 1979a, p.34).

E complementa:

Estas últimas, embora importantes, parecem menos relevantes na conjuntura mundial e só são destacadas aqui pela contribuição que a disputa sino-soviética parece capaz de aportar para uma emulação pelo aperfeiçoamento dos modelos socialistas de sociedade e para a ativação das lutas de emancipação dos povos atrasados. (...) A primeira ordem de tensões correspondente à oposição entre potências imperialistas enquanto complexos de interesses nacionais mutuamente excludentes, abrandou-se sensivelmente depois da última guerra. Com a derrota da Alemanha, da Itália e do Japão, a conjuntura mundial perdeu o caráter de uma polaridade de imperialismos rivais para assumir a feição de um superimperialismo centralizado na América do Norte que reordenou a economia internacional como potência hegemônica, e financiou a restauração dos parques industriais europeus e japoneses. Deste modo, os norte-americanos não só evitaram a ameaça de progressão de algumas das antigas potências para regimes socialistas, como se apropriaram do comando das economias rivais. Implantou-se, assim, no pós-guerra, uma economia mundial do dólar, regida pelas grandes corporações norte-americanas através do seu poderio financeiro e de sua supremacia tecnológica. Nesta conjuntura, tornou-se praticamente impossível o crescimento de qualquer empresa de dimensão mundial sem a participação norte-americana (RIBEIRO, 1979a, p.34-5).

O preço desta hegemonia para a América do Norte foi a assunção ao papel de potência militar mantenedora da ordem capitalista internacional e a aceitação dos compromissos econômicos e financeiros correspondentes, provavelmente superiores às suas forças. Engendram-se, deste modo, ameaças de crise do próprio sistema, que só podem ser enfrentadas pelos esforços conjugados e por sacrifícios comuns que os outros centros imperialistas relutam em aceitar. Nesta conjuntura, a França, à frente do Mercado Comum Europeu, e a Inglaterra, na defesa da área da libra, exigem a revisão do sistema financeiro mundial privilegiador do dólar. A Alemanha ameaça voltar-se para os mercados do Leste e todos vêm na estruturação de uma economia européia unificada a única forma de evitar a completa dominação econômica de seus países pelos Estados Unidos. Só o Japão ainda está reticente em estabelecer comércio com a China porque encontra larga margem de expansão econômica nos vazios deixados pela América do Norte nos mercados ocidentais (RIBEIRO, 1979a, p.35).

Além ainda das disputas inter-socialistas, bem como das disputas entre as potências industriais, na análise das disputas entre os povos atrasados e seus exploradores, Darcy Ribeiro chamaria ainda a atenção ao que ele convencionou chamar de “*consciência crítica do subdesenvolvimento*”. Seu objetivo era o de tentar desvendar as perspectivas de desenvolvimento autônomo, a partir das dinâmicas industriais e capitalistas, que se abririam aos povos subdesenvolvidos e dependentes das Américas:

A ruptura desta condição só pode processar-se no curso de longos processos de reconstituição étnica, de conflitos sangrentos pela emancipação do jugo da etnia parasitária e de proscrição dos agentes internos da dominação comprometidos com o sistema. Em qualquer caso, porém, a nova etnia surgirá traumatizada porque conduz dentro de si tradições em choque que deverá amalgamar interesses de grupos e de extratos sociais que contrapor; e, ainda, dependências externas que, de alguma forma, precisará atender (RIBEIRO, 1983, p.42).

Dada a dificuldade de os países atrasados dominarem conteúdos tecnológicos novos e incrementar seu uso no sentido de sua autonomia a fim de que *“possam, um dia, ascender de um sistema de sustentação da complementaridade desigualitária, a um sistema econômico de atendimento das necessidades de sua própria população e de intercâmbio internacional condicionado aos imperativos da sua autonomia e crescimento”* (RIBEIRO, 1983, p.43), Darcy Ribeiro diria o seguinte:

Só através de um esforço deliberado e conduzido estrategicamente, torna-se possível a ruptura desta cadeia autoperpetuante de dominação. As crises econômicas do sistema oferecem as principais oportunidades de tentar esta ruptura, porque enfraquecem o núcleo dominador e porque compelem a exercer formas mais despóticas de espoliação com o objetivo de transferir as tensões que está suportando. Entretanto, quando estas crises coincidem com a emergência de novos processos civilizatórios, conducentes ao alçamento de outros centros reitores, implicam no risco de que a ruptura com uma esfera de dominação se reduza à transferência a outra esfera, como sucedeu com o impacto da Revolução Industrial e as lutas de Independência que ela desencadeou nas Américas. (RIBEIRO, 1983, p.43).

Darcy Ribeiro evidencia a conformação do subdesenvolvimento, reafirmando o argumento inicial do debate hora em desenvolvimento:

Tal é o subdesenvolvimento. Por tudo isto, ele não pode ser explicado como uma polaridade de contrastes interativos, como pretendem os teóricos dualistas. Nem como uma crise de transição entre feudalismo e o capitalismo que afeta uniformemente a todos os povos imersos nesse estágio de evolução, como quer o marxismo dogmático. O subdesenvolvimento é, na verdade, o resultado de processos de atualização histórica só explicáveis pela dominação externa e pelo papel constritor das classes dominantes internas, que deformam o próprio processo de renovação, transformando-o de uma crise evolutiva em um trauma paralisador. Desenvolvendo-se dentro deste enquadramento, a maioria das nações americanas evoluiu como estruturas *“atualizadas”* (RIBEIRO, 1983, p.45).

No entanto, dadas as dificuldades de se conseguir implementar projetos de superação do atraso frente aos países que deles se beneficiam, nada seria mais coerente para Darcy Ribeiro que os subdesenvolvidos aderissem ao próprio conflito socialismo-capitalismo do contexto da sociedade internacional:

Em nossos dias, uma nova onda de criatividade intelectual e um novo alargamento da consciência possível se expressa criticamente e varre o mundo dos povos deserdados. É a inconformidade com seu lugar e seu papel no sistema mundial e a consciência de suas estruturas sociais como problemas (...) Trata-se, provavelmente, de um efeito reiterativo dos mesmos processos estruturais que, alterando as formas de produção das sociedades humanas, força a renovação institucional e enseja a auto-superação ideológica (RIBEIRO, 1983, p.47).

O elemento fundamental desta conscientização é a própria concepção do subdesenvolvimento como produto do desenvolvimento de outros povos, alcançado mediante a espoliação dos demais e como efeito da apropriação dos resultados do progresso tecnológico por minorias privilegiadas dentro da própria sociedade subdesenvolvida. É, ainda, a compreensão de que enquanto permanecerem no quadro desses condicionamentos internos e externos, as sociedades dependentes só experimentarão uma modernização reflexa, parcial e deformada, geradora de crises demográficas e sociais impossíveis de serem superadas dentro das estruturas vigentes. É, por fim a percepção de que esta situação de atraso só pode ser rompida revolucionariamente. E que, em consequência, a missão crucial dos cientistas sociais das sociedades subdesenvolvidas é o estudo da natureza da revolução social e a busca dos caminhos pelos quais ela possa ser desencadeada para dar lugar a uma aceleração evolutiva (RIBEIRO, 1983, p.48).

Colocados entre a esfera capitalista e a socialista, os povos atrasados na história, nas palavras de Darcy Ribeiro, estariam submetidos às maiores tensões: *“Para uns, eles são a caça guardada que deve ser mantida como objeto de espoliação. Para outros, são a área natural de expansão de sua influência ideológica e de luta por conquistar alianças e posições estratégicas”* (RIBEIRO, 1983, p.70). Assim:

Em face dos dois grandes, porém, se foi alcançando a multidão dos pequenos, como um terceiro mundo, caracterizado pela miséria de seus povos, por seu descontentamento com o destino que se lhes prescrevia e com o lugar e o papel que lhes era reservado no sistema mundial. Aos poucos, esse terceiro mundo toma consciência da especificidade de seus interesses e da identidade da luta que trava para alcançar o progresso econômico e social. Desde então, os três mundos se situam no plano ideológico como uma coalizão anti-revolucionária, uma ortodoxia revolucionária e uma rebelião inconformista. As duas últimas esferas pareciam compelidas a se associarem, menos pela identidade de sua postura ideológica do

que pela oposição frontal de interesses entre nações cêntricas e periféricas dentro do espectro imperialista (RIBEIRO, 1983, p.70).

É o começo do degelo ideológico, em que a conjuntura reacionária se rompe e se desmascara liberando, mais uma vez, as forças virtualmente progressistas de todo o mundo, principalmente do Terceiro Mundo, para a tarefa da reconstrução racional da sociedade como a missão dos filósofos e dos cientistas e, por igual, do homem comum e de suas lideranças revolucionárias (RIBEIRO, 1983, p.73).

Darcy Ribeiro passa, assim, a colocar em palavras claras, que a melhor perspectiva de desenvolvimento autônomo oferecida aos países latino-americanos, seria o alinhamento ao socialismo evolutivo:

Na história da América Latina surgiram inúmeros movimentos insurrecionais das classes oprimidas que polarizaram, primeiro, as massas escravas, depois, as camponesas. Alguns deles alcançaram grandes vitórias mas puderam ser dominados porque eram antecipações históricas ainda inviáveis, por serem incapazes de refazer a ordem social. Nos nossos dias, esta carência foi superada pelo surgimento simultâneo de uma consciência crítica e rebelde e de uma teoria revolucionária, reiteradamente aplicada em várias partes do mundo, que proporciona uma orientação estratégica às lutas revolucionárias e torna possível sua vitória e com ela a reordenação racional da sociedade em bases socialistas. Enquanto as esquerdas latino-americanas estiverem integradas no sistema como participantes menores dele e sem propor-se um projeto próprio de poder socialista, esta reativação se torna impraticável. (RIBEIRO, 1979a, p.222)

Darcy Ribeiro, no entanto, destaca que depois da revolução cubana e, mais a frente, o desenvolvimento do processo chileno, a América Latina passaria por uma mudança radical de cenário, pois passaria a demonstrar a possibilidade de vitória de uma revolução socialista em seu contexto.

As forças políticas da América Latina vão forjando uma consciência madura a respeito das formas de luta revolucionária adequadas às condições específicas das nações subdesenvolvidas. Estas nações, não tendo encontrado conjunturas favoráveis para uma renovação estrutural de tipo clássico – através do caminho liberal ou da via plutocrática do desenvolvimento do capitalismo tardio – se vêem na contingência de optar por um dos dois modelos de ação renovadora, correspondente às suas condições estruturais e à época presente. Tais são, como vimos, o socialismo revolucionário ou o evolutivo. (...) Todos estes traços distintivos do socialismo revolucionário tornam provável que ele se configure como a saída natural para as nações condenadas ao atraso e à penúria enquanto prevalecer a dominação imperialista sobre os mercados mundiais; a exploração de seus recursos pelas corporações monopolistas e a opressão interna por estruturas de

poder destinadas a manter a exploração externa e a constrição oligárquica (RIBEIRO, 1983, p.520).

Darcy Ribeiro introduz a ideia do “*Dilema da América Latina*”, pela discussão da necessidade de os países da região, no movimento de uma nova revolução tecnológica, a Termonuclear, oporem-se à “*industrialização recolonizadora*” operada pelas multinacionais, em âmbito externo, e aos regimes de segurança nacional – representados pelos governos de intervenção militar -, em âmbito interno, a todos os países latino-americanos. Uma aliança com os países socialistas e demais subdesenvolvidos, e uma derivação dos latino-americanos para regimes socialistas, seria a única alternativa para que estes pudessem alcançar o desenvolvimento autônomo e independente.

Baseado nas últimas análises sobre o socialismo realizadas em *As Américas e a Civilização*, Darcy Ribeiro, em *O Dilema da América Latina*, estuda as possibilidades efetivas de abandono dos processos reiterativos de “*atualização histórica*” no sentido de partir para um processo de “*aceleração evolutiva*”, que alçaria os latino-americanos, subdesenvolvidos, à superação de sua dependência em relação a um novo pondo de antagonismo e hegemonia, os Estados Unidos. Teria preocupação, também, com a elaboração de um programa político-ideológico, na forma de um plano de ação estratégico, para tal fim.

O “dilema” seria representado pela necessidade de opção entre a adesão a um processo de evolução autônoma, em confronto com os Estados Unidos, ou a permanência na condição dependente geradora de profundas desigualdades econômicas e sociais entre as nações, mas principalmente favoráveis entre as elites dirigentes internas a cada país latino-americano em detrimento das demais classes sociais trabalhadoras, que seriam as principais prejudicadas pela condição de “proletariados externos”, produtores de riquezas para usufruto alheio, vivendo em condição de intensa pobreza e penúria econômica e social.

Passadas as experiências revolucionárias latino-americanas das décadas de 1960 e 1970, e com a implantação de ditaduras militares em quase todos os países latino-americanos – em um ciclo que vai de 1964 no Brasil a 1973 no Chile (COMBLIN, 1978) – Darcy Ribeiro passa a reavaliar a ideia de alinhamento ao socialismo. Em verdade, há uma guinada gritante no posicionamento político-ideológico de Darcy Ribeiro que, na década de 1980, reelabora todo o pensamento produzido sobre a América Latina realizado

em décadas anteriores. Essas reavaliações seriam feitas principalmente em *América Latina: a Pátria Grande*, que, após uma passagem sintética de todos os conceitos elaborados nas obras anteriores, trataria especificamente dos “*fracassos das esquerdas latino-americanas*”, “*sobretudo na altura da década de 70 em que, despojados das estratégias revolucionárias em que mais confiávamos, somos desafiados a traçar novas ‘linhas’ que só serão mais eficazes se forem mais lúcidas*” (RIBEIRO, 1986, p.30). E complementa:

Decepcionadas com a mediocridade dos resultados do “frente-unionismo” dos comunistas, desalentadas com as frustrações da voluntarista ação guerrilheira cubana, traumatizadas com o retrocesso contra-revolucionário chileno, as esquerdas latino-americanas, derrotadas e perplexas, buscam novos caminhos (RIBEIRO, 1986, p.33).

A resposta momentânea para tal problema seria a retomada da crença na possibilidade de reformas estruturais em cada sociedade latino-americana por meio da democracia:

De fato, na presente conjuntura dessa década de 80, vai ficando evidente que todos estamos condenados à democracia. A direita, porque os próprios norte-americanos revelam um temor crescente em confiar a guarda de sua hegemonia continental a ditaduras militares odiadas pelas populações latino-americanas. As esquerdas porque, dissuadidas das ilusões de uma nova revolução socialista de exceção, estão compelidas a ingressar no processo político eleitoral e na luta sindical como arenas dentro das quais terão de viver o seu papel histórico (RIBEIRO, 1986, p.60-1).

A estratégia, na década de 1980, não seria mais a de uma derivação ao socialismo, mas a de constituição de um corpo político, econômico e social, capaz de impor-se minimamente frente às demais nações do mundo, por uma união dos países latino-americanos, junto também dos demais países pobres e subdesenvolvidos, para formar, além da “*Nação Latino-americana*” a união responsável pela “*revolução dos pobres*” em nome da superação de sua condição de exploração e desigualdade econômica e social (RIBEIRO, 1986, p.147-8). Essa seria a “*Revolução Necessária*” da América Latina, em conjunto, alçada à condição de uma “*Civilização Emergente*”. De acordo com os princípios expostos anteriormente:

Assim é que, nesta metade da década dos anos 70, começam a tornar-se visíveis tendências conduzindo ao aparecimento da América Latina da configuração histórico-cultural que denominamos *Povos-Emergentes*. Eles seriam integrados por grupos indígenas que, tendo sobrevivido à compulsão colonial e nacional e logrado manter grandes núcleos populacionais, começam agora a modernizar-se de tal modo que sua indianidade já não corresponde necessariamente a uma condição de extremo atraso e pobreza. Nestas condições, estes grupos indígenas deverão dinamizar-se para atuar como forças transformadoras dos quadros nacionais em que se inserem. Seu papel será o de combatentes finalmente capacitados a exigir, seja uma participação igualitária no poder dentro dos atuais estados nacionais, o que, os alteraria decisivamente, seja a construção de novas sociedades políticas que, reconhecendo-se multi-étnicas, se organizem como estados multinacionais. (...) **Em qualquer caso, o mundo de amanhã estará enriquecido pela presença destes novos Povos-Emergentes que se levantarão desde os confins da história americana para representar um papel em seu futuro** (RIBEIRO, 1975, p.57). (grifos nossos)

O que despertaria o sentimento de unidade latino-americana, na visão de Darcy Ribeiro, seria uma nova consciência étnica que percorreria todo o mundo, principalmente após a desconstrução do mundo comunista-socialista soviético e a hegemonia incontestável do projeto capitalista liderado pelos estadunidenses, em sentido mais amplo, e a lacuna de um controle destes últimos sobre contextos menores, dado que já não mais se justificavam as políticas de segurança de caráter anticomunista e, ao mesmo tempo, tornavam-se possíveis novos movimentos de caráter regionalista ou mesmo de caráter emergente, como até aqui viemos discutindo:

Com efeito, nunca as chamadas minorias nacionais foram tão combativas como agora. Isto se pode constatar pela luta dos Bascos, Catalães, Galegos, Bretões, Flamengos e de tantas outras “minorias nacionais” fanaticamente autônomas e imersas dentro de entidades multiétnicas. (...) É de todo provável que estas tendências civilizatórias, à medida que amadureçam, despertem também os grandes blocos étnicos de origem indígena da América Latina para destinos autonomistas. (...) Neste caso é de supor que nas Américas do próximo milênio se ergam *Povos-Emergentes*, oriundos de populações indígenas remanescentes das altas civilizações americanas para fazer respeitar seu direito de serem eles próprios, dentro de novos quadros estatais ampliados e redefinidos para assumirem um caráter multinacional (RIBEIRO, 1983, p.97-8, *passim*).

Antes, porém, de fundamentar os aspectos que contribuiriam para a conformação de uma só identidade latino-americana, Darcy Ribeiro avalia os problemas a consecução do mesmo projeto. A começar pela necessidade de os latino-americanos de superarem

suas barreiras geográficas. Darcy Ribeiro, se propondo a elucidar o significado da existência da América Latina, ressalta a sua “*notória unidade geográfica, fruto de sua unidade continental*”, mas relewa que “*a essa base física, porém, não corresponde uma estrutura sócio-política unificada e nem mesmo uma coexistência ativa e interagente*” (RIBEIRO, 1986, p.11) e complementa:

Efetivamente a unidade geográfica jamais funcionou aqui como fator de unificação porque as distintas implantações coloniais das quais nasceram as sociedades latino-americanas coexistiram sem conviver, ao longo dos séculos. Cada uma delas se relacionava diretamente com a metrópole colonial. Ainda hoje, nós, latino-americanos, vivemos como se fôssemos um arquipélago de ilhas e se comunicam por mar e pelo ar e que, com mais frequência, voltam-se para fora, para os grandes centros econômicos mundiais, do que para dentro (RIBEIRO, 1986, p.11).

Darcy Ribeiro dá outros exemplos:

Conversando com um chileno, um peruano ou com um cidadão de qualquer país da costa do pacífico, se verifica facilmente que para ele o que seu país tem pela frente é a Europa atlântica ou a América Saxônica. Abstrai totalmente o fato de que para ir à Europa, ele tem de rodear o Estreito de Magalhães lá em baixo, ou atravessar o Canal do Panamá, lá em cima. Se algum malvado lhes diz que eles vivem é cara a cara com a China ou o Japão, os pobres se assustam demais. (...) Nós, da costa Atlântica, que moramos face a face com a África de onde vieram tantíssimos de nossos patrícios, apagamos com igual zelo este fato de nossas mentes. Somos vizinhos é da França ou da América. América, aliás, é para todo latino-americano só a lá do Norte. Nós nos concebemos, de fato, é como uma espécie de subúrbio do mundo. Uma área marginal, periférica, posta de cabeça pra baixo na calota de baixo da Terra para sofrer. Exagero, certamente. (...) Na América do Sul, o Brasil faz uma fronteira terrestre de quinze mil quilômetros com outros países. Como ela corre, deserta, na montanha ou na floresta impenetrada – uma vez que só temos uns poucos pontos de contato –, é como se pertencêssemos a continentes diferentes. Cada país latino-americano, insciente de seu contexto – exceto para tricas e futricas ou para a troca de peças das respectivas fábricas das multinacionais – se relaciona diretamente é com o Centro. Ainda que esteja tão descentrado com as metrópoles que olhamos, pasmados: Paris, Londres, Moscou, Pequim, Nova York, Tóquio (RIBEIRO, 1983, p.95-6, *passim*).

Outro ponto destacado por Darcy Ribeiro diz respeito à dificuldade de se entender, do ponto de vista lingüístico cultural, dentro de uma mesma perspectiva de “latinos”, povos tão díspares como brasileiros, mexicanos, argentinos ou haitianos. E que a redução da escala de latinos para ibéricos, encontraria uma unidade um pouco mais uniforme, mas que, em verdade, seria bem pouco menos homogênea, “*porque excluiria apenas os*

descendentes de colonização francesa”. Assim, Darcy Ribeiro, reduz o referencial de análise de uma perspectiva ibérica para a sua divisão, distinguindo duas categorias: “*Um conteúdo luso-americano concentrando todo o Brasil e um conteúdo hispano-americano que congrega o restante*” (RIBEIRO, 1986, p.12). E que, em verdade, apresentaria diferenças bem pouco significativas, porque: “*fundada numa pequena variação lingüística que não chega a ser obstáculo para a comunicação, ainda que tendamos a exagera-la com base na longa história comum, interatuante, mas muitas vezes conflitante*” (RIBEIRO, 1986, p.12).

Destacando as semelhanças e diferenças entre países latino-americanos, Darcy Ribeiro ressalta a participação indígena na composição étnica de países como Guatemala e o Altiplano Andino, onde a sua presença é notória e constitui sua identidade étnico-cultural, ou no México, “*onde os índios se contam aos milhões e predominam em certas regiões*” (RIBEIRO, 1986, p.13):

Nestes casos é tão grande a massa de sobreviventes da população indígena original que se integrou às sociedades nacionais com um campesinato etnicamente diferenciado que seu destino é se reconstituírem, amanhã, como povos autônomos. Isso significa que países como a Guatemala, a Bolívia, o Peru e o Equador e áreas extensas de outros como o México e a Colômbia estarão sujeitos, nos próximos anos, a profundas convulsões sociais de caráter étnico que redefinirão aqueles quadros nacionais de povos autônomos (RIBEIRO, 1986, p.13).

E complementa, se referindo aos latino-americanos não mencionados:

Totalmente distinta é a situação dos demais países onde só se encontram microetnias tribais, mergulhadas em vastas sociedades nacionais etnicamente homogêneas. (...) Todos esses povos têm no aborígine uma de suas matrizes genéticas e culturais, mas sua contribuição foi de tal forma absorvida que qualquer que seja o destino das populações indígenas sobreviventes, não se alterará muito sua configuração étnica. Em outras palavras? A miscigenação, absorção e europeização dos antigos grupos indígenas no seio da população nacional estão completas ou em marcha e tendem a homogeneizar – embora não a fundir – todas as matrizes étnicas, convertendo-as em modos diferenciados de participação na mesma etnia nacional (RIBEIRO, 1986, p.13-4).

Para Darcy Ribeiro, no entanto, o elemento indígena permaneceria nas sociedades latino-americanas como um de seus principais componentes, “*apesar de cada vez mais aculturados, eles sobreviverão diferenciados e serão cada vez mais numerosos*”

(RIBEIRO, 1986, p.14), junto de outras matrizes, que, para além dos elementos europeu e indígena, teriam como terceira referência os negros africanos:

Outro componente que diferencia o quadro, emprestando-lhe aspectos particulares, é a presença do negro africano, que se concentra de forma maciça na costa brasileira de mais antiga colonização e nas áreas de mineração e também nas Antilhas, onde floresceu a plantação açucareira. Fora dessas regiões encontram-se diversos bolsões negros na Venezuela, Colômbia, Guianas, Peru, e em algumas áreas da América Central. (...) Também neste caso, a absorção e assimilação chegaram a tal ponto que se americanizou esse contingente da mesma forma que os demais, ou talvez de uma forma mais completa que qualquer outro. É certo que reminiscências africanas no folclore, na música e na religião são papáveis nas áreas onde a influência negra foi maior. Mas sua persistência se explica, principalmente, pelas condições de marginalização dessas populações, que em nenhum caso constituem blocos étnicos inassimiláveis à autonomia (RIBEIRO, 1986, p.14).

Darcy Ribeiro destaca que os antropólogos sempre produziram uma literatura que enfatizou, por vezes de forma excessiva, as diferenças, e diz: “*O certo porém é que, aqui, as semelhanças são mais significativas que as diferenças, já que todos esses contingentes estão plenamente ‘americanizados’*” (RIBEIRO, 1986, p.15).

Essas três matrizes, olhadas do ponto de vista da miscigenação, e portanto em conjunto, seriam a principal referência para a reinvenção étnico-cultural dos povos latino-americanos, de modo que não mais se destacasse a predominância da cultura ibérica na definição da identidade latino-americana, mas a mestiçagem, a ideia de uma civilização, por essência, multicultural, mestiça, híbrida.

Darcy Ribeiro faz a ressalva de que acima de todos os fatores de diversificação étnico-cultural, sobressaíam os fatores de uniformidade, tomando como algo próprio de todos os latino-americanos, o paralelismo entre a cor, ou etnia, não europeia, e a condenação à exclusão social, dentro de um quadro de estratificação social marcadamente definido:

Assim, os contingentes negros e indígenas que tiveram que enfrentar enormes obstáculos para ascender da condição de escravos à de proletários concentraram-se principalmente nas camadas mais pobres da população. (...) Assim é que a cor da pele, ou certos traços raciais típicos do negro e do indígena, operando como indicadores de uma condição inferior, continuam sendo um ponto de referência para os preconceitos que pesam sobre eles (RIBEIRO, 1986, p.15-6).

Darcy Ribeiro chega a falar, portanto, em uma “*uniformidade sem unidade*”:

Por cima das linhas cruzadas de tantos fatores de diferenciação – a origem do colonizador, a presença ou ausência e o peso do contingente indígena e africano e de outros componentes -, o que sobressai no mundo latino-americano é a unidade do produto resultante da expansão ibérica sobre a América e o seu bem-sucedido processo de homogeneização. (...). Amalgamando gente procedente de todos os quadrantes da terra, criaram-se aqui povos mestiços que guardam em seus rostos étnicos heranças tomadas de todas as matrizes da humanidade. (...) Essa mesma homogeneização em curso é notória em certos planos, como o linguístico e cultural. (...) Ou seja: os espanhóis, portugueses e ingleses, que jamais conseguiram assimilar os bolsões lingüístico-dialetais de seus reduzidos territórios, ao mudarem-se para as Américas impuseram às suas colônias, imensamente maiores, uma uniformidade lingüística quase absoluta e uma homogeneidade cultural igualmente notável (RIBEIRO, 1986, p.17-8, *passim*).

Darcy Ribeiro reivindica, assim, a formação da “*Pátria Latino-Americana*”:

O certo é que nossa latino-americanidade, tão evidente para os que nos olham de fora e vêem nossa identidade macroétnica essencial, só ainda não faz de nós um ente político autônomo, uma nação ou uma federação de estados nacionais latino-americanos. Mas não é impossível que a história venha a fazê-lo. A meta de Bolívar era opor aos Estados Unidos Setentrionais os Estados Unidos Meridionais. A Pátria Grande de Artigas, a *Nuestra América* de Martí apontam nesse rumo (RIBEIRO, 1986, p.19).

A motivação principal para a união dos Latino-Americanos seria o projeto já recorrentemente perseguido por Darcy Ribeiro:

Pouco a pouco vai surgindo uma contradição irreduzível entre o projeto do colonizador e seus sucessores e os interesses da comunidade humana resultante da colonização. Ou seja: entre os propósitos e os procedimentos da classe dominante, subordinada, e a maioria da população que ativava o empreendimento, primeiro colonial, depois nacional. Para essa população o desafio colocado ao longo dos séculos foi o de amadurecer como um povo para si, consciente de seus interesses, aspirante à co-participação no comendo de seu próprio destino. Dada a composição classista, tratava-se de conquistar estas metas através da luta contra a classe dominante gerencial da velha ordenação social. Ainda hoje este é o desafio principal com que nos defrontamos todos nós latino-americanos (RIBEIRO, 1986, p.21).

A utopia de uma Nação Latino-Americana, para Darcy Ribeiro, começaria a ganhar forma: “*A América Latina existiu desde sempre sob o signo da utopia. Estou convencido mesmo de que a utopia tem seu sítio e lugar. É aqui*” (RIBEIRO, 1986, p.65).

Darcy Ribeiro recorre ao período do “descobrimento” em que, com a descoberta do “Novo Mundo”, bem como com as notícias que dele advinham, personalidades, como por exemplo Thomas Morus, passaram a edificar um imaginário paradisíaco refletido pelas descrições de navegantes. Mas:

Vieram logo sábios mais sábios demonstrando, agora, que os índios, na verdade, estavam mergulhados no pecado da nudez e da falta de vergonha, da luxúria e da antropofagia, do incesto, da feitiçaria, da sodomia e da lesbiania. Seriam criaturas do diabo. Homúnculos. A Europa, constricta, assume, então, os deveres da cristandade, propondo-se a arrancar a ferro e fogo aqueles pobres índios das mãos do demo. Santos homens surgem aos magotes, com fanáticas vocações missionárias, e embarcam para cá com suas caras fechadas, suas túnicas negras e suas sólidas virtudes. Vinham desindianizar os índios, tirando-os da vida selvagem para fazer deles cândidos índios seráficos (RIBEIRO, 1986, p.66).

Simultaneamente com esta dizimação da indiada, a imagem que deles a Europa teve nos primeiros tempos se transfigura inteiramente. A figura do índio idílico em seu Éden tropical dá lugar à do antropófago no Inferno Verde. O doce nome de povo que assombrou a Colombo pela generosidade passa de caribe a canibe e daí a canibal. Logo, seria declinado como Calibã para assim surgir como o objeto do zelo civilizatório de Próspero, que lhes dando fala e entendimentos os induziria na história. Alcança o clímax, nessa altura, sem quebra de furor salvacionista que se desencadeara na Europa, o processo de desfazimento da indiada, para fundar, como uma empresa, a cristandade ultramarina produtora de ouros e gêneros tropicais (RIBEIRO, 1986, p.68).

Darcy Ribeiro convoca o leitor: “*Medite comigo, leitor, sobre esta desventurada epopeia da cristandade utópica europeia nos trópicos*” (RIBEIRO, 1986, p.68). E complementa:

Além de uma tragédia, um terrível equívoco. O que se queria implantar aqui, em nome de Cristo, era o que havia desde sempre, como jamais houve em parte alguma: uma sociedade solidária de homens livres. Como explicar essa cegueira em tão santos homens? (RIBEIRO, 1986, p.69)

E assim, se a cristandade realizou em terras de América a sua Utopia, para o povo que na América Latina se conformou esse mesmo projeto significava exatamente o

oposto, representava se enquadrar nas vontades antiutópicas do europeu: *“Uma característica singular da América Latina é sua condição de um conjunto de povos intencionalmente constituídos por atos e vontades alheios a eles mesmos”* (RIBEIRO, 1986, p.77):

O povo sempre foi, nesse mundo nosso, uma mera força de trabalho, um meio de produção, primeiro escravo; depois assalariado; sempre avassalado. (...) Suas aspirações, desejos e interesses nunca entraram na preocupação dos formuladores dos projetos nacionais, que só têm olhos para a prosperidade dos ricos. (...) De outros povos se pode dizer, talvez, que resultaram, em sua forma presente, do desenvolvimento de suas potencialidades, tal como ele se processou espontaneamente no curso da história. Nós, não. Somos a resultante de empreendimentos econômicos exógenos que visavam a saquear riquezas, explorar minas ou promover a produção de bens exportáveis, sempre de gerar lucros pecuniários. Se destas operações surgiram novas comunidades humanas, isto foi uma resultante ocasional, não esperada e até indesejada. (...) Nascemos, de fato, pela acumulação de crioulos mestiçados racial e culturalmente, que se multiplicaram como uma espécie de rejeito ou de excesso. Um dia essa mestiçaria foi chamada a virar um povo, quando uns nativos ricos decidiram que constituíam um povo nação que queria a independência (RIBEIRO, 1986, p.78).

Eles aí estão sempre disponíveis como uma força de trabalho que é o componente mais reles da produção, porque, sendo mais barato do que a terra, o gado, as máquinas e o insumos, nem precisa ser poupado. De fato, até valia mais antigamente, quando era escasso e tinha que ser caçado no mato, transplantado da África ou importado como imigrante, ou quando os europeus excedentários se converteram também em gado humano explorável (RIBEIRO, 1986, p.79).

Contra essa condição comum de exploração é que, na visão de Darcy Ribeiro, deveriam se unir os latino-americanos, como um povo que:

deseja ter, cada qual, seu emprego certo, comer todo dia, fazer um curso primário completo, ser tratado nas doenças graves e de aposentar-se aos setenta anos, excedem tanto as possibilidades do sistema que já não deixam muita gente dormir. Não há nenhuma possibilidade, nem nos horizontes mais longínquos de desenvolvimento das América Latina tal como ele se dá agora pela rota do subdesenvolvimento, de concretizar esta singela utopia, em qualquer tempo previsível (RIBEIRO, 1986, p.79).

E destaca as potencialidades latino-americanas:

Com efeito, somos quatrocentos milhões de falantes de duas variedades subdialetais (o português e o espanhol) mutuamente inteligíveis de uma mesma

língua. (...) Temos, essencialmente, o mesmo corpo de hábitos e costumes que é uma variante da versão ibérica da cultura mediterrânea europeia. É verdade que recheada de componentes culturais e genéticos índios e negros de quem herdamos múltiplos sabores, saberes, sensibilidades, musicalidades, ritmos e pendores (RIBEIRO, 1986, p.84).

Darcy Ribeiro se pergunta, como reconstruir a identidade Latino-Americana:

Bolívar, lutando para tirar a América Latina do jugo espanhol, se perguntava que povo era aquele que se libertava.

-- Quem somos nós? Não somos europeus, nem somos índios. Somos uma espécie intermediária entre o aborígine e o espanhol.

A perplexidade do herói ecoa até hoje. Todos nós, intelectuais latino-americanos, somos uns Zeas aflitos na busca de nossa identidade.

-- Quem fomos? Quem somos? Quem seremos? (RIBEIRO, 1986, p.85)

E lança as suas propostas:

É tempo já de se lavar os olhos do mundo para ensiná-lo a nos ver no que nós somos, sem nos esconder atrás de estereótipos. A ideia de uma América Latina da siesta e da fiesta, do machismo, dos ditadores vocacionais, da sombra e água fresca e de uma indolência doentia, tem a mesma função do racismo. É escamotear a realidade da dominação colonial e classista (RIBEIRO, 1986, p.101).

Caso ainda mais feio é do chamado boom da literatura latino-americana. Neste caso, o preconceito é evidente. Não há nenhum boom espantoso que tenha que ser explicado como um fenômeno. Simplesmente, o mundo moderno não conhece romancistas melhores que o Gabo, Borges, Cortázar, Rulfo e Guimarães Rosa. Nem poetas que poetam melhor do que Neruda, César Vallejo e Drumond (RIBEIRO, 1986, p.102).

Darcy Ribeiro não perde de vista a oposição aos Estados Unidos:

Abra os olhos e o entendimento, leitor, para outra revelação. Ditadores tropicais sanguinários, como Somoza, Trujillo e Batista, são criaturas que Washington criou e nos impôs para o domínio yanque sobre as “repúblicas de bananas” que mantêm no Caribe. Elas são a expressão política natural e necessária da apropriação das terras pelas empresas norte-americanas produtoras de frutas de exportação. Se você duvida, olhe um pouco para a Nicarágua, El Salvador e a Guatemala e se pergunte quem é que quer reter a lucrativa tradição bananeira? Quem é que cria, ceva e perpetua ditaduras no Caribe? As novas ditaduras militares do Brasil, da Bolívia, do Chile e da Argentina são também criações norte-americanas. São o correspondente político inevitável do domínio de nossa economia pelas corporações transnacionais, que, não podendo ser legitimado pelo voto popular, tem que ser imposto pela mão de governos militares. Cada uma delas foi imposta

através de movimentos programados cuidadosamente em Washington com a ativa participação internacional – de desestabilização de governos democráticos e progressistas seguidos da apropriação do poder através de golpes de militares ianquizados. Uma vez implantada a nova ordem, seus mandantes atenderam solícitos a voz do amo. Redefiniram toda a política salarial para anular as conquistas sociais dos trabalhadores e impor regimes de medo e de fome. Logo após, com o mesmo denodo, revogaram por decreto a legislação de defesa dos interesses nacionais, para que as empresas multinacionais se apropriassem de nossos recursos e mercados. Em consequência, nos converteram em exportadores de capitais que mandam para fora lucros cada vez maiores, ao mesmo tempo em que assumimos uma dívida externa que cresce automaticamente (RIBEIRO, 1986, p.102-3).

Nessa altura você concordará comigo no quanto é duvidoso que o projeto de futuro que as nações ricas têm para nós seja alguma liberação. Sabidamente eles querem e necessitam de nossos produtos de exportação e de nossa mão-de-obra barata para com eles se prover e lucrar.[...] Nosso próprio projeto é outro, que fomos e somos impedidos de realizar. Para evitá-lo é que dopam exércitos, subornam políticos, falem empresários. Mas não ficam nisso, entrando a perseguir, prender, exilar, casar, torturar e matar quando se sentem ameaçados em seus privilégios. Uma amostra do que poderia vir a ser amanhã uma América Latina estruturada para si mesma em democracia e liberdade, como queria Salvador Allende, hoje só nos dá Cuba. Apesar do cerco e do boicote ianque, lá todos comem todo dia, toda criança tem escola, completa o primário e muitas vão adiante (RIBEIRO, 1986, p.104).

Darcy Ribeiro não teme em radicalizar as perspectivas que enxergava para a América Latina, quanto ao seu próprio papel, e quanto ao papel a desempenhar frente aos outros países:

Imagine comigo, leitor, que será no ano 2000 uma América Latina que valha cinquenta Cubas de poderio e garra como presença calorosa nesse mundo necessitado de ousadias libertárias. Não é impossível nem que o Terceiro Mundo vire o primeiro. (...) Vá se acostumando, leitor, com a ideia de que vamos dar certo e de que isso não fará muito bem ao mundo. Somos e nos vemos como parte da civilização ocidental. Alternos das civilizações orientais como a indiana, a chinesa ou a japonesa. Mas bem sabemos que somos um subúrbio dela, mais distante e diferenciado dos seus orgulhosos núcleos cênicos do que os soviéticos, além de imensamente importantes (RIBEIRO, 1986, p.105).

Pouca ou nenhuma consciência temos, ainda, é de que sobre nossos ombros recairá, em grande parte, a tarefa de criar uma nova ocidentalidade que seja, pela primeira vez, uma civilização humana respeitável. Entretanto, frente à hegemonia infecunda da América saxônica, que parece só preocupada em lucrar e reter a história parada; frente a uma Europa reduzida à sua expressão geográfica, dividida pela linha arbitrária das fronteiras das duas grandes potências hegemônicas e encolhida de medo da terceira guerra que estalará na véspera de sua destruição; frente a um

mundo socialista impedido de realizar suas potencialidades libertárias, assoberbado que está na tarefa de manter o poder de represália com uma economia cinco vezes menor que a de seus adversários; frente a tudo isso, só vejo a nós para a tarefa urgente de humanizar nossa civilização e orientá-la por caminhos solidários que livrem os homens do medo e lhes devolva a alegria de viver (RIBEIRO, 1986, p.105-6).

Para Darcy Ribeiro, caberia à América Latina, assim, refazer o ocidente por meio de seu caráter emergente; e para isso, teria de realizar a “*Revolução Necessária*”:

Nosso destino é nos unificarmos com todos os latino-americanos por nossa oposição comum ao mesmo antagonista, que é a América Anglo-Saxônica, para fundarmos, tal como ocorre na comunidade europeia, a Nação Latino-Americana sonhada por Bolívar. Hoje, somos 500 milhões, amanhã seremos 1 bilhão. Vale dizer, um contingente humano com magnitude suficiente para encarar a latinidade em face dos blocos chineses, eslavos, árabes e neobritânicos na humanidade futura. Somos povos ainda na luta para nos fazermos a nós mesmos como um gênero humano novo que nunca existiu antes. Tarefa muito mais difícil e penosa, mas também muito mais bela e desafiante. (...) Precisa agora ser a nação do domínio da tecnologia da futura civilização, para se fazer um potência econômica, de progresso autosustentado. Estamos nos construindo na luta para florescer amanhã como uma nova civilização, mestiça e tropical, orgulhosa de si mesma. Mais alegre, porque mais sofrida, melhor, porque incorpora em si mais humanidades. Mais generosa, porque aberta à convivência com todas as raças e todas as culturas e porque assentada na mais bela e luminosa província da Terra (RIBEIRO, 1995b, p.454-5).

Mas, para além das análises estruturais, para Darcy Ribeiro, somente uma revolução de pensamento, com a formação de uma ideologia consistente, direcionada politicamente para a execução de um projeto para levar os trabalhadores dos países latino-americanos a formarem elites políticas que não mais correspondessem aos anseios das elites econômicas tradicionais, poderia diminuir as desigualdades sociais e promover um desenvolvimento latino-americano autônomo e independente.

Assim, mais esse aspecto poderia ser retirado da obra de Darcy Ribeiro com relação à América Latina, a contribuição para a construção de um projeto utópico e ideológico de uma nova América Latina unida, em uma só Pátria. Darcy Ribeiro seria incluído e debatido por correntes intelectuais militantes e engajadas com o desafio de realizar “*a tão cedo anunciada, por muito tempo suprimida, mas ainda esperada*”, revolução latino-americana. Em outras palavras, uma corrente intelectual que tentaríamos justificar como a vinculada a uma Cultura Política de “*Nuestra América*”.

Darcy Ribeiro desempenharia assim mais um de seus múltiplos papéis intelectuais junto a uma corrente de intelectuais latino-americanos que trabalhariam para a construção de uma identidade comum no sentido de conseguir realizar uma velha “utopia latino-americana”. Para Darcy Ribeiro, em seus diferentes momentos, a melhor alternativa aos países latino-americanos consistiria em sua união. Uma união que representaria a única possibilidade efetiva de congregação de forças no sentido da superação também da situação “neocolonial”. Ainda na visão do autor, a América Latina, enquanto uma “pátria grande”, ainda não existia, mas tinha plenas condições para existir, pelos seguintes fatores: (1) Por uma origem comum; uma maça mestiça de ibéricos, negros e índios; (2) Por uma condição comum: povos colonizados e neocolonizados; (3) Por um problema comum: o subdesenvolvimento e a dependência; e (4) Por uma necessidade comum: tornarem-se povos para si (RIBEIRO, 1986).

Como professor de Antropologia da Faculdade de Humanidades e Ciências da Universidade da República Oriental do Uruguai, em Montevideú, Darcy Ribeiro elaborou e preparou para publicação os primeiros volumes de sua série de *Estudos de Antropologia da Civilização*. Com o passar do tempo, também, percebe-se claramente que com a continuidade da realização das obras de caráter acadêmico, como *O Processo Civilizatório* e *As Américas e a Civilização*, em determinado momento, quando da elaboração de *O Dilema da América Latina*, Darcy Ribeiro mescla partes do livro construídas com base em critérios eminentemente acadêmicos, e outras completamente distanciadas de tais critérios. Estas construções chegariam a se comparar a ensaios ideológicos livres de quaisquer comprometimentos, normas, regras e padrões acadêmicos. O que mais chama a atenção é que esta seria a tônica de todas as produções posteriores de Darcy Ribeiro. Ensaios, militantes e engajados.

Se seus primeiros livros sobre a América Latina, de caráter acadêmico, tiveram pouca repercussão no Brasil, seus ensaios passariam a ser completamente ignorados e para não dizer que tiveram pouca repercussão, pode-se dizer claramente que não tiveram nenhuma.

O que acreditamos ter acontecido é uma adesão por parte de Darcy Ribeiro a um tipo específico de manifestação intelectual dos hispano-americanos – e em certa medida já por alguns dos principais intelectuais brasileiros – que criaram gerações intelectuais em torno de diálogos estabelecidos com base em ensaios. Nas palavras de Alfonso Reyes

o “ensayo” seria: “*el centauro de los géneros, donde hay de todo y cabe todo, propio hijo caprichoso de una cultura que no puede ya responder al orbe circular y cerrado de los antiguos, sino a la curva abierta, al proceso en marcha, al ‘Etcétera’*” (SKIRIUS, 2004, p.11). O ensaio para John Skirius seria uma espécie de literatura, metade lírica, metade científica que, no caso da América Hispânica, se definiria em torno de motivações recorrentes, de modo a identificaras gerações intelectuais engajadas em uma mesma proposta ao longo do século XX:

Tópicos de época, problemas contemporáneos, cuestiones de interés humano general, llenan las columnas de periódicos y revistas. El ensayista hispanoamericano del siglo XX tiende a describir y enunciar problemas, no a resolverlos. La solución se deja a los científicos, los sociólogos, los economistas y los políticos. En el siglo XX muchos ensayistas han tratado de ser cronistas de sus sociedades más que redentores. Al contrario, los ensayistas hispanoamericanos en el siglo XIX se sentían más seguros de sí mismos al proponer programas de reforma. Sarmiento, Echeverría, Alberdi, Bello, Hostos, Lastarria, Montalvo, Martí y otros tuvieron que cumplir papeles dobles como líderes políticos y como ensayistas. González Prada y Vasconcelos llenaron el perfil de esos buscadores decimónicos de la utopía mejor que la mayoría de sus contemporáneos en el siglo XX. No obstante, los ensayistas del siglo XX actúan también como estadistas, políticos, conferencistas, educadores, académicos, editores, directores de publicaciones y periodistas. Quieren producir un impacto en la sociedad, pero eluden hacer los diseños de la utopía en la que era de los especialistas y los tecnócratas (SKIRIUS, 2004, p.13).

Para John Skirius, em torno dos ensaios latino-americanos teriam se unido, debatido e dialogado, ensaístas como: os peruanos Manuel Gonzáles Prada, José Carlos Mariátegui, Luís Alberto Sánchez, Sebastián Salazar Bondy, José Miguel Oviedo e Mario Vargas Llosa; o nicaraguense Rúben Darío; o uruguaio José Enrique Rodó; os cubanos Fernando Ortiz, Alejo Carpentier e Guillermo Cabrera Infante; os mexicanos José Vasconcelos, Alfonso Reyes, Octavio Paz, Elena Poniatowska, Gabriel Zaid, Carlos Monsiváis e Enrique Krauze; o guatemalteco Miguel Ángel Asturias; os venezuelanos Mariano Picón-Salas e Arturo Uslar Pietri; os colombianos Germán Arciniegas, Eduardi Caballero Calderón e Gabriel García Márquez; os chilenos Pablo Neruda e Gabriela Mistral; o guatemalteco Luis Cardoza y Aragón; o porto riquenho Rosario Ferré, e, por fim, os argentinos Ezequiel Martínez Estrada, Jorge Luis Borges, Enrique Anderson Imbert, Ernesto Sábato, Julio Cortázar, Néstor García Canclini, Beatriz Sarlo e Héctor Libertella; entre outros (SKIRIUS, 2004, p.883-8, *passim*).

Alguns desses autores são novamente mencionados quando da montagem de um curso cujo tema era “*Pensamiento de Nuestra América: autorreflexiones y propuestas*” ministrado por Roberto Fernández Retamar, para Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, com a proposta de que fosse um curso sobre a importância das ideias na construção de alternativas para a realidade latino-americana: “*Pues, lo que se aborda en este curso es el pensamiento, antes que las realidades sobre las que se piensa*”(FERNÁNDEZ RETAMAR , 2006). Ao considerar os principais ensaístas que comporiam a trajetória do pensamento sobre “*Nuestra América*”, Roberto Fernández Retamar dá destaque, em âmbito latino-americano, aos seguintes autores, sempre em diálogo com a ideia de *Utopía* forjada por Thomas Morus: Garcilaso de la Vega, Gastón García Cantú, Félix Weinberg, Alfonso Reyes, Pedro Henríquez Ureña, Rafael Gutiérrez Girardot, Ezequiel Martínez Estrada, José Lezana Lima, Darcy Ribeiro e Luis Britto Garcia. Esses acompanhariam e manteriam viva a memória dos autores clássicos do pensamento utópico revolucionário latino-americano - Hidalgo, Morelos, Bolívar, Símon Rodríguez, Bilbao, Juárez, Martí, Manuel Gonzales Prada, Mariátegui (FERNÁNDEZ RETAMAR , 2006, p.55-62) - e portanto fariam parte também da identidade intelectual militante por “*Nuestra América*”.

Roberto Fernández Retamar chega a dizer que, para além da contribuição para a formação de identidade latino-americana em torno da “*Utopía de Nuestra América*”, alguns autores eram também muito importantes porque, por meio de seus escritos, teriam conseguido, a partir da América Latina, alçá-la e equipará-la ao nível de qualquer outra importante região o mundo, por repensar a sua condição, a partir da América Latina – Cap.8: “*América en la historia, América piensa al mundo*”. Entre eles estariam Eric Willians, Aimé Cesáire, Leopoldo Zea, Edmundo O’Gorman, Frantz Fanon, Walter Rodney, Atilio Boron, e novamente Darcy Ribeiro (FERNÁNDEZ RETAMAR , 2006, p.79-82).

Adolfo colombres elabora um ensaio, dedicado a contribuir para o reforço da “*Utopía de Nustra América*”, intitulado *América Como Civilización Emergente* (COLOMBRES, 2004), em que ele diz na primeira frase do livro: “Este libro se origina en la consciencia de que Nuestra América ha comenzado el tercer milenio casi sin proyectos colectivos capaces de afirmarnos ante al mundo como una civilización emergente, esa

provincia humana nueva a la que se refería Darcy Ribeiro” (COLOMBRES, 2004, p.07).
Um pouco mais a frente diria Comlombres:

En un plano más próximo, quiero honrar aquí, con un sentido acto de memoria, a Guillermo Bonfil Batalla y Darcy Ribeiro, quienes fueron mis amigos y maestros, y murieron en la última década del siglo anterior. Ambos dejaron planteado el problema civilizatorio, tras avizorar las cuestiones que más pesan en el despunte de este nuevo milenio (COLOMBRES, 2004, p.09-10).

Todo este trabalho de Colombres não somente cita as obras e as ideias de Darcy Ribeiro, e chega mesmo a se utilizar do mesmo aparato conceitual elaborado por Darcy Ribeiro para propor, no terceiro milênio, a América Latina como uma Civilização Emergente.

Apropriação conceitual de Darcy Ribeiro poderia ser encontrada, ainda, no livro *La Nación Sudamericana: del imperativo histórico-cultural a la realización económico-política*, de Carlos Piñeiro Iñiguez (PIÑEIRO IÑIGUEZ, 2004).

O autor Ernesto Jorje Tenembaum, ao elencar alguns autores que, de acordo com a sua visão, teriam contribuído para o pensamento utópico de Nuestra América, inclui também Darcy Ribeiro. Em verdade, chega a dar destaque a Darcy Ribeiro, não somente por ter repensado a América Latina, ou por ter participado de projetos de governo, junto a líderes latino-americanos os mais importantes, mas principalmente por servir de referência ao “*Movimientos populares de nuestra américa*” ainda atualmente, constituindo parte intrínseca de sua identidade (TENEMBAUM, 2006).

Recorrências como essas poderiam ainda ser encontradas em obras como o de Mario Casalla: *América Latina en Perspectiva: dramas del pasado, huellas del presente* (CASALLA, 2003); ou ainda a editada no México, *Procesos Interculturales: antropología política del pluralismo cultural en América Latina*, de Miguel Alberto Bartolomé, que toma diversas obras de Darcy Ribeiro como algumas de suas referências (BARTOLOMÉ, 2006).

Darcy Ribeiro partiria, ainda no livro *O Dilema da América Latina* para a elaboração de uma teoria geral dos processos de estratificação social dos povos latino-americanos, de acordo com os seus padrões de riqueza e pobreza, e com os conceitos de centralidade e marginalidade, passando ainda pelas dinâmicas de participação política e suas respectivas formas de contenção por parte da elite dirigente conservadora, chegando

à análise das principais dicotomias entre pontos de tensão e opressão entre esses mesmos grupos sociais. Porém, como este mesmo corpo conceitual e teórico será também utilizado para suas análises acerca do Brasil, deixaremos para abordá-lo no próximo capítulo.

Por fim, ainda acerca da América Latina, apenas citaremos uma outra corrente intelectual do universo latino-americano com a qual Darcy Ribeiro passaria a estabelecer pontos de diálogo: seria a vinculada à literatura do realismo mágico ou fantástico. Duas publicações literárias de Darcy Ribeiro seriam mais importantes nesse contexto: *Maíra*, publicada originalmente em 1976; e *Utopia Selvagem*, publicada originalmente em 1982. Ambas resgatando o patrimônio modernista brasileiro, mesclando mitologia indígena, romance e nova proposta de construção da identidade brasileira e, em sentido mais amplo, contribuindo para uma reflexão semelhante em relação à América Latina. De certa maneira, isso espelharia o que outros autores latino-americanos fariam em relação a seus respectivos países, o que em conjunto, acabaria por representar um movimento ou corrente intelectual de invenção da identidade individual de cada país latino-americano, mas ao mesmo tempo forjar também uma nova identidade coletiva para toda a região.

O principal elemento de estímulo e busca por legitimação desse movimento literário seria a ideia comum compartilhada por alguns de seus autores de que a tentativa de escapar às explicações acadêmicas e ensaísticas que não tocariam a totalidade da população latino-americana, porque feitas e lidas apenas no seio de uma elite econômica, política e intelectual e, oferecer por meio de uma linguagem menos grave, a representação de uma América Latina com a qual qualquer cidadão comum poderia se identificar. Em verdade, até mesmo para os não latino-americanos fica mais fácil apreender o que venha a significar o cotidiano material e imaterial latino-americano por meio de descrições sensíveis e altamente significativas, do que tentar compreender a região por meio de acadêmicos ou ensaístas a partir de uma perspectiva técnica ou crítica sobre uma realidade que se desconhece.

Mas deixaremos esta análise para um outro momento de esforço de compreensão de Darcy Ribeiro. Por hora, passamos já ao último e derradeiro capítulo desta tese: o que versa sobre o Brasil.

CAPÍTULO 7:

O Brasil como objeto de Darcy Ribeiro: da Teoria do processo de formação e identidade do “*Povo Brasileiro*” ao clamor pela “*Revolução Necessária*”

No bojo dos já abordados *Estudos de Antropologia da Civilização*, que resumem o trabalho teórico mais significativo de Darcy Ribeiro, situa-se o Brasil que enquanto matéria de análise constituiu a motivação, o ponto de partida e, ao mesmo tempo de chegada, e, portanto o fio condutor que parte da concepção à conclusão desse projeto de vida que chega a compor, entre núcleo principal, debates acadêmicos, e escritos complementares, um conjunto de quase 5000 páginas (isso só de escritos do autor), traçados em diferentes momentos. A conclusão dessa trajetória se daria com a publicação de três obras: *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* (RIBEIRO, 1995b), *Diários Índios: os Urubu-Kaapor 56* (RIBEIRO, 1996) e *Confissões* (RIBEIRO, 1997a).

Como já vimos em outros capítulos, os *Estudos de Antropologia da Civilização* teriam surgido de um projeto de Darcy Ribeiro que tinha como pretensão “*entender o Brasil do passado e do presente*” (RIBEIRO, 1991, p.09). O problema que Darcy Ribeiro perseguia era, com relação ao Brasil, compreender: “*por que uma nação tão populosa – a maior das latinas – e das mais ricas em recursos naturais, permanece subdesenvolvida e só é capaz de promover uma prosperidade de minorias, não generalizável ao grosso da população*” (RIBEIRO, 1995b, p.09). Em verdade, essa proposta de entender o Brasil e de transformá-lo segundo sua linha de orientação ideológica tornou-se quase uma obsessão intelectual em Darcy Ribeiro. Ela se constitui como o norte na construção de quase toda a sua obra intelectual e também se finaliza e se conclui, com a que o próprio autor considerava sua obra-prima: *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* (RIBEIRO, 1995b). Esse projeto de construir uma teoria explicativa sobre o Brasil, como já dito, teria início na década de 1950 e somente se concluiria na década de 1990:

Há mais de trinta anos que escrevo e reescrevo incansável (...) Nunca pus tanto de mim, jamais me esforcei tanto como neste empenho, sempre postergado, de concluí-lo. (...) Ultimamente essa angústia se aguçou porque me vi na iminência de

morrer sem concluí-lo. Fugiu do hospital, aqui para Maricá, para viver e também para escrevê-lo (RIBEIRO, 1995b, p.11).

Darcy Ribeiro fugiu do hospital, após um longo período de coma, pelo agravamento de uma pneumonia e um câncer de pulmão, com a única motivação de cumprir com a última missão que acreditava possuir: escrever *O Povo Brasileiro*, que remataria sua obra intelectual e cumpriria a missão antiga que ainda carecia de um desfecho. Por meio de *O Povo Brasileiro*, acreditava que poderia “*contribuir na luta por um Brasil decente*” (RIBEIRO, 1995b, p.11). Darcy Ribeiro dizia que a motivação maior para a sua atividade intelectual era conseguir “*compreender bem e intervir nos problemas do Brasil*”. Mesmo que para isso precisasse realizar uma série de estudos introdutórios, na construção de um embasamento ou preparação, para a realização efetiva e apropriada de sua proposta. Assim, até conseguir constituir e finalizar o livro *O Povo Brasileiro*, Darcy Ribeiro o teria escrito e reescrito ao longo das décadas, chegando a elaborar diversas versões:

A primeira tentativa de escrevê-lo, que nem chegou a compagnar-se, se deu em meados da década de 50, quando eu dirigia um amplo programa de pesquisas do Ministério da Educação, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE). Eu o concebía, então, como síntese daqueles estudos, com todas as ambições de ser um retrato de corpo inteiro do Brasil, em sua feição rural e urbana. E nas versões arcaica e moderna, naquela instância que, a meu ver, era de vésperas de uma revolução social transformadora (RIBEIRO, 1991, p.12).

A primeira versão de uma teoria sobre o Brasil seria, então, uma síntese dos estudos coordenados por Darcy Ribeiro no programa de pesquisas do CBPE (Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais), órgão vinculado ao Ministério de Educação e Cultura entre 1957 e 1960. Com uma participação cada vez mais expressiva nos problemas educacionais e políticos no Brasil, e com o seu comprometimento com João Goulart, no sentido de realizar reformas políticas, também cada vez mais expressivas em todo o Brasil, somente após o primeiro exílio em Montevideu no ano de 1964, é que Darcy Ribeiro, já em 1965, teria publicado a obra *Teoria do Brasil* (RIBEIRO, 1972):

No meu primeiro exílio, no Uruguai, (...) a primeira versão deste livro, umas quatrocentas páginas densas, tomou forma, depois de dois anos de trabalho intenso. Não era já a síntese que me propusera. Era, isto sim, a versão resultante de minhas vivências nos trágicos acontecimentos do Brasil de que havia participado como protagonista. Esse era o nervo que pulsava debaixo do texto, a busca de uma

resposta histórica, científica, na arguição que nos fazíamos nós, os derrotados pelo golpe militar. Por que, mais uma vez, a classe dominante nos vencia? (RIBEIRO, 1995b, p.13).

Os primeiros esboços de *Teoria do Brasil* receberiam complementações após os processos políticos ligados à participação de Darcy Ribeiro, bem como sua deposição forçada, do Governo de João Goulart. Particularmente durante seu exílio no Uruguai, percebe-se uma intensa atividade de produção intelectual direcionada à criação de uma base conceitual e teórica que alçaria o intelectual à tentativa de, por um lado, ganhar abrangência a partir da revisão das teorias da evolução sociocultural, e ao mesmo tempo a progressivos processos de recorte e especificação, o que significava, portanto, a busca do intelectual por um aprofundamento – , ao passar pelas Américas e ao chegar ao Brasil, sua formação étnico-social, suas classes sociais e suas dinâmicas de transformação e conservação, sua conformação sociocultural, o resultado geral e, por fim, seus dilemas e desafios. Assim, Darcy Ribeiro publica em 1972 a primeira edição de *Os Brasileiros: Teoria do Brasil* (RIBEIRO, 1991). Em verdade, na capa da edição de 1991 que utilizamos como referência para esta tese, a editora usa ainda quatro outros subtítulos ao já elencado: “Formações econômico sociais, configurações histórico-culturais, ordenações políticas, e alienação cultural”.

Já em *O Dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes* (Ribeiro, 1979), Darcy Ribeiro teria proposto a abordagem que ligaria as suas “novas” teorias interpretativas e explicativas dos povos americanos, ao que seriam suas formas gerais do que ele chama de “*estratificação social*”, das “*estruturas de poder*” e de sua contraparte, entendida como “*forças insurgentes*”. Nas palavras do autor:

Nos faltava, por igual, uma tipologia das formas de exercício do poder e de militância política, seja conservadora, seja reordenadora ou insurgente. (...) Efetivamente, falar de liberais, conservadores, radicais, ou de democracia e liberalismo e até revolução social e política pode ter sentido e definição concreta em outros contextos; no nosso não significa nada, tal a ambigüidade com que essas expressões se aplicam aos agentes mais diferentes e às orientações mais desconexas (RIBEIRO, 1995b, p.16).

Darcy Ribeiro perseguiria, ainda, os elementos que, no interior das sociedades americanas, do ponto de vista cultural, atuassem para a manutenção da situação de dependência em relação aos centros de poder:

Faltava ainda uma teoria da cultura, capaz de dar conta da nossa realidade, em que o saber erudito é tantas vezes espúrio e o não-saber popular alcança, contrastantemente, altitudes críticas, mobilizando consciências para movimentos profundos de reordenação social. Como estabelecer a forma e o papel de nossa cultura erudita, feita de transplante, regida pelo modismo europeu, frente à criatividade popular, que mescla as tradições mais díspares para compreender essa nova versão do mundo e de nós mesmos? (RIBEIRO, 1995b, p.16).

Na ânsia por conseguir efetivar sua “*interpretação do Brasil*”, vinculando a origem de seus problemas pela integração de classes dirigentes latino e norte-americanas em oposição à maior parte da população latino-americana com destaque para a brasileira, e recorrendo, a uma vasta bibliografia de interpretação ensaística, histórica, sociológica, econômica e antropológica sobre o Brasil, Darcy Ribeiro concretizou *Os Brasileiros: Teoria do Brasil*, definido pelo próprio autor como “*um exercício puramente didático*”, como um resumo, com vistas direcionadas para o Brasil, dos corpos teóricos desenvolvidos nos três livros anteriores – *O Processo Civilizatório*, *As Américas e a Civilização* e *O Dilema da América Latina*. Em relação ao último – *O Dilema da América Latina – Os Brasileiros* “*só traz de novo a teoria da cultura a que aludi. Não situei no Dilema..., para não ter de tratar tema tão copioso dentro da dimensão latino-americana*” (RIBEIRO, 1995b, p.16). O certo, porém, é que se integrando efetivamente ao todo da obra, seu corpo teórico era o mesmo: “*efetivamente, todos eles são fruto da busca de fundamentos teóricos que, tornando o Brasil explicável, me permitissem escrever o livro que tenho em mãos*” (RIBEIRO, 1995b, p.17).

Para Darcy Ribeiro, somente a partir de todo este percurso seria possível adequar estes esquemas teóricos a um foco de análise centrado no Brasil, e poder, enfim, após diversas reescrituras e versões, chegar à reelaboração e atualização de toda a sua obra escrita anteriormente e que, na década de 1990, corresponde às suas ideias para o Brasil, com *O Povo Brasileiro*.

Tentando, destarte, estabelecer a continuidade da linha interpretativa de Darcy Ribeiro, agora com os olhos voltados mais especificamente para o Brasil, buscaremos ultrapassar a proposição de *O Dilema da América Latina*, de identificar como “*fator inimigo externo*”, representado pelos Estados Unidos, e alcançar a compreensão e a elaboração também de um projeto de superação - ou pelo menos o esboço de intenção para - dos “*fatores inimigos internos*” que, na visão de Darcy Ribeiro, para o caso

brasileiro, consistia na elite política e econômica condutora do “*destino da nação*”. Nas palavras do autor:

Nessas condições de distanciamento social, a amargura provocada pela exacerbação do preconceito classista e pela consciência emergente da injustiça, bem pode eclodir, amanhã, em convulsões anárquicas que conflagrem toda a sociedade. (RIBEIRO, 1995b, p.25)

Darcy Ribeiro propõe, assim, uma mudança social, proveniente de uma “*compulsão social necessária*”, para a superação do atraso e da dependência e compor, o que chamava de “*Pequena Utopia*” para o Brasil, ou “*A revolução necessária*”:

A resultante histórica de séculos de esforços para produzir, nas condições mais adversas, com o desgaste cruel de milhões de trabalhadores, e para fundir, num povo único de mais de 140 milhões de habitantes, matrizes humanas oriundas de todo o mundo, não pode ser a sociedade perversa que temos, desgarrada pela desigualdade social e atormentada pela injustiça. Nossa tarefa é edificar aqui uma Pequena Utopia, para, a partir dela, fazermos a sociedade bela, justa e fraterna que podemos ser (RIBEIRO, 1984, p.09).

Definindo, assim, como objetivo o de explicar “*os caminhos pelos quais uma nação pode constituir-se não para servir a si mesma, mas para atender a interesses alheios*” (RIBEIRO, 1972, p.03), Darcy Ribeiro inicia a sua leitura segundo a qual o Brasil não teria sido formado como uma etnia que se estruturou como nação em consequência de um desígnio de seus criadores, mas, em suas palavras:

Surgiu, ao contrário como uma espécie de subproduto indesejado de um empreendimento colonial, resultante da Revolução Mercantil, cujo propósito era produzir açúcar, ouro ou café e, sobretudo, gerar lucros exportáveis. Desse empreendimento resultou ocasionalmente um povo e, mais tarde, uma nação. Esta emergiu da condição de feitoria colonial às de nação aspirante ao comando de seu destino, por força de um outro processo civilizatório de âmbito mundial – a Revolução Industrial – que a afetou reflexamente. (RIBEIRO, 1972, p.03-4)

Para Darcy Ribeiro, esta via de constituição de um povo nada teria de peculiar, ao se considerar os processos de constituição da maioria das demais sociedades nacionais americanas. Do mesmo modo teriam se estruturado a maioria dos povos africanos. Com base nessa flexibilidade teórica, o próprio Darcy Ribeiro reivindicaria a legitimidade de seu escopo teórico e, para dar-lhe aplicabilidade, desenvolveria ainda um esquema conceitual, a partir de quatro abordagens mutuamente complementares:

1. O estudo das configurações histórico culturais;
2. A análise das formações socioeconômicas;
3. O exame das conjunturas sociopolíticas mediante análise da interação conflitiva entre seus componentes;
4. Uma interpretação da função social das ideologias.

Sobre as apropriações das configurações Histórico-Culturais, Darcy Ribeiro teria as definido em seu livro *As Américas e a Civilização*, como já visto no capítulo anterior, em quatro diferentes tipos: Os Povos Testemunho, Os Povos Novos, Os Povos Transplantados e os Povos Emergentes. E localiza o Brasil entre os Povos Novos. Como este ponto já foi exaustivamente trabalhado no capítulo anterior nos adiantaremos aos próximos.

A segunda abordagem conceitual de formação do Brasil para Darcy Ribeiro seria a que levasse à compreensão do que ele chama de “Formações econômico-sociais” - de acordo com trabalhado no Capítulo 5 desta tese. A do Brasil seria decorrente do Colonialismo-Escravista e depois do Neocolonialismo. Nas palavras do próprio autor:

De acordo com o esquema conceitual aqui proposto, o Brasil surge como formação Colonial-Escravista subordinada a um Império Mercantil-Salvacionista. Os dois eram componentes interativos e complementares do mesmo sistema global que privilegiava o polo dominador, estruturado por aceleração evolutiva, e explorava o polo dependente, surgido de um movimento de atualização histórica. Mais tarde, com o amadurecimento de uma nova revolução tecnológica, a industrial, agravava-se a obsolescência de Portugal que, não chegando a estruturar-se nem mesmo como formação Capitalista-Mercantil, torna-se incapaz, também, de integrar-se automaticamente na nova civilização. Criam-se, assim, condições para que o Brasil emergja da condição colonial escravista. Entretanto, como a ruptura se dá através de um movimento de atualização histórica, só consegue desvincular-se numa formação neocolonial, inserida no sistema de dominação Capitalista-Industrial, como um dos proletariados externos de seus núcleos cêntricos (RIBEIRO, 1972, p.57-8).

A grande conclusão, como também já trabalhado no capítulo 5, o resultado dessas formações econômico-sociais seria o “grande dilema brasileiro de nossos dias” que seria o de optar entre a via da atualização histórica e a da aceleração evolutiva, no âmbito de uma nova revolução tecnológica em curso, “a Termonuclear” (RIBEIRO, 1972, p.59). Nesse sentido, dois seriam os caminhos que se abririam ao Brasil, assim como para todas as formações neocoloniais, para ruptura com o atraso através de um movimento de aceleração evolutiva: 1) O Nacionalismo Modernizador e 2) O Socialismo

Revolucionário. E como este ponto também já foi trabalhado, passamos aos dois últimos e que aqui serão mais bem explicados.

Assim, a partir de uma análise de largo alcance histórico, Darcy Ribeiro busca demonstrar a importância, na evolução humana, do progresso da tecnologia produtiva e militar, efetuada através de sucessões de revoluções tecnológicas, processos civilizatórios e ainda, frente às análises mais conjunturais, busca demonstrar de que modo a exploração da força produtiva de uma tecnologia estaria sempre condicionada pelo modo de organização das relações de trabalho e pelo caráter do que ele designa como “*estrutura de poder*” de uma sociedade. Darcy Ribeiro passa a se preocupar com o modo como as minorias dominantes limitariam a produtividade e sua distribuição de acordo com o favorecimento de elementos que servem à perpetuação de seu poder. O foco da análise de Darcy Ribeiro desloca-se assim, para o diagnóstico da “*ordenação social*” brasileira. Em outras palavras, o modo como a sociedade brasileira teria realizado a sua “*estratificação social*” em diferentes classes, por composição original e por sucessivas reordenações das relações de produção e trabalho para configurar o que seria a sua visão das mesmas até as décadas de 1950-1960. Nas palavras do autor:

Nosso propósito aqui é o estudo desta ordem de tensões, características das sociedades estratificadas, cujos antagonismos internos exigem a implantação de mecanismos de repressão sempre que os corpos de valores ideológicos não sejam capazes de condicionar as camadas oprimidas e aceitar o seu destino como natural e desejável; e cujas relações externas levam à criação de aparatos comerciais e militares para o intercâmbio, a defesa, a expansão e a colonização (RIBEIRO, 1972, p.67-8).

Tomando como referência as dinâmicas sociais que girariam em torno dessas tensões às quais Darcy Ribeiro se refere, ou ainda os antagonismos, e as posturas de cada um dos grupos sociais em “*conflito*”, o autor diferencia os grupos que, em suas palavras, visam a “*sistemas de perpetuação da ordem vigente e de regulação das reformas consentidas pelos grupos dominantes*”, que o autor passaria a chamar de “*estrutura de poder*” e, de outro lado, os grupos responsáveis por “*tensões irruptivas à renovação social*”, que ele passa a chamar de “*forças insurgentes*” (RIBEIRO, 1972, p.69-70).

Dentro do que Darcy Ribeiro reconhece como “*estrutura de poder*”, o mesmo reconhece também a existência de conflitos entre “*corpos de regência*” e de manutenção da ordem, mas que não excederiam os limites de “*disputas entre facções*”, principalmente

pela distribuição de cargos e regalias, sem chegar a afetar as bases permanentes do sistema. E por constituírem uma organização e uma organicidade muito bem resguardadas e a todo custo defendidas contra o que o autor considera “*forças de transformação*”, destacamos de Darcy Ribeiro as seguintes palavras:

A ruptura desta unidade essencial da estrutura de poder e a consequente abertura da ordenação social ao debate e à redefinição, só pode ser alcançada por meios revolucionários que excedem o âmbito de tensões habituais entre seus componentes. Raramente se ensejam estas rupturas, dada à unidade da classe dominante e seu monopólio do uso da violência, institucionalizada como máquina repressiva, em geral suficientemente eficaz para dissuadir as revoltas ou para dominar as insurreições que chegam a ser desencadeadas (RIBEIRO, 1972, p.71).

Em relação ao processo histórico brasileiro e o seu resultado de formação sociopolítica Darcy Ribeiro dirá o seguinte:

No caso do Brasil, identifica-se claramente uma ordenação de caráter oligárquico-patriarcal que se implantou com a cristalização da formação colonial-escravista e que, desde então, só se alterou para melhor ajustar os mesmos corpos originais de interesses à novas condições. Assim é que, no trânsito do colonialismo escravista à formação neocolonial, esta ordenação entrou em crise de redefinição, mas conseguiu superá-la, preservando seus elementos essenciais até 1930, quando a crise geral do capitalismo voltou a colocá-la em xeque, iniciando-se uma quadra de redefinições que se prolonga até nossos dias. No período colonial-escravista, esta ordenação tinha seus alicerces institucionais na propriedade latifundiária que cumpria a dupla função de monopolizar a terra para o uso agrícola e de contingenciamento da mão-de-obra livre, além da escrava, para o trabalho das fazendas e minas. Alicerçava-se no sistema de plantações produtoras de gêneros tropicais para exportação, ampliado, mais tarde, com a exploração do ouro e diamante. Era regida por um patronato senhorial de fazendeiros e mineradores, combinado com um patronato parasitário, dedicado à usura, ao comércio de importação de escravos e de exportação de açúcar. A regência da vida pública cabia a representantes burocráticos do poder colonial colocados à frente dos comandos administrativos, militares e eclesiásticos (RIBEIRO, 1972, p.72-3).

A este último grupo ao qual Darcy Ribeiro se refere é o que ele identificara como um “patriciado” burocrático administrativo.

Assim, para Darcy Ribeiro, o trânsito da “ordenação colonial” à “neocolonial” teria se processado, simultaneamente, com certas diferenciações na cúpula da estratificação social, mas que em linhas gerais teria mantido a sua estrutura de conservação e controle durante séculos. Em outras palavras, aos senhores de engenho e aos plantadores de tabaco, teriam se acrescido novos estamentos patronais e patriciais, cujos interesses passariam a se opor ao do sistema colonial; e complementa:

Tais foram, inicialmente, as camadas dominantes das zonas de mineração (...) e os provedores de corte de gado, de mulas, de charque e de couros que produziam para o mercado interno. A constituição dos núcleos de mineração de ouro lançara as bases deste mercado interno (...). Seu desenvolvimento é que proporcionaria a integração progressiva de diferentes regiões até então isoladas e voltadas para o exterior. Assim começa a estabelecer-se um sistema econômico que, ao unificar-se viabiliza a organização do Brasil como sociedade nacional, com interesses opostos aos da metrópole. Esta oposição era flagrante para as zonas de mineração, onde a tributação era extorsiva e o monopólio real da exploração diamantífera eram tidos como um despotismo. Embora menos evidente, a mesma oposição lavrava entre o patronato pastoril que, sentindo-se igualmente escorçado pelo fisco, e não dependendo de uma metrópole europeia como agente comercial de sua produção, alcançava condições para propor-se a independência como projeto. (...) A estes estamentos se juntaria, mais tarde, o patronato parasitário o grande comércio de exportação e importação constituído quase exclusivamente por portugueses mas que aspirava negociar diretamente com os ingleses. A ele se agregaria, com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, um novo e mais amplo patriciado burocrático que cresceu principalmente no Rio de Janeiro (...). Estes grupos é que promoveram a independência quando ela se tornou inevitável, e a institucionalização como um projeto em seu próprio proveito sob a forma de uma monarquia escravista, instrumentada para a repressão aos movimentos autonomistas dos caudilhos regionais, aos levantes das classes médias urbanas e às insurreições populares que aspiravam a uma reordenação social mais profunda (RIBEIRO, 1972, p.75-7, passim).

Ressalvam-se, assim, as características fundamentais da velha ordenação, mantendo-se as posições do “*patronato*” e transferindo o poder de mando das mãos dos agentes coloniais para um “*patriciado nativo*”, representante dos mesmos interesses. A ruptura do estatuto colonial e dos vínculos com Portugal dá lugar a uma formação neocolonial, no âmbito da dominação econômica inglesa e, nas palavras de Darcy Ribeiro: “*A própria monarquia foi adotada como modo de alternar, no mínimo possível, a estrutura de poder*” (RIBEIRO, 1972, p.77). E complementa:

... consagrou a velha ordem fundada na propriedade monopolística da terra e na escravidão (...) Criaram-se, desta forma, condições para expandir a cafeicultura pelo velho sistema de fazendas latifundiárias, mantido quase intocável até nossos dias (RIBEIRO, 1972, p.78).

Na visão de Darcy Ribeiro, esse “*sistema de ordenação social*”, não se modificaria nem mesmo com os processos abolicionistas do final do século XIX no Brasil. Nas palavras do autor:

A escravidão só cairia por obsolescência (1888) décadas depois de abolida em toda a América do Sul, quando se tornara impossível mantê-la porque os ingleses haviam impossibilitado a importação de escravos e porque se verificou que já era desnecessária, uma vez que as populações européias compelidas a imigrar se tornam um trabalhador mais barato que o escravo. A par disto, o monopólio latifundiário da terra, por si só, assegurava o contingenciamento da mão-de-obra para o trabalho nas fazendas, tanto do ex-escravo, como dos trabalhadores livres (...) Caem junto o escravismo e a monarquia, dando lugar a uma reordenação política de figurino republicano, regida inicialmente por autocracias militares provenientes da velha ordem e, depois, por líderes de perfil patriarcal. Os antigos barões se tornam senadores e os filhos dos fazendeiros, graduados bacharéis, se fazem deputados, compondo governos aparentemente republicanos, mas nos quais o único eleitor era o coronel-fazendeiro, com votos multiplicados pelo número de dependentes (RIBEIRO, 1972, p.79).

Ressalva-se, mais uma vez a velha ordenação sócio-política sempre no monopólio da terra, que continuaria compelindo toda a força de trabalho – agora unificada na condição nominal de trabalhadores livres, nas palavras de Darcy Ribeiro: “*a optar entre servir em uma fazenda ou servir em outra fazenda igual*” (RIBEIRO, 1972, p.79-80). É o que o autor chama de “República Fazendeira”, em que o poder de exploração é exercido pelo mesmo patronato de sempre, e o poder oriundo do exercício de funções públicas caberiam ao patriciado antigo, alargado pelos bacharéis eleitos deputados pelos “currais de eleitores das fazendas paternas” (RIBEIRO, 1972, p.80).

Para Darcy Ribeiro, a principal reação a esta ordenação assume a forma de “*rebeliões messiânicas*” que espocam nas várias regiões como levantes populares contra o sistema oligárquico:

Insurgindo-se contra um poder designado como “republicano”, pareciam configurar movimentos de restauração monárquica (Canudos, 1836; Contestado, 1912). Na verdade, eram formas elementares de luta contra a ordem global, estruturada em torno da fazenda como instituição social básica. Sua feição messiânica correspondia ao atraso e à penúria a que foram condenadas as população rurais, cuja visão do mundo apenas lhes permitia aspirar a uma restauração sagrada de uma ordem mítica (RIBEIRO, 1972, p.80).

Darcy Ribeiro enfatiza que, nas primeiras décadas do século XX, teria se intensificado a “*modernização reflexa, característica dos processos de atualização histórica*”, por ação das forças renovadoras da Revolução Industrial que, apesar de condicionadas “*aos imperativos do monopólio da terra, da economia de exportação com que se pagavam as importações, e à defesa dos interesses do patronato parasitário do comércio de importação*”, enseja a tecnificação dos transportes, a introdução das

máquinas a vapor, a imigração maciça e, depois, a urbanização acelerada. Surgem, assim, núcleos urbanos em crescente expansão e um mercado interno cada vez mais alentado que propicia a implantação de oficinas e manufaturas, mais tarde, em fábricas. Nas palavras do autor:

A população do país, que era de cerca de quatro milhões de habitantes no momento da Independência (1822), passara a quatorze milhões quando se proclama a república (1889) e a 33 milhões em 1930. Dela, uma proporção crescente vai se fixando nas cidades, pelo atrativo que exerce sobre as classes dominantes o conforto da nova vida urbana; e sobre as camadas modestas, pela oportunidade de trabalho livre a assalariado que ofereciam. Surge, assim, uma massa popular urbana independente do poderio fazendeiro, que alcança condições para o livre exercício da cidadania. Estes novos contingentes, não tendo ainda capacidade de exprimir suas próprias reivindicações, a não ser pelas vias ilegais do sindicalismo anarquista, aderem às aspirações dos setores da classe média, apoiando os movimentos que se propunham estruturar um regime verdadeiramente liberal e republicano (RIBEIRO, 1972, p.82).

Para o autor, neste ambiente teria amadurecido, aos poucos, a consciência do atraso nacional como problema e começa a ser posta em causa a legitimidade da ordenação oligárquico-patriarcal. As tensões se acentuam. Primeiro, na cúpula do sistema político em que se alternavam lideranças civis e militares cujas bases fazendeiras de sustentação e de legitimidade eram cada vez mais precárias. Depois, no seio da tropa, contra a dissipação e o clientelismo do patriciado político como contra os antigos caudilhos militares. Tudo isso se agravaria ainda mais com a crise econômica mundial de 1929, que provocando o colapso dos centros da economia exportadora, enseja uma reabertura do debate sobre as bases do regime, que conduz à revolução de 1930. Nas palavras do autor: “*Conquista o governo a coalizão de políticos e militares que mais se opunha, nominalmente, à velha ordem, propugnando o fortalecimento do poder federal contra os caudilhos estaduais*” (RIBEIRO, 1972, p.83).

Mas a dinamização reformista destes novos “donos do poder” não ultrapassava o ideário dos antigos grupos militares. E como tal, não hostilizava o latifúndio, nem a economia de exportação, muito ao contrário. Preservar-se-iam, assim, mais uma vez, os alicerces da velha ordenação social. Mas Darcy Ribeiro chama a atenção para o seguinte fato, “*a necessidade de se evitar um novo levante de caudilhos regionais leva a uma política centralista que permitiria estruturar o exército, fortalecer e ampliar a administração federal*” (RIBEIRO, 1972, p.83-4), e complementa:

A necessidade de conservar o apoio popular, que tornara a revolução de 1930 vitoriosa, conduziu a uma política social muito mais ousada que a antiga, que legaliza os conflitos de classe e instituiu a sindicalização. Vale dizer que este poder revolucionário, incapaz de enfrentar eleitoralmente a velha república fazendeira se impõe aos caudilhos regionais pela força, atrai o patronato-fazendeiro por meio de favores, mas impõe ao patronato urbano uma regulamentação progressiva das relações de trabalho na indústria (RIBEIRO, 1972, p.84).

Essa regulamentação teria permitido às massas assalariadas urbanas incorporarem-se ao sistema político, não como eleitores identificados com partidos, mas como adeptos do Estado protetor, organizados em sindicatos oficiais. Nesse sentido, o estado buscava seu apoio nas “massas sindicalizadas” e as mesmas no “Estado protetor” que ainda mantinha em equilíbrio os interesses dos antigos grupos conservadores. Nas palavras de Darcy Ribeiro:

Assentado nessas bases, o governo revolucionário de caráter autocrático-nacionalista se manteve no poder sem jamais buscar legitimar-se através de eleições, até que uma nova conjuntura mundial o tornou inviável. Com a vitória na guerra e o soerguimento dos Estados Unidos da América como a grande potência mundial, é imposta a derrocada do governo Vargas que, embora aliado, jamais merecera confiança e exigia demasiadas concessões com a sua política econômica nacionalista. Reimplanta-se, deste modo, no pós-guerra, o velho regime patricial, numa tentativa de recompor a legitimidade e estabilidade da velha república fazendeira. Suas bases eram, já então, demasiado débeis porque os partidos conservadores só podiam contar com o voto dos setores mais atrasados e dos mais privilegiados. Nas cidades surgira um eleitorado novo, independente, que percebia o caráter retrógrado e antipopular dos partidos patriciais, tornando inviável a legitimação eleitoral da velha estrutura de poder. Incapazes de ganhar eleições a não ser mediante alianças com novas forças políticas identificadas com o antigo poder autocrático de Vargas os partidos tradicionais vão perdendo terreno para movimentos políticos populistas e reformistas, cujo vigor se fundava na sua oposição ao patriciado de velho estilo (RIBEIRO, 1972, p.85-6).

Para Darcy Ribeiro esse seria o contexto propício ao desenvolvimento da crise institucional característica do período de 1945 a 1964, sintetizado pelo autor como “*uma sucessão de golpes, contragolpes, um suicídio, uma renúncia e uma deposição a demonstrarem a obsolescência do regime político*”; porém, um período cujo efeito básico teria sido o de recolocar diante da nação “*a imperatividade de uma revisão da estrutura de poder, de uma reforma profunda na ordenação social e uma nova opção entre a via da aceleração evolutiva e a velha trilha da atualização histórica*” (RIBEIRO, 1972, p.86).

Na visão do autor:

Nos últimos episódios desse confronto, assiste-se à vitória sobre o patriciado político tradicional de um movimento populista, com Jânio Quadros, e reformista, com João Goulart. No entanto, um e outro são apeados do poder ao tentarem pôr em execução seus projetos de reforma. No primeiro caso, através da renúncia ao poder político por parte de quem, paradoxalmente, mais ambicionava exercê-lo; no segundo, mediante a deposição por um movimento político militar ligado aos mesmos ideais dos que derrubaram Vargas (RIBEIRO, 1972, p.86).

Retornamos, por hora, ao ponto de onde partimos para essa discussão, a constatação por parte do autor de que só existiriam duas saídas possíveis contra a condenação ao atraso: a via nacionalista modernizadora ou a socialista revolucionária. E que, no contexto em que estamos discutindo, ganha novo significado, pois além da dimensão externa, ainda agrega todas as problemáticas de dimensão interna.

A primeira delas (...) deveria ser capaz de estruturar um poder novo que implantasse a reforma agrária e contivesse a exploração estrangeira. A segunda teria de enfrentar, também, o desafio de instalar novas estruturas de poder e promover uma mobilização das energias nacionais para a execução de um projeto autônomo e acelerado como o que imprimiram às suas sociedades os povos que enfrentaram situações semelhantes de atraso histórico. A decisão do confronto entre os que desejam perpetuar a velha ordem e os que querem construir o futuro, afeta hoje o destino de uma população que se aproxima dos 100 milhões, uma estratificação social que se configura como um losângulo. A cúpula é representada pelo patronato fazendeiro e o parasitário é agora o sócio menor de um novo patronato empresarial e gerencial de empresas estrangeiras; e o patriciado, por sua vez, é alargado por um novo estamento de tecnocratas que substituíram, em larga medida, os políticos. O colo do losângulo é formado pelos estratos intermédios inflados com novos contingentes classe-medistas de profissionais liberais, pequenos empresários, funcionários civis e militares, e empregados (RIBEIRO, 1972, p.87-8).

Darcy Ribeiro continua a caracterizar o modo de “ordenação social” brasileiro:

Vem a seguir uma faixa mais ampla constituída pelos trabalhadores assalariados da indústria, dos serviços e da agricultura que têm empregos estáveis e ganham o salário mínimo ou algo mais. Constitui um setor “privilegiado” porque abaixo dele fica o submundo dos deserdados das cidades e do campo que nada têm, nem sequer trabalho regular mas abrangem quatro quintas partes da população brasileira. Embora também neste setor se observem pequenas diferenças de estratos, seus componentes podem ser definidos como camadas marginalizadas da sociedade nacional, sem perspectiva de integrar-se no sistema ocupacional como assalariados estáveis e, no sistema político, como cidadãos livres. Concentram-se principalmente nas fazendas mas se avolumam cada vez mais junto aos conglomerados urbanos, na forma de favelas, mocambos, cortiços, alagados, cabeças-de-porco, etc., tanto nas metrópoles como nas cidades menores (RIBEIRO, 1972, p.88).

Na visão de Darcy Ribeiro este extrato da população, marginalizada social, cultural e economicamente da sociedade nacional, constituiria “*a principal força virtualmente negadora da ordenação global. Seu reclamo é simplesmente o direito a um emprego regular que permita atingir os modestos níveis de consumo do estrato imediatamente superior, a oportunidade de educar os filhos em nível primário e de tratar suas enfermidades*” (RIBEIRO, 1972, p.88-9). Mas seria o sistema incapaz de incorporá-las, principalmente ao se considerar às exigências e necessidades da antiga estrutura de poder, que tenderiam a alargar essas camadas deserdadas na medida em que a tecnificação das atividades produtivas, orientada para poupar mão de obra, tornaria o coeficiente de absorção de trabalhadores na força de trabalho regular inferior à taxa de crescimento demográfico (RIBEIRO, 1972, p.89). E estabelecendo termos comparativos, Darcy ribeiro diz o seguinte:

Estas camadas miseráveis, equivalem no Brasil moderno, às massas marginais europeias que, há um século, pareciam condenadas a operar como força básica de reordenação social e que a teriam levado a cabo, se não houvessem sido maciçamente exportadas para novos espaços no além-mar ou desgastadas em guerras. As classes conservadoras brasileiras e seus aliados em países como os U.S.A., não podendo apelar para estas soluções, sonham com uma contenção demográfica que, estrangulando o crescimento da população torne viável num futuro remoto a incorporação dos remanescentes ao sistema (RIBEIRO, 1972, p.89).

Em suma, contra os projetos de “estagnação” estaria, para Darcy Ribeiro, todo o povo, “*por seus interesses essenciais na superação do atraso, da ignorância e da penúria e pela realização das potencialidades de progresso do país*” (RIBEIRO, 1972, p.89).

Antes ainda de adentrar ao último ponto reivindicado pelo autor, que seria o da interpretação da função social das ideologias, e portanto nos mantendo na caracterização do processo de formação e da identidade do *Povo Brasileiro*, reivindicamos a abordagem que faz o autor do que ele chamará, na obra de mesmo título: *O Povo Brasileiro* (RIBEIRO, 1995b) de os “*Diferentes Brasis*” ou ainda “*Os Brasil na História*”

Por essas vias se plasmaram historicamente diversos modos rústicos de ser dos brasileiros, que permitem distingui-los, hoje, como *sertanejos* do nordeste, *caboclos* da Amazônia, *crioulos* do litoral, *caipiras* do Sudeste e Centro do país, *gaúchos*, das campanhas sulinas, além dos ítalo-brasileiros, teuto-brasileiros, nipo-brasileiros etc. Todos eles muito mais marcados pelo que têm de comum como brasileiros, do que pelas diferenças devidas a adaptações regionais ou funcionais,

ou de miscigenação e aculturação que emprestam fisionomia própria a uma ou outra parcela da população (RIBEIRO, 1995b, p.21)

Darcy Ribeiro partiria, assim, da análise do processo de gestação étnica que deu nascimento aos núcleos originais que, posteriormente multiplicados, vieram a formar o que se passou a entender como o “Povo Brasileiro”, ao estudo das linhas de diversificação que plasmaram os diferentes modos regionais de ser, para depois retomar as contradições típicas do sistema institucional, notadamente a propriedade fundiária e o regime de trabalho, bem como a classificação de projeções sobre as possíveis formas de encaminhamento de tais conflitos e, assim, a manutenção ou transformação de características principalmente de caráter social e político. Encaminhando este ponto da discussão, reivindicamos novamente a palavras do autor:

Essa etnia embrionária, multiplicada e difundida em vários núcleos – primeiro ao longo da costa atlântica, depois trasladando-se para os sertões interiores ou subindo pelos afluentes dos grandes rios -, é que iria modelar a vida social e cultural das ilhas-Brasil. Cada uma delas singularizada pelo ajustamento às condições locais, tanto ecológicas quanto de tipos de produção, mas permanecendo sempre como um renovo genésico da mesma matriz (RIBEIRO, 1995b, p.270).

O primeiro recorte de compreensão do *Povo Brasileiro* seria o que Darcy Ribeiro chamaria de “*O Brasil Crioulo*”¹, que seria aquele que teria se conformado em tono do complexo formado pela economia do açúcar no litoral brasileiro, principalmente em sua região nordeste: “*Chamamos de área cultural crioula à configuração histórico-cultural resultante das implantação da economia açucareira e de seus complementos e anexos na faixa litorânea do Nordeste brasileiro, que vai do Rio Grande do Norte à Bahia*” (RIBEIRO, 1995b, p.277). Apenas agregando algumas de suas características, tais como trabalhadas por Darcy Ribeiro, o transcrevemos:

Entre seus complementos se conta a fabricação de aguardente e de rapadura, que era a produção principal dos pequenos engenhos, destinada ao mercado interno. Entre os seus anexos, destacam-se as lavouras comerciais de tabaco e a fabricação do fumo, a que se dedicavam pequenos produtores sem cabedal para montar um engenho, mas cujo valor de exportação chegaria a representar uma décima parte do valor da safra açucareira. Muito mais tarde, outros produtos agrícolas de exportação, como o cacau, se somariam aos primeiros para permitir a extensão a outras regiões das formas de vida e de trabalho criadas ao redor do engenho canavieiro, ampliando desse modo a área cultural crioula (RIBEIRO, 1995b, p.277).

¹ Cf. Quarta Parte: Os Brasis na História: O Brasil Crioulo. In: RIBEIRO, 1995b, p.274-306.

O segundo componente da formação do *Povo Brasileiro* seria o que Darcy Ribeiro chamaria de “O Brasil Caboclo²”, composto dentro da área de floresta tropical da bacia amazônica, cobrindo quase metade do território brasileiro, mas com uma população que, naquele momento, comportaria penas 10% da nacional. Nas palavras do autor:

Sua incorporação ao Brasil se fez por herança do patrimônio colonial português, pela unidade de formação cultural fundada nas mesmas matrizes básicas, e pela emigração de cerca de meio milhão de nordestinos conduzidos à Amazônia nas últimas décadas do século passado e nas primeiras deste, para a exploração, dos seringais nativos (RIBEIRO, 1995b, p.307).

Na visão de Darcy Ribeiro, a Amazônia se ofereceria ao Brasil “*como sua grande área de expansão*”, para a qual inevitavelmente milhões de brasileiros já teriam se trasladado e continuariam ainda a se trasladar no futuro. O maior problema seria o ataque à floresta, tanto por este movimento demográfico quanto por fatores econômicos e ecológicos. Mais de metade da população original de caboclos da Amazônia já teria sido desalojada de seus assentos e trasladadas para as cidades, principalmente Belém e Manaus, e a consequência mais drástica seria que: “*Perde-se, assim, toda a sabedoria adaptativa milenar que essa população havia aprendido dos índios para viver na floresta*” (RIBEIRO, 1995b, p.308). Como algumas das características do Brasil Caboclo, Darcy Ribeiro elencaria:

O correspondente amazônico do engenho açucareiro, da grande lavoura comercial ou da fazenda de criação de gado das áreas pastoris é uma empresa extrativista florestal, incipientemente capitalista: o seringal. Ele só pôde operar economicamente enquanto manteve o monopólio da produção mundial da borracha, fazendo-se pagar preços dez vezes mais altos dos que os atuais. Com o surgimento de seringais cultivados no Oriente e da borracha sintética, a exploração da borracha nativa tornou-se inviável. Desde então, o seringal só sobrevive graças a um protecionismo estatal que o mantém artificialmente, subvencionando o patronato seringalista, mas sem a preocupação de amparar a massa de trabalhadores nele engajada. Esta situação permanece inalterável há meio século, submetendo as populações da Amazônia à maior miséria, sem lhes ensejar uma alternativa de inserir-se em outras formas de produção econômica (RIBEIRO, 1995b, p.310).

O terceiro componente de formação do Povo Brasileiro seria “O Brasil Sertanejo³”; nas palavras do próprio Darcy Ribeiro:

² Cf. Quarta Parte: Os Brasis na História: O Brasil Caboclo. In: RIBEIRO, 1995b, p.307-38.

³ Cf. Quarta Parte: Os Brasis na História: O Brasil Sertanejo. In: RIBEIRO, 1995b, p.339-63.

Para além da faixa nordestina das terras frescas e férteis do massapé, com rica cobertura florestal, onde se implantaram os engenhos de açúcar, desdobraram-se as terras de uma outra área ecológica. Começam pela orla descontínua ainda úmida do agreste e prosseguem com as enormes extensões semi-áridas das caatingas. Mais, além, penetrando já o Brasil Central, se elevam em planalto como campos cerrados que se estendem por milhares de léguas quadradas. Toda essa área conforma um vastíssimo mediterrâneo de vegetação rala, confinado, de um lado, pela floresta da costa atlântica, do outro pela floresta amazônica e fechado ao sul por zonas de matas e campinas naturais (RIBEIRO, 1995b, p.339-340).

E como características do “*Brasil Sertanejo*”, Darcy ribeiro diria o seguinte:

No agreste, depois nas caatingas e, por fim, nos cerrados, desenvolveu-se uma economia pastoril associada originalmente à produção açucareira como fornecedora de carne, de couros e de bois de serviço. Foi sempre uma economia pobre e dependente. Contando, porém, com a segurança de um crescente mercado interno para sua produção, além da exportação de couro, pôde expandir-se continuamente através de séculos. Acabou incorporando ao pastoreio uma parcela ponderável da população nacional, cobrindo e ocupando áreas territoriais mais extensas que qualquer outra atividade produtiva. Conformou, também, um tipo particular de população com uma subcultura própria, a sertaneja, marcada por sua especialização ao pastoreio, por sua dispersão espacial e por traços característicos identificáveis no modo de vida, na organização da família, na estruturação do poder, na vestimenta típica, nos folguedos nacionais, na dieta, na culinária, na visão de mundo e numa religiosidade propensa ao messianismo (RIBEIRO, 1995b, p.340).

Com relação ao quarto componente do *Povo Brasileiro*, ou “O Brasil Caipira⁴”, nos debruçaremos com um pouco mais de esmero, dado que a sua compreensão se faz fundamental para o entendimento dos principais problemas sociais e políticos elencados por Darcy Ribeiro mais adiante. O autor o introduziria da seguinte maneira:

Enquanto os núcleos açucareiros da costa nordestina cresciam, a população paulista revolvía-se numa economia de pobreza. Não tendo grandes engenhos de açúcar, que eram a riqueza do tempo, tampouco tinham escravaria negra, e raramente um navio descia até o ancoradouro de São Vicente. Ao fim de um século e meio de implantação, os núcleos paulistas mais importantes eram arraiais de casebres de taipa ou adobe cobertos de palha. Os homes bons que integravam a câmara e dirigiam as bandeiras de devassamento dos sertões interiores viviam com suas famílias em sítios no interior, em condições igualmente pobres. Cada um deles servido pela indiada cativa que cultivava mandioca, feijão, milho, abóbora e tubérculos, para comer com carne de caça ou com pescado; além do tabaco para o pito, do urucu e da pimenta para condimento e algumas outras plantas indígenas (RIBEIRO, 1995b, p.364-5).

⁴ Cf. Quarta Parte: Os Brasis na História: O Brasil Caipira. In: RIBEIRO, 1995b, p.364-407.

Essa pobreza, para Darcy Ribeiro, estaria na base tanto das motivações e nos hábitos quanto no caráter do paulista antigo, fazendo dos mesmos, originalmente, “*um bando de aventureiros sempre disponível para qualquer tarefa desesperada*”; e dá continuidade, “*Cada caudilho paulista de expressão poderia levantar centenas e até milhares de homens em armas; é verdade que a imensa maioria deles formada por índios flecheiros*” (RIBEIRO, 1995b, p.365). Desse modo teriam se estruturado, “*troços de guerra de chefes paulistas com sua indiada de combate andaram além dos sertões indevassados, que eram seu campo habitual de trabalho, por todas as regiões prósperas do país, empreitados para desalojar índios ou destruir quilombos*” (RIBEIRO, 1995b, p.369).

O autor enfatiza que o grande objetivo dos paulistas em suas entradas no sertão sempre foi o de se depararem com minas de ouro, prata ou pedras preciosas, tanto por conta da cobrança imposta pela Coroa Portuguesa, quanto por conta de tentarem realizar em terras dos Brasis o imaginário equivalente dos El Dorados que representavam as minas encontradas por espanhóis no México e no Peru. Assim, por uma “empresa” conjunta entre oficialidade e iniciativa privada, são promovidas as entradas que visavam à descoberta de metais preciosos, de acordo com o que Darcy Ribeiro descreve:

Tais foram as zonas de mineração descobertas pelos bandeirantes paulistas nas serrarias do interior do país ao alvorecer do século XVIII, em Minas Gerais (1698), depois em Mato Grosso (1719) e, mais tarde, em Goiás (1725). Desde as primeiras notícias dos descobrimentos auríferos, multidões acorreram às áreas de mineração, vindas de todo o Brasil e, posteriormente, também de Portugal. Em poucos anos, aquelas regiões desertas transformaram-se na área mais densamente povoada das Américas, concentrando cerca de 300 mil habitantes por volta de 1750. Os ricos vinham com toda sua escravaria, pleiteando grandes lavras; os remediados, com o que tinham, e os pobres, com uns poucos negros, com apenas um, ou com nenhum, mas também tentando a sorte. A trasladação humana alcançou tal vulto que a Coroa viu-se na contingência de sofreá-la, baixando sucessivamente atos para evitar o êxodo dos engenhos e das vilas das zonas de antiga ocupação (RIBEIRO, 1995b, p.372-3).

O contexto de constituição das feitorias de mineração e descrito pelo autor como de intensa sofreguidão para todos que se dedicavam à cata de ouro, que conviviam com graves problemas sociais, fome e conflitos:

Toda uma copiosa documentação histórica mostra como se podia morrer de fome ou apenas sobreviver comendo raízes silvestres e os bichos mais imundos, com as mãos cheias de ouro. Registra, também, as contendas entre mineradores, travadas

principalmente entre os paulistas e adventícios. Aqueles, considerando-se com maiores direitos, enquanto descobridores de toda a nova riqueza, lutavam contra a invasão dos baianos, pernambucanos e demais brasileiros, bem como contra os reinóis atraídos para as minas (RIBEIRO, 1995b, p.373-4)

E apesar dos estímulos às entradas, apenas algum tempo depois da “descoberta” das minas, cerca de mais de uma década, é que as autoridades coloniais buscaram se fixar com um poder efetivo sobre as novas regiões, tornando-se capazes de compelir o cultivo de gêneros para garantir a subsistência, de estancar os conflitos, de dirimir as lutas pelo domínio das águas e pela posse das matas mais ricas (RIBEIRO, 1995b, p.374). Além das trasladações de população, a mineração ensejou a transferência da capital colonial da Bahia para o porto do Rio de Janeiro que, nas palavras de Darcy Ribeiro, “*era um arraial paupérrimo, como o velho São Vicente*”, criando as bases para a implantação de grande centro administrativo e comercial na costa sul, em cujas mediações se desenvolveria um novo núcleo de economia agrária. Nas palavras do autor, a criação desse novo ambiente junto às áreas de mineração estimulou “*a expansão do pastoreio nordestino pelos campos são-franciscanos e do Centro-Oeste*”, assegurando-lhe um novo mercado consumidor, no momento em que decaía o nordestino. Finalmente, possibilitou “*a ocupação da região sulina, conquistada pelos paulistas com a destruição das missões jesuíticas*” (RIBEIRO, 1995b, p.376, *passim*).

Darcy Ribeiro destaca que apenas meio século depois de sua descoberta, “*a região das Minas já era a mais populosa e a mais rica da colônia, contando com uma ampla rede urbana*”. E complementa: “*Nas décadas seguintes, se ativaría com uma vida social brilhante, servida por majestosos edifícios públicos, igrejas amplas de primorosa arquitetura barroca, casa senhoriais assobradadas e ruas pedradas engalanadas com pontes e chafarizes de pedra esculpida*” (RIBEIRO, 1995b, p.377). O problema é que depois também de algumas décadas de exploração intensiva e desordenada, começariam a esgotar-se os aluviões de Minas Gerais e, mais tarde de Goiás e de Mato Grosso:

Os mineradores voltam às velhas paragens, relavando cascalho já trabalhado ou tentando lavras abandonadas, por sáfaras. Tudo em vão; o ouro minguava e com ele a sociedade fundada na dissipação da riqueza fácil. Os mineradores insistiam, porém, labutando com os escravos envelhecidos que não podiam renovar e endividando-se, mas persistindo sempre pela incapacidade de se voltarem para outra atividade. Seu problema era determinar que mercadorias se podia produzir naqueles ermos montanhosos, como transportá-la até a costa distante e a quem vendê-la, se o único mercado rico fora o das minas, agora empobrecidas (RIBEIRO, 1995b, p.379-80).

Assim, com a decadência da mineração, toda a área submergiria a uma economia de pobreza: “*Os mineradores se fazem sitiantes, escondendo na fazenda a sua penúria. O artesanato local de roupas rústicas e de utensílios volta a ganhar terreno e, com ele uma economia autárquica para subsistência*” (RIBEIRO, 1995b, p.380-1). Com a mineração toda a economia da vasta população do Centro-Sul entre em estagnação, “*reencarnando formas de vida arcaica dos velhos paulistas que se mantinham em latência, prontas a ressurgir com uma crise do sistema produtivo*” (RIBEIRO, 1995b, p.383). A população se dispersa e se sedentariza, esforçando-se por atingir níveis mínimos de satisfação de suas necessidades. O equilíbrio seria alcançado numa variante da cultura brasileira rústica, que se cristalizaria como *área cultural caipira*:

É um novo modo de vida que se difunde paulatinamente a partir das antigas áreas de mineração e dos núcleos anciliares de produção artesanal e de mantimentos que a supriam de manufaturas, de animais de serviço e outros bens. Acaba por esparramar-se, fazendo afinal a língua portuguesa, por toda a área florestal campos naturais do Centro-Sul do país, desde São Paulo, Espírito Santo e estado do Rio de Janeiro, na costa, até Minas Gerais e Mato Grosso, estendendo-se ainda sobre áreas vizinhas do Paraná. Desse modo, a antiga área de correrias dos paulistas velhos na preia de índios e na busca do ouro se transforma numa vasta região de cultura caipira, ocupada por uma população extremamente dispersa e desarticulada. Em essência, exaurido o surto minerador e rompida a trama mercantil que ele dinamizava, a paulistânia se “feudaliza”, abandonada ao desleixo da existência caipira (RIBEIRO, 1995b, p.383).

O único recurso com que contaria essa economia decadente seriam as enormes disponibilidades de mão de obra desocupada e de terras virgens despovoadas e desprovidas de qualquer valor, que os mais abonados obteriam por concessão em enormes sesmarias e os mais pobres e imprevidentes apenas ocupariam como posseiros. Com essa base se instala uma economia natural de subsistência, dado que sua produção não podia ser comercializada senão em limites mínimos (RIBEIRO, 1995b, p.383). Passadas as décadas de maior recesso (1790 a 1840), surgem e se expandem novas formas de produção agro-exportadora, dando início a um lento processo de reaglutinação das populações caipiras em bases econômicas mercantis:

Tal se dá com o surgimento de novos cultivos comerciais de exportação, como o algodão e o tabaco e mais tarde o café, que reativariam as regiões caipiras. As estradas melhoram e se refazem os sistemas de transporte por tropas. Simultaneamente, uma reordenação institucional se vai implantando no nível civil e no eclesiástico: as vizinhanças se transformam em distritos, os arraiais em

idades, providas já de certo aparato administrativo que entra a examinar a legalidade das ocupações de terra. A religiosidade espontânea se institucionaliza com a ereção de freguesias e, depois, de paróquias com vigários permanentes. Por fim, um poder estatal se instala, com serviços de polícia, que se capacitam a acabar com o banditismo espontâneo e a soldo, que se generalizara, aliciando aventureiros e vadios (RIBEIRO, 1995b, p.386).

Com o crescimento rápido das culturas de café, se acelera esse processo de reordenamento social. Ao caipira caberia, ser “compelido a engajar-se no colonato, como assalariado rural, ou a refugiar-se na condição de parceiro, transferindo-se para as áreas mais remotas ou para as terras cujos proprietários não têm recursos para explorar os novos cultivos”. O caipira apegava-se a escassa saída com todas as suas forças, procurando tornar-se parceiro, como meeiro, financiado pelo proprietário a quem entrega metade da produção; ou como terceiro, trabalhando por conta própria, mas pagando pelo direito ao uso da terra um terço das colheitas. (RIBEIRO, 1995b, p.388)

Aos poucos, porém, o novo sistema ganha força e congruência, indo buscar e desalojar o caipira em qualquer ermo em que se embrenhe, pela expansão contínua das áreas ocupadas pela economia de fazenda, obrigando-o a renovar sua opção entre o engajamento como assalariado rural ou novos deslocamentos, à procura de áreas mais atrasadas, ainda compatíveis com a parceria. A própria parceria vai se tornando menos satisfatória, confinada às terras mais pobres e mais distanciadas do mercado e onerada com novas exigências. Dentre elas o cambão, forma de corveia que obriga o caipira e sua família a dar dias de trabalho gratuito ao proprietário e dias suplementares por cada animal de montaria que possua (RIBEIRO, 1995b, p.388-389).

Apesar de todos esses problemas, o caipira espoliado de suas propriedades e sucessivamente expulsado de suas posses continua resistindo a submeter ao regime de fazenda. Para Darcy Ribeiro, a estratégia desse caipira passa a ser se marginalizar, apegando-se a uma condição e independência inviável sem a posse da terra. Em síntese, o caipira não aceitava a submissão de seu trabalho ao lucro de um proprietário de terra qualquer. Preferia se fazer recluso onde pudesse manter a sua mínima subsistência. Assim é que, apesar da existência de milhões de caipiras subocupados, o sistema de fazendas teve de promover primeiro, uma intensificação do tráfico de escravos e de apelar, depois, para a imigração europeia maciça que coloca milhões de trabalhadores à disposição da grande lavoura comercial. Sobre o processo de imigração visto pelo caipira:

Confinado nas terras mais sáfaras, enterrado na sua pobreza, o caipira vê, impassível, chegarem, como colonos das fazendas, multidões de italianos, de

espanhóis, alemães ou poloneses para substituírem o negro no eito, aceitando uma condição que ele rejeita. Essa nova massa vinha, porém, de velhas sociedades, rigidamente estratificadas, que a disciplinara para o trabalho assalariado, e via na condição de colono um caminho de ascensão que faria dela talvez, um dia, pequenos proprietários. O caipira, despreparado para o trabalho dirigido, culturalmente predisposto contra ele, desenganado, desde há muito, de tornar-se proprietário, resiste no seu reduto de parceiro, que é para ele a condição mais próxima do ideal intangível de granjeiro em terra própria. (RIBEIRO, 1995b, p.389-390)

O sistema de fazendas, que se foi implantando e expandindo para a produção de artigos de exportação, cria um novo mundo no qual não há mais lugar para as formas de vida não mercantis do caipira, nem para a manutenção de suas crenças tradicionais, de seus hábitos arcaicos e de sua economia familiar. Com a difusão desse sistema novo, o caipira vê desaparecerem, por inviáveis, as formas de solidariedade vicinal e de compadrio, substituídas por relações comerciais. Vê definhar as artes artesanais, pela substituição dos panos caseiros por tecidos fabris, e com elas, o sabão, a pólvora, os utensílios de metal, que já ninguém produz em casa e devem ser comprados (RIBEIRO, 1995b, p.390).

A ocupação agrícola das terras, o cercamento dos latifúndios com aramados, a expansão dos pastos e a presença do gado, mudando as condições ecológicas, tornam impraticáveis a caça e a pesca. Assim, perde o caipira um complemento alimentar básico que permitia melhorar sua dieta frugal e carente. Ao fim do processo de implantação do sistema de fazendas, mesmo nos ermos onde se acoitara, fugindo ao engajamento compulsório, o caipira tenta manter uma condição tornada obsoleta e inviável. (RIBEIRO, 1995b, p.390)

O golpe derradeiro na vida do caipira tradicional, que acaba por marginaliza-lo definitivamente, se dá com ampliação do mercado urbano de carne, que torna viável a exploração das áreas mais remotas e de terras pobres e ricas para a criação do gado. Nas palavras de Darcy Ribeiro:

A partir de então, a cada roça de caipira ainda consentida para derrubar a mata ou para desbastar capoeiras segue o plantio de capim e a desincorporação automática da área do sistema prevalecente, para devotá-la ao pastoreio. As antigas propriedades latifundiárias vão sendo despovoadas de gente para a ocupação do gado. Nessas fazendas de criação, uma parcela ínfima de trabalhadores substitui, com vaqueiros, a antiga população residente que se vê, assim expulsa. O novo procedimento, estando ao alcance até mesmo dos latifundiários menos providos de recursos, porque utiliza o próprio caipira e até a parceria para liquidar com ele, importa numa limitação progressiva das terras disponíveis para o trabalho agrícola (RIBEIRO, 1995b, p.391).

Para Darcy Ribeiro, “massas de caipiras” são, assim, obrigadas a novas opções:

Trata-se de escolher entre permanecer na própria parceria, tornada precaríssima, em que ainda subsiste; mergulhar no mundo dos posseiros invasores de terras alheias; concentrar-se nos terrenos baldios como reserva de mão-de-obra para servir às fazendas despovoadas, nas quadras de trabalho intenso; ou, finalmente, incorporar-se às massas marginais urbanas como aspirante à proletarização. (RIBEIRO, 1995b, p.391-392)

Conclui-se, assim, a desintegração das instituições básicas da cultura caipira, sob o impacto da onda renovadora representada pelas novas formas de produção agrícola e pastoril de caráter mercantil. O principal resultado para o caipira é a perda de seu lugar e um papel na nova estrutura. Para Darcy Ribeiro: “*Esse papel teria sido sua integração na categoria de pequenos proprietários que, talvez, lhes permitisse incorporar as inovações tecnológicas, alargando as suas aspirações à medida que se integrassem na economia nacional*” (RIBEIRO, 1995b, p.392). Mas o monopólio da terra, como domínio do centro do poder político exercido pela oligarquia agrícola, impede esse caminho, pois:

O sistema de fazendas alcançou, com a implantação das grandes lavouras de café, um novo auge só comparável ao êxito dos engenhos açucareiros. Seu efeito crucial foi recriar o Brasil como unidade agroexportadora do mercado mundial e como um próspero mercado importador de bens industriais. Outro efeito da cafeicultura foi modelar uma nova forma de especialização produtiva e configurar um outro modo de ser da sociedade brasileira. Culturalmente, a nova feição é basicamente caipira. Mas a essa matriz se acrescentam outras dimensões pela incorporação, na primeira fase, de uma grande massa escrava e, mais tarde, da contribuição de imigrantes europeus, integrados maciçamente no colonato. A essas matrizes se somariam, ainda, elementos tomados de outras variantes culturais brasileiras pela convergência para as fazendas de gente vinda das diversas regiões do país. (RIBEIRO, 1995b, p.393)

O cultivo do café, que se praticava um pouco por todo o Brasil, como raridade e para consumo local, ganha significação econômica com as primeiras grandes lavouras plantadas na zona montanhosa próxima ao porto do Rio de Janeiro. O sucesso das exportações, na década de 1880, promove rapidamente o novo cultivo à liderança em que se manterá, daí em diante, como a atividade econômica fundamental do Brasil. Para implantar o empreendimento cafeeiro contava-se com abundante disponibilidade de terras apropriadas e de mão-de-obra escrava subutilizada desde a decadência da mineração e ainda, com um sistema adequado de transporte e de comercialização. (RIBEIRO, 1995b,

p.393-394). Portanto, o modelo empresarial que primeiro se impõe é a fazenda escravocrata, que:

...tem de comum com o sistema de plantação açucareira a grande extensão territorial, o alto grau de especialização e de racionalização das atividades produtivas, o caráter mercantil do produto que exporta e a necessidade de concentrar nas fazendas grandes contingentes de mão-de-obra servil, rigidamente disciplinada. Exige também enormes investimentos financeiros, sobretudo para a aquisição de terras que se valorizam rapidamente e para a compra da escravaria e sua reposição, uma vez que as singelas instalações de beneficiamento são construídas nas próprias fazendas. O cafezal, como um plantio permanente, demanda grande concentração de mão-de-obra na etapa preparatória da derrubada das matas e de cuidados especiais nos primeiros quatro anos. Daí em diante, só reclama grande quantidade de mão-de-obra por ocasião da colheita (RIBEIRO, 1995b, p.394).

As fazendas escravocratas de café da área montanhosa fluminense logo se estendem ao vale do Paraíba e, daí, se irradiaram progressivamente para as matas de Minas Gerais, do Espírito Santo e de São Paulo, onde receberão a sua maior expressão. As maiores delas eram imensas comunidades escravocratas que produziam quase tudo o que consumiam, desde a roupa da escravaria, as casas, os mantimentos, até as instalações e o mobiliário da própria fazenda. Mas também adquirem muitos bens industriais, tanto para o consumo dos fazendeiros como para o trabalho (RIBEIRO, 1995b, p.395). E o sucesso do empreendimento permitiu, a seguir, a promoção de uma verdadeira drenagem de escravos de outras áreas decadentes, como os algodoads maranhenses e os engenhos açucareiros. E ainda mais escravos continuam sendo trazidos da África para as lavouras em questão. Mas ainda assim as fazendas de café viviam em carência permanente de mão-de-obra, em virtude de seu ritmo intenso de expansão e de desgaste da escravaria no trabalho pesado, acompanhado de condições miseráveis de vida e subsistência a que eram submetidos (RIBEIRO, 1995b, p.395)

Nessa fase, o proprietário reside na fazenda, compondo o mesmo quadro contrastante do Nordeste açucareiro, representado pela oposição entre a vivenda senhorial e a senzala. Faz-se servir, também, de numerosa criadagem doméstica a que acrescenta, por vezes, preceptores europeus para a educação dos filhos na própria fazenda e padres residentes pra os serviços religiosos (RIBEIRO, 1995b, p.395). A partir da segunda metade do século XIX, quando o café já domina a economia brasileira, os cafeicultores se constituem numa oligarquia nacional cada vez mais poderosa. Faz-se forte que a

açucareira, porque agora aquelas, e suas atividades, são dinamizadas pelos trilhos das estradas de ferro que lhes abrem caminho rumo ao oeste.

A introdução do trabalhador europeu nas fazendas de café foi um processo lento, alcançado pela necessidade de cafeicultores empenhando na solução de seu maior problema: falta de mão de obra, agravada primeiro pela proibição de tráfico, e depois pela abolição. Nas palavras de Darcy Ribeiro:

As primeiras tentativas que procuraram subjugar o imigrante a um sistema renovado da velha parceria provocaram reclamações consulares e escândalos na imprensa europeia, a que os brasileiros são, especialmente sensíveis. Eram prematuras, porque, apesar de condições de penúria prevalecentes na Europa, o imigrante não aceitava a coexistência com o escravo. Somente após a abolição, estabeleceu-se uma onda regular e ponderável de provimento de mão-de-obra europeia, em fins do século passado, atingia a 803 mil trabalhadores, sendo 577 mil provenientes da Itália. (RIBEIRO, 1995b, p.399)

Essa disponibilidade de mão-de-obra europeia, na visão de Darcy Ribeiro, correspondia:

...à marcha do capitalismo industrial que ia desenraizando dos campos e lançando às cidades mais gente do que as fábricas poderiam ocupar. Cada país europeu atingido pelo processo exportava milhões de pessoas. Primeiro emigraram das Ilhas Britânicas; depois da França, mais tarde da Alemanha, e da Itália, por fim da Polônia e da Rússia e de países balcânicos. Dá-se, assim, uma oferta de trabalhadores europeus mais barata que os escravos africanos e também mais eficazes por sua adaptação aos regimes produtivos. (RIBEIRO, 1995b, p.399)

Esse intenso processo de imigração afeta ainda mais a situação de exclusão do caipira das atividades de trabalho realizadas em torno dos cafezais, pois, além de a grande oferta de mão de obra qualificada e barata proveniente da Europa desvalorizar substancialmente os valores pagos a indivíduos da “da terra”, ainda oferece uma mão de obra mais qualificada em saberes e práticas das atividades agrícolas de exportação. Rapidamente os imigrantes ocupam os postos mais bem remunerados que o sistema criaria. Muitos desses caipiras, assim como boa parte dos sertanejos nordestinos nesse mesmo período, trasladar-se-iam para os seringais da Amazônia, porque sua rota natural, que seria a marcha para o sul, se vê obstruída pela saturação por imigrantes europeus da busca de braços para a grande lavoura. Sobre a situação de favorecimento do imigrante em detrimento do caipira, de acordo com Darcy Ribeiro:

Os colonos eram contratados na Europa mediante o fornecimento de passagens para a família, a garantia de ajuda de manutenção no primeiro ano e o recebimento de um trato de terras para suas lavouras de subsistência. A essas condições foi necessário acrescentar-se, mais tarde, um salário anual fixo e um ganho variável segundo a produção. Como as despesas de passagem eram cobertas pelo governo, só as outras condições pesavam diretamente sobre o fazendeiro. Essas regalias, muito superiores às ofertas oferecidas ao caipira, explicam-se pela capacidade do colono – assistido pelos corpos consulares e apoiado pela imprensa de seus países – para exigir melhores condições de trabalho. Efetivamente, é o colonato imigrante que, por esse sistema, implanta o regime assalariado na vida rural brasileira, aceitando uma rigorosa disciplina de trabalho, mas em compensação, fazendo-se pagar efetivamente e pagar mais. Movido por um horizonte mais amplo de aspirações e contando com um melhor ajustamento ao trabalho assalariado, o imigrante produzia mais e melhor. Alguns conseguiam depois de alguns anos, mercê de sua poupança, libertar-se da condição de colono para se fazerem pequenos empresários. Seus filhos já brasileiros seriam operários dos centros nacionais industriais nascentes. (RIBEIRO, 1995b, p.400-401)

A oligarquia cafeeira, como detentora dos maiores poderes políticos no período imperial e no republicano, seria na visão de Darcy Ribeiro, a responsável por algumas das deformações mais profundas da sociedade brasileira:

A principal delas decorre de sua permanente disputa com o Estado pela apropriação da renda nacional, da sua arraigada discriminação contra os negros escravos ou forros e contra os pobres que cresciam nas cidades. Nessa disputa e nessa discriminação senhorial é que devem ser procuradas as razões pelas quais o Brasil se atrasou tão gritantemente em relação aos demais países latino-americanos e a qualquer outro povo do mesmo nível de desenvolvimento, tanto na abolição da escravatura como na imposição ao Estado da obrigação de assegurar educação primária à população e na extensão aos trabalhadores rurais dos direitos de sindicalização e de greve. A Independência e a República, que em quase toda a América deram lugar a um profundo esforço nacional por elevar o nível cultural da população, capacitando-a para o exercício da cidadania, não ensejaram um esforço equivalente no Brasil. Esse descaso para com a educação popular bem como o pouco interesse pelos problemas de bem estar e de saúde da população explicam-se pelo senhorialismo fazendeiro e pela sucessão tranquila, presidida pela mesma classe dirigente, da Colônia à Independência, do Império à República. Não ensejando uma renovação de liderança, mas simples alternância no mesmo grupo patriarcal oligárquico, se perpetua também a velha ordenação social. (RIBEIRO, 1995b, p.403)

Nessas condições, toda participação democrática na vida política se reduziria aos grupos de pressão oligárquicos em disputa pelo controle das matérias que afetavam seus interesses. E como se não bastasse a opressão dessa classe patronal, ainda pesam sobre a “sociedade caipira”, “*a massa desproporcional de gringos que caiu sobre os paulistanos*”. Darcy Ribeiro diz ainda que por volta do ano de 1950, os estrangeiros, principalmente italianos e seus descendentes, eram mais numerosos do que os paulistas antigos. “A esse

soterramento demográfico corresponde uma europeização da mentalidade e dos hábitos” (RIBEIRO, 1995b, p.407), como veremos mais a frente.

Por fim, elencamos aqui o quinto e último componente do processo de formação dos diferentes Brasis, tal como trabalhado por Darcy ribeiro, e que contribuiria para a construção de sentido e identidade do *Povo Brasileiro*: estamos nos referindo aos Brasis Sulinos⁵, subdividido, mas com predominâncias de “gaúchos, matutos e gringos”, tal como na terminologia atribuída pelo autor.

Esses Brasil Sulinos teriam sido formados como resultado da expansão dos antigos paulistas que atingiu e ocupou também a região sulina de prévia dominação espanhola e a incorporou ao Brasil. Nas palavras de Darcy Ribeiro: “*Em interação com outras influências, porém, deu lugar ali a uma área cultural tão complexa e singular que não pode ser tida como um componente da paulistânia*”. E complementa:

Ao contrário das outras áreas conformadas pelos paulistas, como a de mineração, a de economia natural caipira e a de expansão da cafeicultura que, apesar de suas diferenciações econômico sociais, apresentam uma base cultural comum, na região sulina surgiram modos de vida tão diferenciados e divergentes que não pode incluí-los naquela configuração e nem mesmo tratá-los como uma área cultural homogênea (RIBEIRO, 1995b, p.408)

Para Darcy Ribeiro, a característica básica do Brasil sulino, em comparação com as outras áreas culturais brasileiras, seria a sua heterogeneidade cultural:

Os modos de existência e de participação na vida nacional dos seus três componentes principais não só divergem largamente entre si como também com respeito às outras áreas do país. Tais são os lavradores matutos de origem principalmente açoriana, que ocupam a faixa litorânea do Paraná para o sul; os representantes atuais dos antigos *gaúchos* da zona de campos da fronteira rio-platense e dos bolsões pastoris de Santa Catarina e do Paraná, e, finalmente, a formação gringo-brasileira dos descendentes de imigrantes europeus, que formam uma ilha na zona central, avançando sobre as duas outras áreas. A coexistência e a interação desses três componentes opera ativamente no sentido de homogeneizá-los, difundindo traços e costumes de um a outro. A distância que medeia entre os respectivos patrimônios culturais e, sobretudo, entre seus sistemas de produção agrícola – a lavoura de modelo arcaico dos matutos, o pastoreio gaúcho e a pequena propriedade explorada intensivamente dos colonos gringos – funciona, porém, como fixadora de suas diferenças. Mesmo em face dos efeitos homogeneizadores da modernização decorrentes da industrialização e da urbanização, cada um desses complexos tende a reagir de modo próprio, integrando-se com ritmos e modos diferenciados nas novas formas de produção e

⁵ Cf. Quarta Parte: Os Brasis na História: Brasis Sulinos: gaúchos, matutos e gringos. In: RIBEIRO, 1995b, p.408-44.

de vida, dando lugar a estilos distintos de participação na comunidade nacional (RIBEIRO, 1995b, p.409)

Dentro do que se compreende como esse contexto de multiplicidade de referências étnico-culturais, caberiam ainda dentro dos Brasis Sulinos todas as “células” de ocupação realizadas por imigrantes de origem germânica, italiana, polonesa, japonesa, libanesa e várias outras introduzidas ainda no século XIX, principalmente nas duas últimas décadas, mas que, ao longo do XX, constituiria um espectro bem diverso de brasileiros; múltiplo, mas que dentro dessa multiplicidade, ganharia, em conjunto, especificidade e, assim, poder de distinção em relação a outros componentes de formação do *Povo Brasileiro*. Reivindicamos uma citação de Darcy Ribeiro de outro contexto que, tratando dos diferentes componentes de formação do *Povo Brasileiro*, complementaria essa ideia:

É simplesmente espantoso que esses núcleos tão iguais e tão diferentes se tenham mantido aglutinados numa só nação. Durante o período colonial, cada um deles teve relação direta com a metrópole e o “natural” é que, como ocorreu na América hispânica, tivessem alcançado a independência como comunidades autônomas. Mas a história é caprichosa, o “natural” não ocorreu. Ocorreu o extraordinário, nos fizemos um povo-nação, englobando todas aquelas províncias ecológicas numa só entidade cívica e política (RIBEIRO, 1995b, p.273).

Darcy Ribeiro constrói assim uma interpretação sobre o processo de “formação e o sentido do Brasil”, como no subtítulo de *O Povo Brasileiro* (RIBEIRO, 1995b). Mas ainda faltaria retomar, para além do processo de estratificação e ordenação sociais, entender as suas diferentes dinâmicas de conservação e transformação, ou, em outras palavras, entre elites conservadoras e massas insurgentes potencialmente transformadoras. De modo mais preciso, Darcy Ribeiro destacaria que ainda que fosse possível observar uma relativa uniformidade cultural brasileira, manter-se-iam características regionais também inegavelmente identificáveis, além de uma mesma e profunda distância social, gerada pelo tipo de estratificação que o próprio processo de formação nacional havia até aquele momento produzido; dividindo a sociedade brasileira entre uma “*estreitíssima camada privilegiada*” e o “*grosso da população*”, fazendo as distâncias sociais mais intransponíveis que quaisquer outras diferenças. Nas palavras do autor:

A estratificação social separa e opõe, assim, os brasileiros ricos e remediados dos pobres, e todos eles dos miseráveis, mais do que corresponde habitualmente a esses antagonismos (...) Os privilegiados simplesmente se isolam numa barreira de

indiferença para com a sina dos pobres, cuja miséria repugnante procuram ignorar ou ocultar numa espécie de miopia social, que perpetua a alternidade. O povo-massa, sofrido e perplexo, vê a ordem social como um sistema sagrado que privilegia uma minoria contemplada por Deus, à qual tudo é consentido e concedido. Inclusive o dom de derem, às vezes, dadivosos, mas sempre frios e perversos e, invariavelmente, imprevisíveis (RIBEIRO, 1995b, p.24).

Dessa estrutura sociopolítica dicotômica e de tensões é que poderia emergir uma sociedade reivindicativa de transformações e disposta a enfrentar as dificuldades e custos desse processo. Nas palavras de Darcy Ribeiro:

Nessas condições de distanciamento social, a amargura provocada pela exacerbação do preconceito classista e pela consciência emergente de injustiça bem pode eclodir, amanhã, em convulsões anárquicas que conflagrem toda a sociedade (...) O grande desafio que o Brasil enfrenta é alcançar a necessária lucidez para concatenar essas energias e orientá-las politicamente, com clara consciência dos riscos de retrocessos e das possibilidades de libertação que elas ensejam (RIBEIRO, 1995b, p.25).

Para tanto, Darcy Ribeiro continuaria a desenvolver a sua “Teoria do Brasil” daquele seu momento:

Faltou sempre, e falta ainda, clamorosamente, uma clara compreensão da história vivida, como necessária nas circunstâncias em que ocorreu, e um claro projeto alternativo de ordenação social, lucidamente formulado, que seja apoiado e adotado como seu pelas grandes maiorias. Não é impensável que a reordenação social se faça sem convulsão social, por via de um reformismo democrático. Mas ela é muitíssimo improvável neste país em que uns poucos milhares de grandes proprietários podem açambarcar a maior parte de seu território, compelindo milhões de trabalhadores a se urbanizarem para viver a vida famélica das favelas, por força da manutenção de umas velhas leis. (...) Este livro é um esforço para contribuir ao atendimento desse reclamo de lucidez (RIBEIRO, 1995b, p.26).

Essa lucidez, na visão de Darcy Ribeiro somente viria à tona com a superação do processo histórica de construção da Cultura Brasileira e ensejando a superação de uma característica intrínseca, porém profundamente nociva, que seria o profundo grau de alienação. Dito de outro modo, Darcy Ribeiro identificaria as marcas deixadas por cinco séculos de impacto com a cultura europeia-ocidental que imprimira na cultura brasileira o seu caráter predominantemente “espúrio”, “sua condição de cultura defasada” e, por fim, “uma cultura alienada”. O Brasil teria a característica de manter, já por cinco séculos, enormes parcelas da população na marginalidade social. Nas palavras de Darcy Ribeiro:

O Brasil nasce e cresce como um proletariado externo das sociedades européias, destinado a contribuir para o preenchimento das condições de sobrevivência, de conforto e de riqueza destas. A classe dominante brasileira, em consequência, é chamada a exercer, desde o início, o papel de uma camada gerencial de interesses estrangeiros, mais atenta para as exigências destes do que para as condições de existência da população nacional. Não constituía, por isto, um estrato senhorial e erudito de uma sociedade autônoma, mas uma representação local, alienada, de outra sociedade, cuja cultura buscava mimetizar. Sua função era induzir a população a atender aos requisitos de feitoria produtora de gêneros tropicais e geradora de lucros exportáveis, bem como a desempenhar *in situ*, simulacros dos modos de vida europeus (RIBEIRO, 1972, p.107).

Dando continuidade ao raciocínio do autor, corroboramos novamente suas próprias palavras:

Nestas circunstâncias, é principalmente nas classes subalternas e como cultura vulgar que se exerce a criatividade que viria atender aos requisitos necessários à sobrevivência material (através da criação ou reelaboração de técnicas adaptativas); à convivência humana (através da criação de múltiplas formas de associação que exorbitavam as regulações destinadas a organizar o trabalho produtivo); e ao atendimento de necessidades espirituais (mediante a criação de cultos sincréticos, da fixação de mitos e lendas com que se explicava a natureza e a sociedade, e da criação artística). Foi por meio desta cultura vulgar – recheada de elementos indígenas e africanos – que o povo brasileiro edificou, com os pobres tijolos e cimentos de que dispunha, a cultura nacional no que tinha assentado na terra e de significativo para toda a população (RIBEIRO, 1972, p.107-8).

Para Darcy Ribeiro, a classe dominante branca ou branca-por-autodefinição desta população majoritariamente mestiça, tinha como preocupação maior, no plano racial, salientar sua branquitude e, no plano, cultural, sua europeidade, só aspirando a ser lusitana, depois inglesa e francesa ou norte-americana. E conseguia simular razoavelmente esta identificação nos modos de morar, de vestir, de comer, de educar-se, de rezar, de casar, de morrer etc.(RIBEIRO, 1972, p.108). Assim, “a imitação do estrangeiro não seria um mal em si mesmo porque as transplantações culturais são inevitáveis e vêm associadas frequentemente a fatores de progresso”. E continua:

Gerações de brasileiros foram alienadas por esta inautenticidade essencial de sua postura, que os tornava infelizes por serem tal qual eram e vexados pelos ancestrais que tiveram. Nestas circunstâncias, a alienação passou a ser a condição mesma desta classe, dominante, inconformada com seu mundo atrasado, que só mediocrementemente conseguia imitar o estrangeiro, e cega para os valores de sua terra e de sua gente. O grave é que esta alienação, tornando a classe dominante incapaz de ver e compreender a sociedade em que vivia, a tornava também inapta para propor-se um projeto nacional de desenvolvimento autônomo (RIBEIRO, 1972, p.108-9).

A criatividade intelectual e artística das camadas ricas se exerceu, fundamentalmente, como transplante de ideias e valores alheios, que apenas se impregnariam, contra sua vontade, de conteúdos locais. Surgiriam ali expressões exógenas da criatividade europeia implantadas na colônia.

Este é o caso dos núcleos básicos da civilização do açúcar da Bahia e do Recife e da civilização do ouro nas cidades mineiras. Sua expressão mais alta é uma arquitetura, uma escultura, uma pintura, uma literatura e uma música de padrão mais elevado que o das cidades portuguesas do seu tempo. Manifestam-se principalmente em templos e em atos de culto nos quais a camada dominante luzia sua grandeza terrena e agradecia por ela, e o povo se consolava de sua penúria preparando-se para uma vida eterna num paraíso em que, provavelmente, não haveria senhores e escravos, nem ricos e pobres. O principal núcleo erudito desta civilização era o clero, como único setor letrado da terra, cultor das letras e das artes, que se fizera, efetivamente, herdeiro do patrimônio artístico de seu tempo. A contraparte desta esfera erudita e senhorial da cultura nacional nascente era a cultura vulgar das massas, com sua criatividade própria, haurida primeiro em fontes não-européias, mas enriquecida e estruturada, depois, pela absorção e reintegração de distintas contribuições europeias (RIBEIRO, 1972, p.109-10).

Teria se conformado, assim, a homogeneização do ambiente cultural formado, no plano erudito, pelo saber clerical e, no plano vulgar, pelas crenças e ritos populares também de origem cristã que se exprimiam no calendário de trabalho e de lazer, nas festas religiosas e nos atos de culto que marcavam os passos fundamentais da vida de cada indivíduo. Uma postura ao mesmo tempo ingênua, porque consagradora da ordem social, ao mesmo tempo alienante, porque destinada a mistificar a exploração classista e colonial (RIBEIRO, 1972, p.110-1). E esse modelo de referenciamento cultural ultrapassaria o universo colonial brasileiro, chegando à sociedade do Brasil independente:

Muito mais tarde, após a Independência, desaparece aquela elite clerical para dar lugar à coorte dos bacharéis e letrados, lidos em Rousseau e, depois, em Comte, Spencer e Lamarck. (...) É o tempo das casas burguesas, do fraque, da importação de bugigangas e de prostitutas francesas e de toda a sorte de manufaturas industriais inglesas. A intelectualidade patricial já é leiga e se cristaliza principalmente, no positivismo, convertido também em culto e aprendido no catecismo; na maçonaria, como principal forma de crítica senhorial à ordem vigente; e no novo clero, muito menos influente que agora se opunha ao catolicismo festivo do povo, empenhado em enquadrá-lo na ortodoxia romana (RIBEIRO, 1972, p.111).

Como era inevitável, acaba por se alterar também a cultura vulgar das populações urbanas. (...) ... rui a cultura erudita que em certos setores se fizera herdeira do patrimônio europeu e se constituíra em estrato letrado da sociedade nacional. E rui

também a cultura vulgar, cristalizada principalmente no folclore haurido de velhas fontes ibéricas e de tradições indígenas e africanas bem como de crenças e ritos católicos que regulavam toda a vida social. A primeira se degrada, perdendo os altos níveis de expressão que alcançara no plano artístico para transformar-se num pastiche de francesismos, britanismos e ianquismos. A última também se dilui (...) as danças dramáticas, os cancioneros populares são substituídos por novas danças, cantos e folguedos de caráter profano. Com a radiodifusão, estes novos estilos se tornariam cada vez mais “modernos”...(RIBEIRO, 1972, p.112).

Nos termos de Darcy Ribeiro, essa “*defasagem cultural brasileira*” seria principalmente “*uma assincronia decorrente do próprio processo de atualização histórica em que a sociedade nacional se constitui, integrando-se na economia mundial como uma colônia escravista e, mais tarde, reintegrando-se nela como formação neocolonial*” (RIBEIRO, 1972, p.113). Uma das principais consequências desse “atraso” teria sido o fato de Portugal não ter empreendido jamais a alfabetização, nem de sua própria população e muito menos para as populações de suas colônias, como ocorreu a todas as nações que se industrializaram e só a estas. “*Apenas contou com uma estreita faixa de letrados, em sua imensa maioria medíocre e obscurantistas, de extração eclesiástica ou formados em universidades obsoletas*” (RIBEIRO, 1972, p.115).

Assim, na visão de Darcy Ribeiro, a “alienação cultural” consistiria, em essência, “na introjeção espontânea ou induzida em um povo da consciência e da ideologia de outrem, correspondente a uma realidade que lhe é estranha e a interesses opostos aos seus” (RIBEIRO, 1972, p.117). Na prática, os primeiros esforços de compreensão da realidade nacional, partindo destas representações alienadas e inspirando-se na literatura para-científica europeia concernente aos trópicos e aos povos de cor, converteram-se, também, em justificações eruditas do atraso e da pobreza nacional e, deste modo, em outras fontes de alienação (RIBEIRO, 1972, p.122). Apenas do início do século XX em diante começaria a amadurecer uma intelectualidade efetivamente apta a desvendar a trama ideológica justificatória da colonização e da exportação classista em que o Brasil esteve e ainda está imerso e para criar uma imagem nacional mais realista e mais motivadora (RIBEIRO, 1972, p.125). Nas palavras de Darcy Ribeiro, com base nessa compreensão nova, vários saltos são dados no sentido da desalienação cultural:

Na medida em que se plasma esta imagem nova, vai-se tornando possível elaborar um projeto nacional de desenvolvimento autônomo, à luz do qual começam a ressaltar, como antecedentes, as lutas do passado, cujo sentido fora mistificado pelo historicismo oficial. (RIBEIRO, 1972, p.126).

A primeira ruptura com a consciência ingênua, por parte da intelectualidade brasileiras, tem lugar com o surgimento da literatura moderna, particularmente a regionalista que atinge, em certos casos, dimensões de denúncia social candente. Não ultrapassa, porém, o âmbito de expressão literária da realidade como problema porque não fora instrumentada para o estudo da revolução social como tarefa crucial da inteligência brasileira (RIBEIRO, 1972, p.128).

Darcy Ribeiro opôs ao que chama portanto de “cultura ingênua”, de caráter alienado e dependente, reflexo, o que ele caracterizará de “cultura crítica”, mais tendente à compreensão efetiva da realidade e na busca por autonomia intelectual e material.

Esse passo foi obstado até recentemente por três barreiras. Primeiro, a doutrinação sociolinguística em que muitos intelectuais treinados para investigação científica se perderam em tarefas irrelevantes e em ilustrações, com dados locais, de teses em voga nas revistas internacionais de ciências humanas. Em lugar de prosseguirem na linha dos pensadores iracundos da geração passada, desconhecaram suas contribuições, adotando uma temática e uma metodologia inadequadas para a explicação científica da realidade brasileira e dissuasivas de qualquer ação política, como se a transformação da sociedade não fora problema seu. Segundo, a doutrinação marxista dogmática que tanto desprezava os esforços anteriores de conhecimento da realidade brasileira, quanto a investigação sistemática, a ambos substituindo por um discurso sectário eivado de consignas pseudo-revolucionárias (...). Terceiro, o caráter fascistoide e direitista do movimento intelectual brasileiro de orientação nacionalista, o integralismo, que promoveu pioneiramente formulações anti-imperialistas (sobretudo antibritânicas) e alcançou repercussão pública no Brasil. A vertente socialista que já vinha do século passado (...) só amadurece com o movimento comunista. Entretanto, as vicissitudes nacionais e internacionais do mesmo atrasaram até o presente a aplicação fecunda do marxismo na formulação de uma teoria da revolução brasileira (RIBEIRO, 1972, p.128-9).

Para além dessa necessidade de renovação que, como nos mostra o próprio Darcy Ribeiro, fazia parte da mentalidade de parte da comunidade acadêmica formada dentro da “nova sociologia brasileira” da década de 1920, existia ainda um “clamor” por originalidade: *“Ainda hoje os intelectuais brasileiros não lêem os pensadores brasileiros mas citam e recitam os autores estrangeiros. Eles se recusam a criar um pensamento original”* (RIBEIRO, 2001, p.157). E complementa:

A maioria dos cientistas sociais brasileiros, desgraçadamente, só produziu uma bibliografia infecunda. Inútil porque, na verdade, suas contribuições são palpites dados a discursos alheios, compostos no estrangeiro para lá serem lidos e admirados. Por isso mesmo, para nós também, quase sempre as suas obras são inúteis ou fúteis, no máximo irrelevantes (RIBEIRO, 2001, p.155).

O grande momento de busca por superação dessa condição viria, na visão de Darcy Ribeiro, com o início dos debates sobre a “natureza da revolução brasileira”, *“Assim se vão alcançando certos requisitos necessários à compreensão da natureza da revolução brasileira e das tarefas históricas que ela impõe”* (RIBEIRO, 1972, p.130). E assim:

A crise fundamental por que passa, hoje, a cultura brasileira corresponde à passagem de uma consciência ingênua (...) a uma consciência crítica, reflexo do entendimento da realidade como problema suscetível de mudança (...). A primeira forma de consciência trata a realidade como resultado natural da interação de forças superiores à capacidade humana de intervenção e a ordem social como desejável e de caráter permanente. A segunda, explora as contradições entre formas estereotipadas da realidade e a realidade mesma, alargando a consciência necessária até os limites da consciência possível para perceber a temporalidade das intervenções e possibilidade de intervenção na sua reordenação. As duas modalidades de consciência se encontram em todos os níveis culturais (RIBEIRO, 1972, p.130-1).

Os debates sobre a “revolução brasileira” agregariam aos argumentos de Darcy Ribeiro um certo tom de radicalismo pela transformação. Para tanto, recorreremos a três diferentes momentos do pensamento do autor:

Em nossos dias, a expressão mais típica da consciência ingênua, no plano erudito, e dada pelos quadros oficiais da sociologia, da economia e da antropologia acadêmica, já não recorrem aos determinismos climáticos ou raciais, suficientemente desacreditados, mas a procedimentos mais sutis tais como a conceituação de que a ordem existente, gerada pela interação espontânea de forças sociais, só é passível de mudanças lentas e gradativas. Este artifício converte conceitualmente a ordem social num sistema natural com o que se pretende demonstrar a inocuidade dos esforços tendentes a provocar mudanças rápidas e profundas (RIBEIRO, 1972, p.132-3).

Assim, a tarefa histórica para o novo brasileiro, situa-se, no plano ideológico, como o desafio de amadurecer uma consciência crítica capacitada a compreender a realidade brasileira, a formular um projeto nacional realista e motivador de desenvolvimento pleno e autônomo e apta a formular uma estratégia que permita mobilizar as forças populares para enfrentar a conjuntura de interesses que mantém a nação atada ao subdesenvolvimento. Como assinalamos, esta conscientização não será o produto da criatividade intelectual, senão de condições conjunturais que, tornando-a necessária, a estão fazendo possível. A melhor demonstração desse fato é a difusão, nos últimos anos, de uma postura crítica virtualmente emancipada em amplos setores antes hostis a qualquer mudança que, apesar da presença estrangeira na imprensa, no rádio, no cinema e na televisão e da copiosa produção paracientífica de pesquisas subvencionadas por órgãos de governos estrangeiros – vai forjando uma consciência nova que se reafirma e se generaliza, ganhando diversos setores da vida nacional, indiferentes ou alheios, a qualquer transformação. (RIBEIRO, 1972, p.134-5).

Assim vão se mobilizando as forças que, amanhã, estarão em condições de estruturar uma ordem social desde as suas bases, e, ao mesmo passo, refazer a própria cultura nacional como uma criação autêntica, voltada para o futuro e capacitada para integrar o Brasil na nova civilização emergente (RIBEIRO, 1972, p.135).

Darcy Ribeiro retorna aos critérios de caráter econômico-social, considerando um novo grupo social fundamental e expressivo da nova sociedade industrial brasileira o dos trabalhadores, que reivindicariam inclusão na estrutura produtiva e social brasileira, ou ainda lutam por melhoria de suas condições, reivindicando, assim, ampliação de direitos. Como novo instrumento de contenção a essas transformações seria utilizada a própria estrutura de um *“sistema econômico acionado por um ritmo acelerado de produção do que o mercado externo dela exigia, com base numa força de trabalho afundada no atraso, famélica, porque nenhuma atenção se dava à produção e reprodução das suas condições de existência”* (RIBEIRO, 1995b, p.447). Como resultante desse processo de interação:

Em consequência, coexistiram sempre uma prosperidade empresarial, que às vezes chegava a ser a maior do mundo, e uma penúria generalizada da população local. A sociedade era, de fato, um mero conglomerado de gentes multiétnicas, oriundas da Europa, da África ou nativos daqui mesmo, ativadas pela mais intensa mestiçagem, pelo genocídio mais brutal na dizimação dos povos tribais e pelo etnocídio radical na descaracterização cultural dos contingentes indígenas e africanos. Alçam-se, assim, paradoxalmente, condições ideais para a transfiguração étnica pela desindianização forçada dos índios e pela desafricanização do negro que, despojados de sua identidade, se veem condenados a inventar uma nova etnicidade englobadora de todos eles. Assim é que se foi fundindo uma crescente massa humana que perdera a cara: eram ex-índios desindianizados, e sobretudo mestiços, mulheres negras e índias, muitíssimas, com uns pouquíssimos brancos europeus que nelas se multiplicaram prodigiosamente (RIBEIRO, 1995b, p.448).

Afortunadamente nenhum desses contingentes tem consciência suficiente para se apresentar como uma etnia disputante ao domínio da sociedade global, ou pretendentes a uma autonomia de destino. Ao contrário do que sucede com outros países, que guardam dentro de seu corpo contingentes claramente opostos à identificação com a macroetnia nacional, no Brasil, apesar da multiplicidade de origens raciais e étnicas da população, não se encontram tais contingentes esquivos e separatistas dispostos a se organizar em quistos. O que desgarrar e separa os brasileiros em componentes opostos é a estratificação de classes (RIBEIRO, 1995b, p.449-50)

Como síntese do debate em questão e a transição para a proposta de Darcy Ribeiro para a transformação da sociedade brasileira ficam as seguintes palavras do autor:

O ruim aqui, e efetivo fator causal do atraso, é o modo de ordenação da sociedade, estruturada contra os interesses da população, desde sempre sangrada para servir a desígnios alheios e opostos aos seus. Não há, nunca houve, aqui um povo livre, regendo seu destino na busca de sua própria prosperidade. O que houve e o que há é uma massa de trabalhadores explorados, humilhada e ofendida por uma minoria dominante, espantosamente eficaz na formulação e manutenção de seu próprio projeto de prosperidade, sempre pronta a esmagar qualquer ameaça de reforma da ordem social vigente (RIBEIRO, 1995b, p.452).

É a partir disso que Darcy Ribeiro começa a ser perguntar: “*Que é o Brasil entre os povos contemporâneos? Que são os brasileiros?*” E para responder vai se utilizando de seu próprio aparato teórico-conceitual:

Enquanto povo das Américas contrasta com os povos testemunho (...). Outro bloco contrastante é o dos povos transplantados (...). Os outros latino-americanos são como nós mesmos, povos novos em fazimento. Tarefa infinitamente mais complexa, porque uma coisa é reproduzir no além-mar o mundo insosso europeu, outra é o drama de refundir altas civilizações, um terceiro desafio, muito diferente, é o nosso, de reinventar o humano, criando um novo gênero de gentes, diferentes de quantas haja (...) Nós, brasileiros, nesse quadro, somos um povo em ser, impedido de sê-lo. Um povo mestiço na carne e no espírito, já que aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Nela fomos feitos e ainda continuamos nos fazendo. Essa massa de nativos oriundos da mestiçagem viveu por séculos sem consciência de si, afundada na ninguentade. Assim foi até se definir como uma nova identidade étnico-nacional, a de brasileiros. Olhando-os, ouvindo-os, é fácil perceber que são, de fato, uma nova romanidade, uma romanidade tardia mas melhor, porque lavada em sangue de índio e sangue negro (RIBEIRO, 1995b, p.452-3, passim).

Com relação a essa “romanidade”, Darcy Ribeiro reivindicaria a herança deixada pela colonização ibérica que, por sua vez, teria sofrido uma colonização latina e que, no momento em discussão, considerando-se o Brasil e todo o seu contexto latino-americano, resultaria no maior conjunto latino da humanidade daquele momento e, ao mesmo tempo, com o maior potencial de auto-realização futura, sem no entanto perder suas diferenças ou especificidades:

É de assinalar que, apesar de feitos pela fusão de matrizes tão diferenciadas, os brasileiros são, hoje, um dos povos mais homogêneos linguística e culturalmente e também um dos mais integrados socialmente da Terra. Falam a mesma língua, sem dialetos. Não abrigam nenhum contingente reivindicativo de autonomia, nem se apegam a nenhum passado, Estamos abertos é para o futuro. Nações há no Novo Mundo – Estados Unidos, Canadá, Austrália – que são meros transplantes da Europa para amplos espaços de além-mar. Não apresentam novidade alguma neste mundo. São excedentes que não cabiam mais no Velho mundo e aqui vieram repetir a Europa, reconstituindo suas paisagens natais para viverem com mais folga e liberdade, sentindo-se em casa. É certo que às vezes se fazem criativos,

reinventando a república e a eleição grega. Raramente. São, a rigor, o oposto de nós. Nosso destino é nos unificarmos com todos os latino-americanos por nossa oposição comum ao mesmo antagonista, que é a América Anglo-Saxônica, para fundarmos, tal como ocorre na comunidade europeia, a Nação latino-americana sonhada por Bolívar. Hoje somos 500 milhões, amanhã seremos 1 bilhão. Vale dizer, um contingente humano com magnitude suficiente para encarnar a latinidade em face dos blocos chineses, eslavos, árabes e neobritânicos na humanidade futura (RIBEIRO, 1995b, p.454).

E tanto para o conjunto do que Darcy Ribeiro entende por Brasil, como para um conjunto mais amplo, o latino-americano, o autor reivindicaria a caracterização genérica de Povo Novo a Emergente: “*Somos povos novos ainda na luta para nos fazermos a nós mesmos como um gênero humano novo que nunca existiu antes. Tarefa muito mais difícil e penosa, mas também, muito mais bela e desafiante*” (RIBEIRO, 1995b, p.454). E finaliza, retomando o argumento da “romanidade”:

Na verdade das coisas, o que somos é a nova Roma. Uma Roma tardia e tropical. O Brasil já é a maior das nações neolatinas, pela magnitude populacional, e começa a sê-lo também por sua criatividade artística e cultural. Precisa agora sê-lo no domínio da tecnologia da futura civilização, para fazer uma potência econômica, de progresso auto-sustentado. Estamos nos construindo na luta para florescer amanhã como uma nova civilização, mestiça e tropical, orgulhosa de si mesma. Mais alegre, porque mais sofrida. Melhor porque incorpora em si mais humanidades. Mais generosa, porque aberta à convivência com todas as raças e todas as culturas e porque assentada na mais bela e luminosa província da Terra (RIBEIRO, 1995b, p.454-5).

Para Darcy Ribeiro, havia, ainda, uma grande dificuldade para se chegar a isso:

O grande desafio que o Brasil enfrenta é alcançar a necessária lucidez para concatenar essas energias e orientá-las politicamente, com clara consciência dos riscos de retrocessos e das possibilidades de liberação que elas ensejam. (...) Faltou sempre, e falta ainda, clamorosamente, uma compreensão da história vivida, como necessária nas circunstâncias em que ocorreu, e um claro projeto alternativo de ordenação social, lucidamente formulado, que seja adotado como seu pelas grandes majorias. (RIBEIRO, 1995b, p.26)

Darcy Ribeiro falava ainda que essa tal “*revolução necessária*”, projeto vinculado ao restante da América Latina, faria do Brasil – junto de toda a América Latina – “*uma nação autônoma, soberana e independente*”; e continua, acreditando oferecer elementos para esse tal “*reclamo de lucidez*”. Darcy Ribeiro identificava o “*destino do Brasil*” vinculado ao de toda a América Latina, conformando com todo o conjunto da mesma uma nova referência de união Bolivariana, ou a “*Nação latino-americana*”.

É hora de passar o Brasil a limpo, para que o povo tenha vez. No dia em que todo brasileiro comer todo dia, quando toda criança tiver um primeiro grau completo, quando cada homem e cada mulher encontrarem em emprego estável em que possam progredir, se edificará aqui a civilização mais bela do mundo (RIBEIRO, 2001, p.241).

Essa filiação ideológica a causas utópicas se tornou uma característica constante de todas as atuações de Darcy Ribeiro nos diferentes campos em que participou: etnologia, antropologia, educação, política e até mesmo literatura. Outra característica foi o desejo de renovação. O próprio Darcy Ribeiro tentou, certa vez, explicar essa atitude:

Eu acredito que o que caracteriza a nossa geração, a geração que começou a atuar depois de 1945, é essa consciência mais lúcida e mais clara de que o nosso mundo tinha de ser desfeito para ser refeito, porque do jeito que está só serve às camadas privilegiadas (RIBEIRO, 2001, p.89).

Esses seriam os princípios que norteariam as tentativas de Darcy Ribeiro, efetivas ou não, em construir, dentro da trajetória de interpretação do Brasil e de seus problemas, uma interpretação, também renovada e original, dos problemas latino-americanos; e ainda traçar propostas ideologizadas e militantes para a resolução dos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Da validade da Utopia sobre a Realidade no trabalho do intelectual: importância de uma Cultura Política Utópica no Brasil e na América Latina

O que buscamos ao longo do trabalho foi, para além da compreensão do pensamento de Darcy Ribeiro, espelhado por suas vivências e/ou elaborações teórico-conceituais de caráter acadêmico, ensaístico, e apesar de não termos bem desenvolvido, por que não também no universo literário, entender de que forma Darcy Ribeiro, em suas diferentes áreas de atuação, identifica problemas, elege “causas” a serem defendidas, elabora projetos de transformação social e, no entanto, não consegue fazer do conjunto mais do que utopias irrealizáveis. Sem dúvida alguma se envolve em disputas políticas para encaminhar as suas propostas e, em alguns casos, de fato edifica realizações: escolas, universidades, museu, o Memorial da América Latina, o Sambódromo do Rio de Janeiro, uma Lei de Diretrizes e Bases, entre outras. Mas, em nossa opinião, o principal legado do autor foi sem dúvida alguma a sua ousadia para elaborar revisões teóricas do Brasil e da América Latina para o Mundo e, também no caminho contrário, do Mundo para a América Latina e para o Brasil. E mesmo que não tenha sido necessariamente bem aceito pela comunidade acadêmica brasileira, ainda assim entendemos que seja importante pelo fato de ser uma atitude de desafio à histórica postura de reverenciamento da comunidade científico-acadêmica brasileira às teorias, conceitos, interpretações e projetos para o Brasil e para a América Latina, pensados a partir de uma visão cunhada no “exterior”. Darcy Ribeiro, sem desconsiderar o significado do impacto dos processos civilizatórios ocorridos desde o contato de povos latino-americanos e brasileiros com os europeus ocidentais, propõe a elaboração de interpretações estabelecidas em “nossos próprios termos”, a partir de uma “nossa perspectiva”, com um “nosso objetivo” e para tanto um “nosso projeto”.

Como já dito anteriormente, o que se busca é a identificação de constantes no comportamento intelectual e político de Darcy Ribeiro. Ora, esse mesmo processo de

identificação de uma área de atuação juntamente com: a tentativa de elaboração de um diagnóstico, a descoberta de um sistema interno de injustiças, a escolha a um elemento a ser defendido, a elaboração de uma proposta de transformação e solução dos problemas, a impressionante capacidade de se mobilizar e implementar projetos nesse sentido e a paradoxal incapacidade de dialogar politicamente com a obtenção de resultados efetivos e positivos, a partir disso, é o que marca a trajetória de Darcy Ribeiro em qualquer outra de suas áreas de atuação. A exemplificar resumidamente:

- Na área do indigenismo: Darcy Ribeiro se forma em Sociologia, se especializa em antropologia e etnologia, passa dez anos entre índios nas regiões centro-oeste e norte do Brasil, elabora impressionante e respeitado conjunto de obras de interpretação da condição do indígena no Brasil com intensa repercussão internacional, compõe os quadros do SPI – Serviço de Proteção ao Índio (posteriormente transformado em FUNAI), funda o Museu do Índio no Rio de Janeiro e cria o primeiro curso de pós-graduação em antropologia do Brasil, fundamenta a proposta de criação do Parque Nacional do Xingu, divulga a sua obra maior na área, *Os índios e a Civilização*, diagnosticando o problema das populações indígenas brasileiras, e a necessidade de uma nova forma de relacionamento com as mesmas e, quando da necessidade de enfrentamento político efetivo na área, passa a atuar na área da educação;
- Na área da educação: conhece Anísio Teixeira, passa a integrar o grupo de pesquisadores Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais - CBPE, faz pesquisas em todo o Brasil para elaboração de projetos de educação por região, ajuda a experimentar as Escolas Parque de educação em tempo integral. Na década de 1950, ajuda a fundar a Universidade de Brasília, na nova capital do país, torna-se seu reitor, passa a Ministro da Educação e, posteriormente, dedica-se à atuação política voltada a outras prioridades. Durante todo o seu exílio em países latino-americanos realiza reformas universitárias, e com o retorno ao Brasil, retoma a ideia de escolas em tempo integral, chegando a fundar, junto de Brizola e Oscar Niemeyer mais de 500 dessas no Rio de Janeiro. Passa a senador da república e atua como redator da lei que ganhou seu nome, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 ou a “Lei Darcy Ribeiro”; no entanto, nem logrou

êxito no encaminhamento da escola de tempo integral, nem em seus projetos de alfabetização, nem nas reformas universitárias e nem mesmo a LDB de 1996 foi bem recebida pela maior parte dos pedagogos brasileiros;

- Na área da política: passa de uma família de políticos tradicionais do norte de Minas Gerais a uma atuação estudantil de caráter comunista. Em seguida, abandona essa vertente para constituir os quadros político-educacionais do desenvolvimentismo Kubitscheckiano da década de 1950, radicalizando-se para o reformismo de Goulart de 1961 a 1964, chegando a ser Ministro Chefe do Gabinete Civil, com a responsabilidade de colocar em marcha as Reformas de Base que tanto caracterizam esse governo. É exilado. Chega, junto de Brizola a propor uma resistência armada contra os militares pós-1964 no poder. Ainda no exílio, no Uruguai, participa de “processos revolucionários latino-americanos”, na qualidade de consultor político de Salvador Allende e como burocrata de Velasco Alvarado, no Peru. Participa do processo de redemocratização brasileiro, assim como da fundação do PDT. Ao lado novamente de Brizola, torna-se vice-governador do Rio de Janeiro, por dois mandatos. É, por duas vezes, candidato a vice-presidente, senador da república e, no entanto: nem viabiliza reformas educacionais no Brasil, nem Reformas de Base, nem reformas universitárias, nem o socialismo democrático no Chile, nem a revolução militar de esquerda do Peru, nem a permanência de suas principais propostas políticas no Brasil pós-redemocratização;

O breve e licencioso relato acima apresentado, em resumo, leva-nos a crer que na atuação acadêmica, ensaística e literária de Darcy Ribeiro, o que predomina é a perspicácia na identificação dos principais temas, problemas, autores, atores, processos, dinâmicas etc; que dota o autor de uma incomparável capacidade de produzir material intelectual com base em suas reiteradas tentativas de participação e intervenção, sempre buscando posições de destaque em cada um desses cenários em que a tônica era a escolha de elementos injustiçados, perseguidos, oprimidos etc. O envolvimento de Ribeiro é configurado tanto por seu compromisso em defendê-los, primeiramente denunciando sua condição, depois elaborando projetos de transformação da condição dos mesmos; como por sua tentativa de impor a quem quer que fosse a aplicação de tais projetos, na maior

parte das vezes sem negociação, mas pelo enfrentamento direto e visceral; como também pela incapacidade de viabilizar a permanência ou mesmo a conquista de elementos positivos ao todo, e a cada um desses contextos.

Assim, Darcy Ribeiro se manifesta, constantemente, como um incompreendido, traído e derrotado, no que chegou a chamar de suas “*causas impossíveis*”: a “*defesa dos índios*”, a “*educação da população brasileira*”, as “*reformas em nome dos trabalhadores*”, a “*universidade necessária à superação do subdesenvolvimento*”, a “*escola de tempo integral aos filhos de trabalhadores mais pobres*”, a “*lei da educação mais democrática ou democratizadora da história do Brasil*” etc.

Além de errante, a trajetória relatada é intensamente inconstante: comunismo, nacionalismo, desenvolvimentismo, reformismo, exílio entre guerrilha e continuidade no reformismo, participação na democracia; em outra vertente: esquerdismo vermelho, defesa oficial de índios, pobres, negros e outras “*minorias*”, reforma-revolução, defesa do alinhamento à União Soviética, defesa da democracia, participação em reformas de caráter neoliberal, e defesa, próximo à morte, da ideia de revolução necessária. Encontrar uma síntese entre as várias facetas de Darcy Ribeiro é desafio a que não nos propomos; mais fácil será tentar explicar a sua vocação à adaptação mais que a fidelidade a um alinhamento ou ordenamento.

Outras questões podem ser elaboradas acerca de Darcy Ribeiro: seria ele um trabalhista? Por sua vinculação a Goulart e Brizola, seria ele um populista? Pela redação da lei educacional de 1990, e seus resultados, seria ele um agente da política neoliberal no Brasil? Pela ligação ao Partido Comunista, toda a sua trajetória e últimas ideias defendidas: seria ele revolucionário? Ou como foi visto por muitos, sempre por usar o aparato burocrático administrativo do estado, seria ele um reacionário? Algumas dessas questões são anacrônicas na atualidade, mas foram fundamentais em seus respectivos momentos históricos, principalmente no que toca à dificuldade de compreensão do intelectual em estudo.

Por isso, talvez, fique mais fácil analisar a trajetória de Darcy Ribeiro por meio de suas produções intelectuais. Porque, em tese, o que queremos defender é o fato de Darcy Ribeiro estar antes, muito mais vinculado às ideias e a crença em seu poder de transformação da realidade, do que propriamente aos cálculos e manejos políticos necessários à consecução de suas propostas. Reconhecemos, no entanto que a utopia dos

projetos de Darcy Ribeiro está menos fixada na incapacidade de realização dos projetos propostos do que em sua incapacidade de premeditar um percurso real necessário à sua vivência pragmática. Portanto, passamos, após a análise de suas vivências, à compreensão de sua criação, produção e reflexão. De modo mais claro, buscamos delinear seu raciocínio por meio das citações bibliográficas que o autor utiliza e por meio da análise da similitude dos argumentos utilizados no processo de construção de suas variadas linguagens. Sim faltou-nos estabelecer diálogo com autores que o antecederam ou lhe eram contemporâneos, tanto no âmbito do discurso acadêmico, como do ensaístico e do literário. Entendemos que isso possa constituir a continuidade, para aprimoramento do resultado que até aqui alcançamos, no sentido de, de fato, contextualizar Darcy Ribeiro, entre linhagens intelectuais, sejam as mais vinculadas às ideias vanguardistas, e dentre estas principalmente às utopistas, seja frente aos movimentos mais conservadores de caráter “reformista” ou “reacionário”, mas sempre com a imensa dificuldade de realização de projetos efetivos de transformação.

Como possibilidades não realizadas neste trabalho, deixamos, como alguns exemplos, o estudo dos vínculos de Darcy Ribeiro com os intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB, no Rio de Janeiro, das décadas de 1950 e 60. Apesar de não compor oficialmente os quadros do ISEB, é possível encontrar entre as ideias e conceitos elaborados por Darcy Ribeiro, muito do que já havia sido produzido pelos Participantes do instituto, como Roland Corbisier, Hélio Jaguaribe¹, Álvaro Vieira Pinto², Cândido A. Mendes de Almeida³, Nelson Werneck Sodré⁴ e Celso Furtado⁵.

¹ Principalmente quando tratam dos conceitos de “fase” e “estrutura tipo” (JAGUARIBE, 1958a), que encontrariam correspondentes, respectivamente, na forma de “etapas da evolução sociocultural” e “formações socioculturais” na obra de Darcy Ribeiro. Ou ainda temas como “Estado Cartorial” e “condições institucionais do desenvolvimento”, que encontram apropriações correspondentes, na obra *O Dilema da América Latina* de Darcy Ribeiro. O tratamento que Hélio Jaguaribe daria ao tema das “condições de superação da dependência” (JAGUARIBE, 1967) também apresenta semelhanças com o tema da “revolução necessária” de Darcy Ribeiro, na obra *Os Brasileiros*. Assim como a ideia de “desenvolvimento autônomo como projeto” (JAGUARIBE, 1969).

² Destacamos o conceito de “ideologia do desenvolvimento nacional” (PINTO, 1960), aproximado à ideia de Darcy Ribeiro de que a ideologia congregaria diferentes setores sociais no sentido do desenvolvimento e da “revolução necessária” (RIBEIRO, 1979a); ideia presente em quase todos os autores ligados ao ISEB.

³ Em que encontramos como principal aproximação, nos trabalhos de Darcy Ribeiro, o raciocínio que parte da condição de subdesenvolvimento dos países latino-americanos como uma característica comum, e portanto, articuladora da necessidade de sua união, como a perspectiva mais viável de emergência e superação de tal condição, no sentido do “protagonismo latino-americano” em âmbito internacional (ALMEIDA, 1960)³. Assim como a ideia de “nacionalismo latino-americano” como base ideológica para a superação da condição periférica (ALMEIDA, 1963).

Sobre o tema do desenvolvimento, teria sido forçoso destacar a obra de Miriam Limoeiro Cardoso (1977), principalmente, sobre o destaque e a importância que a autora atribui para o caráter ideológico do *desenvolvimento* enquanto projeto político. Este conceito de “ideologia do desenvolvimento” veio a ser, posteriormente, um dos pontos de fundamentação das teses elaboradas pelo ISEB e do próprio Darcy Ribeiro. Acerca da questão do reformismo e do nacionalismo, poderíamos ter trabalhado como referências principais com as obras de: Caio Prado Júnior (1966), Cândido Antônio Mendes de Almeida (1960), Celso Furtado (1968b), Hélio Jaguaribe (1958b) e Nelson Werneck Sodré (1960).

Perseguindo os itinerários intelectuais de Darcy Ribeiro, relacionados com a sua produção sobre a América Latina, poderia ter sido traçada uma relação de sua trajetória intelectual, bem como das suas principais ideias, com o debate intelectual sobre o tema do desenvolvimento latino-americano, entre as décadas de 1950 e 1990, uma vez que esse debate intelectual não poderia se desvincular das ideias propugnadas pelo conjunto de autores reunidos em torno da CEPAL.

Como principais referências dos pensadores que mantiveram diálogo entre as ideias do subdesenvolvimento da Cepal e do ISEB, constam alguns trabalhos de Celso Furtado (1958, 1961 e 1968a), e pontos de diálogo exemplificados por Gunnar Myrdal (1960), além de uma breve análise dos mesmos, realizada por Reginaldo Moraes (1995). Mas sem dúvida alguma, os trabalhos de maior impacto sobre as construções teóricas de Darcy Ribeiro em torno da ideia de desenvolvimento e subdesenvolvimento estariam vinculadas à ideia de centro-periferia de um dos maiores autores cepalinos, Raúl Prebisch (1949).

Seria possível estabelecer uma trajetória que partiria da década de 1950, com o surgimento do tema do subdesenvolvimento na Cepal, passando por uma reflexão em torno do impacto de tais ideias na elaboração dos trabalhos nacionalistas e desenvolvimentistas do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB, para chegar a como Darcy Ribeiro incorporou à sua interpretação da América Latina elementos tanto do ISEB quanto da CEPAL, diferenciando o que proviria do ISEB e o que proviria da

⁴ Gostaríamos de destacar as análises do último dos autores sobre as “classes sociais no Brasil” (SODRÉ, 1957), sem dúvida alguma como uma importante contribuição para a elaboração de Darcy Ribeiro sobre a “estratificação social” e as “estruturas de poder” latino-americanas e no Brasil (RIBEIRO, 1979a).

⁵ Que trabalharemos quando da possibilidade de relacionamento entre ISEB e CEPAL e as assimilações de Darcy Ribeiro quanto aos dois grupos.

CEPAL, para vincular o próprio Darcy Ribeiro a um diálogo com autores cepalinos que se estenderia até a década de 1990, desde os trabalhos de Darcy Ribeiro publicados na década de 1970, tais como, *As Américas e a Civilização* e *O Dilema da América Latina*, até a crítica cepalina do neoliberalismo elaborada pelo mesmo autor na década de 1990. Em outras palavras, seria pertinente buscar os fundamentos teórico-metodológicos das obras de Darcy Ribeiro, principalmente nas influências que sofreu de correntes de pensamento com que entrou em contato nas décadas de 1950 e 1960, as acima mencionadas ISEB e CEPAL, para posteriormente, compreender o intenso diálogo que, nas décadas de 1970, 1980 e 1990, Darcy Ribeiro estabeleceu com as diferentes correntes da Teoria da Dependência sobre o caráter do desenvolvimento latino-americano.

Para a compreensão dos trabalhos desenvolvidos pela Cepal, tomaríamos como referência a obra de Octávio Rodríguez (1981), que delineia alguns dos principais conceitos articuladores da teoria da dependência em questão: a concepção do sistema centro-periferia, a teoria da deterioração dos termos de intercâmbio e o tema da industrialização periférica⁶ etc. Estes conceitos teriam importante fundamentação nos trabalhos de Raúl Prebisch (1982), junto de outros intelectuais da própria Cepal (1998), no sentido de aproximar suas análises econômicas à elaboração da tese do subdesenvolvimento.

Dentro das divisões das teorias da dependência, começaríamos pelas ideias que deram origem à concepção imperialista da dependência, ou a “a teoria da superexploração”⁷. Para isso, contaríamos com os trabalhos de André Gunder Frank (1971), Ruy Mauro Marini (2000) e Theotônio dos Santos (2000)⁸.

Após as experiências revolucionárias de esquerda que não lograram sucesso entre os países latino-americanos, uma nova perspectiva de análise se imporia, lançando uma

⁶ Há, com o passar dos anos, o surgimento de novos temas tratados pela Cepal, como o da industrialização substitutiva, a preocupação com a inflação, a análise dos obstáculos estruturais do desenvolvimento, enfim, mas que não nos interessa aprofundar, em função do período temporal que selecionamos, décadas de 1950 e 1960, e o problema que perseguimos, a análise do subdesenvolvimento dos países latino-americanos no mesmo período.

⁷ Muito próxima das correntes mais radicais da esquerda latino-americana, pois tomava os golpes militares como ponto de legitimação do imperialismo estadunidense sobre o continente, ou pior, como um instrumento dessa dominação.

⁸ Seguindo o raciocínio de que, dada a impossibilidade de estabelecimento de um pacto nacionalista de desenvolvimento, decorrente das alianças entre elites econômicas, extratos militares e empresas multinacionais estrangeiras, não restariam alternativas aos países latino-americanos senão trabalhar pela revolução socialista, a “teoria da superexploração” emergiria no cenário do continente e influenciaria claramente Darcy Ribeiro até o final da década de 1970 e início da de 1980, momento em que participa ativamente da política latino-americana. Essa teoria seria a base essencial para Darcy Ribeiro, na interpretação da América Latina, e demais países subdesenvolvidos, nos livros *As Américas e a Civilização* e *O Dilema da América Latina*.

nova possibilidade de integração entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, dentro da dinâmica cepalina de centro-periferia: estaria aqui o nascimento da Teoria da Dependência Associada⁹. Para a sua compreensão tomaríamos como principal referência a obra de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970)¹⁰.

O contraponto à “teoria da dependência associada”, dentro da conjuntura de fracasso das propostas da esquerda latino-americana nas décadas de 1960 e 1970, e da intensificação do processo de globalização em que não restaria escolha, aos latino-americanos, senão a de aderir e se desenvolver pela democracia (RIBEIRO, 1986), estaria na perspectiva da teoria nacional dependente¹¹, do final da década de 1970 em diante, cujo principal representante é Luiz Carlos Bresser Pereira (1996, 1998 e 1999)¹².

Para além da maneira como se relacionou com cada uma das tendências mais significativas – as correntes desenvolvimentistas, nacional-progressistas, anti-imperialistas, dependentistas, integracionistas e neoliberais – , seria ainda possível compreender de que forma Darcy Ribeiro se pronunciou a favor de projetos políticos vinculados a um pensamento das esquerdas latino-americanas das décadas de 1950 e 1960, principalmente as esquerdas que constituíram seus projetos antes dos golpes militares que acometeram a América Latina, durante os anos 1960 e 1970, e

⁹ A teoria da dependência associada ganha importância no final da década de 1960 e início da década de 1970, encontrando repercussão nos Estados Unidos, na Europa e no Brasil. Partia da idéia de que, já que existiria uma impossibilidade estrutural de estabelecimento de um pacto entre trabalhadores e burguesia nacional no sentido do desenvolvimento autônomo, apenas restaria aos países latino-americanos a alternativa de se associarem ao sistema dominante, como a melhor das possibilidades para o seu desenvolvimento, mesmo que dentro do subdesenvolvimento. Na visão de Darcy Ribeiro essa teoria representava a convivência das elites latino-americanas em transformarem os trabalhadores do continente em um proletariado externo para os países centrais. Na medida em que os latino-americanos produziam grandes riquezas exportáveis para as “metrópoles”, somente recebiam em contrapartida o suficiente para a manutenção de suas elites, às custas de uma intensa concentração de renda, para uma pequena parcela da sociedade, e penúria social, para a parcela restante e grande maioria da população de cada um dos países.

¹⁰ Que foi perseguida e debatida, pelos próprios autores, e por alguns outros intelectuais; Alguns exemplos são: CARDOSO (1971 e 1973), GOLDENSTEIN (1994), TRASPADINI (1999); entre outros.

¹¹ Mesmo que em um primeiro momento tenha servido para justificar as reformas neoliberais da América Latina nas décadas de 1980 e 1990, serviram também como contraponto posterior aos resultados, distante dos esperados inicialmente, das mesmas. A teoria Nacional-dependente ganha corpo, assim, como uma possibilidade de nova reforma do Estado, no sentido de condicionar a formação de um pacto entre burguesia nacional e trabalhadores para a integração dos países latino-americanos no sentido de desenvolvimento autônomo que, só não ocorreria por falta de vontade das próprias classes dominantes latino-americanas. De certa forma retoma alguns pontos do ISEB e da Cepal, mas, ao mesmo tempo, reafirma novas necessidades diante da nova conjuntura internacional das décadas de 1980 e 1990.

¹² Levaríamos com esta discussão ao encaminhamento de uma análise do papel da perspectiva do desenvolvimento pela dependência no momento das reformas neoliberais por que passariam os latino-americanos frente a situação atual de crise das mesmas. Em outras palavras, seria possível relacionar algumas críticas de Darcy Ribeiro com relação ao Neoliberalismo para reafirmar alguns debates atuais sobre a falsa lógica nacional-dependente das políticas econômicas latino-americanas ao longo de toda a década de 1990. As análises de Darcy Ribeiro sobre o neoliberalismo das décadas de 1980 e 1990, e as críticas à lógica nacional-dependente se encontram em algumas de suas obras selecionadas (1995a e 1997b).

interromperam drasticamente os projetos de democratização social em favor de projetos de “democracia política”¹³.

Para apreender este outro percurso intelectual do pensamento latino-americano no século XX, poderíamos facilmente tecer nexos com os trabalhos de Eduardo Devés Valdés, que abarcam de forma bastante abrangente o diálogo entre modernização e desenvolvimento no pensamento latino-americano entre os anos 1900 e 1950 (DEVÉS VALDÉS, 2000), a relação entre desenvolvimento, projetos de segurança e democracia, entre as décadas de 1950 e 1990 (DEVÉS VALDÉS, 2003), bem como seus resquícios ao longo da década de 1990 (DEVÉS VALDÉS, 2004).

Isso sem contar com a discussão da atualidade do pensamento de Darcy ribeiro ao se considerar, no contexto do pós-neoliberalismo latino-americano, a emergência de uma “Nova Esquerda” de tendências fortemente reformistas¹⁴ – mesmo que por vezes de caráter também populista – mas que chegariam ao atual momento das propostas de processos de integração via União de Nações Sulamericanas – UNASUL, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos - CELAC, os processos de colaboração entre países emergentes, principalmente via BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), ou ainda as propostas de privilegiamento do Brasil, em termos de Política Externa, em relação ao seu entorno regional - América Latina –, mas também outras áreas consideradas “periféricas”, porém emergentes, como a África e países do Sudeste Asiático.

Seria possível também o estabelecimento de diálogos entre Darcy Ribeiro e acadêmicos, ensaístas e literatos latino-americanos. Mas esta não foi nossa escolha.

Enfim, terminamos pela seguinte reflexão: Ainda refletindo sobre a figura de Darcy Ribeiro: vanguardista, desprovido de alinhamentos peremptórios, impassível de rotulação ou diagnósticos, isento de filiações, marcado pelo individualismo, pela lucubração monológica, pela confessa vaidade excessiva, pelo entusiasmo verborrágico e surdez à oposição, perguntamos: não seria Darcy Ribeiro tão elitista e autoritário quanto

¹³ Sobre a divisão entre democracia social e democracia política, cf: BRESSER PEREIRA (2004, p.12)

¹⁴ Dois dos exemplos mais recentes seriam: 1. a reivindicação de Darcy Ribeiro como “utopista” por Roberto Fernandez Retamar, no que se constituiria como uma “Cultura Política de Nuestra América”, ou ainda 2. A exaltação a Ribeiro lançada por intelectuais da “Revolução Bolivariana de Venezuela”, principalmente na fundamentação de propostas de integração latino-americana que em momento algum se viabilizam, porque são mais ideológicas e distantes da realidade, e menos capazes efetivamente de transformação da mesma, sendo, portanto, utopistas – tomando o cuidado de ressaltar que na visão de alguns críticos podem ser qualificadas como, populistas, falaciosas, autoritárias e anacrônicas.

os seus eleitos opositores? Surge assim, a ideia de uma “cultura quixotesca” presente na trajetória intelectual de Darcy Ribeiro. Por suas expressões amargas sobre a impossibilidade de dar realidade a um ideal; pela confrontação reiterada entre imaginação e realidade; pelo constante conflito entre passado a se negar, presente a se transformar e futuro idealmente a se alcançar; pelos conflitos entre o ideal e o real, ou o ideal e o social; por ser Darcy Ribeiro, e seus “devaneios”, indubitavelmente, inspiradores e contagiosos – alterando o estado de espírito de pessoas que passam a acreditar em suas idéias e apóia-lo em projetos irrealizáveis, e mesmo assim se justificarem ante à vontade das pessoas de se corroborarem com seus arroubos de irrefreável agitação e letargia “transformadores” – entre outros, é que pedimos licença para comparar Ribeiro, figuradamente, com o literário cavalheiro de Cervantes.

Deixando de lado a metáfora, podemos discutir ainda as diferentes culturas políticas desses cenários de imersão da criação de Ribeiro: Comunismo, Desenvolvimentismo, Trabalhismo, Revolução, Autoritarismo, (Neo)Colonialismo, Dependência, Populismo, Utopismo, Vanguardismo entre outros; com o intuito de identificar como Darcy Ribeiro transita de uma a outra, sempre centrado em suas próprias idéias e projetos individuais, em nome das mais variadas necessidades, coletividades, urgências e virtudes clarividentes.

Restam contribuições? Sem dúvida: o compromisso político-social constante com os desfavorecidos (índios, analfabetos, subdesenvolvidos, explorados, latino-americanos, etc.); a incessante busca por compreensão, sempre respaldada em amplo repertório e apropriados conjuntos de referências; a reivindicação de originalidade e recusa à imitação, social, política e, principalmente, conceitual, teórica e intelectual – daí a criação constante de novos ou adaptados conceitos, neologismos ou lógicas interpretativas -; da ideia recorrente de tomada de consciência, transformação e adaptação ao movimento histórico – modernização, desenvolvimento, globalização etc.; de articulação na busca, ao menos de competitividade e, quiçá, de autonomia.

Aqueles que tanto valorizam a biografia e o conjunto de ideias de Darcy Ribeiro, sem dúvida, levam em conta o que é impossível refutar, percebe-se claramente que, mesmo individualista, centralista, por vezes autoritário, Darcy Ribeiro tem “boas intenções”; justificadas por princípios éticos correntemente bem aceitos. O que ele não possuía era visão pragmática e, daí, tentarmos justificar mais sua composição intelectual

de caráter interpretativo em diferentes contextos e cenários, que suas vivências e atuações nos mesmos, com profundo caráter quixotesco, utópico e ideológico, acima de quaisquer outros elementos.

Esperamos ter conseguido alcançar alguma contribuição com a realização deste trabalho, e com nosso esforço.

REFERÊNCIAS

- AGGIO, Alberto; LAHUERTA, Milton (orgs.) *Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.
- ALMEIDA, Cândido Antônio Mendes de. *Nacionalismo e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.
- _____. *Perspectiva atual da América Latina*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.
- ALMOND, Gabriel A. “El estudio de la cultura política” In ALMOND, Gabriel A. *Una disciplina segmentada — escuelas y corrientes en las ciencias políticas*. México: FCE, 1999, p. 196-218.
- ANSALDI, Waldo (Coord.). *Calidoscopio Latinoamericano: imágenes históricas para un debate vigente*. Buenos Aires: Ariel, 2006.
- AZEVEDO, Guilherme. Darcy Ribeiro. In: *Rebeldes Brasileiros: homens e mulheres que desafiaram o poder*. V.2. São Paulo: Casa Amarela, 2002.
- BAKEWELL, Peter. *A History of Latin America*. Oxford-UK: Blackwell Publishing, 2004.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Cartéis e Desnacionalização: a experiência brasileira: 1964-1974*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961-1964*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora da UNB, 2001.
- BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo. (orgs.) *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998.
- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. *Procesos Interculturales: antropología política del pluralismo cultural en América Latina*. México: Siglo XXI Editores, 2006.
- BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquíria D. Leão. *Intelectuais e Política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d'Água, 1999.
- BENEVIDES, Maria Victoria. *O PTB e o Trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo(1945-1964)*. São Paulo: Brasiliense/CEDEC, 1989.
- BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, pp.349-363.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- BOMENY, Helena. Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2001a.
- _____. Os Intelectuais da Educação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001b.
- BONDY, Augusto Salazar. *¿Existe una Filosofía de Nuestra América?* México-DF: Siglo XXI, 2006.

- BOTELLA, Jean. En torno al concepto de cultura política: dificultades y recursos. In: CASTILLO VERA, Pilar Del; CRESPO MARTINEZ, Ismael (eds.) *Cultura Política: enfoques teóricos y análisis empíricos*. Valencia: Tirant lo Blanch, 1997, pp.17-37.
- BRAGA, Roberto Saturnino. As propostas dos Partidos: a proposta do PDT. In: *Lua Nova: cultura e política*. São Paulo: Brasiliense; Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), v.1, n.1, 1984, pp. 49-53.
- BRANT, Vera. *Darcy*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. *Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina*. São Paulo: Ed.34, 1996.
- _____. *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- _____. Macunaíma e Emília na terra do amanhã. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 de agosto de 2004, Caderno Mais, p.12.
- _____. *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. São Paulo: Ed.34, 1998.
- _____; WILHEIM, Jorge; SOLA, Jorge (orgs.) *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: ENAP, 1999.
- CAMPRA, Rosalba. *América Latina: la identidad y la máscara*. México-DF: Siglo XXI, 1998.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- CANSINO, César. *Historia de las Ideas Políticas: fundamentos filosóficos y dilemas metodológicos*. México: Centro de Estudios de Política Comparada, 1998.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representação: xcontribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas-SP: Papyrus, 2000.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *O Modelo Político Brasileiro*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- _____. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1971.
- _____; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: LTC Ed., 1970.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento: Brasil JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CASALLA, Mario. *América Latina en Perspectiva: dramas del pasado, huellas del presente*. Buenos Aires: Altamira; Fundación OSDE, 2003.
- CASANOVA, Pablo González (coord.). *Cultura y creación intelectual en América Latina*. México-DF: Siglo XXI, 1984.
- CEPAL. *Cincuenta años de pensamiento en la Cepal: textos seleccionados*. Chile: Fondo de Cultura Económica, 1998 – 2 Volúmenes.
- CHAUVEAU, Agnes; TÉTARD, Philippe (orgs.). *Questões para a História do Presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CHIAPPINI, Lígia; AGUIAR, Flávio Wolf de (orgs.). *Literatura e História na América Latina*. São Paulo: EdUSP, 1993.

_____.; DIMAS, Antônio; ZILLY, Berthold (orgs.) *Brasil: país do passado?* São Paulo: EDUSP; Boitempo Ed.,2000.

COELHO, Haydée Ribeiro (org). *Las memorias de la memoria: el exilio de Darcy Ribeiro en Uruguay: entrevistas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003.

COLOMBRES, Adolfo. *América como Civilización Emergente*. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COUTINHO, Eduardo F. *Literatura Comparada na América Latina: ensaios*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma & Poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DEVÉS VALDÉS, Eduardo. *El pensamiento latinoamericano en el siglo XX: entre la modernización y la identidad, tomo 1: Del Ariel de Rodó a la CEPAL (1900-1950)*. Buenos Aires: Biblos, Centro de investigaciones Diego Barros Arana, 2000.

_____. *El pensamiento latinoamericano en el siglo XX: entre la modernización y la identidad, tomo 2: desde la CEPAL al Neoliberalismo (1950-1990)*. Buenos Aires: Biblos, 2003.

_____. *El pensamiento latinoamericano en el siglo XX: entre la modernización y la identidad, tomo 3: Las discusiones y las figuras del fin de siglo. Los años 90*. Buenos Aires: Biblos, 2004.

DOSSE, François. *La Marcha de las Ideas: historia de los intelectuales, historio intelectual*. Valencia: Universitat de Valencia, 2006.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp.61-89.

FERNÁNDEZ RETAMAR, Roberto. *Pensamiento de Nuestra América: autorreflexiones y propuestas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2006.

FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FORCHERI, Miguel Serna. *Reconversão democrática das esquerdas no cone sul: trajetórias e desafios na Argentina, Brasil e Uruguai*. Bauru: EDUSC, 2004.

FRANK, André Gunder. *Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina*. México: Siglo XXI, 1971.

FURTADO, Celso. *A Pré-Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. *Brasil: la construcción interrumpida*. México D.F.: FCE, 1992.

_____. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

- _____. *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.
- _____. *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968a.
- _____. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1968 b.
- GAGGERO, Horacio. *Historia de América en los siglos XIX y XX*. Buenos Aires: Aique Grupo Editor 2006.
- GARCÍA MARQUEZ, Gabriel. *Cien Años de Soledad – edición conmemorativa*. Madrid: Real Academia Española, 2007.
- GOLDENSTEIN, Lídia. *Repensando a Dependência*. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1994.
- GOMES, Ângela de Castro (Org.) *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- _____. (Org.) *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- _____. (Org.). *A invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice (Ed Revista dos Tribunais); Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.
- GOMES, Mércio Pereira. Darcy Ribeiro. São Paulo: Ícone, 2000 (Série Pensamento Americano).
- GOMES, Paulo de Tarso. *A Universidade em sociedades subdesenvolvidas: estudo das propostas de Darcy Ribeiro*. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1989 (Dissertação de Mestrado).
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GURRIERI, Adolfo (org.). *La obra de Prebish em la Cepal*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1982.
- HOFMEISTER, Wilhelm; MANSILLA, H.C.F. *Intelectuales Y Política en América latina: el desencantamiento del espíritu crítico*. Rosario-AR: Homo Sapiens, 2003.
- IANNI, Octavio. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- _____. *O Labirinto Latino Americano*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- _____. *A Formação do Estado Populista na América Latina*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- IÑIGUEZ, Carlos Piñeiro. *La Nación Sudamericana: del imperativo histórico-cultural a la realización económico-política*. Buenos Aires: Nuevohacer/Grupo Editorial Latinoamericano/Instituto del Servicio Exterior de la Nación, 2004.
- JAGUARIBE, Hélio. *Condições Institucionais do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958a.
- _____. *Crises e alternativas na América Latina*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

_____. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. *O Nacionalismo na atualidade Brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958b.

_____. *Problemas do desenvolvimento latino-americano: estudos de política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LAZZAROTTO, Danilo. *A Teoria de Darcy Ribeiro: evolução cultural da pedra lascada à cibernética*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

LIMA, Luiz da Costa. *Historia, Ficção, Literatura*. São paul: Companhia das Letras, 2006.

LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PASAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

LOPES, Marco Antônio (org.). *Grandes Nomes da História Intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.

MADRID, Lelia. *La fundación mitológica de América Latina*. Madrid: Espiral Hispano-americana, 1989.

MARICHAL, Juan. *Cuatro fases de La historia intelectual latinoamericana (1810-1970)*. Madrid: Fundación Juan March/ Ediciones Cátedra, 1978.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTÍ, José. *Política de Nuestra América*. México-DF: Siglo XXI, 2005.

MARTÍNEZ, Augustín. *Crítica y Cultura en América Latina*. Caracas: Editorial Tropykos, 1991.

MARTINS, Estevão C. de Resende. *Cultura e Poder*. São Paulo: Saraiva, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; ARAGÃO, Maria Lúcia (orgs.). *América: ficção e utopias*. Rio de Janeiro: Expressão Cultural; São Paulo: EDUSP, 1994.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MITRE, Antonio. *O Dilema do Centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MORAES, Denis de. *A Esquerda e o Golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MORAES, Reginaldo. *Celso Furtado: o subdesenvolvimento e as idéias da Cepal*. São Paulo: Ática, 1995.

MORENO-DURÁN, R.H. *De la Barbárie a la Imaginación: la experiencia leída*. México-DF: FCE, 2002.

MORSE, Richard M. *O Espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MYRDAL, Gunnar. *Teoria Econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

NOVAES, Adauto (org.). *Oito Visões da América Latina*. São Paulo: Senac São Paulo, 2006.

- O'GORMAN, Edmundo. *La invención de América: investigación acerca de la estructura histórica del Nuevo Mundo y del sentido de su devenir*. México-DF: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- PAZ, Octavio. *El laberinto de la soledad*. México-DF: FCE, 2004.
- PÉCAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PELUSO, Luis Alberto. *O Projeto de Modernidade no Brasil*. Campinas: Papyrus, 1994.
- PEREIRA, Luiz (org.). *Urbanização e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- PIÑEIRO IÑIGUEZ, Carlos. *La Nación Sudamericana: del imperativo histórico-cultural a la realización económico-política*. Buenos Aires: Instituto del Servicio de la Nación – ISEN; Grupo Editorial Latinoamericano Nuevohacer, 2004.
- PINHEIRO, Lucas Miranda. *Darcy Ribeiro e a América Latina: um pensamento em busca da identidade e da autonomia latino-americanas*. Franca: UNESP, 2006. (Dissertação de Mestrado, História, Faculdade de História, Direito e Serviço Social).
- _____. *O pensamento e a ação do intelectual Darcy Ribeiro, com enfoque em suas propostas político-educacionais nas décadas de 1980 e 1990*. Franca: UNESP, 2003. (Trabalho de Conclusão de Curso, História, Faculdade de História, Direito e Serviço Social).
- PINTO, Álvaro Vieira. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.
- PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura / 3 volumes*. São Paulo : Memorial; Campinas: UNICAMP, 1993-95.
- POCOCK, J.G.A., *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- POLAR, Antonio Cornejo. *O Condor Voa: Literatare e Cultura Latino-Americanas*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- PREBISCH, Raúl. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. São Paulo: Fundo de Cultura do Brasil, 1969.
- RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo; Brasiliense, 1984.
- RÉMOND, René (org.) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.
- _____. (org.). *Hacer la historia Del siglo XX*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2004.
- RETAMAR, Roberto Fernández. *Calibán: e outros ensaios*. São Paulo: Busca Vida, 1988.
- _____. *Pensamiento de Nuestra América: autorreflexiones y propuestas*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- _____. *Todo Caliban*. Buenos Aires: CLACSO, 2004
- RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a civilização: processo de formação e causa de desenvolvimento desigual dos povos americanos*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- _____. *Configurações Histórico-Culturais dos Povos Americanos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

- _____. Confissões. São Paulo: Companhia das Letras, 1997a.
- _____. *Diários Índios: os Urubu-Kaapor* 56 São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Maíra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- _____. *Mestiço é que é bom*. Rio de Janeiro: Revan, 1997b.
- _____. *Nossa escola é uma calamidade*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984
- _____. *O Dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes*. Petrópolis: Vozes, 1979a.
- _____. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995b.
- _____. *O Processo Civilizatório: etapas da evolução sócio cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *Os Brasileiros: Teoria do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- _____. *Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- _____. *Somos todos culpados: pequeno livro de frases e pensamentos de Darcy Ribeiro / seleção e organização de Eric Nepomuceno*. – Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. *Teoria do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- _____. *Utopia Selvagem: saudades da Inocência Perdida – uma fábula*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34/Fapesp, 2000.
- RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- RODRIGUEZ, Octavio. *Teoria do subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1981.
- ROMERO, José Luis. *El Pensamiento Político Latinoamericano*. Buenos Aires: A-Z Editora, 1998.
- ROMERO, Marcelo. *O pensamento de Fernando Henrique Cardoso: liberalismo e social democracia*. Franca: FHDSS (Dissertação de Mestrado) 2000.
- ROTKER, Suzana. *Ensayistas de Nuestra América: Tomo I – de Moreno a Sarmiento/ Tomo II – de Bello a Gonzalez Prada*. Buenos Aires: Editorial Losada, 1994.
- ROUQUIÉ, Alain. *O extremo Ocidente: introdução à América Latina*. São Paulo: Edusp, 1991.
- SAID, Edward W. *Representações do Intelectual: as Conferências de Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SALADINO, Alberto; SANTANA, Adalberto (comps). *Visión de América Latina: homenaje a Leopoldo Zea*. México-DF: Instituto Panamericano de Geografía y Historia/ FCE, 2003.

- SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. *Entre a Nação e a Barbárie: os dilemas do Capitalismo Dependente*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SANTIAGO, Silviano. *As raízes e o labirinto da América Latina*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- SANTOS, Thetônio dos. *A teoria da dependência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SARAVIA, Enrique. Darcy Ribeiro: lutas públicas y guerras privadas. *Humanidades*. N. 138, México: UNAM, 1997.
- SCHWARTZ, Jorge. *Vanguardas Latino-americanas: polêmicas, manifestos e Textos Críticos*. São Paulo: EdUSP/ Iluminuras/FAPESP, 1995.
- SERNA, Julio; PONS, Anaclet. *La historia cultural: autores, obras, lugares*. Madrid: Akal, 2005.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. “A História Intelectual em Questão”. In: LOPES, Marco Antônio (org.). *Grandes Nomes da História Intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003, p.16.
- SILVEIRA, Maria Laura (org.). *Continente em chamas: globalização e território na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SIRINELLI, Jean-François. *Genération intellectuelle*. Paris: Quadrige/Presses Uiversitaires de France, 1994.
- SKIRIUS, John (comp.). *El ensayo hispanoamericano del siglo XX*. México: FCE, 2004.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *As Classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.
- _____. *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.
- SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2005.
- SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*. México-DF: Siglo XXI, 1999.
- TENEMBAUM, Ernesto Jorge. *Movimientos populares en la historia de nuestra América*. Buenos Aires: Sudamericana, 2006.
- TERÁN, Oscar (ccord.). *Ideas en el siglo: intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina., 2004.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- TOLEDO, Caio Navarro de (org). *Intelectuais e política o Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- _____. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1978.
- _____. *O Governo Goulart e o Golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TOURAINÉ, Alain. *Palavra e Sangue: Política e sociedade na América Latina*. São Paulo: Trajetória Cultural; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

TRASPADINI, Roberta. *A Teoria da (Inter)dependência*: de Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

UNESCO. *América latina em sua Literatura*. São Paulo?: Perspectiva, 1972.

URQUIDI, Víctor L. *Otro siglo perdido*: las políticas de desarrollo en América Latina (1930-2005). México-DF: FCE, 2005.

VALE, Antonio Marques do. *O ISEB, os intelectuais e a diferença*: um diálogo teimoso na educação. São Paulo: Ed.UNESP, 2006.

VARGAS LLOSA, Mario. *Sueño y realidade de América Latina*. Lima: Seix Barral, 2010.

WEFFORT, Francisco Corrêa. *O populismo na política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

ZANCANARO, Lourenço. *A filosofia da cultura na ciência da cultura em Darcy Ribeiro*. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1990 (Dissertação de Mestrado). RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.